

TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXV — FASC. 2-4



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1985



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918

Pessoa Colectiva n.º 501663614

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO (Portugal)

Conselho Director (1985):

Presidente—Vitor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente*—Eduardo Jorge Lopes da Silva;
Secretário—José António Viale Moutinho; *Tesoureiro*—Domingos de Jesus da Cruz;
Vogal—Mário Jorge Neto Barroca.

Quotização:

A quotização anual dos membros efectivos, correspondentes e colectivos é de Esc.: 600\$00 (Ass. Geral Extraordinária de 18 de Junho de 1985).

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA -
Faculdade de Letras da Universidade de Porto
RUA DO COMENDADOR ALBERTO, 1544
4150 P O R T O



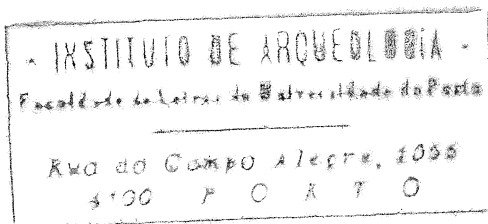
TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

VOL. XXV

(Fasc. 2-4)



-3. JAN. 1987

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1985

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Ano: 67.º vol.: XXV fasc.: 2-4 1985

Director

Vítor Oliveira Jorge

Coordenação

Domingos de Jesus da Cruz

Secretariado

António A. Huet de Bacelar Gonçalves

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4000 Porto (Portugal)

Composição, Impressão e Acabamento

Imprensa Portuguesa

R. Formosa, 108-116

4000 Porto

Novembro de 1986

Tiragem: 1.500

Preço de capa: 600\$00

Distribuição gratuita aos membros da SPAE

Depósito Legal n.º 13 877/86

ISSN: 0304-243X

Edição subsidiada pela Direcção-Geral do Ensino Superior,
Instituto Nacional de Investigação Científica,
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
e Governo Civil do Porto.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with others publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Palavras de Abertura</i> , por Vítor Oliveira Jorge	193
---	-----

ESTUDOS E ENSAIOS

<i>A ocupação do Bronze Final da Citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia</i> , por Manuela Martins	197
<i>Nuevos datos palinológicos sobre la agricultura prehistórica en Galicia (España)</i> , por M. ^a Jesús Aira Rodriguez e J. M. Vázquez Varela ...	241
<i>Aproximacion a la Prehistoria de Vigo (España)</i> , por José Manuel Hidalgo Cuñarro	253
<i>Las divinidades indígenas de la Hispania Prerromana. En pos de una metodología</i> , por Blanca García y Fernández-Albalát	275
<i>Bruxas e bruxos no Nordeste algarvio. Algumas representações da doença e da cura</i> , por Cristiana Bastos	285
<i>Ganado porcino: modalidad de existencia y papel en el seno de una comunidad rural de Galicia (España)</i> , por J. Antonio Fidalgo Santamariña	297
<i>Em torno a la cachupa: una comida típica caboverdeana</i> , por Héctor Blas Lahitte e Marta Maffia de Poteca	327
<i>Livros de devassa e etnotextos</i> , por Belarmino Afonso	347

DOCUMENTOS

<i>Inéditos de Trindade Coelho com interesse etnográfico</i> , por Viale Moutinho	361
---	-----

VÁRIA

<i>Notícia sobre a descoberta de novas pinturas rupestres no dólmen de Fontão (Paranhos da Beira — Seia)</i> , por Eduardo Jorge Lopes da Silva	381
<i>Micrólitos geométricos provenientes de monumentos megalíticos do Norte de Portugal: breve nota</i> , por Vítor Oliveira Jorge	386
<i>A necrópole megalítica da Serra do Alvão</i> , por Domingos J. Cruz	396
<i>Uma fíbula tipo transmontano do povoado de S. Martinho (Castelo Branco)</i> , por Manuel Leitão	407

<i>Alusão a louça comprada em Melides em 1712</i> , por José António Falcão ...	410
<i>O Cante Alentejano</i> , por António Marvão	412
<i>Em torno das implicações do conceito de cultura em Arqueologia</i> , por Vítor Oliveira Jorge	415
<i>Notas de Leitura</i> , por Eduardo Jorge Lopes da Silva e Viale Moutinho ...	419
<i>Ensino: programa de Antropologia Geral da Faculdade de Ciências de Coimbra</i>	423
<i>Notícias</i>	427

ACTIVIDADES DA SPAE

<i>Nota de Esclarecimento</i>	431
<i>Relatório e Contas da Direcção</i>	435
<i>Sessões científicas e conferências</i>	440
<i>Assembleias Gerais</i>	448
<i>Biblioteca</i>	450
<i>Estatutos da SPAE</i>	451
<i>Lista de sócios da SPAE</i>	460
<i>Regulamento da Revista</i>	465

A revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Antropologia, visando os fins estatutários da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Antropologia em Portugal, contribuindo, assim, para o seu avanço como ciência.

O conteúdo dos *T. A. & E.* abrange diferentes áreas e especialidades da Antropologia, numa perspectiva actualizada e interdisciplinar. Poderá, assim, inserir artigos e estudos de carácter teórico e metodológico, discussão de problemas actuais da Antropologia, sínteses temáticas, resultados de investigações recentes, além de uma rubrica denominada *Vária* onde terão lugar pequenos textos, notas de leitura, informações de carácter geral e notícias sobre reuniões científicas, nacionais e internacionais. Será, também, meio de comunicação entre a SPAE e os seus membros, publicando, em secção própria, relatos das suas principais actividades (relatórios, resumos das sessões científicas, movimento da Biblioteca, etc.).

A revista encontra-se aberta à colaboração dos membros da Sociedade e de outros investigadores, nacionais e estrangeiros.

PALAVRAS DE ABERTURA

Em 15 de Março de 1985, uma nova equipa apresentou a sua candidatura à Direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Do seu programa constavam: a reforma dos estatutos da Sociedade; a instalação da mesma em sede própria; a reorganização dos serviços administrativos; a inventariação do espólio da S.P.A.E.; a realização regular das suas sessões científicas; a revisão da política de publicações; o relançamento nacional e internacional desta antiga e prestigiada instituição.

Subjacente a este programa encontrava-se a ideia de que era urgente revigorar a vida da Sociedade, tornando-a num espaço dinâmico, aberto a todos os interessados em Antropologia Cultural e em Arqueologia, nomeadamente aos jovens, sem esquecer um mais vasto público que poderia ser atingido por diversos tipos de realizações. Tal espaço, pelas próprias características dos amplos domínios cobertos pela Antropologia, era susceptível de se transformar num local propício ao intercâmbio de ideias, segundo uma óptica interdisciplinar, geradora de novas vocações e de trabalhos motivados por uma perspetivação moderna dos problemas, ancorada numa metodologia científica actualizada.

Uma das preocupações fundamentais da actual Direcção, uma vez eleita, foi a de dar continuidade a esta revista, já de longas tradições, mas agora renovada por aquele espírito e franqueando as suas portas a uma gama mais ampla de autores. Este primeiro volume, concebido adentro dessa nova orientação, é ainda um ensaio do que se pretende vir a realizar. Procurar-se-á, na medida do possível, inserir uma colaboração de qualidade, mas para tal será necessário que os arqueólogos e antropólogos portugueses, que existem já em grande número e com uma formação actualizada, nos prestem a sua colaboração, que é evidentemente extensiva aos colegas estrangeiros. Ideal seria que, de futuro, os «Trabalhos da S.P.A.E.» pudessem inclusivamente espelhar as preocupações interdisciplinares a que acima aludimos, em domínios como, por exemplo, o da Etno-Arqueologia, que hoje se revela como um dos campos mais frutuosos de desenvolvimento científico na área para a qual a Sociedade se encontra vocacionada. Desejariamos que esta revista se não limitasse a ser um repositório de artigos concebidos

numa óptica estanque, mas que tentasse ir mais além, abrindo-se até a trabalhos de teorização e de metodologia, que incrementassem o debate que as sessões e conferências promovidas pela Sociedade já começaram a suscitar.

Tais objectivos são sem dúvida ambiciosos, e obviamente não se poderão concretizar a curto prazo. Mas é importante que sejam enunciados, no momento em que damos início ao que esperamos seja um novo ciclo da vida da S.P.A.E. e desta revista. Não são muitos os espaços existentes em Portugal, com uma tradição tão firmada como a da nossa Sociedade, que poderão incentivar esses novos caminhos. Certa rigidez das compartimentações do saber que as instituições oficiais, pelas suas próprias características, muitas vezes perpetuam, poderá ser contrabalançada pelas iniciativas de entidades como a S.P.A.E., cujo dinamismo, se for bem compreendido e aproveitado, poderá ser extremamente revigorador no nosso panorama cultural, e em especial fora da capital, onde normalmente quase tudo se passa, à margem do resto do país. A Arqueologia e a Antropologia Cultural, cuja «documentação» se encontra espalhada em todo o território, são domínios particularmente vocacionados para essa descentralização.

Eis por que o actual Conselho Director se não pôde escusar a assumir a responsabilidade de retomar, nesta cidade do Porto, um projecto acalentado por uma já antiga tradição de pesquisadores, voltado para o estudo do nosso património cultural, mas animado por uma cada vez maior atenção ao contexto universal em que nos situamos no mundo de hoje, tanto ao nível dos métodos, como dos problemas. Estudando os nossos valores, em diálogo com colegas dos mais variados domínios e proveniências, poderemos contribuir, no campo que nos é próprio, para uma melhor compreensão e transformação do mundo infinitamente complexo em que nos movemos, e em que a cada passo se entrecruzam a tradição e a modernidade, o particular e o universal.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

ESTUDOS E ENSAIOS

A OCUPAÇÃO DO BRONZE FINAL DA CITÂNIA DE S. JULIÃO, EM VILA VERDE

CARACTERIZAÇÃO E CRONOLOGIA

POR

Manuela Martins (*)

INTRODUÇÃO

A importante situação geo-estratégica da citânia de S. Julião, em Vila Verde, em relação à bacia do curso médio do rio Cávado, levou-nos a empreender, entre 1981 e 1985, várias campanhas de escavação, ao longo das quais procurámos estabelecer a sequência de ocupação do povoado, datar e interpretar o seu sistema defensivo e relacioná-lo com as diferentes etapas da vida do povoado.

A concretização destes objectivos implicou a abertura de várias sondagens em diferentes pontos da estação, estratégia de escavação que privilegiou claramente uma leitura stratigráfica e temporal da ocupação do sítio. Esta opção metodológica foi considerada como fundamental e prioritária no âmbito do nosso projecto de investigação, que visa o estabelecimento de um quadro cronológico da evolução do povoamento da bacia do Cávado.

Entre os resultados mais significativos obtidos no estudo deste povoado destacam-se os que se relacionam com a sua primeira fase de ocupação identificada como correspondendo ao Bronze Final.

Apesar de não constituir novidade que grande parte dos castros do NO peninsular deve ter tido a sua origem nessa época (MALUQUER DE MOTES 1975, 256; EIROA 1980, 71-84; CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983, 19-85; ALMEIDA 1983, 70-74; SILVA 1983-84,

(*) Assistente da Universidade do Minho.

121-129), a verdade é que os elementos publicados até à data, relativos a esse momento da Proto-história da região, são bastante escassos e dispersos, não permitindo ainda uma visão clara sobre os contextos culturais, ou as características dessa ocupação.

A divulgação de alguns dos dados relativos à ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, parece-nos pois ser, neste contexto, bastante oportuna.

A importância destes dados releva, por conseguinte, não de uma novidade, em termos de cronologia da ocupação dos castros, mas das particularidades que permitiram detectar e estudar o núcleo primitivo do povoado de S. Julião, bem como as características que este revelou.

Com efeito, foi possível delimitar com precisão a área funcional do povoado no Bronze Final, estudar a sua estrutura defensiva e o tipo de estruturas habitacionais que o caracterizam e obter ainda um volume significativo de achados cerâmicos e metálicos, que permitem dar coerência a alguns aspectos da vida material desta comunidade.

Por outro lado, as duas datas absolutas, obtidas por radiocarbono, uma para a construção da fortificação e outra, para um dos níveis de ocupação de uma das cabanas escavadas (MARTINS 1986, 159-160), constituem um contributo importante para o estudo da primeira fase de ocupação dos castros do Norte de Portugal.

A ESTAÇÃO: GEOMORFOLOGIA E LOCALIZAÇÃO

Situado na margem direita do rio Homem, poucos quilómetros a montante da confluência daquele curso de água com o Cávado, o monte de S. Julião possui uma posição estratégica assinalável no relevo da região (Est. I).

Geomorfologicamente, o monte corresponde ao extremo de uma crista montanhosa, de orientação NE/SO, que descendo da Serra Amarela, paralela ao Homem, vem precisamente morrer no cabeço de S. Julião.

As suas vertentes norte, oeste e sul pendem abruptas sobre o vale e dão ao monte uma configuração cónica, quando visto de Norte, ou de Oeste. A vertente este, é mais suave, esbatendo-se em desníveis sucessivos, que correspondem às plataformas do povoado.

O monte encontra-se assim virado ao vale e controla, quer vasta extensão da larga e fértil bacia do Homem, quer ainda da bacia do Cávado. No entanto, as suas características de esporão, asseguram-lhe boas defesas naturais, inexistentes apenas a NE, onde o cabeço entronca nos restantes relevos do cordão montanhoso.

Na base das vertentes leste e sul correm diversos subafluentes do rio Homem. No sopé das vertentes norte e oeste, dominam os afluentes da ribeira do Loureiro, também ligada à rede hidrográfica daquele rio.

Geologicamente o monte integra-se na mancha de granitos porfiróides, de grão médio, ou fino a médio, característicos da região de Braga (TEIXEIRA *et al.* 1975). O substrato rochoso aflora à superfície na parte mais alta da estação, onde se regista uma imponente massa de blocos graníticos.

Nas encostas, observa-se um solo de espessura variável, tipo ranker atlântico, actualmente coberto por vegetação rasteira de herbáceas e gramináceas. Apenas na parte mais baixa das vertentes existem manchas de pinheiros e de eucaliptos.

A propriedade do monte está repartida actualmente pelas freguesias da Ponte de S. Vicente e do Coucieiro, ambas no concelho de Vila Verde, no distrito de Braga.

As coordenadas geográficas do sítio, medidas do seu ponto mais alto, que regista 297 m de altitude, são, segundo a folha n.º 42 da carta 1:25.000 dos S.C.E., as seguintes: 41º 41' 15" Lat. N; 0º 41' 14" Long. E de Lx.

BREVE HISTÓRIA DAS PESQUISAS

A citânia de S. Julião é conhecida desde o século XIX por referências bibliográficas sumárias (COSTA 1868, 211; LEAL 1874, 44; BELINO 1909, 6; FONTES 1919, 198-210).

Na década de 30 deste século a estação foi objecto de escavações, relativamente extensas, realizadas pelo P.º João de Freitas, pároco da vizinha freguesia de Caldelas, pertencente ao concelho de Amares. Como resultado desses trabalhos foram postas a descoberto duas amplas áreas residenciais, em duas plataformas da vertente leste do monte (FREITAS 1971, 133-138), onde actualmente se observam vários conjuntos de habitações circulares, algumas com vestíbulo e outras de planta mais irregular, que correspondem ao reaproveitamento de estruturas anteriores.

As características destas estruturas bem como a parte do espólio procedente das escavações recolhido no Museu Pio XII, de Braga, demonstram uma intensa romanização destes sectores do povoado (ALARCÃO 1958, 281-282, 298, 300-301), que aliás tivemos oportunidade de confirmar nas sondagens que realizámos nessa vertente, uma delas já publicada (MARTINS 1984, 11-27).

Entre os objectos expostos naquele museu dados como provenientes da citânia, destacam-se três peças em bronze: um fragmento de um machado,

provavelmente de talão; uma ponta de lança de alvado, fragmentada e um pequeno machado também de alvado (KALB 1980, 20 e 38; COFFYN 1982, carta 42). Embora se desconheçam as circunstâncias em que estas peças foram encontradas, elas sugeriam uma ocupação do povoado numa época anterior à Idade do Ferro.

Foi no decorrer da escavação de uma sondagem realizada nos limites do tabuleiro superior da estação, entre 1982 e 1983, que detectámos estruturas e espólio que poderiam ser culturalmente correlacionados com aqueles objectos. Posteriormente, foi possível delimitar com precisão a área ocupada pela comunidade do Bronze Final, que se instalou no monte de S. Julião.

Na sondagem referida, designada por corte 1 do Sector B (Est. II), que abrangeu uma área de 18 m de comprimento por 5 de largura máxima, foi identificada uma estrutura defensiva, constituída por um talude de terra e pedra e por um fosso exterior, escavado na arena granítica. As duas estruturas, que se dispõem em arco de círculo, cinturando a pequena plataforma superior do monte, delimitam uma área residencial que foi sondada nos anos posteriores.

Em 1984, foi aberto o corte 2 do Sector B (Est. II), que abrangeu uma área com 8 m de comprimento por 3 de largura. Este corte foi implantado no limite norte do tabuleiro, perto da capela. Aí foi observada uma interessante sequência estratigráfica que se desenvolve ao longo de 2 m de altura de sedimentos. Esta sequência regista vários momentos de ocupação da plataforma, todos eles atribuíveis ao Bronze Final. Apenas ao nível da camada humosa foi possível encontrar um escasso número de fragmentos de cerâmica, que foi inserido numa fase adiantada da Idade do Ferro.

Em 1985 uma outra área do mesmo sector viria a ser intervencionada, desta vez localizada numa zona contígua ao lado interno do talude defensivo. Esta sondagem, designada por corte 3 (Est. II), pretendeu confirmar a estratigrafia observada no corte 2 e obter elementos para caracterizar as estruturas habitacionais do povoado, relacionando-as directamente com a estrutura defensiva.

CARACTERIZAÇÃO DO POVOADO DO BRONZE FINAL

1. Implantação

O núcleo do povoado do Bronze Final de S. Julião ocupa o extremo SO do esporão, que se localiza no cume do monte e que se desenvolve no sentido NE/SO (Ests. II e III).

Os limites da pequena acrópole correspondem aproximadamente às curvas de nível de 288 e 290 m. Esta possui uma configuração elíptica, medindo cerca de 30 m de comprimento por 20 m de largura.

A massa de afloramentos rochosos, existente nos extremos noroeste, oeste e sudeste da plataforma, constitui um limite natural do povoado nesses sectores, bem defendidos pelo escarpado das vertentes. A Norte, Este e Sul foi construída uma linha defensiva, que ajudou a formar o pequeno tabuleiro, destacando-o do resto do esporão, que regista um certo pendor para NE (Ests. III e IV).

As várias sondagens realizadas na plataforma superior, já fora do recinto fortificado, permitiram-nos identificar alguns achados cerâmicos, relacionáveis com a ocupação do Bronze Final. No entanto, esses achados ocorrem de forma esporádica, em níveis de aterro, ou misturados com cerâmicas de períodos mais recentes da ocupação do monte, como é o caso do corte 4 (Est. II). Apenas na área exterior, contígua à fortificação (corte 1), foi observada, nas camadas inferiores, uma certa densidade de materiais correlacionáveis com a ocupação da acrópole, o que permite supor uma utilização mais intensa deste sector pelos habitantes do povoado.

Todavia, o facto de termos apenas registado vestígios de habitação no interior do espaço fortificado, sugere-nos que este constituiria a área nuclear do habitat, pelo que a presença de materiais atribuíveis ao Bronze Final, fora do recinto, deve justificar-se mais pela circulação dos seus habitantes, do que por uma ocupação propriamente dita.

2. Estrutura defensiva

A pequena área habitacional do povoado encontra-se delimitada por uma estrutura defensiva formada por um talude de terra e por um fosso exterior, escavado na arena granítica. As duas estruturas possuem uma configuração nitidamente circular, parecendo cinturar a área este e sudeste do povoado, onde as defesas naturais são inexistentes (Est. III-1).

O talude assenta numa camada estéril, de terra cinzenta, argilosa, que cobre a arena granítica. A parte superior da camada, que parece corresponder a um paleosolo, estava definida por um nível de carvões e cinzas, que julgamos poder atribuir a uma queimada, para limpeza da vegetação.

A parte conservada do talude regista cerca de 1,50 m de altura, por 5 m de largura máxima (Est. VI). Corresponde a uma estrutura maciça de terra, formada pela sobreposição de várias camadas, alicerçadas com grandes blocos graníticos, dispostos de forma mais ou menos irregular,

mas concentrados na periferia do talude, junto ao fosso. Aparentemente serviriam, não só para dar maior consistência à estrutura, mas também para evitar o escorregamento de terras para o fosso.

A parte superior do talude é formada por uma espessa camada de arena, bastante dura, que reveste toda a estrutura, conferindo-lhe o aspecto de uma calote (Est. VI).

O lado interno foi rematado por um murete de pedras, de talhe e dimensões irregulares, encravado nas próprias terras do talude (Est. IV-1).

No lado exterior, a estrutura confina com um fosso. Este tem uma secção em U, bastante aberto e regista uma profundidade de cerca de 1,80 m e uma largura máxima de 2,20 m (Est. VI). A abertura do fosso cortou a camada estéril, cinzenta, que já referimos e sobre a qual assenta o talude.

As duas estruturas devem ter sido construídas simultaneamente, sendo provável que o saibro, que compõe a camada de revestimento do talude, seja originário do desaterro do fosso.

3. Estruturas habitacionais

No corte 2 registámos apenas vestígios de uma possível cabana, correspondente à 1.^a fase de ocupação aí observada e da qual apenas foi escavada uma parte pouco significativa. A estrutura aparece definida por um conjunto de pedras, dispostas entre dois grandes afloramentos rochosos existentes no local, parecendo constituir um alicerce. Com a estrutura estão relacionados dois solos de argamassa: A1 e A2 (Est. VII).

No corte 3, aberto no lado interior do povoado, na zona contígua ao talude, foram definidos os limites de duas estruturas de habitação, parcialmente encostadas uma à outra. No entanto, nenhuma delas foi integralmente escavada (Est. IV-1 e 2).

Correspondem a estruturas muito simples, limitadas por aros de pedra de talhe muito irregular, assentes na terra. Dispõem-se em arco de círculo e deveriam constituir os alicerces de cabanas, feitas com materiais perecíveis. Com efeito, as pedras não chegam a formar qualquer parede, parecendo antes indicar um simples suporte, ou limite das construções.

A parte escavada destas estruturas revelou várias pavimentações, algumas delas cobrindo restos de níveis de ocupação anteriores. Os solos, por vezes bastante espessos, são formados por saibro e argila endurecidos, provavelmente por acção do fogo. Alguns deles conservam vestígios de lareiras (Est. V-1 e 2).

A área escavada da cabana 1, embora não corresponda à totalidade da estrutura, permite considerar que ela não ultrapassaria os 5 m de diâmetro. A parte descoberta da cabana 2 é demasiado pequena para permitir qualquer estimativa da sua dimensão.

Na zona periférica das cabanas, sobretudo no espaço situado entre estas e o talude, e ao mesmo nível dos solos das estruturas, encontramos várias camadas de tipo detritico, que parecem relacionar-se com a sua ocupação.

No corte 3 foram ainda identificados vestígios de dois outros pavimentos, correspondentes a solos de duas outras habitações, que assentam na camada de abandono das cabanas 1 e 2. No entanto, estes solos são excêntricos em relação às estruturas anteriores, parecendo indicar um reordenamento do espaço habitacional do povoado.

Os dois pavimentos possuem também uma configuração circular e são feitos, tal como os anteriores, de barro e saibro endurecidos. O solo B, mais antigo que o solo A, possuía restos de uma lareira e um buraco de poste, definido por três pedras encravadas verticalmente no próprio solo.

Os materiais arqueológicos relacionados com a ocupação destes dois pavimentos mantêm as mesmas características dos que foram exumados nas camadas anteriores, pelo que podem ser inseridos no mesmo período cronológico e cultural.

4. Estratigrafia e fases de ocupação

Os resultados obtidos na escavação dos cortes 2 e 3, que constituíram meras sondagens da área residencial do povoado, permitiram-nos estabelecer uma sequência de ocupação apenas válida para este sector do monte e que se restringe ao Bronze Final. Estas sondagens deverão vir a ser alargadas num futuro próximo, a fim de se obter uma caracterização do habitat mais correcta, bem como uma leitura mais fina da distribuição espacial dos vestígios conservados.

A ausência de materiais indicadores de uma ocupação da Idade do Ferro neste sector do monte, bem testemunhados noutras zonas, nomeadamente na sua vertente leste e que em princípio se deveriam sobrepor aos níveis do Bronze Final, podem ser explicados pelas destruições ocorridas no tabuleiro superior, quando foi construída a capela. Com efeito, temos informações de que o recinto foi terraplanado e nivelado, o que terá provocado o desmantelamento dos níveis de ocupação mais recente deste sector.

No corte 2 foi observada uma importante sequência de ocupação, que se desenvolve sobre uma camada estéril de terra cinzenta, assente na arena granítica (c.Ia) A camada possui as mesmas características daquela que foi encontrada no corte 1, sob o talude e também sob a ocupação do corte 3.

Esta sequência de ocupação foi dividida, de acordo com as estruturas e camadas observadas, em 3 fases distintas (Est. VII).

A 1.^a fase está representada pela estrutura A, que considerámos poder corresponder a uma cabana. Com ela estão relacionados dois pavimentos (A1 e A2) e dois níveis de ocupação (Ib e Ic). O pavimento mais antigo, possuía vários buracos de poste e uma pequena fossa que cortou o solo (Est. VII).

A 2.^a fase de ocupação está definida pela construção da estrutura B, observada numa pequena zona do corte, sendo contemporânea da sua utilização. Trata-se de um muro feito com pedras, de talhe e dimensões irregulares, assentes umas sobre as outras. No lado interno conservou-se parte da face da estrutura. No lado externo, os seus limites são imprecisos, pois a estrutura foi parcialmente destruída pela construção da muralha da Idade do Ferro (est. C) (Est. VII).

A estrutura B parece ter funcionado como muro de suporte de terras, sendo contudo provável que tenha tido outras finalidades, podendo mesmo ter servido como estrutura de defesa. Com ela estão relacionadas duas camadas distintas (IIa e IIb) e um pavimento de saibro batido (B1) (Est. VII).

A 3.^a fase de ocupação é posterior ao abandono da estrutura B e está representada pela camada IIIa, que cobre o solo 1, pela camada IIIb, relacionada com o solo 2 e pela camada IIIc, que assenta no solo 3.

A estrutura C corresponde à muralha da Idade do Ferro, que recobre a estrutura B, reaproveitando parte do seu material pétreo. Possui apenas uma face externa, de pedra faceada. O lado interno da estrutura encosta por sua vez às camadas de ocupação anteriores, cortadas para esse efeito. Apenas as camadas superficiais, bastante revolvidas, parecem ser posteriores a esta construção e apresentam, quer cerâmicas do Bronze Final, quer outras já características da Idade do Ferro.

No corte 3 observámos uma sequência de ocupação com características diferentes da do corte 2, igualmente dividida em 3 fases, de acordo com as estruturas e os solos detectados.

A fase mais antiga foi observada numa área reduzida do corte, onde tivemos oportunidade de escavar até à camada de arena granítica. Aí encontrámos a mesma camada cinzenta estéril, detectada no corte 1, sob o talude e na base do corte 2. As camadas relacionadas com esta fase foram designadas por IVa e IVb, tendo a dividi-las 2 solos de saibro batido (Est. VIII).

A 2.^a fase de ocupação encontra-se representada pela construção das cabanas 1 e 2 e pelos seus diferentes pavimentos. O pavimento C1 corresponde ao último solo da cabana 1 e é sobreposto pela camada IIIa, que possui características de nível de ocupação. Existe ainda um outro pavimento mais antigo, o C2, caracterizado por uma espessa camada de argamassa esbranquiçada, que se sobrepõe a um denso leito de pedras. Este primeiro pavimento conservava também restos de um nível de ocupação, definido pela camada IIIb (Est. VIII).

Na cabana 2 foi observada uma sequência de três solos D1, D2 e D3 cobertos por finos níveis de ocupação III¹a, III¹b e III¹c. A esta fase pertencem ainda as camadas III¹d e III¹e, que se dispõem entre as cabanas e o lado interno do talude. Estas camadas possuem características manifestamente detríticas, não só testemunhadas pelo elevado número de fragmentos cerâmicos que forneceram como ainda pela abundância de carvões e de cinzas.

A uma 3.^a fase, mais recente, correspondem os dois solos de argamassa (A e B), pertencentes a estruturas posteriores ao abandono das cabanas da fase 2. Com estes solos estão relacionadas as camadas IIa e IIb (Est. VIII).

O pavimento A, mais moderno, deveria associar-se a uma estrutura cujos limites não foram identificados na pequena área intervencionada. O pavimento B, era sobreposto pela camada IIb, que cobria exclusivamente o pavimento e que foi interpretada como nível de ocupação e abandono. A camada IIa deve assinalar um nível de ocupação exterior ao pavimento.

A escavação deste corte permitiu ainda assinalar a presença de parte de uma sepultura, em caixa, feita com pequenas lages, datável da Alta Idade Média. Com esta estrutura relacionam-se as camadas Ia e Ib, que compõem o enchimento da vala aberta para a sua implantação.

A comparação do espólio cerâmico exumado nas camadas dos dois cortes revelou grande homogeneidade, quer no que respeita ao conjunto do material das três fases, quer comparando cada uma das fases de cada corte entre si. Pensamos, por isso, poder correlacionar as duas sequências observadas, ainda que as zonas abrangidas pelos cortes possam corresponder a áreas funcionais diferenciadas.

Assim, e sem prejuízo de futuras interpretações, resultantes da escavação da área situada entre as duas sondagens em questão, podemos admitir, por ora, que as fases observadas nos dois cortes se possam equivaler em termos cronológicos.

5. Espólio

A escavação dos cortes 2 e 3 forneceu abundante espólio cerâmico, razoável número de objectos líticos e dois pequenos punhais de bronze.

5.1. Cerâmica

A cerâmica dos dois cortes referidos será apresentada em conjunto, uma vez que se revela bastante homogénea, quer em termos técnicos, quer morfológicos ⁽¹⁾.

A cerâmica é toda feita à mão, bem cozida e possui bom acabamento, quase sempre realizado por alisamento mais ou menos intenso das superfícies, ou mesmo por polimento.

Do ponto de vista técnico os fragmentos analisados podem ser agrupados em duas grandes categorias: cerâmica grosseira e cerâmica fina.

Ao grupo da cerâmica grosseira pertence o maior número de fragmentos exumados, sempre maioritário em todas as camadas observadas. Estes registam pastas grosseiras, que incluem feldspatos e abundantes grãos de quartzo, de pequeno e médio calibre, quase sempre com arestas vivas, acrescentados à argila, como desengordurante. A presença de mica é pouco significativa. Aparece em pequena quantidade e está reduzida a finíssimas partículas, sugerindo que estaria incorporada na própria argila. Muitos fragmentos revelaram também a presença, nas pastas, de restos de matéria orgânica carbonizada.

As paredes destes fragmentos são quase sempre bastante grossas. As suas dimensões mais frequentes situam-se entre os 8 e os 12 mm. As superfícies apresentam sinais de alisamento, por vezes bastante intenso. Nalguns fragmentos de grandes vasos assinalámos a técnica de acabamento designada por «a cepilla» (Ests. X, n.º 6 e XIII, n.º 15), bastante frequente nas cerâmicas do Bronze Final e da I Idade do Ferro de outras regiões peninsulares (ALMAGRO-GORBEA 1977, 135-136; DELIBES DE CASTRO *et al.* 1984, 102).

As características e o volume dos fragmentos incluídos no grupo da cerâmica grosseira, permitem considerar que pertencem de um modo geral

(1) Na descrição das características das pastas e da morfologia dos recipientes, servimo-nos de critérios, que geralmente são seguidos no estudo da cerâmica do mesmo género (DEDET e PY 1975; LLANOS e VEGAS 1974, 265-313), que adaptámos, contudo, ao tipo de trabalho em causa.

a grandes recipientes, pelo que é possível admitir que estas vasilhas constituíam a base fundamental da louça deste período, hipótese igualmente sugerida pela elevada percentagem de bordos de grandes peças.

Pela observação das zonas de fractura podemos constatar que grande parte dos vasos foram executados pela sobreposição de tiras de argila, ligadas entre si pelo repuxamento das superfícies e pelo alisamento das mesmas.

A grande maioria dos fragmentos classificados dentro desta categoria regista sinais de ter pertencido a recipientes de ir ao lume, assinalando, ou manchas negras na superfície externa, ou mesmo uma capa mais ou menos espessa de fuligem, que cobre a parte exterior das peças. Muitos bordos possuem também essa mesma capa no lado interno, o que sugere o contacto directo desta zona com a chama.

No grupo da cerâmica fina incluímos um número bastante mais reduzido de fragmentos, que registam boa qualidade de fabrico. Esta resulta da natureza da pasta, que é sempre bastante mais fina que a do outro grupo. O desengordurante, regra geral bastante miúdo e bem distribuído, é composto essencialmente por quartzo. A reduzida espessura das paredes, que não ultrapassa em geral os 6 mm e o bom acabamento das peças, quase sempre obtido por forte polimento das superfícies, são características que ajudam a distinguir facilmente este grupo de cerâmica. As pastas destes fragmentos possuem geralmente uma maior quantidade de partículas de mica.

Os fragmentos de cerâmica fina pertencem a recipientes mais pequenos, aparentemente construídos de modo diferente das peças grandes. Tudo leva a crer que estes tenham sido modelados a partir de um único bocado de argila.

Apesar do elevado número de fragmentos exumados na escavação dos dois cortes, só foi possível reconstituir perfis completos de peças de pequenas dimensões, nomeadamente de potinhos e de taças.

No entanto, o número significativo de fragmentos de bordos, por vezes com boa parte do bojo, permitiu-nos ensaiar uma sistematização das formas de louça presentes no povoado de S. Julião.

A. Formas

Morfologicamente os recipientes podem ser divididos em dois grandes grupos: recipientes fechados (formas 1, 2, 3 e 4) e recipientes abertos (formas 5, 6 e 7) (Fig. 1).

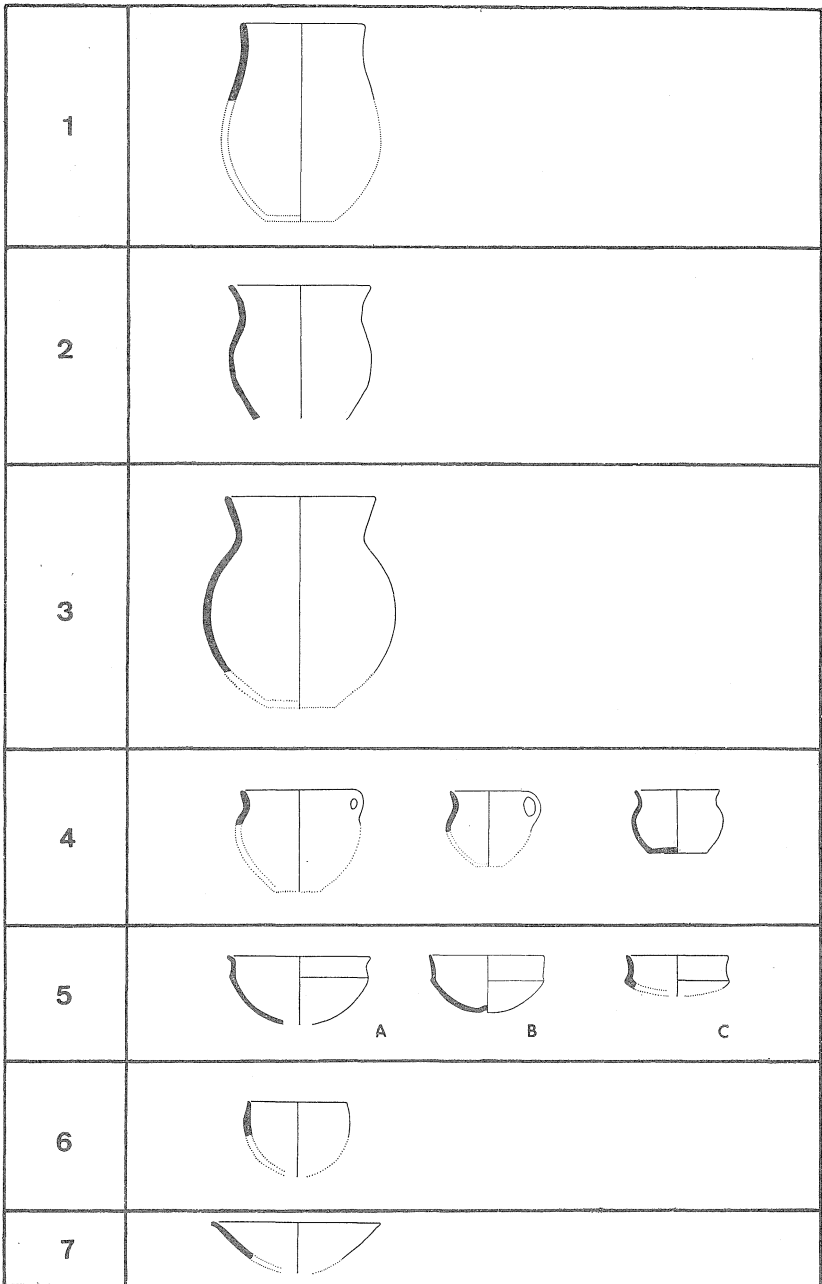


Fig. 1 — Quadro das formas cerâmicas encontradas nos cortes 2 e 3.

As três primeiras formas podem ser genericamente classificadas como potes e parecem ter-se adaptado a diferentes funcionalidades. No entanto, verificámos que os fragmentos de peças integrados na forma 1 possuem sempre as superfícies alteradas pelo fogo, sugerindo, por conseguinte, a sua exclusiva utilização como recipientes de cozinha. Pelo contrário, as formas 2 e 3 parecem bastante menos especializadas, uma vez que encontramos, quer fragmentos pertencentes a essas formas com vestígios de utilização sobre o lume, quer sem eles, podendo portanto fazer parte de peças para armazenagem, ou transporte.

Estas formas revelam dimensões bastante variáveis. Tendo em conta apenas o diâmetro da boca, assinalámos a presença de peças médias: 9-19 cm; grandes: 19-25 cm e muito grandes: < 25 cm.

A forma 4 compreende, quer potinhos, quer púcaros. Basicamente estas duas categorias funcionais apenas se podem distinguir pela presença ou não de asas. No entanto, considerando que raramente possuímos as peças inteiras, não podemos facilmente atribuir os fragmentos analisados a uma ou outra categoria. Preferimos assim considerá-las como a mesma forma. Morfologicamente a forma 4 não difere da forma 2, apresentando ambas um perfil em S, mais ou menos acentuado. No entanto, uma vez que se trata de peças pequenas e médias, com diâmetros sempre inferiores a 15 cm, possuindo um fabrico diferente, quase sempre de boa qualidade, julgamos mais correcto considerá-las como uma forma distinta.

A forma 5 integra todas as taças de perfil carenado que foram encontradas. Estas peças são sempre de fabrico cuidado, com superfícies muito bem alisadas, ou mesmo polidas.

A forma 6, pouco frequente, foi classificada como malga. Os fragmentos integrados nesta categoria são todos de fabrico grosseiro e registam superfícies bastante irregulares.

A forma 7 está testemunhada por um único fragmento de uma peça bastante aberta classificada como prato. O seu fabrico permite incluí-la no grupo da cerâmica fina.

A análise das pastas dos fragmentos atribuídos a estas diferentes formas permite considerar que as formas 1, 2, 3 e 6 possuem sempre pastas grosseiras. As formas 4, 5 e 7 registam quase sempre pastas de boa qualidade devendo, por isso, ser consideradas na categoria da cerâmica fina.

Forma 1: Pote com pança ovóide; bordo ligeiramente reentrante, no prolongamento da pança, ou ligeiramente esvasado; ombros quase direitos, convergentes; lábios arredondados ou rectos horizontais (Ests. IX e X, n.^{os} 1 a 7).

Forma 2: Pote com perfil em S mais ou menos acentuado; pança esférica; colo bem marcado, por vezes incipiente; lábios arredondados ou rectos horizontais; pode possuir asas em tira, colocadas entre a parte alta da pança e o bordo (Ests. X a XII, n.ºs 8 a 14).

Forma 3: Pote de pança esférica, com o colo curto, por vezes inexistente, quando o contacto pança/bordo é anguloso; bordos direitos divergentes; lábios arredondados, ou rectos horizontais (Est. XIII, n.ºs 15 e 16).

Forma 4: Potinho/púcaro de perfil em S mais ou menos desenvolvido; colo bem marcado quando o bordo se contracurva, ou pouco acentuado, por vezes mesmo inexistente, quando o contacto pança/bordo é anguloso; lábios arredondados ou adelgaçados; os púcaros possuem uma ou duas asas, colocadas entre a parte alta da pança e o lábio, regra geral de secção rectangular e mais raramente moldurada na superfície exterior (Est. XV, n.ºs 23 a 25).

Forma 5: Taça de perfil carenado; a carena pode ser alta (A), média (B), ou baixa (C); os bordos podem ser esvasados, ou verticais; os lábios são arredondados, ou adelgaçados e mais raramente em pequena aba soerguida; os fundos são umbilicais, ou esféricos (Est. XIV, n.ºs 17 a 22); por vezes sobre a carena encontram-se mamilos, com perfuração vertical (Est. XV, n.ºs 26 e 27).

Forma 6: Malga de pança esférica; bordo no prolongamento da pança; lábio arredondado, ou adelgaçado (Est. XV, n.º 28).

Forma 7: Prato muito aberto; paredes direitas divergentes; bordo boleado, ligeiramente esvasado (Est. XV, n.º 29).

A distribuição destas formas nas camadas dos cortes 2 e 3 é bastante semelhante. Uma vez que nenhuma forma parece particular de qualquer das camadas, ou mesmo de qualquer fase, é impossível considerar a existência de níveis com características específicas.

Dado que o número de fragmentos por camada, é por vezes bastante pequeno, decidimos apresentar a cerâmica por fases, de modo a obter amostragens mais significativas.

A distribuição das formas pelas diferentes fases consta da figura 2, podendo ser melhor compreendida pela observação da figura 3.

Em termos globais a diferença fundamental entre os valores fornecidos pelos dois cortes analisados resulta da presença da forma 6 em todas as fases do corte 2, enquanto que no corte 3 ela apenas aparece na 3.ª fase e mesmo aí pouco representada. Esta diferença parece-nos, no entanto, pouco significativa se tivermos em conta a semelhança das amostragens das outras formas, entre os dois cortes. Também a existência da forma 7, apenas no corte 2 (3.ª fase), não parece ter grande relevância, uma vez

que se trata apenas de um fragmento. A baixa frequência destas duas formas, representadas apenas por 15 fragmentos no corte 2 e por 2 no corte 3, num total de 276 peças estudadas nos dois cortes, pode aliás resultar da dificuldade em classificar este tipo de recipientes, sobretudo quando os seus bordos são demasiados pequenos.

FORMAS	CORTE 2			CORTE 3		
	1. ^a FASE	2. ^a FASE	3. ^a FASE	1. ^a FASE	2. ^a FASE	3. ^a FASE
1	46 %	38 %	34 %	50 %	42 %	36 %
2	11 %	17 %	16 %	20 %	19 %	10 %
3	4 %	10 %	7 %	10 %	11 %	10 %
4	18 %	10 %	16 %	10 %	11 %	15 %
5	14 %	15 %	20 %	10 %	17 %	23 %
6	7 %	10 %	6 %	—	—	5 %
7	—	—	1 %	—	—	—

Fig. 2 — Tabela das % das formas representadas nos cortes 2 e 3.

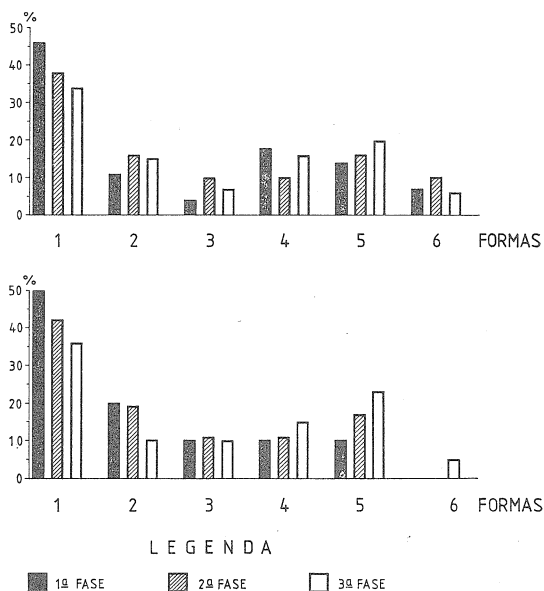


Fig. 3 — Histogramas comparativos das formas cerâmicas encontradas nos dois cortes.

Parece-nos interessante chamar a atenção para as tendências reveladas pelas formas mais comuns, nomeadamente a forma 1 (potes) e a 5 (taças carenadas). Enquanto que a forma 1 tem uma manifesta tendência para diminuir a sua representatividade nos dois cortes, as taças carenadas aumentam em termos percentuais.

As restantes formas parecem manter-se mais ou menos estáveis, ou então sofrer ligeiras alterações entre uma fase e outra, sem se poder, todavia, considerar que existe uma clara tendência no seu comportamento.

Em ambos os cortes a forma 1 é sempre a mais representada, sendo a sua presença ainda mais significativa no corte 3. Embora com valores bastante mais baixos, seguem-se as formas 5 (taças) e 4 (potinhos/púcaros).

A forma 3 constitui apenas 8 % do total das peças estudadas nos dois cortes, sendo a variante de pote menos utilizada.

Considerando as cinco formas principais (1 a 5) verificamos que o conjunto dos potes (formas 1, 2 e 3), que corresponde basicamente à louça grosseira do povoado, constitui cerca de 64 % das peças estudadas, enquanto que a louça fina (formas 4 e 5) está apenas representada em 36 %, do total de fragmentos analisados.

B. Bases

Os fragmentos de bases exumados correspondem maioritariamente a bases de fundo plano e registam variadas dimensões. Devem ter pertencido predominantemente a recipientes médios, ou grandes e possuem quase sempre pastas bastante grosseiras.

É reduzido o número de fragmentos de bases pertencentes a peças finas. Constatámos, todavia, a presença de algumas bases de fundo plano, que podem ser atribuídas a potinhos, ou a púcaros.

Especial destaque merecem os fundos umbilicais, que parecem ter pertencido a taças de perfil carenado (Est. XVI, n.ºs 35 e 36). Este tipo de bases, revelando em geral pastas de boa qualidade, aparecem nos dois cortes, exclusivamente nas duas últimas fases.

C. Decorações

A cerâmica do Bronze Final de S. Julião é predominantemente lisa. Os fragmentos decorados são raros e os motivos e técnicas, pouco variados.

A decoração fundamental consiste na ornamentação dos lábios dos potes e muito mais raramente das panças, sendo interessante constatar que a categoria de recipientes assim decorados corresponde a peças usadas sobre o lume. No entanto, não encontramos qualquer preferência evidente

por nenhuma das três formas de potes. O facto de termos observado a existência de um maior número de bordos decorados de potes da forma 1, não nos parece em si muito significativo, uma vez que se trata da forma mais representada. No entanto, existem também bordos pertencentes às formas 2 e 3 com lábios decorados (Ests. XII, n.ºs 12 e 14 e XIII, n.º 15).

Na decoração dos lábios dos potes distinguimos duas técnicas diferentes: a incisão e a impressão.

A incisão revela duas variantes principais. Existem incisões oblíquas, mais raramente direitas, feitas com objecto de gume afiado, que produzem um efeito decorativo caracterizado por finos golpes, regra geral bastante irregulares (Est. XI, n.º 10). A incisão pode ainda ter provocado a remoção de parte da pasta, obtendo-se então um lábio serrilhado.

A decoração por impressão é menos frequente e parece ter sido obtida por digitação (Est. XIII, n.º 15).

Algumas das peças com lábios ornamentados apresentam também a parte alta da pança, ou a base do colo, decorados com as mesmas técnicas (Est. XII, n.º 12).

Com excepção destas decorações, que são específicas dos potes, encontramos apenas um número muito reduzido de fragmentos decorados, agrupáveis em três categorias, de acordo com o tipo de ornamentação: cerâmica com mamilos; cerâmica com decoração brunida e cerâmica com decoração tipo «Baiões».

Foram encontrados apenas sete fragmentos de cerâmica com mamilos, nenhum deles com forma. Estes dispõem-se em geral sobre a pança e dadas as características técnicas das pastas dos fragmentos, deveriam corresponder, ou a malgas, ou a pequenos potes.

O número de fragmentos decorados com sulcos brunidos é igualmente bastante escasso. As suas dimensões são demasiado pequenas para permitirem considerar o tipo de recipientes aos quais pertenceriam. No entanto, todos eles possuem pastas de boa qualidade, com desengordurante fino e superfícies bem polidas, pelo que deve tratar-se de uma decoração usada sobretudo em pequenos recipientes de fabrico cuidado (Est. XVI, n.º 38).

Apenas no corte 2 registámos a presença de fragmentos de cerâmica decorados com finas incisões, que lembram a decoração designada por tipo «Baiões» (Est. XVII, n.ºs 39 a 41).

5.2. Líticos

A escavação dos cortes 2 e 3 forneceu abundantes achados líticos que se podem agrupar em três categorias: seixos rolados; fragmentos de seixos, ou de rochas e utensílios.

Os seixos rolados, de diferentes dimensões, bastante frequentes em quase todos os níveis dos dois cortes, devem ter sido trazidos, quer das margens do Homem, quer de outros ribeiros próximos. Estes seixos parecem ter constituído a grande fonte de matéria-prima para a execução de boa parte dos utensílios. São também abundantes os fragmentos de seixos e de rocha, que podem assinalar produtos residuais do fabrico de peças.

Para além de seixos de granito, quartzite e de quartzo, assinalamos ainda a presença de raros fragmentos de xisto.

Os utensílios líticos mais frequentes, que aparecem em grande quantidade, sobretudo nos níveis de ocupação do corte 3, são as pequenas mós de vai-vém, com a superfície superior abaulada e muito polida.

Seguem-se os pesos, feitos com seixos rolados, de variadas dimensões, quer de granito, quer de quartzite, executados por simples truncaturas realizadas nos seus lados maiores (Est. XVIII, n.º 48). Os pesos estão presentes em todas as fases registadas nos dois cortes, sendo possível que tenham sido utilizados, quer como pesos de rede, quer como pesos de tear.

No corte 3 foram encontrados dois machados polidos, um em quartzite (c. IIIa) e outro em xisto (c. IIa) (Est. XVIII, n.º 48).

Os dois únicos trituradores encontrados nas escavações eram de granito e apresentavam uma forma mais ou menos esférica. Um deles provém de camada IIIb do corte 2 e o outro da camada IIIa do corte 3.

Foram ainda identificados dois alisadores feitos com seixos graníticos. Apresentam uma das faces intencionalmente achatada e muito polida (Est. XVII, n.º 44). Procedem das camadas IIIa e IIIf do corte 3.

Como polidor classificámos um seixo comprido, que assinala num dos lados maiores um sulco, com secção semicircular e que parece ter servido para polir, ou aguçar qualquer instrumento, eventualmente o gume de um machado. Foi encontrado na camada IIa do corte 3 (Est. XVIII, n.º 47).

Na camada IIa do mesmo corte foi encontrada uma goiva de quartzite, de grão muito fino, com a extremidade maior muito gasta, aparentando ter sido usada para polir cerâmica (Est. XVIII, n.º 45).

5.3. Metais

Os únicos objectos metálicos encontrados na escavação são dois pequenos punhais de bronze. São peças bastante curtas, de lâmina estreita, de bordos mais ou menos paralelos, com pontas pouco afiladas.

A peça n.º 42 (Est. XVII) foi encontrada no corte 1, numa zona situada já fora do recinto fortificado, contígua ao lado exterior do fosso. Mede 16,5 cm e está completa. Numã das faces nota-se uma nervura vertical, que acompanha praticamente toda a altura da lâmina. Essa

nervura está bastante esbatida na outra face, notando-se dela apenas ténues vestígios. A parte superior, destinada ao encabamento, é arredondada e possui uma perfuração central que conserva ainda restos de um pequeno rebite.

A peça n.º 43 (Est. XVII) apareceu na escavação da camada IIB do corte 2. Está fracturada na parte superior, desconhecendo-se por isso, se possuiria qualquer perfuração. A peça possui duas pequenas chanfraduras, que separam a lâmina propriamente dita da zona do encabamento. Aí a peça é ligeiramente mais estreita e menos espessa. Dois finos sulcos verticais e paralelos definem a zona onde o cabo enfiava na peça.

As duas peças lembram os punhais tipo Porto de Mós, cuja origem permanece ainda em discussão (COFFYN 1984, 199). A repartição destes objectos corresponde sobretudo à região entre Douro e Tejo (COFFYN 1982, carta 40), aparecendo representados no depósito de Monte Crasto, Vila Nova de Perrinho, Vale de Cambra e ainda em Alvaiázere e Pragança (KALB 1980, 46 e 49).

A Norte do Douro encontramos um exemplar semelhante à peça n.º 42 (Est. XVII) no castro de Nogueira (KALB 1980, 42), enquanto que a peça n.º 43 (Est. XVII) parece aproximar-se mais daquelas que foram encontradas no Outeiro do Rego, Lama Chã (*idem*, 41).

Para além dos dois pequenos punhais, foram ainda encontrados no decorrer das escavações fragmentos de dois cadinhos de fundição que parecem demonstrar o exercício da actividade metalúrgica no povoado.

CRONOLOGIA

Os materiais obtidos na escavação do sector B da citânia de S. Julião podem ser cronológica e culturalmente inseridos no mundo do Bronze Final.

Algumas das formas cerâmicas registadas em S. Julião, sobretudo a forma 5, correspondente a taças carenadas, têm sido assinaladas em vários castros do Norte de Portugal ⁽²⁾. A ocorrência deste tipo de cerâmica, quase sempre relacionada com a louça tipo «Baiões» e «Alpiarça» tem

⁽²⁾ Até ao momento este tipo de cerâmica foi referenciado nos seguintes castros do Norte de Portugal: Roriz, Barcelos (ALMEIDA *et al.* 1980, 29-36); Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et al.* 1980); castro do Peso, Viana do Castelo (SOEIRO 1981, 99-100); castelo de Faria, Barcelos (ALMEIDA 1985, 50-51); Monte do Padrão, Santo Tirso (MARTINS 1985); Castelo de Aguiar, Vila Pouca de Aguiar; castro do Barbudo, Vila Verde; Santa Marta da Falperra, Braga; Alvarelhos, Santo Tirso e Santiago, Chaves.

servido de importante indicador para definir o início da ocupação destes povoados, (SILVA 1983-84, 126; ALMEIDA 1981, 63-64, 89; ALMEIDA 1983, 70-71).

A Sul do Douro podemos encontrar paralelos para a louça de S. Julião, nomeadamente entre os materiais provenientes do castro da Sr.^a da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul), cuja ocupação principal pode situar-se no século VIII a.C. (KALB 1974-1977, 141-144; idem 1978, 112-138; idem 1979, 581-590; SILVA 1979, 510-531; SILVA *et al.* 1984, 94; KALB e HÖCK 1985).

A cerâmica em causa pode ainda ser comparada com os materiais provenientes das estações que foram inseridas na chamada «cultura de Alpiarça» atribuída por alguns à Idade do Ferro (séculos. V-IV a.C.) (MARQUES e ANDRADE 1974, 147), mas inserida por outros nos séculos imediatamente anteriores.

Por outro lado, as duas peças metálicas obtidas na escavação e relacionadas com aquela cerâmica, podem ser tipologicamente inseridas no Bronze Final Atlântico II, ou seja num período compreendido entre 900-700 a.C., segundo a sistematização proposta por A. COFFYN (1982, 195-199).

Este enquadramento cultural do espólio de S. Julião é plenamente confirmado pelas duas datas absolutas, obtidas por C. 14, para a ocupação do sector B.

A 1.^a amostra (GIF — 6993), recolhida na base do talude defensivo, num nível de carvões, que corresponde à zona superior da camada estéril que cobre a arena granítica, forneceu uma data de 2840 ± 80 bp = $= 890 \pm 80$ a.C..

O nível em questão situava-se a cerca de 1,50 m do nível do solo actual e encontrava-se perfeitamente selado pelo talude. A data obtida assinala assim um *terminus post quem* para a construção da estrutura.

O abundante material carbonizado presente neste nível composto, quer por fragmentos de grandes troncos, quer por outros bastante finos, eventualmente pertencentes a arbustos, parece indicar como já sugerimos atrás, que este nível terá resultado de uma queimada, feita no local, a fim de o limpar da vegetação. Parece-nos, por isso, legítimo admitir que a data obtida para esta amostra possa aproximar-se da data de construção da muralha.

A 2.^a amostra (GIF — 7013) forneceu uma data de 2750 ± 60 bp = $= 800 \pm 60$ a.C.. Foi recolhida na área habitacional do povoado, no corte 3, num nível situado aproximadamente entre 50 e 60 cm abaixo da superfície do solo actual. O carvão analisado fazia parte de um conjunto de materiais carbonizados, que cobria parte do solo C1, por nós

inserido na 2.^a fase de ocupação registada neste corte. Esta data estabelece assim um *terminus ante quem* para o pavimento e consequentemente para a ocupação anterior.

As duas datas obtidas revelaram-se bastante coerentes e recobrem-se estatisticamente, não sendo significativa a pequena diferença entre elas.

Considerando a amplitude máxima do desvio padrão da data da 1.^a amostra, podemos situar a construção do talude entre 970 e 810 a.C., ou seja, entre os séculos X e IX a.C.. O desvio padrão da 2.^a amostra, mais pequeno, permite por outro lado, considerar que a 2.^a fase de ocupação registada no corte 3, se situará entre 860 e 740 a.C., ou seja entre os séculos IX e VIII a.C..

As duas datas não permitem assim estabelecer uma cronologia fina para as diferentes fases definidas na escavação. Elas ajudam-nos apenas a situar, com alguma precisão, a construção do talude, que pode ser colocada entre os séculos X e IX a.C. e com a qual podemos relacionar a 1.^a fase de ocupação observada neste sector do monte. Do mesmo modo, podemos ainda admitir que a 2.^a fase de ocupação se desenvolverá ao longo dos séculos IX e VIII a.C.. A data de 800 ± 60 a.C., obtida para o nível que cobre o pavimento C1, que marca o fim da 2.^a fase, permite, por outro lado, considerar que a 3.^a fase do sector possa corresponder ao século VII a.C..

Não podemos, no entanto, fixar com rigor a duração de qualquer dessas fases, uma vez que necessitaríamos de um número bastante mais significativo de datas para esse efeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se fornecer com este trabalho uma ideia precisa, ainda que breve, das características reveladas pelo pequeno povoado do Bronze Final por nós estudado no monte de S. Julião.

A situação topográfica do povoado, as suas claras preocupações defensivas, o espólio exumado, bem como a cronologia obtida, permitem esboçar um modelo de habitat que deverá assemelhar-se em linhas gerais ao de outros povoados, que na mesma época terão visto a sua origem na região do NO português e que se irão desenvolver ao longo da Idade do Ferro. Julgamos, por isso, que os resultados aqui divulgados não só contribuem para ampliar os conhecimentos relativos à ocupação deste território durante a 1.^a metade do 1.^o milénio, como permitem colocar algumas questões que deverão no futuro ser resolvidas pela arqueologia.

O povoado de S. Julião corresponde a uma solução geo-estratégica particular. A sua localização na zona mais alta do monte, exposto ao vale e numa situação topográfica que permitia um fácil controlo e acesso a um curso de água importante, sugere a existência de duas preocupações evidentes: por um lado, uma necessidade de defesa, parcialmente satisfeita pelas próprias características do monte, bastante escarpado na parte que pende para o vale e pela construção de uma fortificação, nos sítios mais vulneráveis do cabeço; por outro lado, a necessidade, ou o objectivo, de controlar um curso de água importante (o rio Homem) e a sua ampla bacia.

Soluções topográficas semelhantes parecem caracterizar a grande maioria dos povoados desta região, nos quais têm sido detectados vestígios relacionados com o Bronze Final. Para só citar alguns casos, basta-nos referir os povoados de Roriz (ALMEIDA *et al.* 1980, 29-36) e Faria (ALMEIDA 1985, 50-51), ambos em Barcelos e pertencentes à bacia do Cávado, ou os castros do Monte do Padrão (MARTINS 1985) e de Alvarelos, em Santo Tirso, integrados na bacia do Ave.

A cronologia obtida para a instalação do povoado de S. Julião, bem como o seu espólio, colocam, no entanto, o problema de terem existido na mesma época outros povoados, que correspondem a diferentes modelos de organização. Embora os dados actualmente disponíveis sejam escassos, uma vez que não dispomos de um quadro cronológico seguro para os povoados onde têm sido assinalados produtos caracterizados como pertencentes ao Bronze Final, julgamos ser legítimo chamar a atenção, pelo menos, para o caso do povoado da Bouça do Frade, Baião, que possui materiais cerâmicos perfeitamente inseríveis nessa época. Para além desses materiais, as três datas de C.14 obtidas para o referido povoado, (JORGE 1985, 161), permitem admitir a contemporaneidade dos últimos momentos da sua ocupação com a de S. Julião.

O povoado da Bouça do Frade não só não revela qualquer preocupação defensiva evidente, como pode ser considerado um povoado de montanha, ligado a uma economia de base agrícola (JORGE 1985, 176) e cuja localização estratégica em relação a um curso de água importante parece pouco significativa.

Tendo em consideração apenas o caso dos povoados de S. Julião e da Bouça do Frade e comparando-os, parece-nos evidente considerá-los como correspondendo a dois modelos distintos de ocupação do território, coexistentes, pelo menos temporariamente. O povoado da Bouça do Frade corresponderá basicamente a um habitat do Bronze Médio e Final, tendo provavelmente sido abandonado no século VIII (JORGE 1985, 176).

O povoado de S. Julião representa um tipo de habitat que poderá ter-se generalizado nos inícios do 1.º milénio, representando uma solução mais adaptada à necessidade de defesa e a uma melhor situação estratégica, em relação aos cursos de água importantes.

Só o desenvolvimento da arqueologia, bem como a publicação dos dados já obtidos em povoados que forneceram materiais do Bronze Final, poderão permitir caracterizar com maior exactidão os próprios sítios e contribuir assim para analisar mais pormenorizadamente um processo tão complexo como parece ter sido a mudança de estratégia de ocupação registada no período em causa, bem como evidenciar outras soluções de povoamento eventualmente ensaiadas nessa mesma época.

As razões que podem explicar essa mudança parecem-nos, por outro lado, ainda bastante obscuras, sendo necessário obter um quadro cronológico bastante mais preciso, para se poderem esboçar hipóteses explicativas mais coerentes. De qualquer modo as respostas estão relacionadas com o desenvolvimento da pesquisa numa área cronológica e cultural até à pouco conhecida, na região do NO português, apenas por um conjunto de artefactos metálicos e cerâmicos, sem contextos precisos.

Um outro aspecto que julgamos poder salientar a propósito dos resultados obtidos no povoado de S. Julião diz respeito às características do seu espólio cerâmico. Parece evidente a semelhança entre os materiais de S. Julião e o espólio datável da mesma época, doutras regiões peninsulares, não só a nível morfológico, como ainda a nível decorativo, ou mesmo de soluções técnicas de acabamento.

Para além de claras influências meridionais, observáveis na cerâmica fina carenada, encontramos, entre a cerâmica grosseira, formas, fabricos, técnicas e temas decorativos, que aproximam o conjunto dos materiais de S. Julião daqueles que encontramos na Estremadura portuguesa (MARGUES e ANDRADE 1974, 125-148) e na Estremadura espanhola, exactamente na mesma época (ALMAGRO-GORBEA 1977).

Numa primeira análise podemos considerar que a comunidade que se instalou em S. Julião é herdeira de uma tradição cultural estruturada a partir de um amplo contacto existente entre esta região do NO e outras áreas peninsulares e que se deve ter desenvolvido ao longo de grande parte da Idade do Bronze.

Assim, ao invés de assinalarmos nos materiais de S. Julião um acentuado regionalismo, manifestando ou adivinhando já as particularidades que caracterizarão a chamada cultura castreja do NO, julgamos antes poder admitir que essas particularidades se estruturarão posteriormente e provavelmente na sequência de um crescente isolamento destas pequenas comunidades acantonadas no alto dos montes.

Se a origem da cultura castreja do NO pode e deve mesmo ser procurada no conjunto de pequenos povoados que, como o de S. Julião caracterizam uma nova forma de adaptação das comunidades ao meio ambiente, a verdade é que a nível da cultura material não é ainda possível observar qualquer originalidade específica deste território, quer nas soluções de defesa encontradas, quer nas características organizativas do espaço habitacional, quer ainda na cerâmica, que regista uma manifesta familiaridade com a de outras regiões peninsulares:

Pensamos, contudo, que só o desenvolvimento da investigação poderá permitir alargar o conhecimento sobre as comunidades do Bronze Final desta região e consequentemente favorecer uma maior compreensão da sua identidade na transição para a Idade do Ferro ⁽³⁾.

RESUMO

Apresentam-se alguns resultados sobre a ocupação mais antiga da citânia de S. Julião, em Vila Verde, que remonta ao Bronze Final.

Merecem destaque, a localização e o sistema de implantação do povoado, que ocupa a parte mais alta do monte, a estrutura defensiva, constituída por um talude e por um fosso e as cabanas de planta circular.

As duas datas absolutas obtidas por C. 14 (890 ± 80 a.C. e 800 ± 60 a.C.), respectivamente para a construção da muralha e para um dos níveis de ocupação de uma das cabanas, revelam-se bastante coerentes com a cerâmica e os metais encontrados.

RÉSUMÉ

On présente les résultats concernant l'occupation plus ancienne de la citânia de S. Julião, à Vila Verde, qui remonte au Bronze Final.

On analyse la localisation et le système d'implantation du site, situé au sommet du mont, la structure défensive, formée par un talus et par un fossé, et les cabanes en plan circulaire.

Les deux datations de C 14 (890 ± 80 a.C. et 800 ± 60 a.C.) obtenues, respectivement pour la construction de la muraille et pour un des niveaux d'occupation d'une des cabanes, sont cohérentes avec le mobilier céramique et métallique qui y a été trouvé.

⁽³⁾ Os desenhos dos cortes são da responsabilidade de Luís Fernando Fontes, técnico do Museu D. Diogo de Sousa e de Quenor Rocha, desenhador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. O espólio foi desenhado por Maria Felismina Vilas Boas.

ABSTRACT

The author presents the results concerning the oldest occupation of the hill-fort of S. Julião, Vila Verde, dated from the Late Bronze Age.

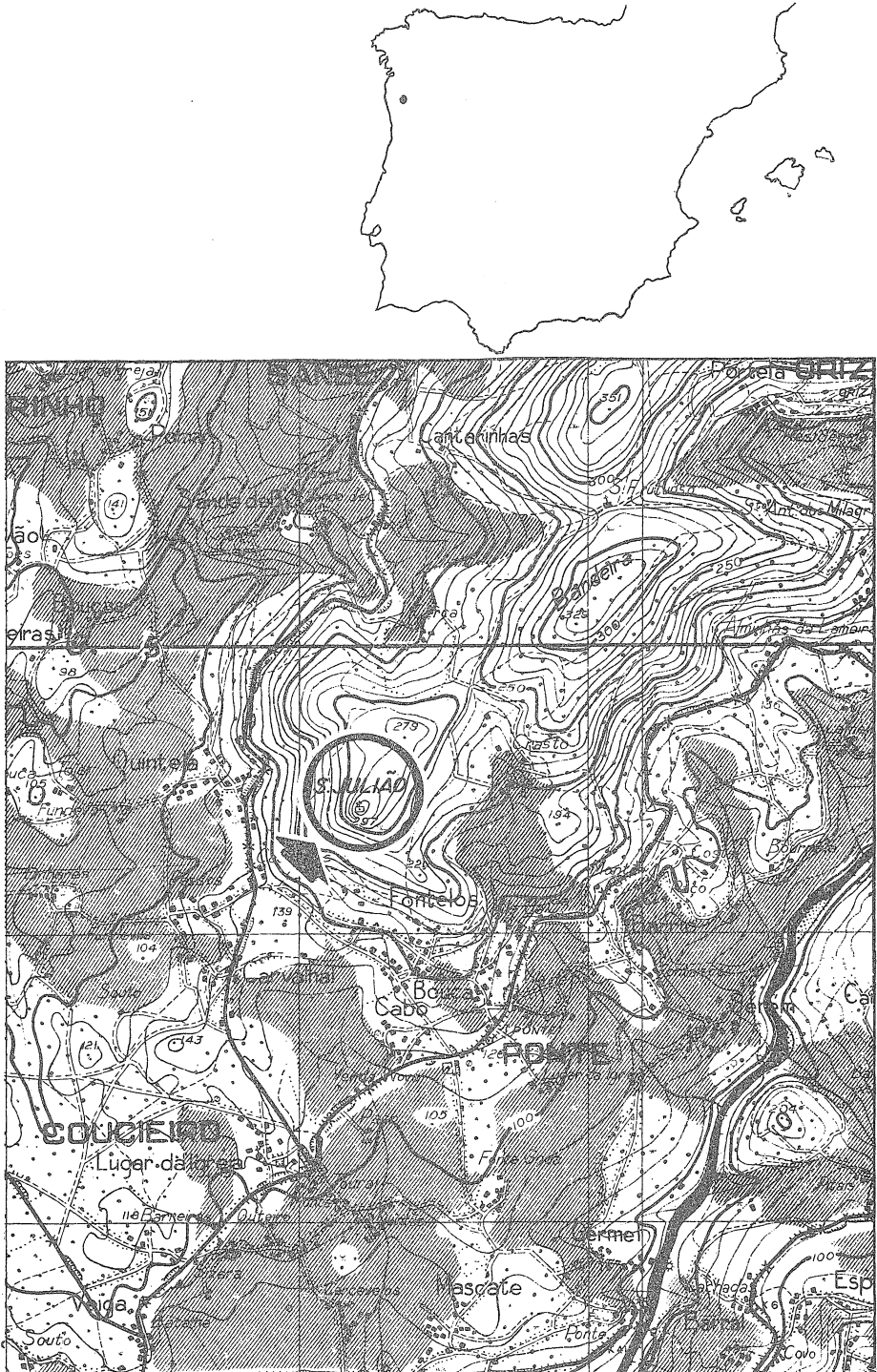
The discription stresses the localization and the nature of the site, occupying the top of the hill, the defense system, characterized by a earth wall and a ditch, and the huts with a round plan.

The two C 14 dates (890 ± 80 a.C. and 800 ± 60 a.C.), one for the wall constrution, and the other for an occupation level of one hut, are consistent with the pottery and the metal artifacts founded in the excavations.

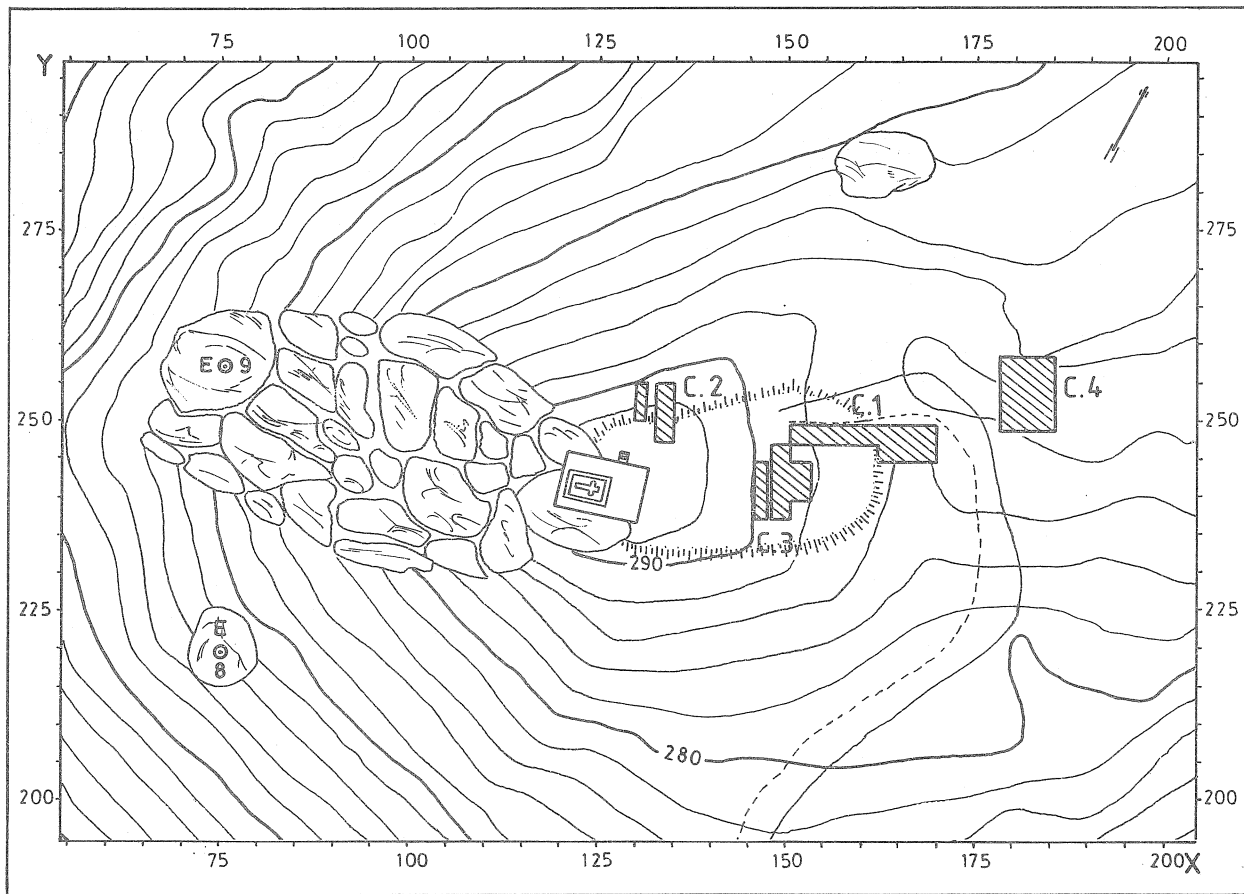
BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília (1958) — Sigillata hispânica em Museus do Norte de Portugal, *Revista de Guimarães*, LXVIII, n.ºs 3-4, Guimarães, pp. 249-310.
- ALMAGRO-GORBEA, Martin (1977) — *El Bronce Final y el Período orientalizante en Extremadura*, Bibliotheca Praehistorica Hispana, XIV, Madrid.
- ALMEIDA, C. A. Brochado de e M. Teresa Soeiro (1980) — Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz (Barcelos, 1978), *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II, Guimarães, pp. 29-36.
- ALMEIDA, C. A. Brochado de (1985) — Castelo de Faria — 1982. Barcelos, *Informação Arqueológica*, 5, Lisboa, pp. 50-51.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de, Teresa Soeiro, C. A. Brochado de Almeida e A. J. Baptista (1981) — *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Sep. do Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1983) — Cultura Castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- BELINO, Albano (1909) — Cidades Mortas, *O Arqueólogo Português*, 14, Lisboa, pp. 1-28.
- CALO LOURIDO, F. e X. C. Sierra Rodriguez (1983) — As orixenes do castrexo no Bronze Final, *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 19-85.
- COFFYN, A. (1982) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Bordéus (versão policopiada).
- COSTA, A. Carvalho da (1868) — *Corografia Portuguesa*, I, 2.ª ed., Braga.
- DEDET, B e Michel PY (1975) — *Classification de la Céramique non tournée protohistorique du Languedoc Méditerranéen*, Revue Archéologique de Narbonnaise, Suppl. 4, Diffusion du Bocard, Paris.
- DELIBES DE CASTRO, G., J. F. Manzano, F. R. Carnicero e R. Martin Valls (1984) — *Historia de Castilla y Leon. I La Prehistoria del Valle del Duero*, Ambito Ed. S.A.
- EIROA, Jorge Juan (1980) — Notas sobre la cronologia de los castros del Noroeste de la Peninsula Ibérica, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, pp. 71-84.

- FONTES, Joaquim (1919) — La Station de S. Julião aux environs de Caldelas, *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, VII, Lisboa, pp. 198-210.
- FREITAS, João de (1971) — Citânia de S. Julião de Caldelas, *O Arqueólogo Português*, 3.^a série, n.º 5, Lisboa, pp. 133-138.
- JORGE, Susana Oliveira (1985) — Datas de carbono 14 para a Pré-história recente do Norte de Portugal. Os dados e os problemas *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.
- KALB, Philine (1974-77) — Uma data de C. 14 para o Bronze Atlântico, *O Arqueólogo Português*, 3.^a série, 7-9, Lisboa, pp. 141-144.
- (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabungen auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Madridrer Mitteilungen*, 19, Madrid, pp. 112-138.
- (1979) — Contribucion para el estudio del Bronce Atlantico: excavaciones en el castro «Senhora da Guia» de Baiões (concelho de S. Pedro do Sul). *Cronica del XV Congreso Arqueologico Nacional, Lugo, 1977*, pp. 581-590.
- (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, pp. 25-59.
- KALB, P. e Martin Höck (1985) — *Cerâmica da Senhora da Guia, Baiões e peças comparáveis do Sul de Portugal na exposição «Cerâmica de Alpiarça». Suplemento ao catálogo*. Viseu.
- LEAL, Pinho (1874) — *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa.
- LLANOS, A. e J. I. Vegas (1974) — Ensayo de un método para el estudio y clasificación tipológica de la ceramica, *Estudios de Arqueologia Alavesa*, VI, pp. 265-313.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1975) — Formación y desarrollo de la Cultura castreña, *I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas*, I, Santiago, pp. 269-284.
- MARTINS, Manuela (1984) — A citânia de S. Julião, Vila Verde. Primeiras sondagens, *Cadernos de Arqueologia*, série II, n.º 1, Braga, pp. 11-27.
- (1985) — Sondagens arqueológicas no castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, série II, n.º 2, Braga (no prelo).
- (1986) — Duas datas de C14 para a ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 159-160.
- MARQUES, Gustavo e M. de Andrade (1974) — Aspectos da proto-história do território português. 1 — Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro), *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 125-148.
- QUEIROGA, Francisco (1984) — Escavações arqueológicas em Castelo de Matos — Notícia preliminar, *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 105-116.
- SILVA, C. Tavares da (1979) — O castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, 38, 3, Viseu, pp. 510-531.
- SILVA, A. Coelho F. da, Celso T. da Silva e A. Baptista Lopes (1984) — Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões), S. Pedro do Sul, Viseu, *Lucerna*, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, pp. 73-95.
- SOEIRO, Teresa (1981) — Castro de Peso em Santa Leocádia de Geraz de Lima, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 99-102.
- TEIXEIRA, C., A. C. de Medeiros e J. Teixeira Lopes (1975) — *Notícia explicativa da folha 5-B (Ponte da Barca) da Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50.000*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

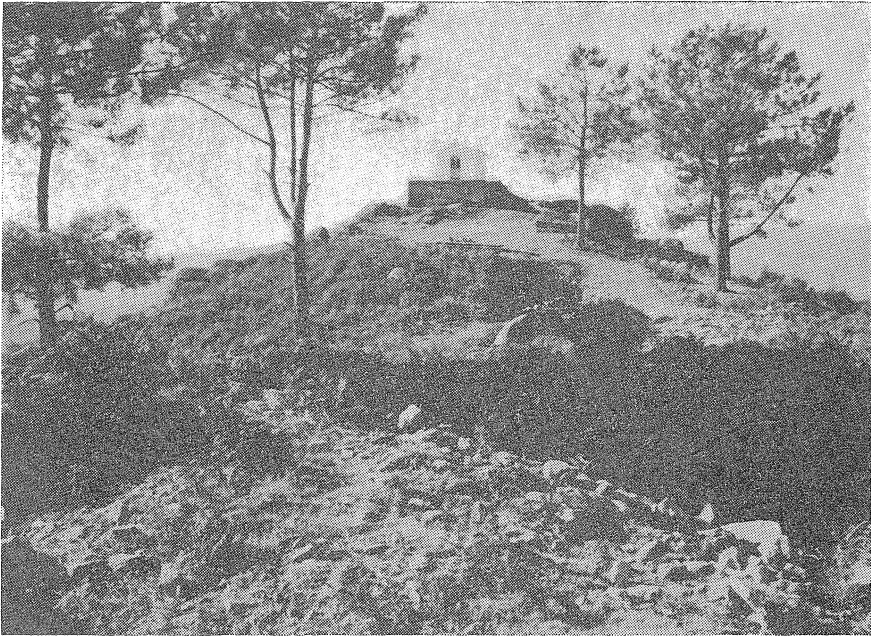


Localização da citânia de S. Julião na carta 1:25.000 dos S.C.E., folha n.º 42.

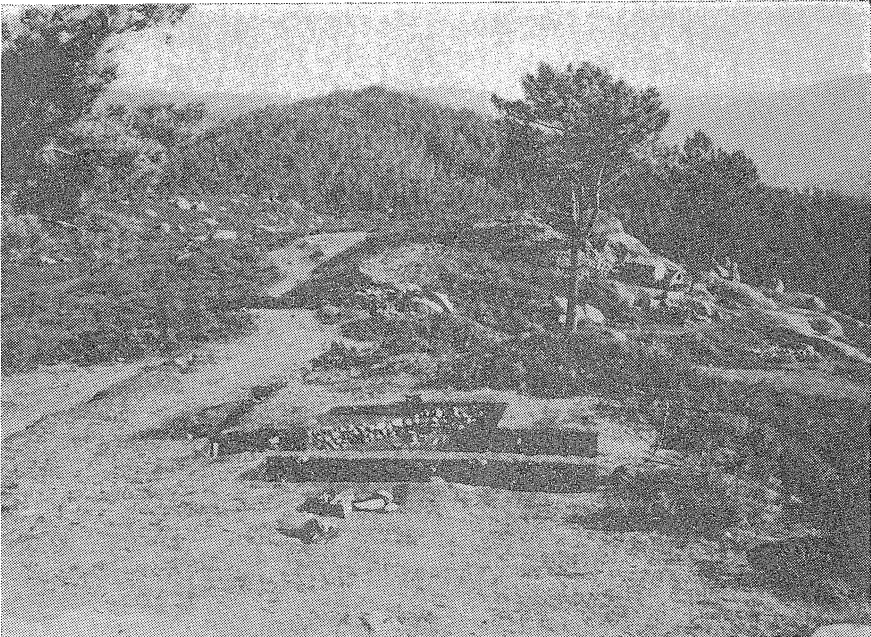


S. JULIÃO-Sector B — Cortes 1,2,3 e 4

Planta topográfica parcial do monte de S. Julião (Esc. 1:500).



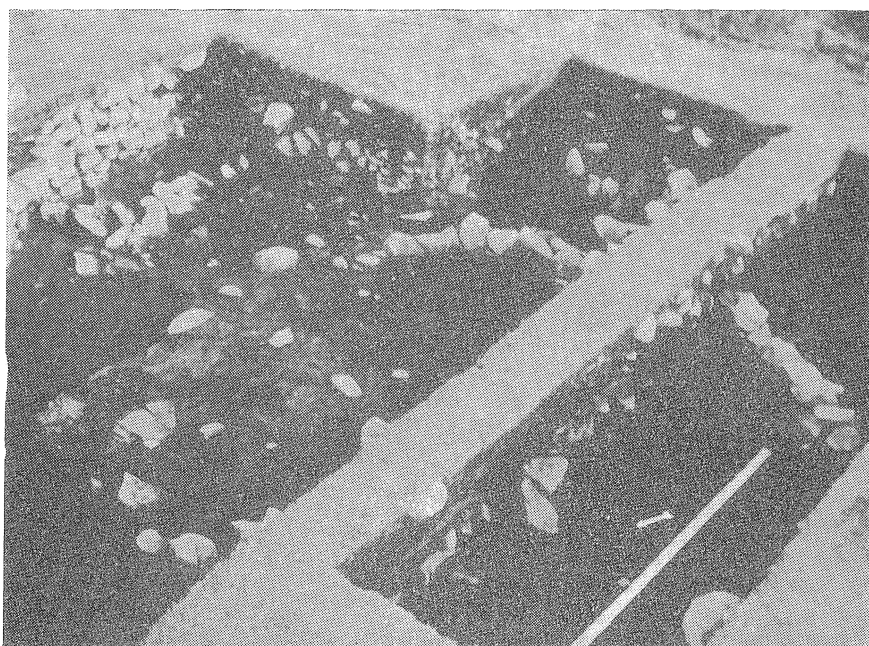
Perspectiva do tabuleiro superior do monte.



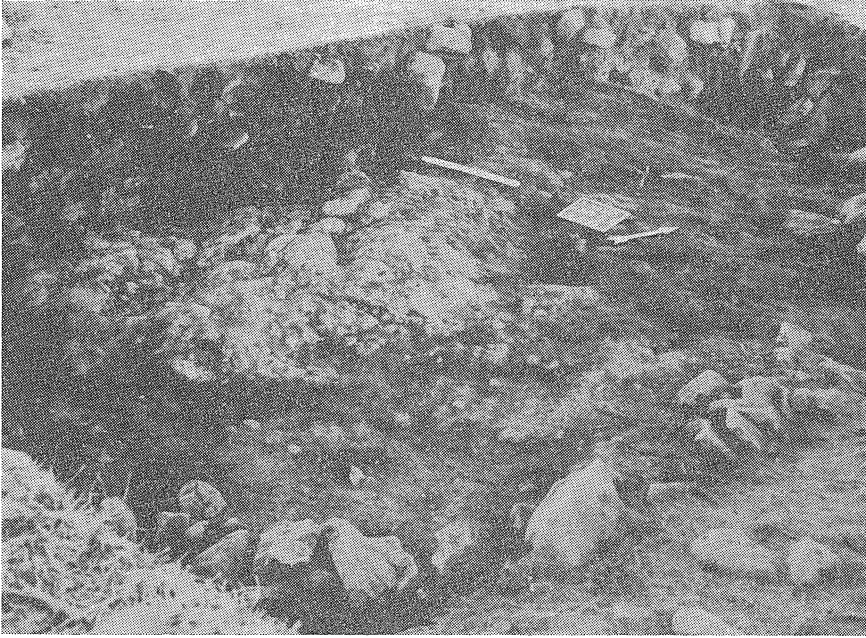
Panorâmica da área correspondente ao corte 3.



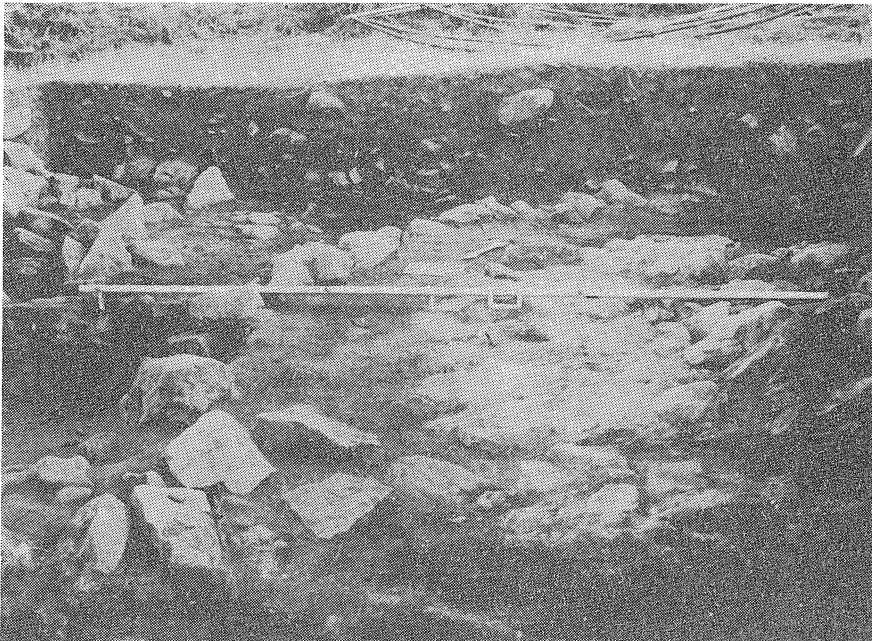
Corte 3. É visível o murete de pedra que limita o lado interno do talude.



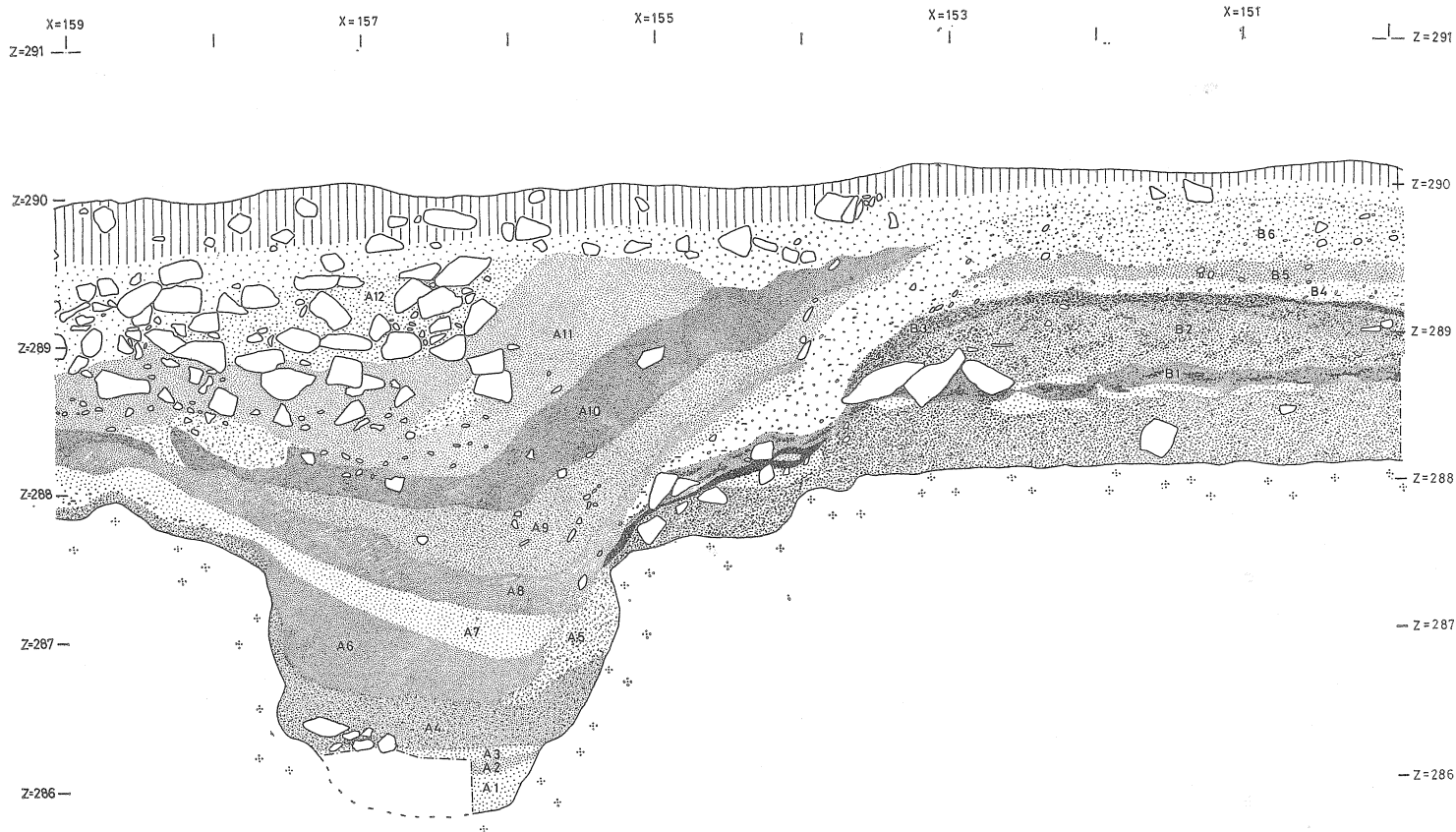
Corte 3. São visíveis os aros de pedra que delimitam os solos das cabanas 1 (ao centro) e 2 (à direita).



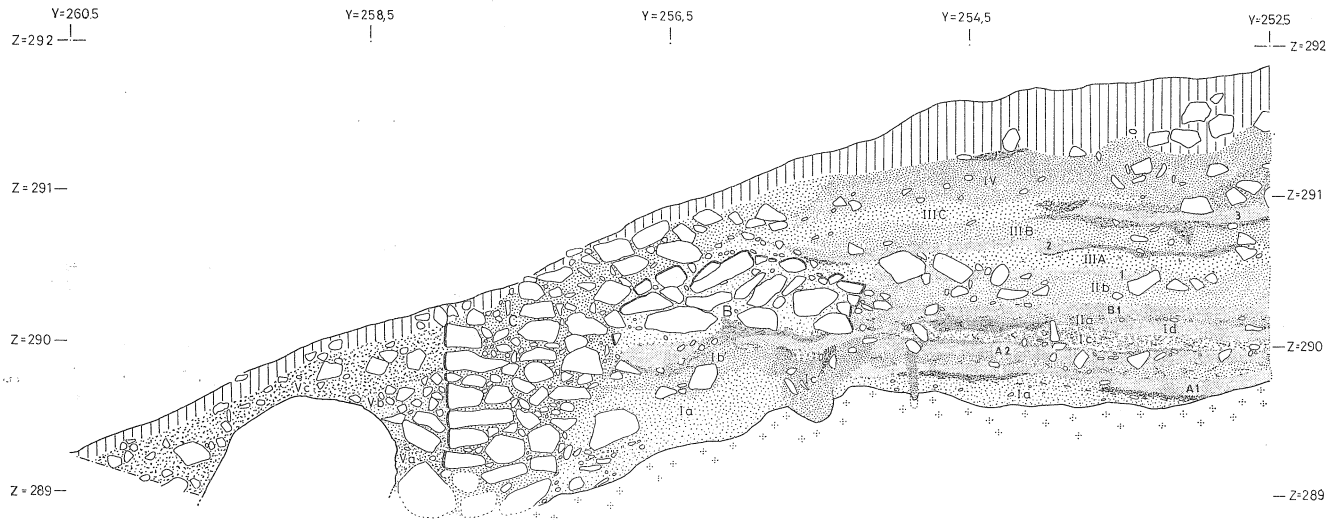
Corte 3. Perspectiva, vista de SE, de parte do solo C2 da cabana 1.



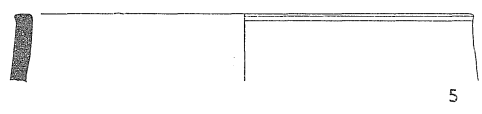
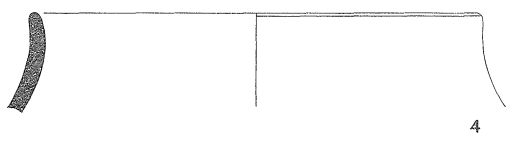
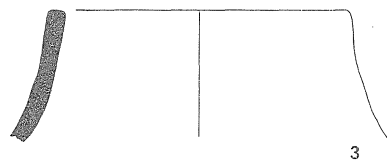
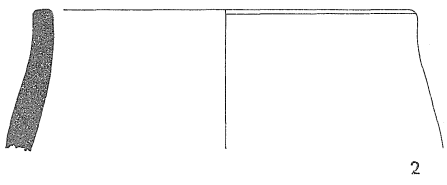
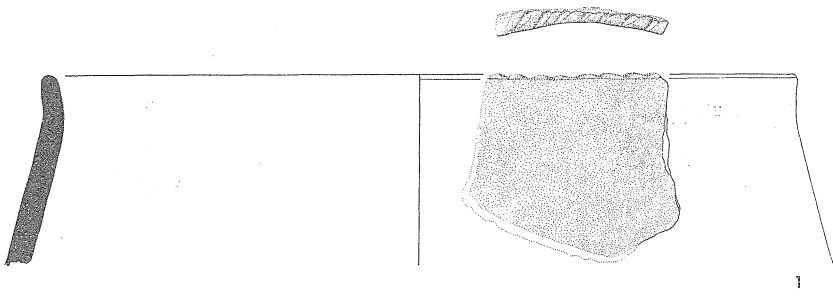
Corte 3. Solo C2, visto de NO.



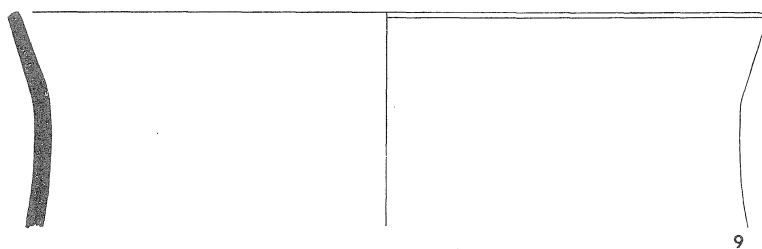
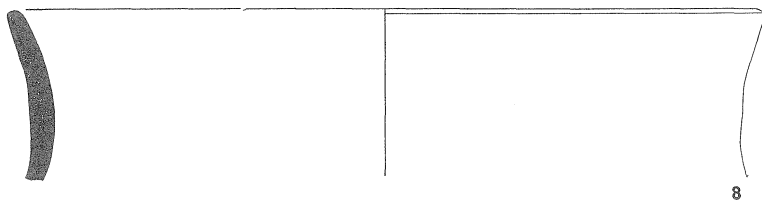
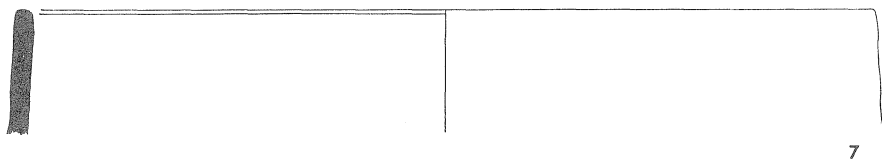
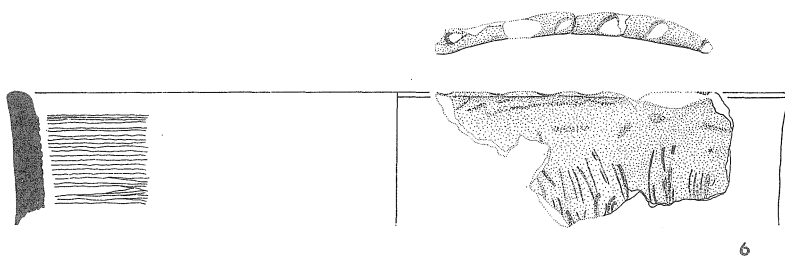
Corte estratigráfico do talude e do fosso (Corte 1). (Esc. 1:50).



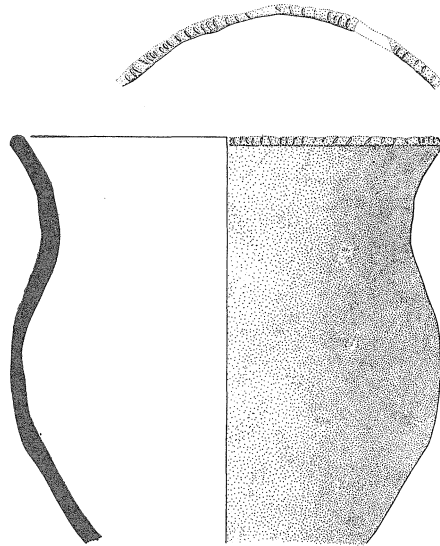
Estratigrafia do corte 2. (Esc. 1:50).



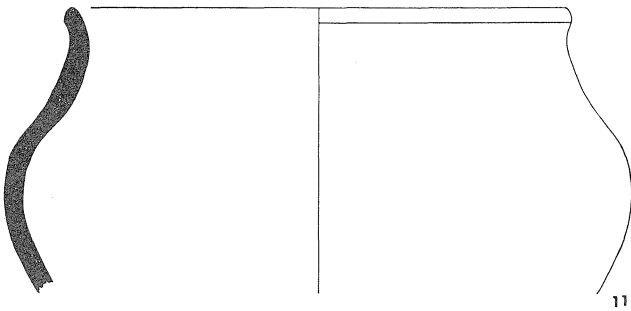
Forma 1 (Esc. 1/3).



Forma 1 (6 e 7) e forma 2 (8 e 9) (Esc. 1/3).

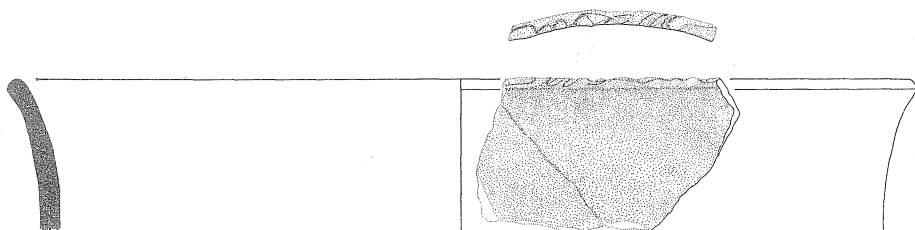
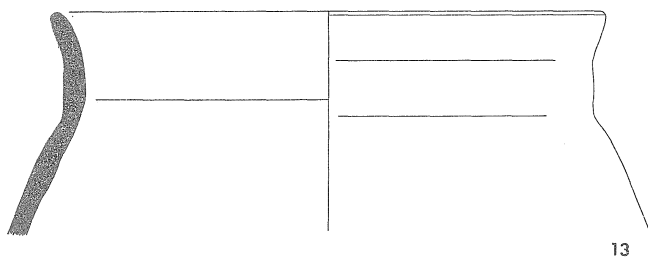
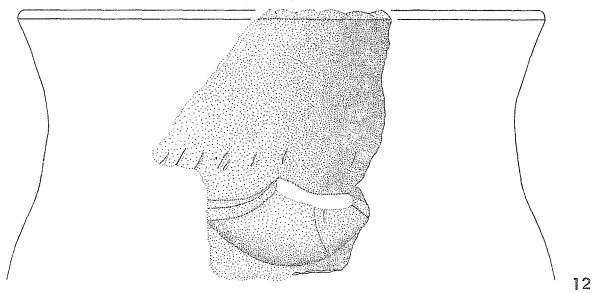
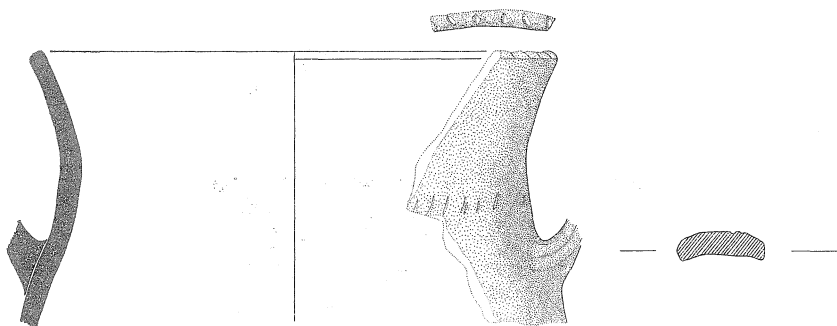


10

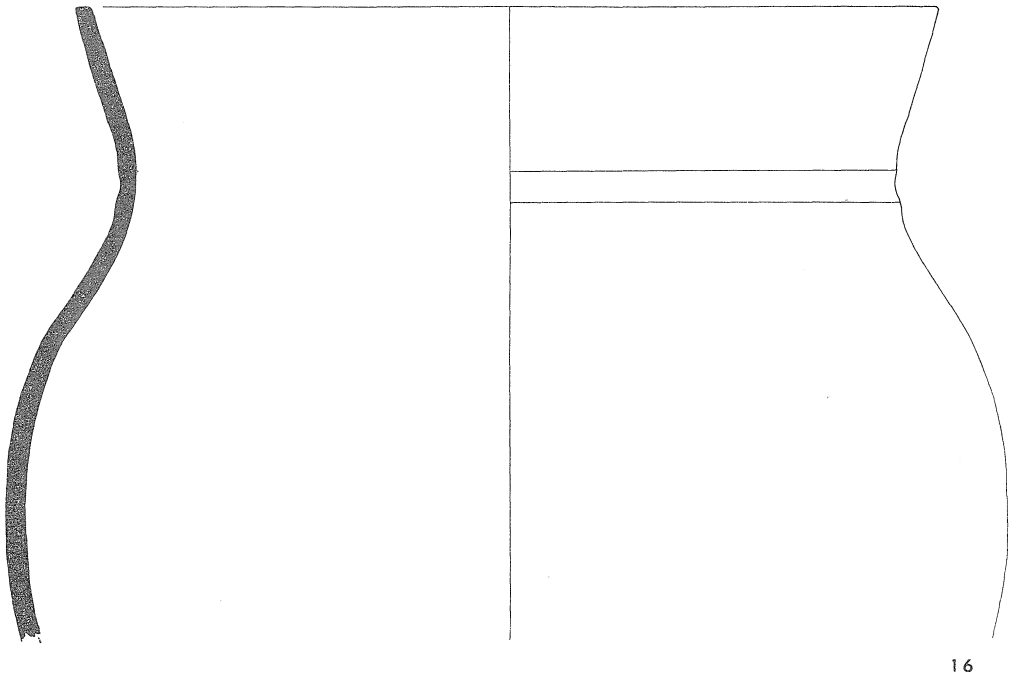
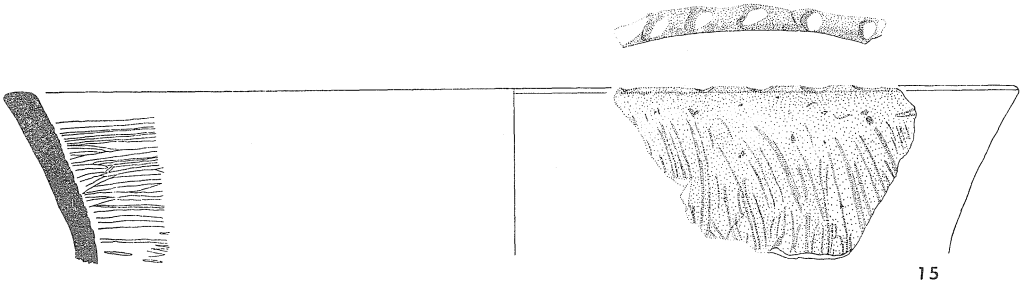


11

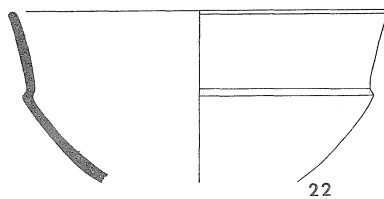
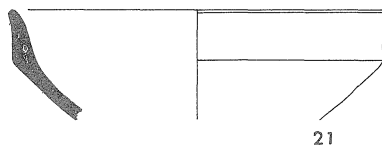
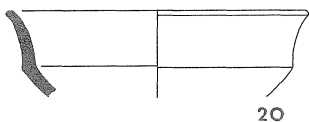
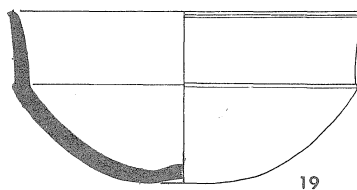
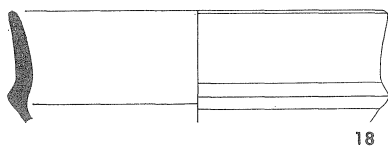
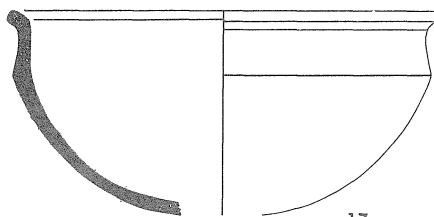
Forma 2 (Esc. 1/3).



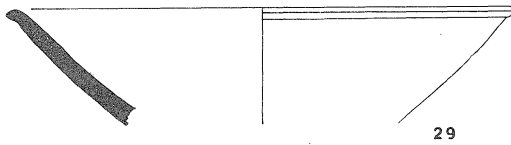
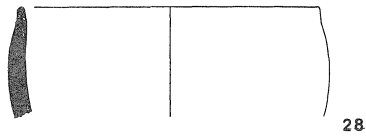
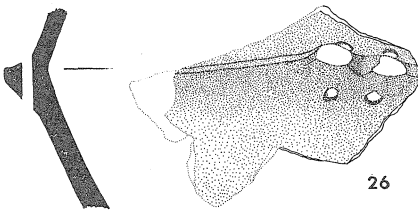
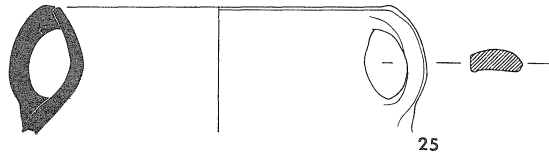
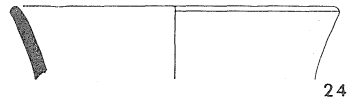
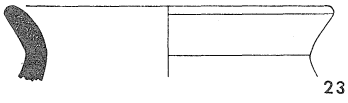
Forma 2 (Esc. 1/3).



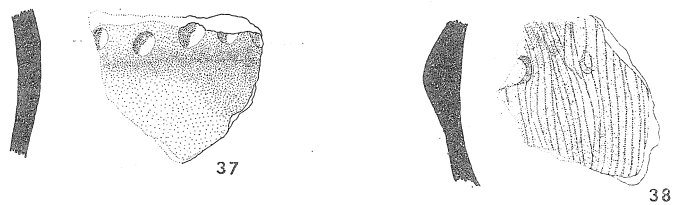
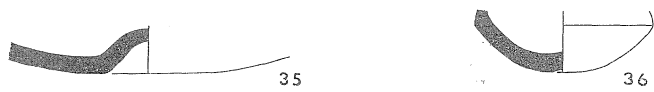
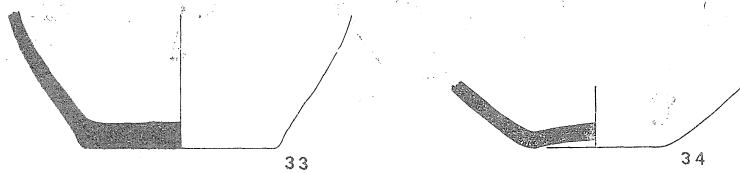
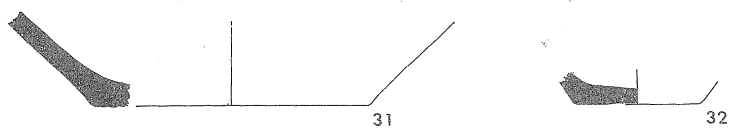
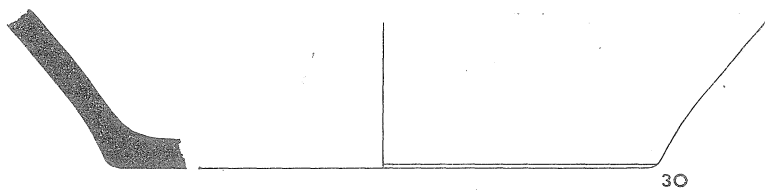
Forma 3 (Esc. 1/3).



Forma 5 (Esc. 1/3).



Forma 4 (23 a 25), forma 5 (26 e 27), forma 6 (28) e forma 7 (29) (Esc. 1/3).



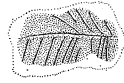
Variantes de bases (30 a 36) e decorações (37 e 38). (Esc. 1/3).



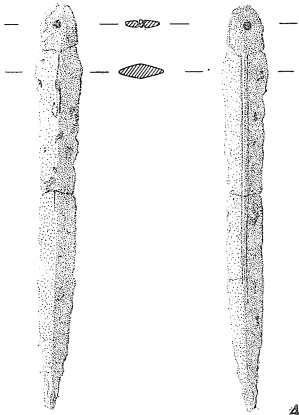
39



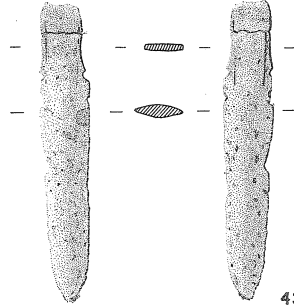
40



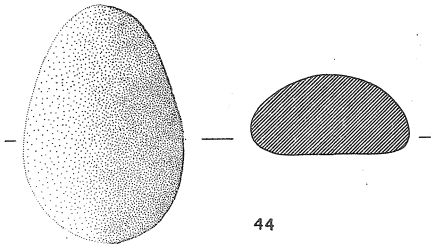
41



42



43

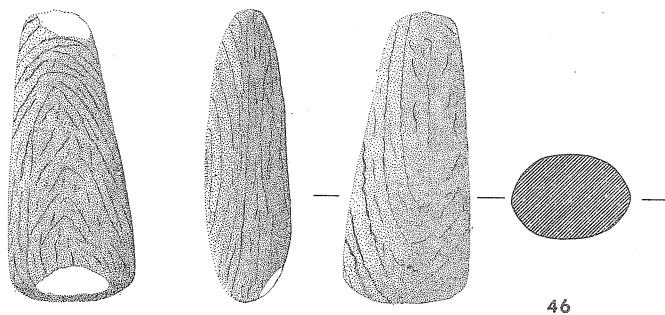


44

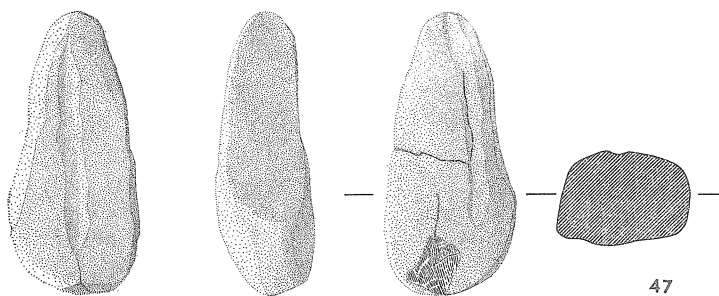


45

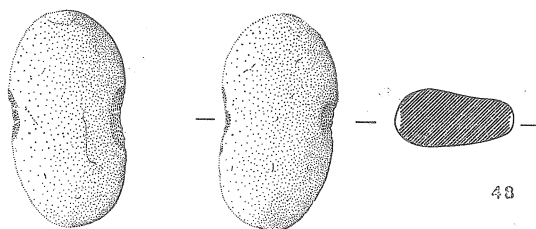
Decorações (39 a 41 — Esc. 1/2); punhais de bronze (42 e 43)
e objectos líticos (44 e 45). (Esc. 1/3).



46



47



48

Objetos líticos (Esc. 1/3).

NUEVOS DATOS PALINOLÓGICOS SOBRE LA AGRICULTURA PREHISTÓRICA EN GALICIA (ESPAÑA)

POR

M. J. Aira Rodríguez (*)

e

J. M. Vázquez Varela (**)

El estudio de las distintas actividades realizadas por el hombre prehistórico y en concreto la agricultura, puede ser abordado con la colaboración de disciplinas que permitan un estudio exhaustivo de los vestigios que de ella han quedado, independientemente de su naturaleza (polen, semillas, útiles prehistóricos ...etc).

En los últimos años han aumentado los testimonios en ambos campos; por un lado, las excavaciones recientes han facilitado el aporte de nuevos datos indicativos de la función agrícola, y en cuanto a los datos palinológicos, desde la publicación de una nota «Sobre el comienzo de la agricultura en Galicia» (Torras Troncoso, Diaz-Fierros, Vazquez Varela, 1980) se han venido realizando en nuestra región una serie de trabajos (Torras Troncoso, 1982; López Garcia, 1985 a y b; Aira Rodriguez y Guitián Ojea, 1985; Saá Otero, 1985 y Van Mourik, 1986), que aunque ninguno de ellos trata directamente dicho tema, aportan una serie de referencias, que permiten abordar esta cuestión con mayor rigor en la actualidad.

La mayoría de los nuevos análisis polínicos han sido realizados en suelos naturales, sin embargo, hoy en día el avance en las técnicas palinológicas permite el estudio del polen de un sedimento, aunque su concentración sea escasa (Cwynar, Burden and Mcandrews, 1979; Bates, Coxon and Gibbard, 1978), lo cuál es frecuente en suelos de naturaleza no turbosa

(*) Dpto. Edafología, Facultad de Farmacia, Universidad de Santiago.

(**) Dpto. Preh. y Arq. Facultad de Geog. e Hist. Univ. de Santiago.

como los de yacimientos prehistóricos; esto unido al interés de conocer la acción del hombre sobre el medio, hace que cada vez sean más abundantes los estudios polínicos en zonas humanizadas.

Por otra parte, disponemos de un mayor conjunto de fechas C14 tanto en suelos naturales como de yacimientos arqueológicos, algunos de los cuales complementan su datación con la cronología relativa dada por el polen.

Todo ello nos permite realizar una revisión actualizada sobre la agricultura prehistórica, tema de gran interés para la Arqueología gallega.

En la actualidad han sido publicados casi una decena de análisis polínicos realizados en contextos arqueológicos de Galicia los cuáles permiten conocer, en cierta medida, la actividad humana en los últimos 6000 años.

La interpretación de dichos análisis varía sustancialmente teniendo en cuenta el tipo de yacimiento donde han sido realizados. En túmulos megalíticos, se analiza preferentemente el suelo in situ y por tanto el análisis polínico refleja la vegetación existente en un momento anterior a la acción del hombre, mientras que el análisis del sedimento utilizado para la construcción del túmulo solo tiene un valor cualitativo ya que al ser utilizados los horizontes superficiales de los suelos cercanos para tal motivo, (Calvo de Anta, Criado Boado y Vázquez Varela, 1983), la mezcla de polen es fruto del azar.

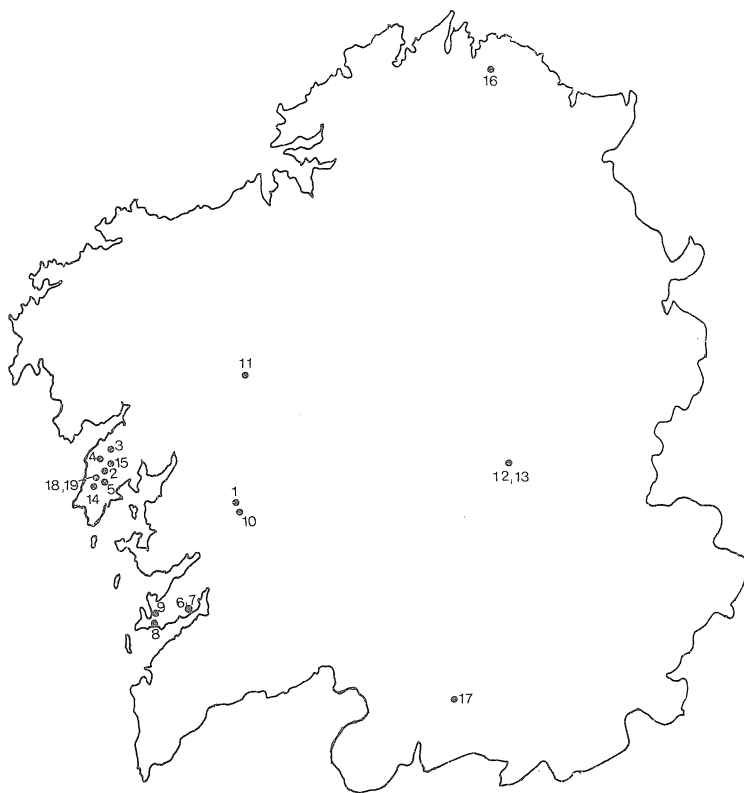
Por el contrario, los análisis polínicos realizados en asentamientos más o menos prolongados en el territorio, proporcionan una información más precisa, sobretodo cuando es posible diferenciar (por métodos arqueológicos y/o analíticos), los horizontes de ocupación de los de abandono o posterior aporte.

De igual manera, no es posible realizar la misma interpretación del análisis polínico de una turbera donde el polen contenido se considera sincrónico con el sedimento, que de un suelo coluvial formado por depósitos no necesariamente continuos y donde los fenómenos de infiltración pueden ser importantes (Van Mourik, 1986).

De los análisis polínicos realizados en yacimientos prehistóricos, el que presenta una cronología absoluta más antigua es el de la Mámoa de Rozas, monumento megalítico cuyo túmulo alberga una cámara de planta poligonal irregular con puerta y sin corredor, (Patiño Gomez, 1985a). Esta mámoa situada en el municipio de Campolameiro (Pontevedra) presenta una datación C 14 : 3200 ± 140 B.C. (Gak-11189), realizada en un hogar situado sobre el suelo base y bajo la masa tumular, por lo que fecha el momento de la construcción del túmulo.

En este yacimiento solo ha sido posible realizar el análisis polínico de una muestra puntual (Aira, 1985), el cuál refleja una escasa cubierta arbórea, porcentajes notables de *Gramineas* y *Ericaceas* y presencia de *Ruderales*.

En la Sierra del Barbanza (La Coruña) se ha realizado el estudio polínico de cuatro mámoas, de las cuales Sabucedá y Pedra da Xesta están situadas en una superficie de aplanamiento a 550 m de altitud media, dominando los suelos de mediana potencia en las cercanías de Sabucedá, mientras que en Pedra da Xesta y Fusiño-Curota (ésta última situada en la pendiente oriental del Monte Barbanza), predominan los procesos erosivos y el terreno accidentado.



Localización de los diagramas polínicos: 1 — As Rozas. 2 — Sabucedá. 3 — Casota do Páramo. 4 — Pedra da xesta. 5 — Fusiño-Curota. 6 — Regueiriño. 7 — Fontenla. 8 — Fixón. 9 — Lavapés. 10 — Castro Penalba. 11 — Santiago (I y II). 12 — Outeiros. 13 — Toiriz-1. 14 — Pedras Negras. 15 — Balteiro. 16 — Buyo. 17 — Antela. 18 — Perfil Río Barbanza. 19 — Perfil coluvial Barbanza.

Por su parte, Casota do Páramo se encuentra situada en la cabecera de un pequeño valle de tierras cultivadas (A Graña y Balteiro), en una zona recogida y abrigada, que presenta unas condiciones más aptas para su utilización y aprovechamiento que la mayor parte de las de la Sierra en la actualidad.

Pedra da Xesta alberga en el interior de su túmulo una pequeña cista mientras que Casota do páramo posee en el interior de la estructura tumular una cámara poligonal irregular con corredor corto. Las mámoas de Sabucedo y Fusiño-Curota no presentan a la vista restos de cámara (Criado, Aira, Díaz-Fierros, 1986).

Dada la imposibilidad de realizar una datación absoluta, la cronología de estos análisis ha sido referida a criterios exclusivamente arqueológicos. Las características comunes en estos análisis es la escasez arbórea, una alta proporción de *Gramineas* y *Compuestas*, presencia de algunas ruderales y escasez de brezal.

En la península do Morrazo (Pontevedra), se han estudiado cuatro yacimientos bajo el punto de vista palinológico. Los Yacimientos de Regueiriño y Fontenla (Aira y Guitián, 1985) se sitúan en el monte Xaxán, mientras que Fixón se encuentra en una planicie litoral configurada por terrenos de deposición eólica que conforman un paisaje de dunas (García-Lastra Merino, 1985) y Lavapés ocupa la parte media de una vaguada de suave pendiente, (Peña Santos, 1985c).

Regueiriño es un solo nivel arqueológico que presenta semejanzas con los niveles antiguos de Fontenla y Lavapés. Fontenla es un yacimiento con dos fases de ocupación, la más reciente Campaniforme, y la inferior datada en el 2460 ± 50 B.C. por C 14. Por su parte, Fixón es un yacimiento Campaniforme con una cronología absoluta de 2870 B.C. (Gak-11820) y Lavapés es un asentamiento con dos fases de ocupación, la más reciente datada en el 1980 B.C. (Gak-11188) mientras que la inferior es relacionable con O Regueiriño y con el nivel inferior de Fontenla.

Los análisis polínicos correspondientes a estos yacimientos evidencian una gran escasez arbórea, si bien en el análisis de Lavapés (López García, 1985b) se pone de manifiesto que en una fase anterior a la ocupación, la cantidad de polen arbóreo es superior a la de polen no arbóreo. Otra característica es la abundancia de *Gramineas*, la presencia de *Cereal* (en Fontenla y Lavapés) y las *Ruderales* excepto en Fixón, donde predominan las herbáceas, principalmente las *Compuestas* (López García, 1985a).

Por último y como representación de la economía castreña, señalamos el estudio polínico de Castro Penalba (Aira, en prensa) situado, al igual que la anteriormente comentada Mámoa das Rozas, en Campolameiro

(Pontevedra). Esta construcción situada en una pendiente suave, se encuentra próxima a tierras dedicadas al cultivo y a pastos en la actualidad, con presencia de bosque mixto en cercanías.

El Castro Penalba, es un poblado fortificado, perteneciente a la fase más antigua de la Cultura Castreña. En base a las distintas dataciones C 14 realizadas en él, Alvarez Nuñez (1986) se inclina por datarlo en el siglo IX a. de C.

El análisis polínico de este Castro, concretamente en la zona de ocupación pone de manifiesto la presencia de polen de *Cereal* y numerosas semillas, altos porcentajes de *Gramineas* y escasa cubierta arbórea. De este diagrama se deduce que el habitat que corresponde al momento de la ocupación responde a una vegetación abierta, con abundancia de praderas que en parte utilizaron para el cultivo de *Cereal*.

Como ya comentamos anteriormente, los análisis polínicos realizados en suelos naturales desde 1980 son mucho más abundantes que los realizados en contextos humanizados. Como la descripción pormenorizada de cada uno de ellos alargaría demasiado este trabajo, realizaremos a continuación un comentario general, siguiendo un orden cronológico, de aquellos que presenten signos de actividad humana probablemente relacionada con un proceso agrícola.

En la segunda fase del periodo Atlántico (Atlántico II: 6000-5000 B.P.), los indicios de deforestación son claros en los diagramas de Pedras Negras (Torras, 1982) y Balteiro (Criado, Aira Diaz-Fierros, 1986), ambos situados en la Sierra del Barbanza, en los que pese a la ausencia de *Cereal* en este periodo, hay un claro descenso del polen arbóreo y una expansión de las herbáceas.

En diversos diagramas datados en el periodo siguiente Subboreal (5000-2800 B.P.) se sigue registrando la actividad agrícola basada en la presencia de pólenes de *Cereal*, como en el análisis de Catoira (Saá Otero y Diaz-Fierros, 1983).

La mayoría de los diagramas datados en las primeras fases del Subatlántico, reflejan la actividad agrícola manifestada por la acción negativa sobre la cubierta arbórea y por la presencia de *Cereal*, tal como se deduce de diversos diagramas realizados en la zona costera de Galicia (Saá, 1985), Sierra del Barbanza (Criado, Aira y Diaz-Fierros, 1986) y en los alrededores de Santiago (Torras, 1982).

Un comentario aparte merece el reciente trabajo de Van Mourik (1986), quien estudia diversos tipos de suelos de Galicia bajo la óptica del polen.

En el diagrama de la turbera del Buyo situada en el Norte de Lugo, que cuenta con cuatro dataciones C 14, la más antigua de las cuales es

de 7725 ± 50 B.P. (GrN-7331), el cereal se registra desde el Atlántico tardío, coincidiendo con bajos porcentajes arbóreos de *Quercus* y *Corylus* y gran cantidad de *Poaceas*, a partir de lo cual dicho investigador deduce los primeros síntomas de actividad agrícola en el medio.

En el diagrama de la Laguna de Antela, situada en el sur de la provincia de Orense, con datación C 14: 6595 ± 45 B.P. (GrN-7325) aparece *Cereal* en el Subboreal, sin embargo dicho autor señala que los primeros indicios de actividad humana no se registran hasta principios del Subatlántico.

Las actividades agrícolas realizadas por el hombre, pueden ser deducidas de los análisis polínicos, ante el determinado comportamiento de diversas especies (en general, disminución del estrato arbóreo y subida de herbáceas) y ante la presencia de ciertos indicadores.

A este respecto, Lynch (1981) señala ciertas especies indicadoras para la zona Sur de Irlanda, área de gran afinidad climática con el norte de nuestra península, aunque con ciertas diferencias en el sustrato geológico.

En «praderas» incluye *Gramíneas*, *Plantago lanceolata*, *Ranunculus*, *Leguminosas*, *Polygalaceas* y *Succisa*; como indicadores de «cultivo» señala *Cereal*, *Chenopodium*, *Brassicaceas*, *Stachys*, *Urtica* y *Artemisia*; mientras que *Rumex*, *Compuestas* y *Plantaginaceas* (excepto *P. lanceolata*), tanto pueden indicar pradera como cultivo.

Por su parte Van Mourik (1986), define una serie de asociaciones a partir del estudio polínico de una serie de muestras superficiales en distintos habitats. En «pradera» señala como componentes de la vegetación local las *Poaceas* con valores entre el 50-40 % y a las *Compuestas* con una representación entre el 5-20 %; presentes en un área de 500 m *Castanea* y *Pinus*; en un radio de 1000 m *Quercus* y *Castanea* y fuera de esta zona *Cerealía* (5-10 %) *Ericaceas*, otros árboles, ruderales y helechos.

En «cultivo» son componentes locales las *Poaceae* con porcentajes ligeramente más bajos que en praderas (25-50 %), *Compuestas* en igual proporción que en el caso anterior y *Cerealía* (5-30 %); forman parte de la vegetación en un radio de 500 m el *Pinus*, en 1000 m el *Pinus*, *Castanea* y *Quercus* y fuera de este área *Ericaceas* y diversas especies herbáceas.

Las plantas hidrófilas (*Cyperaceas* y *Ranunculaceas*), el *Plantago*, las *Umbelíferas* y el *Alnus* están mejor representadas en praderas, mientras que especies como *Rumex*, *Rubiaceae*, *Pteridium* y *Cistaceas* se dan con cierta preferencia del polen de ciertas arbóreas (como *Pinus* y *Alnus*) y de brezal en dichos habitats, proceden según dicho autor de su existencia en cercanías, mientras que *Pteridium* puede significar la quema o el abandono de la tierra.

De estas asociaciones nos sorprende los altos porcentajes otorgados a la representación de *Cereal* incluso en tierras de cultivo ya que en los diagramas de polen de Galicia nunca aparecen valores tan altos, tal como se deduce de los diagramas realizados por Torras (1982) en dos suelos cultivados de datación Subatlántica, entre otros. Tampoco es fácilmente aceptable la presencia de cereal en otras asociaciones definidas por Van Mourik (1986) en pinar, robledal, brezal... etc., ya que dada la escasa producción y dispersión del polen de estas especies, difícilmente nos explicamos su representación en dichos casos.

Precisamente dadas las peculiaridades de los granos de Cereal y el hecho de que no son plantas espontáneas, consideramos que su presencia en los diagramas en los que además concurren otras evidencias (disminución del estrato arbóreo y abundancia de nitrófilas y ruderales) indican claramente una actividad de tipo agrícola. Según esto, analizaremos a continuación la representación del Cereal y otras especies en los diagramas comentados, tomando como base los indicadores de Lynch (1981) y con cierta cautela los de Mourik (1986) por ser asociaciones polínicas actuales.

En los diagramas de la fase final del periodo Atlántico los porcentajes arbóreos son muy escasos (As Rozas, Casota do Páramo, Sabucedo y Buyo), el cereal solo aparece en la turbera (Buyo) aunque en los demás aparecen indicadores de cultivo como *Crucíferas* (As Rozas, Balteiro, Casota) y *Urtica* (Pedras Negras y Casota).

En los análisis Subboreales (Fontenla y Lavapés) y en fases con esta misma cronología de otros diagramas (Balteiro y Antela) se registra la presencia de polen de *Cereal*, y de *Crucíferas* y *Urtica* (Regueiriño y Fontenla).

Por último, en los diagramas (y zonas) de las primeras fases del Subatlántico aparece *Cereal* (Penalba, Santiago, Toiriz-1, Balteiro, perfiles Río Barbanza) e indicadores de dicha actividad como *Urtica* (Penalba) y *Chenopodiaceas* (Toiriz-1).

En el comentario anterior se realiza una mención de los indicadores de cultivo exclusivamente, sin embargo, la mayoría de los diagramas presenta abundantes indicadores de «pradera», lo cual es lógico tanto por el hecho de que muchas especies son comunes a ambos medios como por que la economía prehistórica en el período que abarcamos debió de ser de tipo mixto (agrícola/ganadera).

No podemos asegurar si una de ellas prevaleció sobre la otra en determinado momento, sin embargo al menos desde época megalítica existió una actividad cerealista tal como se deduce de los datos comentados a lo largo de este trabajo y en concreto del estudio realizado en la Sierra

del Barbanza (Criado, Aira, Diaz-Fierros, 1986), donde a pesar de no haber encontrado polen de cereal en dicha etapa, si hay una correspondencia con una pulsación deforestadora localizada en la transición Atlántico-Subboreal. Dado que la vegetación de la sierra en tal momento era de condiciones muy abiertas, no tiene mucho sentido pensar en la posibilidad de que las Ruderales presentes en los análisis documenten la roturación del bosque para abrir terreno para pastos, máxime cuando predominaban las praderas de Gramineas.

Los diagramas polínicos de los yacimientos prehistóricos tienen un valor especial por poseer una cronología, bien sea ésta relativa, la propia del monumento, o bien absoluta, debida a las dataciones del C 14, existentes para cinco de ellos, As Rozas, A Fontenla, O Fixón, Lavapés y Penalba. Las fechas absolutas antes de ser aceptadas deben de ser discutidas para comprobar su validez. Una vez verificadas nos sirven para datar los yacimientos en que aparecieron, la cultura a la que pertenecen y el diagrama polínico, con lo que se establece una asociación de gran valor entre la cronología, la cultura y el ambiente ecológico en que se desarrolla.

La datación de As Rozas en Campo Lameiro (Patiño, 1985a), 3200 ± 140 B.C. para un túmulo con una cámara poligonal irregular con puerta y sin corredor, corresponde a una hoguera hecha en el momento en que éste se estaba erigiendo. Concuerta esta fecha con la de monumentos semejantes del norte de Portugal, donde una serie amplia de dataciones coherentes entre si nos señalan la presencia de este tipo de monumentos megalíticos en la segunda mitad del IV milenio antes de Cristo (Oliveira, 1986), lo que coincide con el resultado del análisis polínico realizado sobre una muestra de un paleosuelo bajo el túmulo, por lo que se puede considerar válida.

La datación del nivel precampaniforme de A Fontenla (Peña, 1985b), 2460 ± 50 B.C. puede ser aceptada, ya que es más antigua que las fechas admitidas para el mundo campaniforme en la Península Ibérica. Por otra parte el estrato fértil inferior de A Fontenla está emparentado con el estrato único de O Regueiriño, donde no hay campaniforme y con el horizonte antiguo de Lavapés, al que se superpone (Peña 1985b) un estrato con cerámica decorada tipo Penha, con una datación de C 14 de 1980 ± 120 antes de Cristo (Peña 1985c). Por el contrario la datación de O Fixón (García-Lastra, 1985) es la mas alta para el mundo campaniforme en la Península Ibérica y poco coherente con las dataciones arqueológicas de éste en Galicia. El yacimiento de A Fontenla en la misma Península del Morrazo tiene un estrato con cerámica campaniforme que se superpone a otro sin ella, que posee una datación de C 14 de 2460 ± 50 B.C.,

por lo que es posterior a esta fecha. Por ello hemos de sumar esta datación a la lista de las fechas discutibles y discutidas del laboratorio de Gakushuin para materiales de Galicia y Norte de Portugal. La exagerada tendencia al alza de algunas de estas dataciones es notable, como se puede apreciar en el caso del túmulo de Chan da Cruz (Patiño, 1985b), o alguna de las del castro de Penalba en Campo Lameiro (Alvarez, 1986). El yacimiento de Lavapés presenta una datación, para el nivel superior con cerámica decorada tipo Penha, de 1980 ± 120 B.C. (Peña, 1985c), que es coherente con la estratigrafía, pues descansa sobre un nivel con cerámica semejante a la del horizonte precampaniforme de A Fontenla. Por otra parte esta datación no está muy alejada de las que se obtienen, para este mundo de la cerámica de tipo Penha, en el próximo Norte de Portugal y es coherente con los datos polínicos, por lo que podemos considerarla como válida.

De las tres dataciones del Castro de Penalba en Campo Lameiro, Pontevedra, (Alvarez, 1986), hemos de desechar la más reciente, por estar en discordancia con la datación arqueológica y cuestionar la más antigua, que es una de las que presenta la tendencia al alza común en varias de las dataciones elaboradas en el laboratorio de Gakushuin en Japón para el Norte de Portugal y de Galicia.

La fecha aceptada por el excavador del yacimiento (Alvarez, 1986) siglo IX antes de Cristo, concuerda con la datación arqueológica de la punta de lanza de cuyo interior se tomó una de las muestras analizadas y con dataciones del C 14 para tipos semejantes en el Norte de Portugal, monte de A Penha, y con el depósito de la Ría de Huelva con los que se relaciona tipológicamente la pieza (Alvarez, 1986). Por otra parte el diagrama polínico no muestra disconformidad con la datación.

En cuanto a los yacimientos arqueológicos que no tienen datación absoluta, O Regueiriño (Peña, 1985a) y los monumentos megalíticos de la Sierra de Barbanza (Criado, F.; Aira, M. J.; Diaz Fierros, F. 1986), cabe señalar que la cronología del primero es relacionable con la de A Fontenla y que éstos han de ser fechados de acuerdo con los paralelos con monumentos datados del Norte de Portugal y la Beira Alta, en unas fechas que van de la mitad del IV^o milenio antes de Cristo (Oliveira, 1986) hasta la segunda mitad del III^{er} milenio antes de Cristo. Esta datación es coherente con el análisis de los diagramas polínicos por lo que se puede considerar válida.

De acuerdo con estos datos cabe señalar que las dataciones aceptadas son fiables para establecer la cronología de los análisis polínicos efectuados sobre muestras tomadas de yacimientos arqueológicos, por lo que podemos utilizar éstas con una perspectiva temporal. De este modo se detecta la

presencia de la agricultura en yacimientos del Megalitismo neolítico, en el Calcolítico y en el Final de la Edad del Bronce, con un margen de dataciones absolutas que van desde el 3.200 a. de C. del monumento megalítico de As Rozas hasta el siglo IX a. de C. del castro de Penalba en Campo Lameiro. Esta presencia de la agricultura en los yacimientos arqueológicos puesta en evidencia claramente por el polen de *Cerealia*, o indirectamente por el cortejo de ruderales que acompaña a aquella, coincide con los datos procedentes de los suelos naturales en los que cabe apreciar la presencia de granos de *Cerealia*, cereales, con una antigüedad mayor de 2790 antes de Cristo en el diagrama del Buyo en el Norte de la provincia de Lugo, y en la zona cronológica VIII de Firbas datable entre el 3000 y el 800, antes de Cristo, en la laguna de Antela en la provincia de Orense.

Los datos palinológicos obtenidos de los yacimientos arqueológicos y de los suelos naturales coinciden en señalar la presencia extendida por toda la región de la agricultura en Galicia desde el período Atlántico tardío en el IV milenio antes de Cristo con una intensificación a lo largo del tiempo, confirmando las teorías expuestas en la primera síntesis realizada sobre el origen y evolución de la agricultura en la Prehistoria de Galicia (Torras, M. L.; Diaz-Fierros, F.; Vazquez, J. M.; 1980). Así como mínimo desde un momento temprano del megalitismo, en el período Atlántico avanzado, se documenta la explotación agrícola del medio. La generalización de esta práctica es cada vez mas intensa según la prehistoria se acerca a su final. La conclusión de análisis polínicos en realización en estos momentos, tanto de yacimientos naturales como arqueológicos, junto con el estudio de las semillas de cereales procedentes de estos últimos, permitirán en breve disponer de datos que enriquecerán el esquema actualmente disponible.

Santiago, Primavera de 1986.

RESÚMEN

Se estudian los datos sobre la agricultura presentes en diagramas polínicos realizados en Yacimientos Arqueológicos y suelos naturales correspondientes a la Prehistoria de Galicia. A partir de éstos, se registra la actividad agrícola vinculada con la Cultura Megalítica desde la segunda mitad del cuarto milenio a. de C.

Esta práctica se hace cada vez más frecuente e intensa hacia el final de la Protohistoria.

RÉSUMÉ

On étudie les données sur l'agriculture issues des diagrammes polliniques, réalisés dans des gisements archéologiques et dans des sols naturels qui appartiennent à la

Prehistoire de la Galice. A partir de celles-ci, on enrégiste l'activité agricole liée à la Culture Mégalithique depuis la seconde moitié du quatrième millénaire a.C..

Cette pratique est de plus en plus fréquente et intensive vers la fin de la Protohistoire.

ABSTRACT

Agricultural data from palynological diagrams made in archaeological deposits and natural soils in Galicia, are described. From these data, it is possible to identify activity connected with megalithic culture since the second half of the fourth thousand B.C..

The evidence for this practice is more abundant and widespread on the late Protohistory.

BIBLIOGRAFIA

- AIRA RODRIGUEZ, M. J. (1985) — Análisis puntual de la mámoa I de As Rozas (Campolameiro). *Pontevedra Arqueológica* I, 1984, p. 65.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J. y GUITIAN OJEA, F. (1985) — Estudio polínico y edafológico de los yacimientos de «O Regueiriño» y a «Fontenla» (Península do Morrazo). *Pontevedra Arqueológica* I, 1984, pp. 99-112.
- ALVAREZ NUÑEZ, A. (1986) — *Castro de Penalba. Campaña 1983*. Arqueología/Memorias, 4. D. X. do P. A. e M. (Servicio de Arqueología). Xunta de Galicia.
- BATES, C. D.; COXON, P. and GIBBARD, P. L. (1978) — A new method for the preparation of clay-rich sediment samples for palynological investigation. *New Phytol.* 81, pp. 459-463.
- CALVO DE ANTA, R.; CRIADO BOADO, F. y VAZQUEZ VARELA, J. M. (1983) — Contribución al estudio del megalitismo y el medio edafológico en el noroeste de la Península Ibérica: El paleosuelo de «A mámoa de Parxubeira». *Cuadernos de Estudios Galegos*, tomo XXXIII, 98, pp. 65-85.
- CASTROVIEJO, S. (1979) — *Contribución al estudio de la vegetación de la Península del Morrazo*. Tesis doctoral. Universidad de Madrid.
- CRIADO BOADO, F. ; AIRA RODRIGUEZ, M. J. y DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1986) — *La construcción del paisaje: Megalitismo y Ecología en la Sierra del Barbanza*. Arqueología/Investigación. D. X. do P. A. e M. (Servicio de Arqueología). Xunta de Galicia, 185 p.
- CWYNAR, L. C.; BURDEN, E. and MCANDREWS, J. H. (1979) — An inexpensive sieving method for concentrating pollen and spores from fine-grained sediments. *Can. J. Earth. Sci.*, 16, pp. 115-1120.
- GARCIA-LASTRA y MERINO, M. (1985) — Primeros resultados de las Campañas de excavaciones arqueológicas 1982, en el Yacimiento Campaniforme de «O Fixón» (Hio, Cangas de Morrazo). *Pontevedra Arqueológica* I, 1984, pp. 113-144.
- LOPEZ GARCIA, P. (1985a) — Análisis palinológico de los sedimentos arqueológicos del Yacimiento de «O Fixón». *Pontevedra Arqueológica* I, 1984, pp. 145-147.
- (1985b) — Estudio polínico del Yacimiento de Lavapés. *Pontevedra Arqueológica* I, 194, pp. 179-186.

- LYNCH, A. (1981) — *Mind and environment in S. W. Ireland, 4000 B.C.-A.D. 800. A study of man's impact on the development of soils and vegetation*. B.A.R. British Series 85.
- OLIVEIRA JORGE, S. (1986) — Datos de Carbono 14 para a Pré-história recente do norte de Portugal: Os dados e os problemas. *Arqueología*, 12.
- PATÍÑO GOMEZ, R. (1985a) — Excavación de la mámoa I de As Rozas (Campolameiro). *Pontevedra Arqueológica* I, 1984, pp. 45-74.
- (1985b) — Excavación de la mámoa I de Chan da Cruz. *Pontevedra Arqueológica* I, 1984.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1985a) — Sondeo estratigráfico en el Yacimiento de «O Regueiriño» (Moaña). *Pontevedra Arqueológica* I, 1984.
- (1985b) — Sondeo estratigráfico en el Yacimiento de «A Fontenla». *Pontevedra Arqueológica*, I, 1984.
- (1985c) — Yacimiento de Lavapés (Cangas do Morrazo). Balance de las excavaciones 1981-1982. *Pontevedra Arqueológica* I, 1984, pp. 149-178.
- SAA OTERO, P. (1985) — *Contribución a la cronología de sedimentos costeros por análisis polínico*. Tesis doctoral. Universidad de Santiago.
- SAA OTERO, P. y DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1983) — Análisis polínico de un sedimento tipo marhs en la Marisma de Catoira (Pontevedra). *Cuadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, 5, pp. 191-204.
- TORRAS TRONCOSO, M. L. (1982) — *Aplicación del análisis polínico a la datación de paleosuelos de Galicia*. Tesis doctoral. Universidad de Santiago.
- TORRAS TRONCOSO, M. L.; DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. y VAZQUEZ VARELA (1980) — Sobre el comienzo de la agricultura en Galicia. *Gallaecia*, 6, pp. 51-59.
- VAN MOURIK, J. M. (1986) — *Pollen profiles of slope deposits in the Galicien area (N. W. Spain)*. *Nederlandse Geografische Studies*, 12, 171 p.

APROXIMACION A LA PREHISTORIA DE VIGO (ESPAÑA) (*)

POR

José Manuel Hidalgo Cuñarro (**)

EL PALEOLÍTICO

El período más antiguo de la actividad del hombre es el denominado Paleolítico, con una forma de vida basada en la caza-recolección.

En la comarca de Vigo no se ha encontrado, todavía, ningún tipo de asentamiento perteneciente a éste momento, aunque sí se han encontrado algunos instrumentos líticos aislados. Dichos útiles fueron encontrados de forma fortuita, lo que hace que hayan llegado a nosotros sin un contexto arqueológico que permita un conocimiento más preciso del mismo y un encuadre cronológico claro, pero basándonos en tipologías análogas podemos atribuirlos a este período.

Los instrumentos hallados son los denominados «choppers», o cantos rodados que presentan extracciones en una de sus caras de una o varias lascas que hacen que el borde sea cortante, y el «bifaz», canto golpeado por ambas caras hasta que se conseguía un filo fuerte y amplio, tenía multitud de usos ya que con él se realizaban varias actividades: cortar, despedazar, etc., eran una especie de hachas o cuchillos, o simplemente instrumentos cortantes, que nos demuestran la capacidad del hombre para fabricar el útil mediante una serie de gestos repetidos basándose en un modelo pre-concebido.

(*) La recopilación y elaboración de los datos básicos para este artículo, la realizaron los arqueólogos, Eugenio Rodríguez Puentes y Juan Carlos Abad Gallego y los dibujos del mismo los confeccionó José Manuel Rodríguez Sobral. A ellos mi más sincero agradecimiento.

(**) Departamento de Prehistoria y Arqueología del Museo Municipal de Vigo-Espanha.

Los restos de éste período se han hallado en diversas zonas del municipio, principalmente hechos sobre cantos de cuarcita: «choppers» en Alcabre y en la playa de «A Calzoa» (Coruxo); «bifaz» en San Amaro (inmediaciones del castro de Vigo), en el barrio de «O Rocio» (Bouzas) en «A Carrasqueira» (Coruxo), y dos en Navia. También se puede señalar, posiblemente perteneciente a este período cronológico, una supuesta raedera en lasca de sílex (especie de cuchillo posiblemente para preparar la carne y cortarla, o limpiar las pieles) encontrada en la playa de «A Calzoa» (Coruxo). Todas estas piezas se exhiben en el Museo Municipal «Quiñones de León» de Vigo.

Estos útiles aislados no nos permiten realizar una reconstrucción de la vida del hombre en este período, pero los estudios realizados en yacimientos con tecnología similar nos dan mayor información sobre la misma.



Fig. 1 — Localización geográfica de la zona en estudio en la Península Ibérica.

Cerca de Vigo, en el ayuntamiento de Porriño, hay un yacimiento en el que se han realizado diversas excavaciones, se trata del conjunto de «As Gándaras» en Budiño, de gran importancia para el estudio del paleolítico gallego. En éste se encontraron indicios de hogares y restos de un «taller» de elaboración de útiles de un grupo de cazadores-recolectores. Así, junto a los útiles ya elaborados, aparecen los restos del trabajo de talla de los mismos (lascas, núcleos,...) esparcidos en el suelo.

Estos pequeños grupos de cazadores-recolectores solían acampar cerca de lugares con abundante agua, en éste caso se asentaron en las gándaras o lagunas formadas por el cauce del río Louro, por diversas razones:

- disponibilidad de agua dulce.
- en las riberas de los rios y lagunas abunda la caza, debido a ser un lugar donde los animales iban a beber, y la pesca.
- disponían de materia prima para elaborar sus útiles, en este caso se encuentran numerosos cantos rodados de cuarcita y cuarzo.

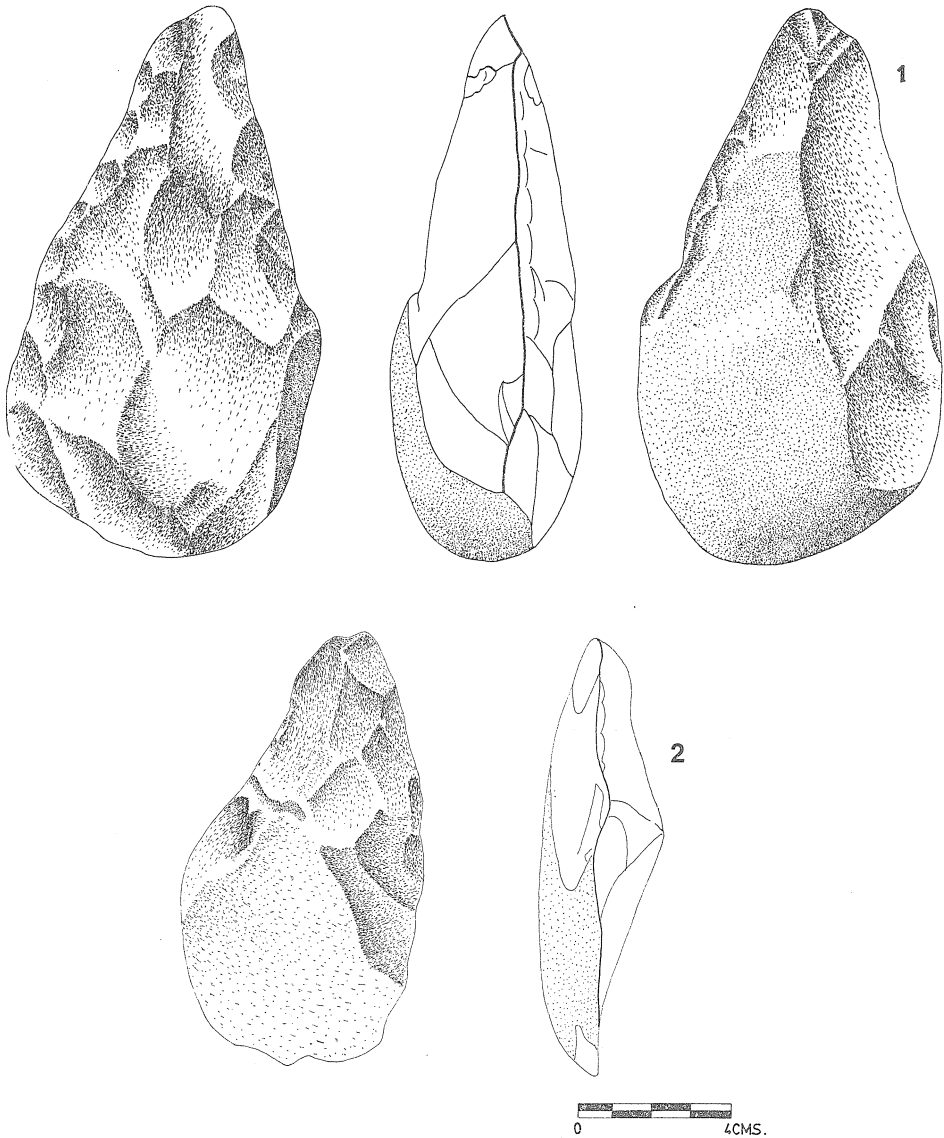


Fig. 2 — 1. Bifaz de Coruxo (Vigo) — 2. Bifaz de Bouzas (Vigo).

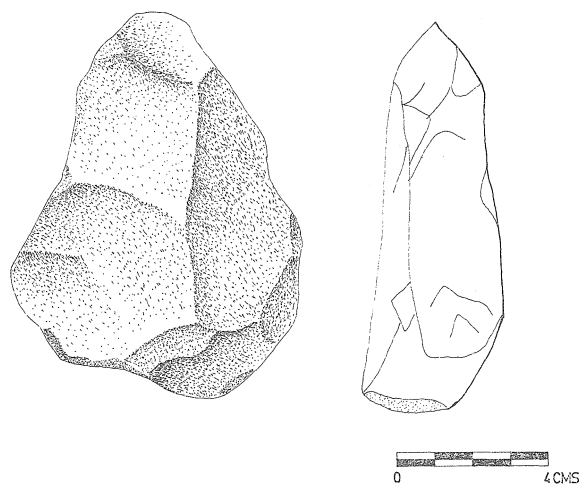


Fig. 3 — Bifaz de San Amaro (Vigo).

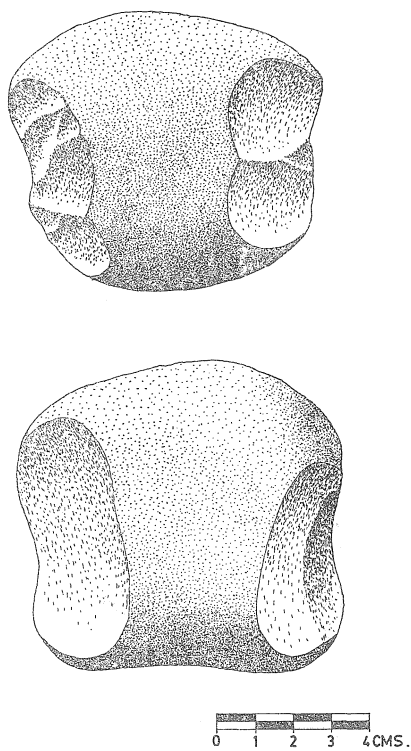


Fig. 4 — «Poutada» o peso de pesca de Alcabre (Vigo).

Por los datos de que disponemos serían pequeños grupos de cazadores, sobre todo, que también se dedicarían a la recolección de bayas, tubérculos y todo tipo de plantas comestibles; al mismo tiempo hay que suponer que en las zonas costeras y fluviales desarrollaron la pesca, y un marisqueo costero.

Aunque esta industria, conocida como Achelense, se ha desarrollado en otras zonas de la Península y del mundo en fechas muy anteriores, este yacimiento de Budiño fue datado por el método de Carbono-14 entre el 26.700 y 18.000 antes del presente, fechas corroboradas también por los estudios geológicos.

EL MESOLÍTICO

Con el paso del tiempo parece que hubo una serie de cambios climáticos que obligaron al hombre a transformar algunas de sus costumbres. Por ejemplo estos cambios climáticos hicieron desaparecer o que se retirasen, de muchas zonas, animales que antes abundaban y eran piezas preferidas de los cazadores paleolíticos, por lo tanto ahora el hombre tiene que cambiar su dieta alimenticia. Parece que la carne, aunque sigue siendo un elemento imprescindible en su dieta, tiene que ir complementándose, cada vez de forma mas notoria, con otras fuentes de alimentación como son la recolección de plantas, moluscos y mariscos, que si antes ya se realizaba es ahora cuando alcanza un gran desarrollo, encontrándose a menudo grandes «concheros» o aglomeraciones de conchas que formaban una especie de basureros de los hombres de este momento.

Aquí, en el sur de Galicia, este período está muy mal conocido pero tal vez pertenezcan a este momento una serie de útiles hallados en diversos puntos de la costa viguesa, también denominados «camposanquienses», como son diversos picos, hendedores, discos raspadores, «poutadas»..., localizados en Oia, Balaídos, Isla de Toralla, Navia, Alcabre,...

Entre el material que se ha encontrado destacan los llamados «picos», tal vez utilizados para separar de las piedras moluscos como las lapas y los mejillones; y las «poutadas» o pesos de pesca lo que indicaría la importancia de esta actividad en nuestra costa.

No hay estudios sobre la cronología de éste período, y a nivel aproximativo podemos indicar los milenios V-IV para su vigencia.

EL NEOLÍTICO. EL MEGALITISMO

En un momento ya posterior surgen una serie de cambios muy importantes en la economía, que provocarán a su vez cambios de todo tipo; a estos cambios en la economía, como son sobre todo la aparición de la agri-

cultura y la ganadería, se les ha venido denominando hasta hace bien poco «revolución neolítica» para realzar la importancia del hecho que supuso pasar de una economía depredadora, como era la de los hombres del paleolítico o del mesolítico, a una economía productora de tipo neolítico.

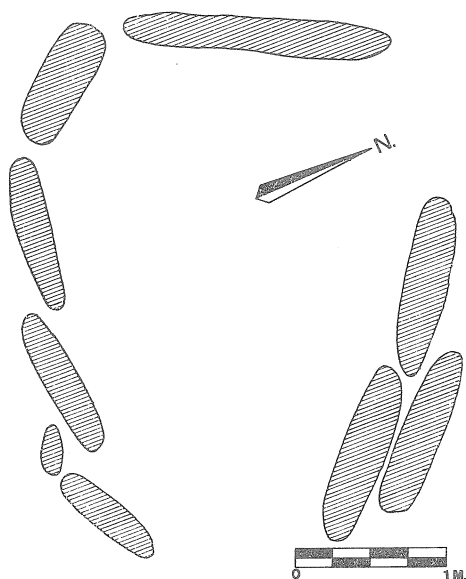


Fig. 5 — Dolmen de Bembrive (Vigo).

Deste momento cultural, Neolítico, tenemos em Galicia muy pocos ejemplos de poblados descubiertos, pero hemos de destacar sobre todo el de uno de ellos «O Regueiriño», muy cerca de nuestro municipio ya que se encuentra situado en la península del Morrazo, próximo al puente de Rande; la excavación de este yacimiento mostró la existencia de un poblado anterior al 2.460 a.C.

Si apenas poseemos restos de lugares de habitación en cambio sí poseemos, y con relativa abundancia, restos de sus lugares de enterramiento, de ahí que se denomine normalmente cultura megalítica al neolítico gallego. Estas construcciones funerarias, que en Galicia reciben el nombre de «mámoas», «medorras» «medoñas»,... debido a la forma que presentan en el paisaje, están constituidas por un túmulo de tierra (que en ocasiones presenta una coraza de piedras menudas) que cubre una cámara funeraria, formada por lajas de piedra u ortostatos, (cámaras normalmente de planta poligonal, que a veces estaba precedida por un corredor de entrada). Estas

serían tumbas colectivas que suelen aparecer siempre en lugares llanos y a una cierta altura, casi siempre agrupadas.

De éste período tenemos dentro del término municipal vigués cerca de 40 túmulos megalíticos, que se sitúan la mayor parte de ellos entre los límites de nuestro ayuntamiento y los de Redondela, Mos y Nigrán.

Como continuación de la gran necrópolis megalítica del Monte Penide poseemos cerca de una docena de megalitos en las faldas del Monte Vixiador, mereciendo ser destacado el conocido como «Casa dos Mouros», en el lugar de «Coutada Vella» en Candean.

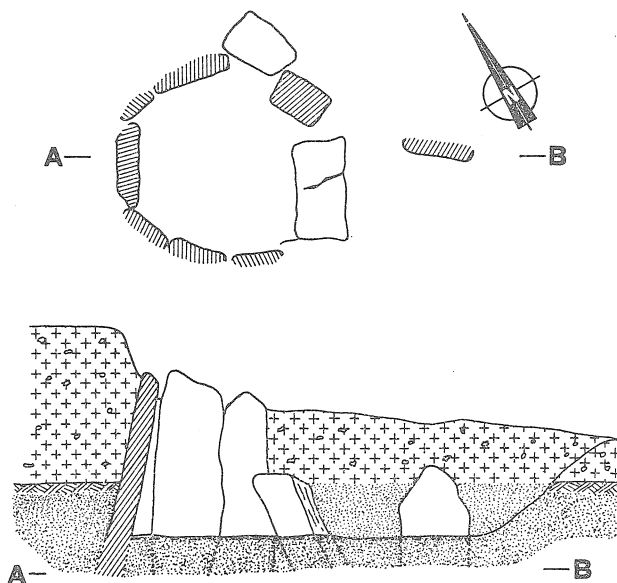


Fig. 6 — Dolmen del Vixiador (Vigo).

Otro grupo de tumbas megalíticas se localiza muy diseminado por la zona de San Colmado y el Rebullón, formando pues, parte de la gran necrópolis existente en la zona, que pertenece mayoritariamente al ayuntamiento de Mos. Destaca de esta necrópolis megalítica el «dolmen» de corredor que se encuentra actualmente dentro de las instalaciones que posee en la zona el Círculo Mercantil e Industrial de Vigo. Y ya en el término municipal de Vigo destacan cuatro túmulos en «As Xunqueiras» (Bembrive).

Ultimamente se han localizado túmulos megalíticos en la parroquia de Valladares, concretamente en los lugares conocidos como «Sobreira» y «As Gándaras».

También se encontraron, de éste período Neolítico, diversas hachas pulimentadas en diversos puntos del municipio: Coruxo; Comesaña; Isla de Toralla; Beade; Teis; Alcabre; Bembrive y Castro de Vigo.

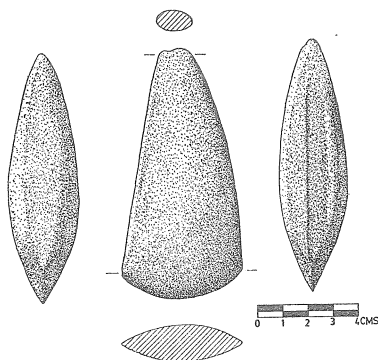


Fig. 7 — Hacha pulimentada de Bembrive (Vigo).

A pesar de que en nuestro ayuntamiento los datos son aún bastante escasos, a falta sobre todo de excavaciones arqueológicas, a nivel general podemos hablar para este momento de una economía de tipo agrícola como

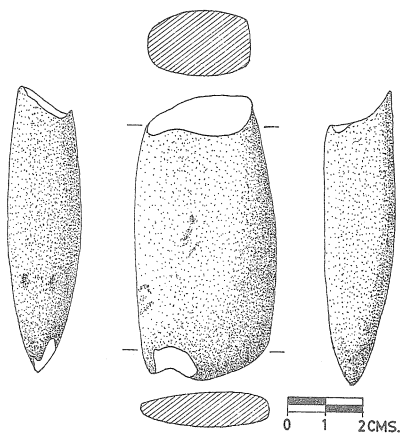


Fig. 8 — Hacha pulimentada de Beade (Vigo).

se documenta por análisis polínicos realizados en diversos puntos de Galicia que demuestran una agricultura cerealista posiblemente con uso del sistema de roza (tala y quema de bosque), y tal vez ganadera, completada con la

recolección de frutos silvestres, como es el caso de las bellotas que fueron recogidas para el consumo hasta época romana.

Los poblados serían asentamientos más o menos estables, formados por cabañas de ramas y otros materiales perecederos de ahí que no encontremos muchos restos.

Entre los utensilios destaca la aparición de los recipientes cerámicos, y una innovación en el utillaje lítico ya que ahora las piedras no sólo se tallan, sino que, debido al uso de piedras de gran dureza, también se pulen por abrasión. Como vimos en Vigo sólo se han encontrado hachas puli-

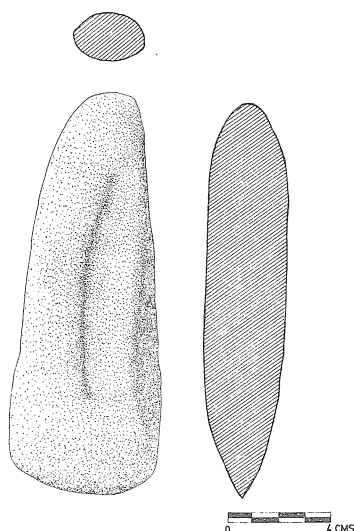


Fig. 9 — Hacha pulimentada de Teis (Vigo).

mentadas, aunque también pueden aparecer cinceles, mazas, azadas, gubias, ... o también en talla de cuarzo, sílex y cuarcitas, puntas de flecha, cuchillos, dientes de hoz, microlitos, ... e incluso objetos de adorno, cuentas de variscita, azabache, colgantes de piedra, ...

Estos elementos aparecen sobre todo como ajuares de las tumbas lo que supone un estímulo para la economía al tener que «amortizar» estos materiales con un consiguiente incremento de la producción.

La construcción de estos monumentos funerarios nos muestra la importancia del mundo de los muertos en esta sociedad; quizás, incluso, los enterramientos eran acompañados de un ritual con ofrendas, debido a encontrarse esos ajuares y vasijas de cerámica en ellos. A veces los ortostatos de

las tumbas tienen símbolos grabados y/o pintados, relacionados con esa temática sacral de la muerte, motivos en líneas ondulantes, en zig-zag,...

Cronológicamente se fecha esta cultura del IV milenio hasta fines del III milenio.

LA EDAD DEL BRONCE Y EL ARTE RUPESTRE

En la etapa final del período megalítico, del 2100 al 1800 a. c. aproximadamente, se observa la aparición de la llamada cultura del vaso campaniforme, o de los primeros metalúrgicos que ya conocen el cobre, de la cual no se ha localizado muestra alguna en nuestra zona.

A la larga etapa que abarca hasta la Edad del Hierro, se le denomina Edad del Bronce, dentro de la cual y en base a una evolución morfotológica de su tecnología metálica (puñales, espadas, hachas) se suelen establecer diversas divisiones. Aparte del cambio tipológico del tipo de armas también se produce un cambio en la composición metálica de las mismas, siempre en una evolución creciente.

La primera fase o Bronce Inicial (1800-1500 a. c.) se caracteriza por el trabajo fundamentalmente de cobre, y también joyas de plata y oro. El tipo de enterramiento son del tipo de cista o de túmulo sin cámara, siempre con inhumación individual. El ajuar de los mismos suelen ser puñales o espadas cortas de hoja plana, puntas tipo palmela, diademas laminadas de oro muy bien trabajadas, joyas áureas gallonadas y las denominadas placas de arquero.

De esta primera fase se conservan en el Museo Municipal de Vigo un cuchillo de cobre de procedencia incierta (aunque posiblemente sea de las cercanías del Castro de Vigo), y el ajuar de la cista de Atios (Porriño) compuesto por dos puñales de espigo, de bronce, y tres joyas (dos de oro y una de plata).

La segunda fase o Bronce Medio (1500-1000 a. c.) se caracteriza por la aleación binaria de cobre y estaño (bronce) de sus útiles metálicos. También se continuará la orfebrería áurea. Se producen hachas planas y espadas. El tipo de enterramiento es igual o parecido al anterior.

De esta segunda fase tenemos dos hachas de bronce encontradas en el Castro de Vigo y en Zamáns.

La tercera fase o bronce final/Atlántico (1000-600 a. c.) se caracteriza por el empleo en esta aleación binaria (cobre y estaño) del plomo, a veces en tal cantidad que las hachas no pueden ser utilizadas como tales. El tipo de útiles son las hachas de talón o tope, con una o dos anillas de sujección, espa-

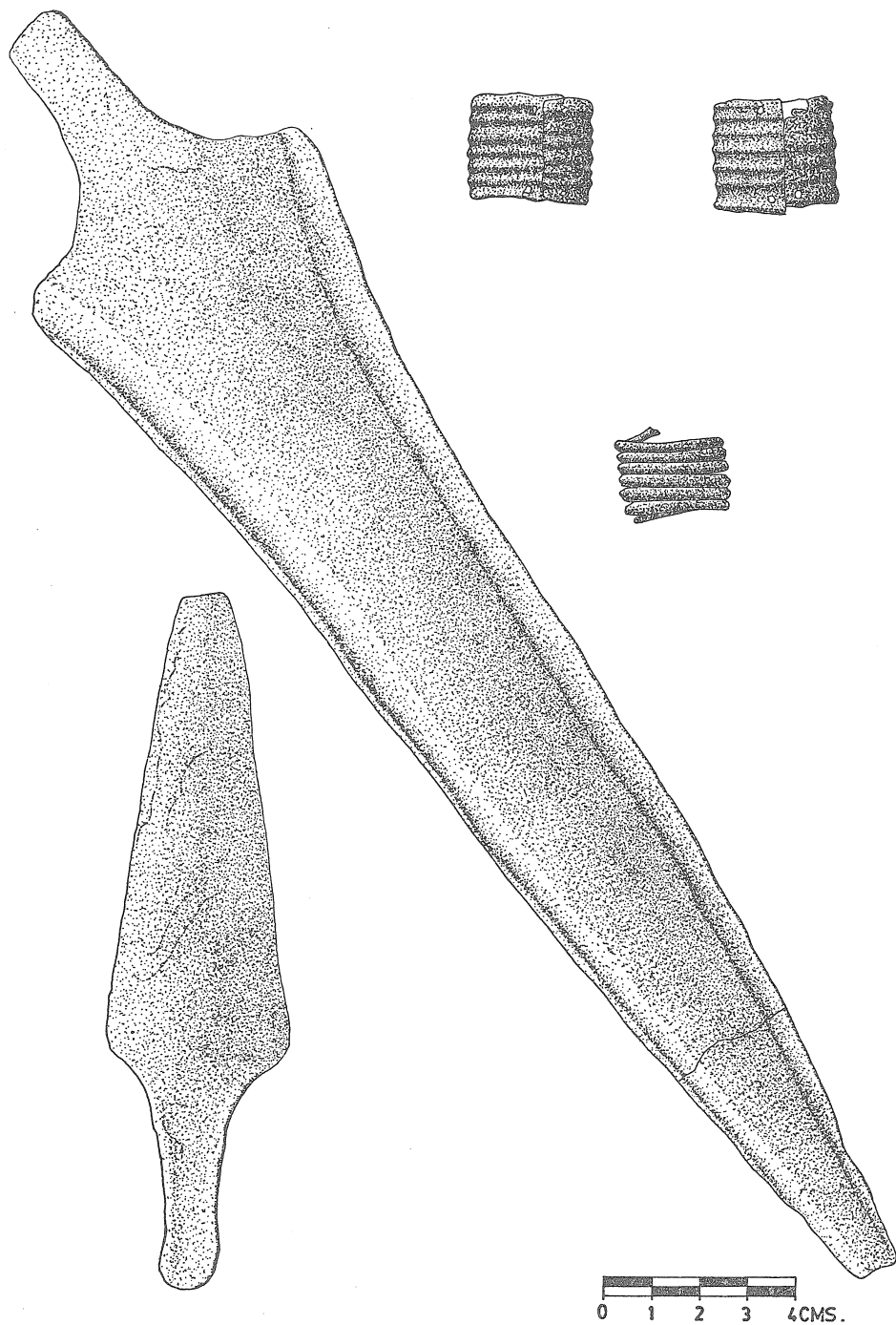


Fig. 10 — Ajuar de la Cista de Atios (Porriño).

das pistiliformes y de lengua de carpa, lanzas de enmangue tubular, puñales de antena,...

De esta tercera fase tenemos un hacha de talón o de tope encontrada en Tallarín (Matamá) con una sóla anilla y otra en Castrelos, con nervio central pero sin anillas.

En este largo período del bronce, la economía, en líneas generales, está basada en una agricultura cerealista, también complementada por la recolección, ganadería y caza. Al mismo tiempo la práctica de la metalurgia también supone una explotación minera, el intercambio de metales y un mayor avance tecnológico.

En la sociedad se advierte un mayor estratificación social y un aumento de la especialización laboral. Y debido a la actividad bélica, que se incrementa en este momento, el guerrero posiblemente adquiere un «status» elevado, tal y como se documenta también en los diversos ajuares encontrados en las cistas de enterramiento. Los tipos de enterramiento ya no son colectivos como en la etapa anterior, sino individuales, en cistas o en túmulo sin cista.

El mundo religioso se hace más complejo, continuandose la tradición anterior megalítica, y al mismo tiempo surgen nuevos elementos como son el posible culto al agua y al sol.

Otra de las manifestaciones de este período, y que continua en la edad de hierro e incluso en épocas posteriores, es el denominado Arte Rupestre.

Este arte rupestre se caracteriza por estar grabado sobre rocas al libre, los que normalmente se donominan petroglifos. Estos grabados o insculturas eran realizados por piqueteado y/o abrasión de la roca, formando un surco de sección en U en la misma. En la actualidad la visión de los mismos a veces es difícil debido al fuerte proceso erosivo.

El repertorio de motivos representados es amplio, en toda el area gallega,: cazoletas, combinaciones circulares, laberintos, espirales antropomorfos, zoomorfos, armas,... pudiendo aparecer estos motivos aislados o asociados entre sí formando conjuntos muy complejos.

Su interpretación es aún difícil, dandose diversas teorías al respecto de su significado. Únicamente son reconocibles, en dichas representaciones, algunas armas, figuras humanas y zoomorfos, el resto de los motivos son de carácter abstracto y por lo tanto de difícil identificación. Las teorías más comunes son la de atribución simbólica religiosa.

En nuestro municipio el número de estaciones rupestres conocidas es elevado, poseemos cerca de 30 petroglifos, debido a la intensa prospección llevada a cabo en los últimos años.

A modo de resumen pasamos a mencionar las parroquias de Vigo donde se han descubierto petroglifos hasta la actualidad, destacando alguna de las

estaciones: en la parroquia de Beade, «O Eixon», en Comesaña, «Carballo do Castro», «Monte da Guieira», «Monte da Regueira»; en la parroquia de Coruxo «Granseo», «Os Covelos», barrio de «Fragoselo» donde destaca el

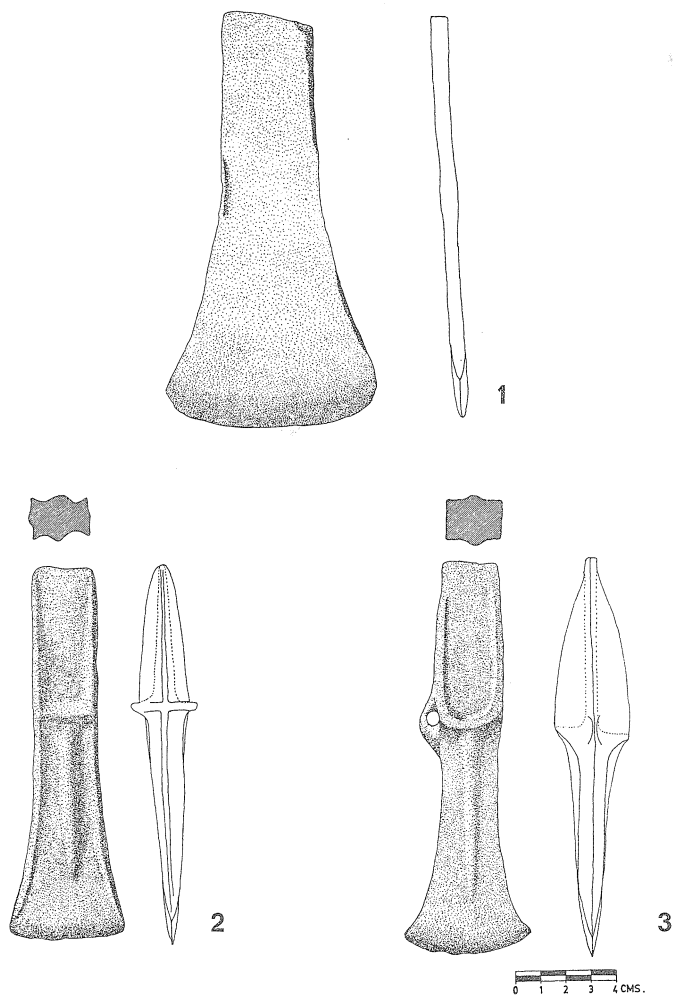


Fig. 11 — 1. Hacha del castro de Vigo. — 2. Hacha de Castrelos (Vigo).
3. Hacha de Matama (Vigo).

denominado «Pedra Moura»; en Matamá, en la lugar de «Fabal», y barrio de «Mó», donde se encuentra la representación de un cérvido; en Navia, «Laxielas» y «Quintela»; en Oia «Monte do Castro» y «Gondufe»; en

Sárdoma, «Aires»; en Teis, «Gondosende»; y en Valladares, «A Gándara» y «Freixo».

En estos grabados predominan los motivos de cazoletas, combinaciones circulares, formas cuadrangulares y elípticas.

No podemos dejar de mencionar antes de concluir este análisis del arte rupestre de esta área geográfica sin referirnos a los petroglifos de armas de «Poza de Lagoa» y «Auga da Laxe», que aunque no se localizan dentro de los términos municipales vigueses se encuentran en una zona inmediata.

El primero se enclava en la parroquia de Transmañó, en el ayuntamiento de Redondela y en él se pueden apreciar varias alabardas enmangadas, puñales o espadas cortas, un hacha enmangada y restos de otras posibles representaciones de armas.

El segundo se localiza en la ladera Oeste del Monte Galiñeiro, en el conocido «Monte dos Arruidos» y más concretamente en una gran roca de unos 10, 30 metros de largo por 4,6 metros de ancho que los vecinos del lugar conocen indistintamente por «Auga da Laxe» o «Pedra das procesións». En total se pueden contabilizar hasta 25 representaciones de armas: 11 puñales o espadas cortas, 6 alabardas enmangadas y 8 «escutiformes». Llama poderosamente la atención la gran espada que domina la zona central del petroglifo que mide unos 2,40 metros de largo y 0,43 metros de ancho en la unión de la hoja con la empuñadura. Posee nervio central o cresta.

Finalizamos este pequeño resumen del conocimiento actual que poseemos desde el Paleolítico a la Edad del Bronce en la comarca viguesa, no sin antes, mencionar que hallazgos recientes pertenecientes a distintas etapas prehistóricas, efectuados en esta área geográfica, nos manifiestan nuevamente el indudable interés que poseyó esta zona de la Península Ibérica en estos períodos.

Vigo, 15 de Abril de 1986

RESUMEN

Se analizan muy sintéticamente las diferentes etapas prehistóricas que se pueden detectar en la comarca viguesa y sus zonas limítrofes. Así se estudian los períodos correspondientes al Paleolítico, el Mesolítico, el Neolítico y la cultura megalítica y la Edad del Bronce con su peculiar Arte Rupestre.

A través del estudio de estos períodos prehistóricos, se evidencia la importancia que poseyó esta zona geográfica del Noroeste Peninsular durante esas épocas.

RÉSUMÉ

On analyse très synthétiquement les différentes étapes préhistoriques que l'on peut remarquer à la contrée de Vigo et à ses zones limitrophes. On étudie ainsi les périodes correspondantes au Paléolithique, au Mésolithique, à la Culture Mégalithique et à l'Âge du Bronze avec son particulier Art Rupestre.

A travers l'étude de ces périodes préhistoriques on rend évident l'importance que cette zone géographique du Nord-Ouest Péninsulaire a possédée.

ABSTRACT

The various prehistoric stages which are found in Vigo and its surrounding areas are described briefly. The periods which are studied are those corresponding to the Paleolithic, Mesolithic and Neolithic, the Megalithic Culture and Bronze Age, particularly the Rock Art.

The studies carried out on these prehistoric periods shows the importance held by this region in the North-West of the Iberian Peninsula.

BIBLIOGRAFIA

A continuación se dan las referencias bibliográficas-básicas para una mayor aproximación al conocimiento de la prehistoria de la comarca viguesa:

AGUIRRE, Emiliano

1965 *Excavación preliminar en el Paleolítico de las Gándaras de Budiño*. Revista El Museo de Pontevedra, XIX, pp. 29-40.

1974 *Excavaciones realizadas en las Gándaras de Budiño-Porriño (Pontevedra)*. Excavaciones Arqueológicas en España, n.º 31.

ALVAREZ BLAZQUEZ, José María y BOUZA BREY, Fermín

1949 *Industrias paleolíticas de la comarca de Tuy*. Cuadernos de Estudios Gallegos, XIII, pp. 201-250.

ALVAREZ BLAZQUEZ, José María, ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando y GARCIA MARTINEZ, M.

1970 *Cista y ajuar funerario de Atios (Porriño)*. Cuadernos de Estudios Gallegos, XXV, fasc. 75, pp. 20 y ss.

BOUZA BREY, Fermín

1934 *Los petroglifos del Monte Penide y los estudios de arte rupestre gallego-portugués*. A Coruña.

BUTZER, K. W.

1967 *Geomorphology and Stratigraphy of the Paleolithic Site of Budiño (Pontevedra-Spain)*. Eiszeitalter und Gegenwart, 18, pp. 82-103.

ECHAIDE, María Dolores

1971 *La industria lítica del yacimiento de Budiño (Pontevedra, España)*. Revista Munibe, 1.

FERNANDEZ RODRIGUEZ, Manuel

- 1960 *Notas prehistóricas-arqueológicas del Suroeste de Galicia*. Cuadernos de Estudios Gallegos, XV. n.º 46, pp. 249-250, fig. 1,d.

FILGUEIRA VALVERDE, José y GARCIA ALEN, Alfredo

- 1953 *Materiales para la Carta Arqueológica de la provincia de Pontevedra*. Revista El Museo de Pontevedra, VIII.

- 1955-59 *Adiciones a la Carta Arqueológica de la provincia de Pontevedra*. Revista El Museo de Pontevedra, XIII y IX.

- 1975 *Inventario de localidades con hallazgos paleolíticos*. Revista El Museo de Pontevedra, XXIX, pp. 29-31.

- 1977 *Inventario de monumentos megalíticos de la provincia de Pontevedra*. Revista El Museo de Pontevedra, XXXI, pp. 79 y ss.

GARCIA ALEN, Alfredo y DE LA PEÑA SANTOS, Antón

- 1981 *Grabados Rupestres de la provincia de Pontevedra*. A Coruña.

HARBISON, Peter

- 1967 *Mediterranean and atlántic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia*. Revista Madrider Mitteilungen, 8, pp. 100-122.

HIDALGO CUÑARRO, José Manuel y COSTAS GOBERNA, Fernando Javier

- 1980a *El gran conjunto megalítico de Monte Penide (Redondela)*. Revista El Museo de Pontevedra, XXXIV, pp. 81-93.

- 1980b *Proyecciones arqueológicas en los valles del Tea, Alvedosa y Miñor*. Revista del Museo Municipal de Vigo, n.º 3.

LOPEZ CUEVILLAS, Florentino

- 1929 *As insculturas do Coto do Corno*. Revista Nós, II, 61, pp. 61-63.

MARTINEZ SALAZAR, A.

- 1910 *Sobre apertura de mámoas a principios del siglo XVII*. Boletín de la Real Academia Gallega, tomo III, pp. 25 y ss.

MERGELINA, Cayetano de

- 1936 *Notas sobre arqueología gallega. Las mámoas de Chan da Pedra do Couto y de San Colmado*. Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de la Universidad de Valladolid, fasc. X, pp. 2-26.

MONTEAGUDO, Luis

- 1943 *El petroglifo de Fregoselo*. Archivo Español de Arqueología, 52, pp. 323-327.

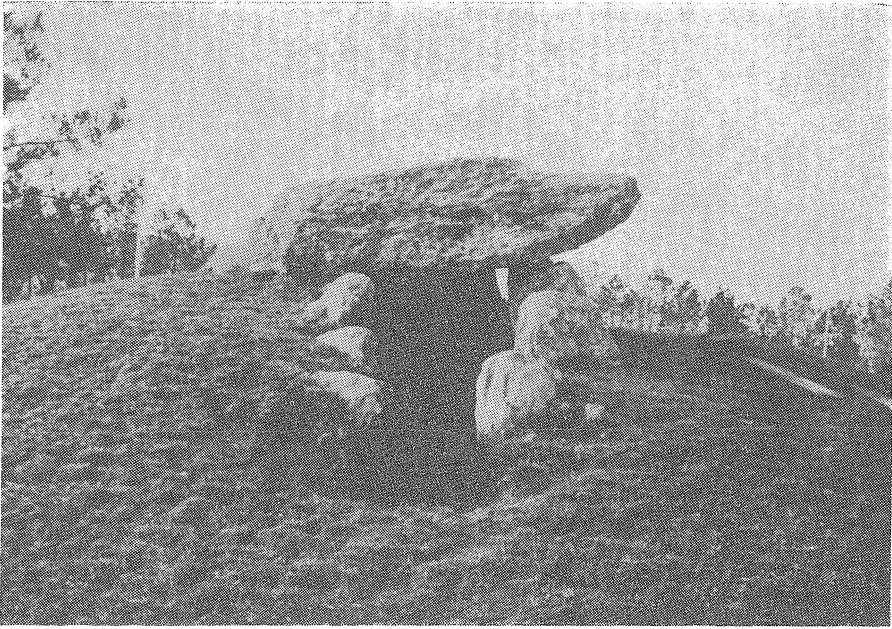
- 1977 *Die Bief auf der Iberischen halbinsel*. München, p. 98 y 185, láms. 33 y 78.

RODRIGUEZ SEOANE, M.^a del Carmen y DIAZ ALVAREZ, Pedro

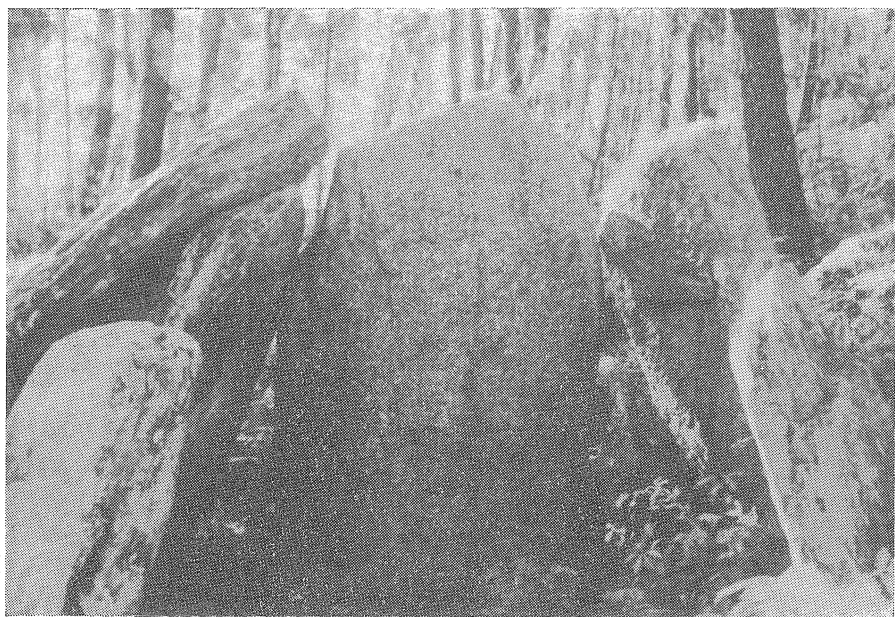
- 1973 *Noticias de prehistoria en torno a Vigo y su ría*. Vigo.

SOBRINO LORENZO-RUZA, R.

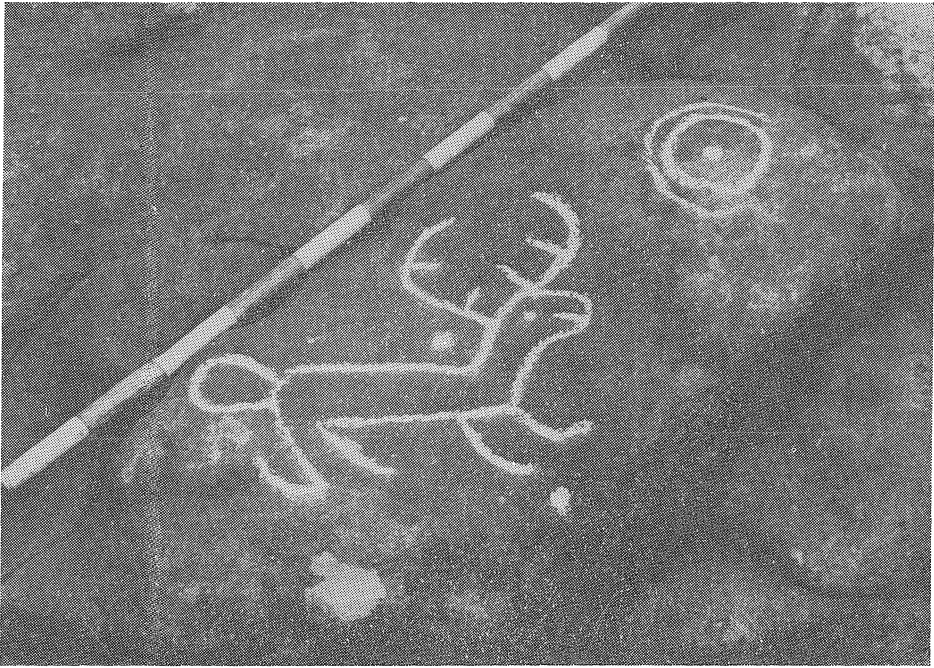
- 1952 *El petroglifo de Fragoselo*. Noticiario Arqueológico-Hispánico, 14, p. 194.



Dos vistas del dolmen de corredor que en la actualidad se encuentra dentro de las instalaciones del círculo mercantil e industrial de Vigo.



Dos aspectos del dolmen de Candeán, conocido vulgarmente por «Casa dos Mouros».



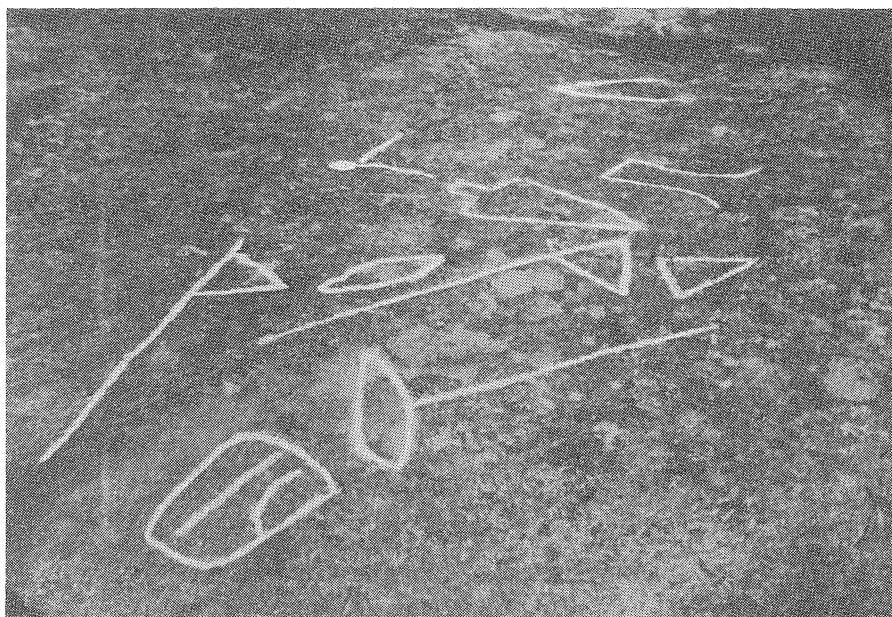
Petroglifo de «As Millaradas» (Matama, Vigo).



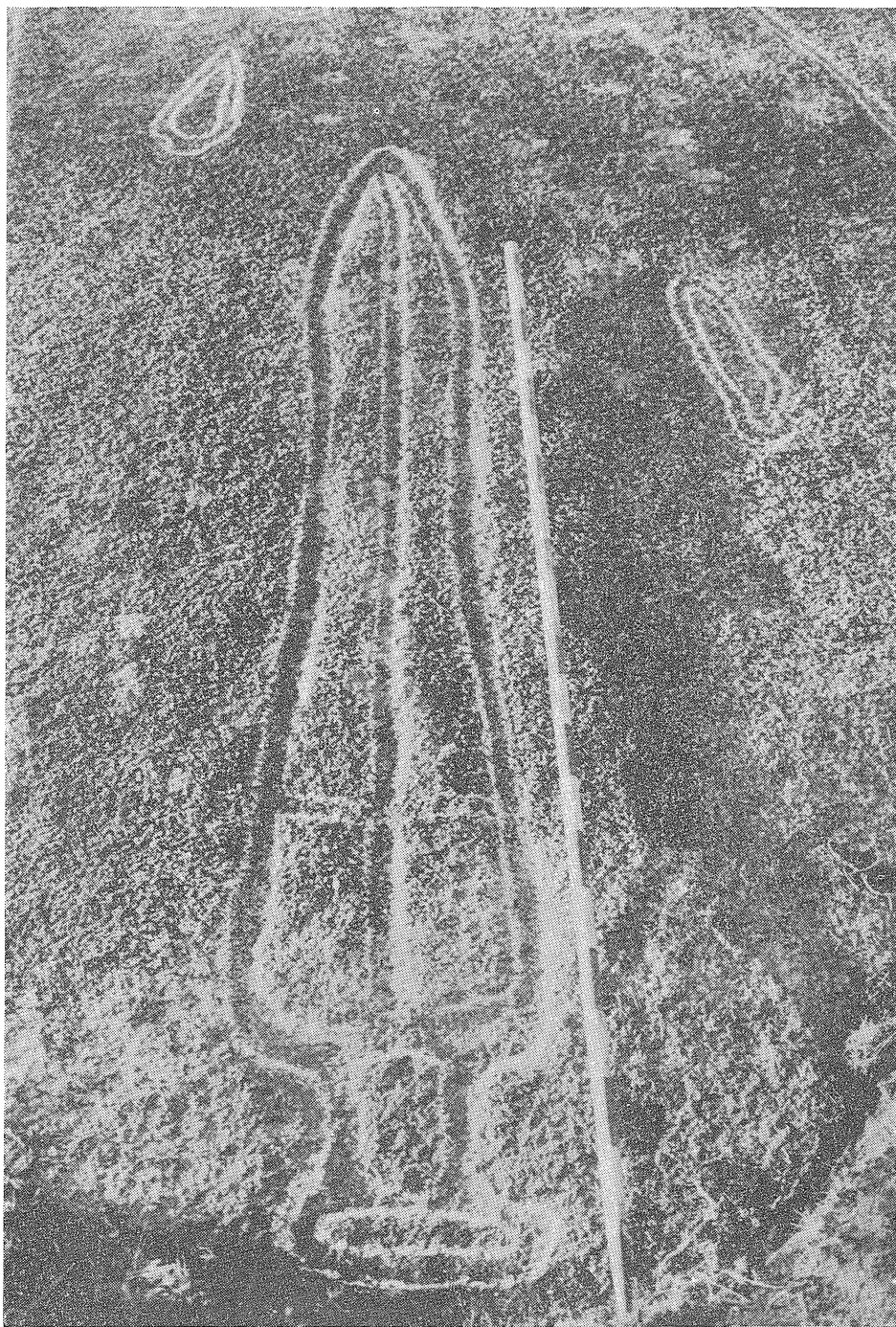
Petroglifo inedito de Matama (Vigo).



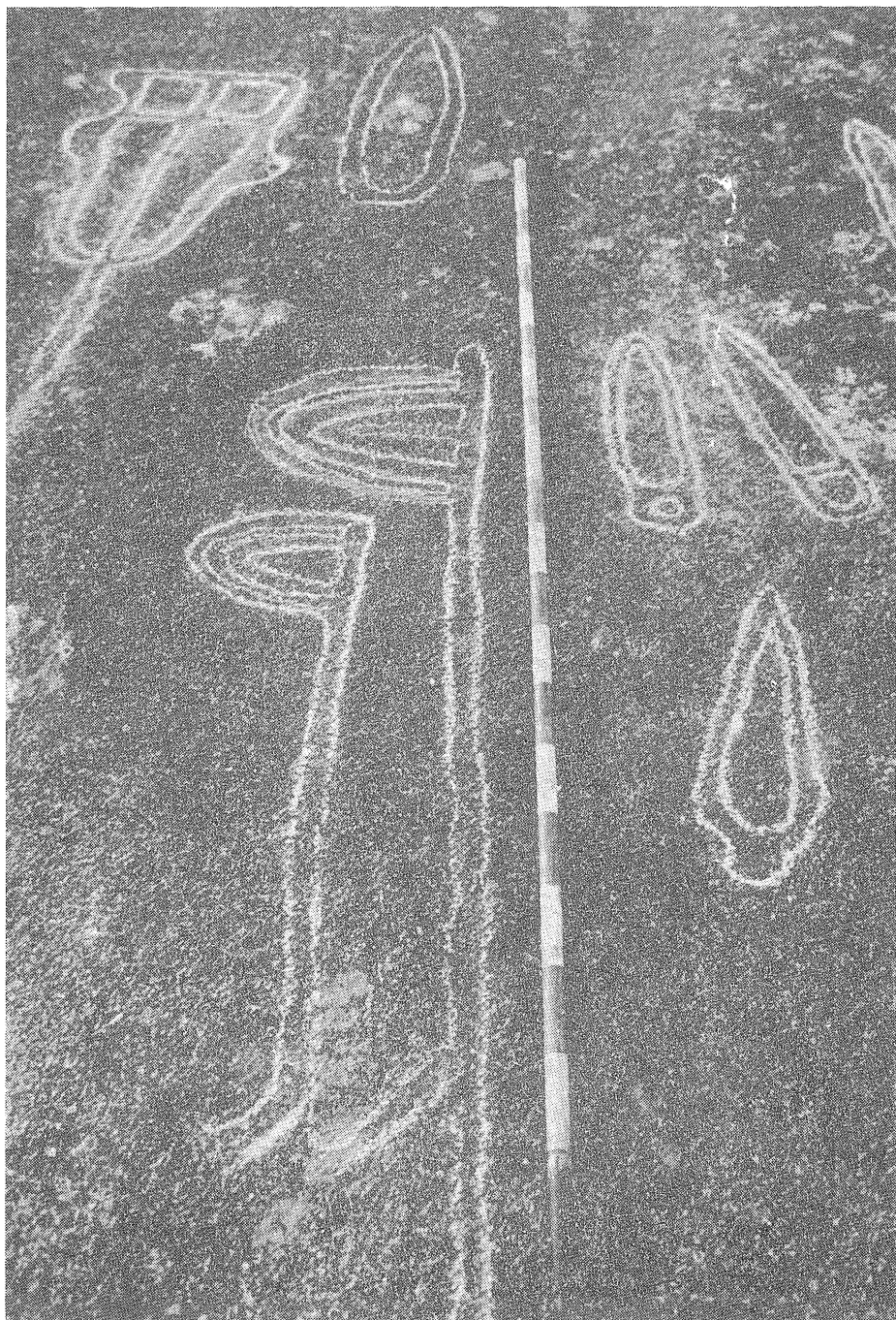
Petroglifo de «Presa das Rodas» (Coruxo, Vigo).



Petroglifo de «Poza da Lagoa» (Trasmañó, Redondela).



Detalle de gran espada del petroglifo de «Auga da Laxe» (Vincios, Gondomar).



Alabardas enmagadas, puñales y «escutiforme» del petroglifo de «Auga da Laxe»
(Vincios, Gondomar).

LAS DIVINIDADES INDÍGENAS DE LA HISPANIA PRERROMANA. — EN POS DE UNA METODOLOGIA

POR

Blanca García y Fernández-Albalát (*)

El problema básico, a la hora de abordar los fenómenos religiosos que tuvieron lugar en la Hispania Prerromana, es el de adoptar una metodología adecuada. El tema de las religiones antiguas es bueno para ser soñado, sentido o intuído, incluso criticado, y así lo han hecho generaciones de investigadores de la más diversa índole, sin preocuparse de que se habían olvidado de soñar o intuir un método.

Por alguna extraña razón las religiones prerromanas han sido tratadas con ligereza, quizás porque casi nunca las abordaron especialistas. Fueron patrimonio de *epigrafistas* que, en ocasiones, insatisfechos con su encomiable labor de transcribir las aras que contenían los nombres de dioses, han dejado volar su imaginación y nos ofrecen, junto a las acostumbradas listas de divindades, — generalmente por orden alfabético —, sus particulares apreciaciones sobre un posible carácter «cósmico» o «solar» de un dios. Las conjeturas de este estilo, — extraídas, en ocasiones, de forzadas comparaciones con alguna deidad romana —, se enmarcan dentro de los niveles de la ensoñación o percepción de lo ajeno, mediante el sano ejercicio de la intuición, romántica en sumo grado pero poco rigurosa. Se han ocupado también de ellas *los filólogos*, que nos aportan la etimología y procedencia de los teónimos, datos generalmente usados por los epigrafistas para sus divagaciones y, aunque de suma utilidad, son absolutamente insuficientes para definir el carácter de un dios y del papel que ocupa dentro de un determinado panteón; pero éste es problema que a los filólogos parece no importar. Las han incluido en sus trabajos generales los *arqueólogos*, que, fieles a su escuela, les buscan un pasado neolítico y una pervivencia en el

(*) Depart. de Historia Antigua de la Univ. de Santiago.

folklore popular contemporáneo, y cegados por la exaltación de la diacronía olvidan el estrato cultural al que pertenecen y el valor que una religión tiene para un pueblo. Se han acercado, también a ellas, los *historiadores de la Antigüedad Clásica*, que procuraron hallar su significado dentro de las estructuras del panteón clásico.....

La carencia de una base metodológica sólida, hizo que las investigaciones se redujesen a unos catálogos de dioses agrupados arbitrariamente, que se incurriese en confusiones entre religión y costumbres, divinidad y el lugar donde recibe culto, que no se diferenciase entre diversos estratos culturales indígenas o bien que intentasen explicarse las religiones prerromanas a través del mundo romano y del folklore popular actual. De esta manera se constituyó una tupida telaraña de tópicos que, transmitidos de autor en autor, no se ponen en tela de juicio, y pretenden, sin mayor sentimiento de yerro, explicar fenómenos tan complejos como son las estructuras religiosas.

Me propongo desvelar, en este artículo, los tópicos más significativos y que más han contribuido a entretejer la maraña de divagaciones que se ciernen sobre unas religiones cuyo panteón fue un día olvidado...

1.º *Los pueblos antiguos no son todos iguales*

Los estudios realizados sobre la religiosidad de los pueblos prerromanos de Hispania, rara vez se han formulado ateniéndose a divisiones étnicas o culturales. Por una parte, se han realizado estudios que acogen en sí a todos los teónimos indígenas de la Península Ibérica, citando únicamente su procedencia; por otra, aparecen obras que adoptan divisiones de una manera totalmente arbitraria, ya sean políticas, — Lusitania —, o administrativas, — Galicia —, y que nunca se han correspondido con una realidad cultural concreta.

Carece de sentido el aunar a las divinidades prerromanas de la Península Ibérica porque, en conjunto, no reflejan el panteón, ni la ideología religiosa de ningún pueblo.

Ningún investigador duda que en la Península Ibérica se distinguen perfectamente las zonas indoeuropeizadas, — que abarcan dos áreas: la occidental o celtibérica y la oriental con Gallaecia, Lusitania al Norte del Tajo, Asturias León y Santander —, de las zonas que, o bien no lo fueron, o los rasgos indoeuropeos se han ocultado bajo influencias posteriores. No se puede olvidar el fenómeno vasco como tampoco las características específicas del Levante español y Andalucía que sufrieron desde antiguo y de

forma continuada, un fuerte aporte oriental. Es evidente que, al igual que no podemos agrupar dentro de un mismo esquema a todas las divinidades indígenas de la Hispania Prerromana, las divisiones políticas y administrativas no reflejan las antiguas divisiones. Portugal, al Norte del Tajo, se debe al mundo indoeuropeo, cuyas incursiones al Sur de este río fueron esporádicas y prácticamente no dejaron huella. Galicia tampoco es una unidad cultural cerrada en sí misma y su estructura religiosa debe estudiarse en relación a la Hispania indoeuropeizada.

El estudio de pueblos, cuya etnia sea tan dispar y cuyo único rasgo común sea el habitar en la Península en el momento de la conquista romana, debe realizarse de acuerdo con unas divisiones rigurosas que contemplen realidades históricas pues, de lo contrario, es muy posible que confundamos a un dios de caracteres célticos con uno de tipo oriental o, más grave aún, que pensemos que todos los dioses «primitivos» eran sencillamente «primitivos».

2.º *Los pueblos antiguos también tuvieron sus dioses.*

El primer investigador que se planteó, un poco en serio, el sistematizar a los dioses indígenas, dentro de un área concreta, Portugal, fue el Prof. Leite de Vasconcellos. No actuaría con justicia si negase la valía de los trabajos de este investigador. Realizó sus estudios a finales del siglo pasado y principios de éste, sin modelos teóricos y con la única ayuda de la Filología para intentar desvelar el carácter de unas deidades que reflejaban los epígrafes votivos. El criterio filológico, la comparación y asimilación a deidades romanas y la confirmación a través de una supuesta interpretación del folklore rural fueron sus únicos puntales. Brotó de esta amalgama una religión en la que junto a dioses guerreros de la naturaleza de Marte, aparece, — y resaltado por el autor —, una proliferación de «cultos a las fuerzas de la Naturaleza» (aguas, rocas, vegetación).

En la estructura religiosa propuesta por el Prof. Leite se observa:

a) Falta de coherencia con una unidad cultural al analizar la Lusitania íntegra.

b) Al analizar el «culto a las fuerzas de la Natureza», interpola divinidades romanas protectoras de dichas fuerzas ya que confunde el culto a una divinidad con el culto al lugar en donde actúa la misma (es el caso de las Ninfas y del supuesto «culto al agua»). La existencia de creencias de tipo animista entre los pueblos primitivos, estuvo muy en boga en el siglo pasado pero, en la actualidad, esa teoría, al igual que la existencia

de períodos prelógicos, está totalmente desechada ⁽¹⁾. Por otra parte, el animismo; — aún en caso de haberse dado entre los prerromanos de la Lusitania —, pertenecería a un estadio cultural anterior a la concretización de fuerzas en dioses, razón por la cual ambas manifestaciones religiosas no podrían coexistir dentro de una misma sociedad. Es innecesario remarcar la certeza de que los pueblos primitivos de Hispania poseían dioses a los que daban culto.

Mi labor no es restar al Prof. Leite ni un ápice de su valía sino colocarlo en el lugar que le corresponde: el de un pionero, que, si somos justos, debemos reconocer se adelantó a su tiempo. La labor que me he propuesto es resaltar que los investigadores posteriores no han alterado su esquema ni un mínimo. La única diferencia, entre Leite y sus predecesores, es que, el primero, estaba acorde con los estudios que se estaban realizando en Europa en esos momentos mientras que, los segundos, parecen haber cerrado los ojos a la remodelación que experimentaron los estudios de religiones primitivas a raíz de las investigaciones de G. Dumézil ⁽²⁾.

Así, Cuevillas reproduce, para Galicia, un esquema semejante al empleado por Leite en Lusitania ⁽³⁾ y, aunque en un primer momento, por ejemplo, es capaz de diferenciar la adoración a los «espíritus» que pueblan las aguas, posteriormente confunde este concepto con el «culto a las aguas», al igual que le sucede con las rocas, los montes... Esto es grave cuando tiene constancia de la existencia de un ara votiva a los LUGOVES, lo que indica que posee un mínimo de información sobre mitología céltica ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ Véase: J. C. BERMEJO BARRERA, *Introducción a la sociología del mito griego*, Madrid, 1979, pp. 36-43 y *Mitología y mitos de la Hispania Prerromana*, 1, Madrid, 1982.

⁽²⁾ Realmente el primer intento serio de aplicar el esquema dumeziliano a las religiones primitivas de Hispania fue realizado en 1978 por J. C. BERMEJO BARRERA, dentro del campo de la Gallaecia. El método comparativo-estructural reveló, en su momento, nuevas informaciones sobre la religiosidad de dichos pueblos al ponerlos en relación con el horizonte indoeuropeo. Su ejemplo fue seguido por M.^a A. PENAS TRUQUE y la autora de este artículo en sus respectivas tesis de Licenciatura. Las investigaciones actuales según este método se recogen en *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana*, 2, Madrid, 1986, dirigido por J. C. BERMEJO.

⁽³⁾ F. LOPEZ CUEVILLAS, *A Edade do Ferro na Galiza*. A Cruña, 1968, p. 41 ss. y *La Civilización Céltica*, Santiago, 1953, p. 393.

⁽⁴⁾ *La Civilización Céltica* P 402-403, en donde relaciona el ara aparecida en Lugo (Sinoga, Rábade) a LUCUVEBUS ARQVIENI con dos lápidas más halladas en Pozalmuro y Osuna y con el dios LUGH o LUGUS de las leyendas irlandesas y con la mitología indoeuropea. El problema es que interpreta a LUGH como un dios que «además de su posible carácter solar tenía el de numen-artífice como HEFAISTOS

La costumbre de dividir a los dioses en aquellos grupos que la intuición parecía dictar al investigador, cobró numerosos adictos entre los que destacaré, para no extenderme demasiado, al Prof. J. M. Blázquez que en su tesis doctoral reúne a todas las divinidades primitivas de Hispania en un «elástico» esquema. Los criterios que utiliza son filológicos y por supuesto «lógicos», ya que es lógico que un primitivo adore además de a los consabidos dioses de la guerra, a los de las aguas, montes, vegetación, fecundidad etc. (5).

Desgraciadamente «los sueños de la razón producen monstruos» y las divinidades de la Hispania Prerromana muy poco tenían que ver con unos extraños compartimentos en donde habían sido encerradas:

— En la Gallaecia antigua existió una divinidad de la guerra, pero con unas características propias que la individualizan y la definen y, semejante a la divinidad guerrera de la II Función Indoeuropea, se puede identificar con Ares, al tiempo que se diferencia de Atenea (6).

— En la Gallaecia antigua se adoró a una divinidad en la cima de los Montes (y no a una divinidad de las montañas y, mucho menos, se rindió culto a las montañas) absolutamente diferenciada de la que se adoraba en el panteón clásico. Los griegos concebían el trono de ZEUS en la cima de los montes, concepción que fue transmitida a la religión romana que «consideraba a las cumbres como lugares sagrados del dios supremo del panteón: JUPITER» (7). En la Gallaecia antigua se veneraba en la cima de los montes a una divinidad guerrera semejante a THOR o TARANIS y perteneciente a la II Función (8).

o ATENEA». El dios LUG-LUGUS LLEW se corresponde con la figura más importante del panteón céltico, el dios de la primera función soberana y la dedicación que le ofrece el colegio de zapateros de Osuna no es porque sea «un númen-artífice» sino porque es «simpoliténico», dominador de todas las artes y oficios. Sobre este dios pueden consultarse los estudios de F. LE ROUX «La religión de los Celtas» en *Las Religiones Antiguas*, Vol. III, Madrid, 1981.

(5) J. M. BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, *Religiones Primitivas de Hispania*. T. I: *Fuentes Literarias y epigráficas*, Madrid, 1962.

(6) ARES representa un tipo de guerra y de guerrero de carácter indoeuropeo, según esta ideología la lucha se concibe como un fin en sí mismo y es salvaje, cruel y desmedida. ATENEA representa la guerra civilizada al servicio de la ciudad y la política. Sobre la concepción de la guerra en la Gallaecia antigua véase: J. C. BERMEJO, «La guerra de los bárbaros y Marte Cosus» en *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana*, 2, p. 87 ss.

(7) M.^a A. PENAS TRUQUE, «Los dioses de la Montaña» en *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana*, 2, p. 123.

(8) *Id. op. cit.*, p. 137 ss.

Las estructuras de una religión no son algo aleatorio y no son, por tanto, intercambiables. Es muy posible que en el Levante español se adore en la cima de las montañas a un dios, lo cual no lo hace semejante al adorado en el Noroeste ya que este último se adscribe a unas estructuras indoeuropeas que no están actuando en la zona Este.

3.º *Cada pueblo posee su propio sistema de símbolos*

Uno de los errores que han generado la escuela fenomenológica y la de Historia de las Religiones, ha sido el difundir la creencia en que existen unos determinados símbolos sagrados cuya valencia es universal, tanto diacrónica como sincrónicamente.

En realidad, cada pueblo posee su propio código y transvasar significados de una a otra cultura es negar su idiosincrasia y condenarlos a una homogeneidad impropia y aburrida, casi plomiza.

En el fondo, se sigue actuando como Estrabón, se ha preconcebido un cliché de como debe ser un «bárbaro» y se le encaja dentro de él aunque para ello sea necesario emplear argumentos un tanto dudosos ⁽⁹⁾.

El ejemplo más claro es el tema del «culto al agua», utilizado por todos los investigadores sobre religiones antiguas de Hispania, sobre todo, los que trataron la zona de la Gallaecia. Analizaré la procedencia y veracidad de las informaciones que se manejan para afirmar la existencia de este culto en la Gallaecia.

1.ª Hallazgo de espadas de la Edad del Bronce en el fondo de lagos y ríos.

2.ª Existencia de unos dioses prerromanos cuyo nombre se relaciona etimológicamente con las aguas.

3.ª Consagración de aras a las Ninfas.

4.ª Folklore rural contemporáneo.

⁽⁹⁾ Sobre Estrabón y los condicionamientos políticos de sus divagaciones con respecto a «los bárbaros» véase J. C. BERMEJO, «Etnografía Castreña e Historiografía Clásica» en *Estudos de Cultura Castrexa e Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, 1983, p. 129 ss y «El erudito y la barbarie» en *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana*, 2, pp. 13-23.

Puede consultarse también M. V. GARCIA QUINTELA «Algunhas consideracións ao redor das fontes etnográficas do libro III da Xeografía de Estrabón: As nocións de «Logos» e «Ethnos»» en I Coloquio de Antropoloxía de Galicia, Santiago de Compostela, 1928 (1984).

Estos datos, obviamente, pertenecen a estratos culturales muy diferentes y lo lógico sería tratarlos dentro de su contexto. Amparados en la teoría de las hierofanías, los investigadores los han reunido con el único afán de demostrar la pervivencia, a lo largo de la Historia, del «culto al agua», en función de unos eternos valores de feminidad, fecundidad y fertilidad.

1.º El hecho de arrojar espadas a los ríos, costumbre generalizada en toda Europa durante la Edad del Bronce, no implica necesariamente un «culto al agua». W. Torbrügge ha demostrado un sin fin de posibilidades explicativas de este acto: restos de una batalla en las márgenes del río, — en cuyo caso el río podría adoptar un valor fronterizo —, funerales en los que el muerto se arrojase al agua —, el agua actuaría de medio de transporte al más allá —, y multitud de casos en los que el agua desempeña un importante papel pero en absoluto se puede afirmar que se le considerase una deidad en sí misma (10).

2.º La relación etimológica de algunas divinidades, recogidas en la epigrafía romana de la Gallaecia y pertenecientes a un estrato indígena, con el concepto de agua o su semejanza con hidrónimos, no le confiere automáticamente un carácter acuático a las deidades en cuestión. A través de las investigaciones que he realizado sobre las divinidades relacionadas con las aguas he podido comprobar dos postulados expuestos por G. Dumezil al analizar las estructuras de las religiones indoeuropeas:

— Las divinidades no se definen únicamente a través del significado etimológico de su nombre.

(10) W. TORBRÜGGE, *Vor und früngeschichtliche Flussfunde. Zur Ordnung und Bestimmung einer Denkmalergruppe*, Berich. d. rom. germ. Kommission, 1970-1971. Debemos destacar un artículo de reciente aparición de M. RUIZ GALVEZ-PRIEGO «Nueva espada dragada en el río Ulla. Armas arrojadas a las aguas» publicado por el Museo de Pontevedra en un volumen dedicado al inestimable Alfredo GARCIA ALEN (descanse en paz). En este artículo, como es costumbre se relaciona el hallazgo de la espada con el «culto a las aguas» y, además, como indica la autora, se pretende ir más lejos. La lejanía la remonta a la consideración sagrada de la espada a la que le atribuye un valor muy superior al de cualquier otra arma. Sólo diré que las informaciones para la creación de su particular teoría las extrae únicamente del valor simbólico que poseía la espada en la Edad Media en el seno de las costumbres caballerescas y que, consciente o inconscientemente, la autora olvida que en el panteón indoeuropeo los dioses soberanos no utilizaban la espada sino el venablo ya que no se mezclaban jamás en la lucha. La espada correspondería a dioses de la segunda función, inferiores en atribuciones a los de la primera. No siempre fue, entonces, la espada el arma noble por naturaleza.

— Las divinidades no se definen a través de los lugares donde actúan sino por su modo de acción ⁽¹¹⁾.

El definir a una divinidad como acuática en virtud de su nombre, es contravenir estos dos postulados cuya aplicación real ha sido comprobada.

El agua, dentro del esquema religioso de la Gallaecia antigua, es un medio en el que actúan las diferentes divinidades dependiendo de su carácter y del lugar que ocupen en el panteón: BORMANICO, adorado en Caldas de Vizella, es uno de los epítetos del APOLO céltico, dios-druída de la I Función cuya relación con las aguas es meramente mágica; NABIA, diosa de gran difusión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas, a pesar de poseer el mismo nombre que un río, su campo de actuación es mucho más amplio pues se relaciona con la guerra, con los juramentos y con la protección de unidades tribales ⁽¹²⁾.

En ambos casos las atribuciones de los dioses son muy superiores a lo que tradicionalmente se entendía como «divinidad acuática» y exceden sus actuaciones a los límites del agua en cuanto a campo de actuación.

Nuevamente Dumézil tenía razón y en la Gallaecia antigua habrá que reconsiderar a sus dioses a través de nuevos parámetros ⁽¹³⁾.

3.º Las NINFAS, como deidades pertenecientes al esquema clásico, son la personificación de las fuerzas de la Naturaleza y presiden la fertilidad en todas sus manifestaciones. Se asocian también a la caza por su relación con ARTEMIS, a la salud, la adivinación y la profecía ⁽¹⁴⁾. Su campo de actuación no se limita únicamente al elemento húmedo sino también a prados, bosques, montes; es decir ocupan los lugares no civilizados.

4.º El folklore gallego actual relata numerosas leyendas en las que la protagonista mora en el agua. La razón de ello no es, por supuesto, el ya tan desacreditado «culto al agua» sino que, como ha visto F. Criado ⁽¹⁵⁾ el agua define el hábitat del mito que se contrapone al hábitat normal, y que sitúa al mito al margen de la vida humana, terrestre, al igual que los acontecimientos del mito nada tienen que ver con la vida real.

⁽¹¹⁾ G. DUMEZIL, *La Religion Romaine Archaique*, Paris, 1966.

⁽¹²⁾ Véase B. GARCÍA F-ALBALAT «Las llamadas divinidades de las aguas» en *Mitología y Mitos*, pp. 148-154 y de próxima aparición. «La diosa Nabia. Nueva Interpretación» en Congreso de Historia Antigua de Galicia, Santiago, Julio 1986.

⁽¹³⁾ Concretamente a través del método comparativo-estructural, el único que hasta el momento ha ofrecido datos fiables.

⁽¹⁴⁾ O. NAVARRE in D. S. s.v. «Nymphae».

⁽¹⁵⁾ F. CRIADO BOADO, «Serpientes gallegas: Madres contra ramerías» en *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana*, 2, pp. 250-251.

En los cuatro casos el agua no es más que un medio, lo que siempre ha sido y aunque los investigadores se hallan sentido poetas, lo seguirá siendo.

Los pueblos antiguos tuvieron sus propios mitos, sus propios dioses, que nuestra incapacidad para desvelarlos no nos lleve a despreciarlos hasta el extremo de pretender homologarlos como si de rebaños se tratase. Demos a cada pueblo únicamente lo que le corresponde y no lo adornemos con nuestros propios mitos o corremos el riesgo de quedarnos sin ellos.

RESUMEN

El estudio de las religiones primitivas de HISPANIA ha sido un tema que ha atraído a curiosos y a investigadores pero muy rara vez se ha aplicado a una metodología adecuada.

La autora intenta esclarecer algunos de los tópicos creados en este campo de la investigación y que ofrecen una imagen bastante pobre de la religión prerromana de HISPANIA.

Para ella, es absurdo agrupar a los dioses por orden alfabético o por elementos cósmicos, ya que un panteón es algo mucho más complejo, con unas leyes internas que el historiador de las religiones debe descubrir.

RÉSUMÉ

L'étude des religions primitives de l'HISPANIA est un sujet qui a toujours attiré des curieux, et des investigateurs, mais rarement on a appliqué une bonne méthodologie.

L'auteur essaie d'éclaircir quelques topiques créés dans ce champ d'investigation et qui nous offrent une image assez pauvre de la religion preromaine de l'HISPANIA.

L'auteur considère qu'il est absurde de grouper les dieux par ordre alphabétique ou par des éléments cosmiques, parce qu'un panthéon c'est quelque chose de plus complexe, ayant des lois internes que l'historien des religions doit découvrir.

BRUXAS E BRUXOS NO NORDESTE ALGARVIO. ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DA DOENÇA E DA CURA

POR

Cristiana Bastos (*)

Para quem calcorrear o Nordeste Algarvio, deixando as estradas principais e penetrando nas «carreteiras» que cruzam os «montes» (1), há um fenómeno que salta à vista: um pouco por toda a parte se vêem construções com cruces de cal pintadas. É absolutamente inútil perguntar o que são, para que servem, que significado têm: encolhem-se os ombros e desvia-se a conversa. Mas na verdade elas estão lá, repetem-se, incidem mais nuns sítios que noutros, e geralmente assinalam currais de gado (primeira pista). Se tivermos disponibilidade e persistência para nos estabelecermos junto da população e, sobretudo, não tivermos o inquérito como propósito explícito principal, viremos a saber mais qualquer coisa: as cruces são ali pintadas pelos donos do gado, não propriamente para adorno mas com uma função de defesa. Com um pouco de paciência e entre muitos silêncios e evasivas, saberemos *de quem* se pretende defender o gado: é precisamente das bruxas. Mas, evidentemente, não convém pronunciá-lo. Pode ser perigoso. Convém ignorá-lo, apesar de se ter a certeza, de se conservar o medo, de se continuar a renovar as cruces de cal, não apenas nas malhadas, mas também nas casas

(*) Assistente estagiária de Antropologia Social no ISCTE (LISBOA).

Este texto foi apresentado no I Encontro Nacional de Sociologia da Saúde, Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Dezembro de 1985.

Embora a ideia de que tenha partido (surgida num Seminário com J. Favret-Saada, Junho 85) fosse pôr à prova os limites da explicação sociológica da bruxaria de inspiração em Evans-Pritchard (*Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*, Oxford, 1937), limitou-se a aplicar esse modelo aos materiais do Nordeste Algarvio — recolhidos em trabalho de campo — esperando despoletar assim o debate.

(1) «monte» é a designação local para a unidade de povoamento, mais pequena que a aldeia; é diferente do «monte» alentejano.

(onde são muitas vezes associadas ao «sino-saimão» ⁽²⁾), nos barcos, nas pontes e até nos postes de electricidade recém-implantados.

Se levarmos ainda mais longe o diálogo, perceberemos que as bruxas de que se fala não são seres misteriosos e sobre-humanos, mas são absolutamente banais. Sob uma aparência normal, qualquer um pode ser bruxa (ou lobisomem, se for do sexo masculino). E isso revela-se pelo poder que têm de fazer mal a outrem: se o quiserem, toda uma série de infortúnios, males e doenças poderão cair sobre determinada pessoa, atingindo-a a si, aos familiares, animais e bens em geral. Quando isso acontece, o atingido deve

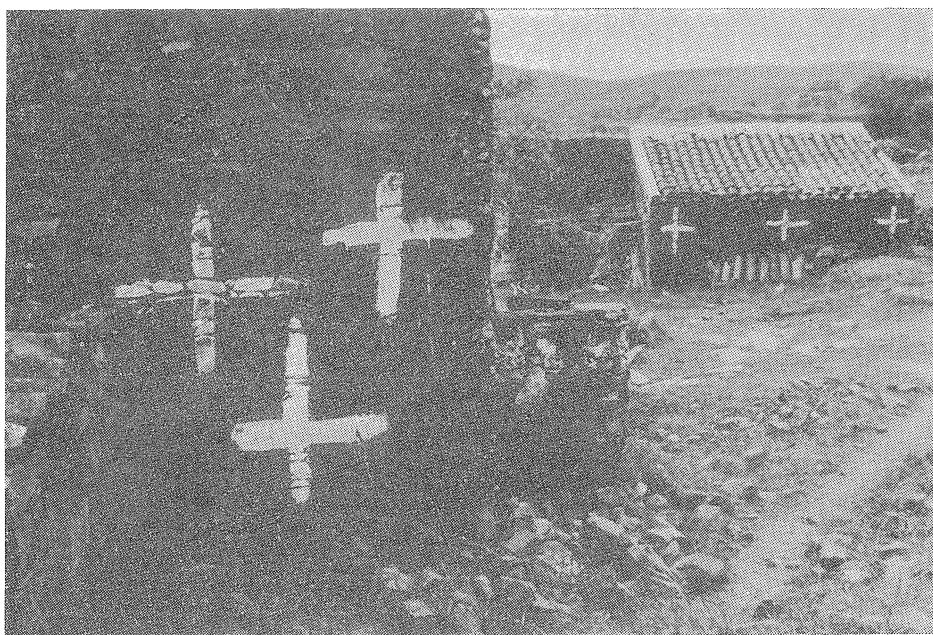
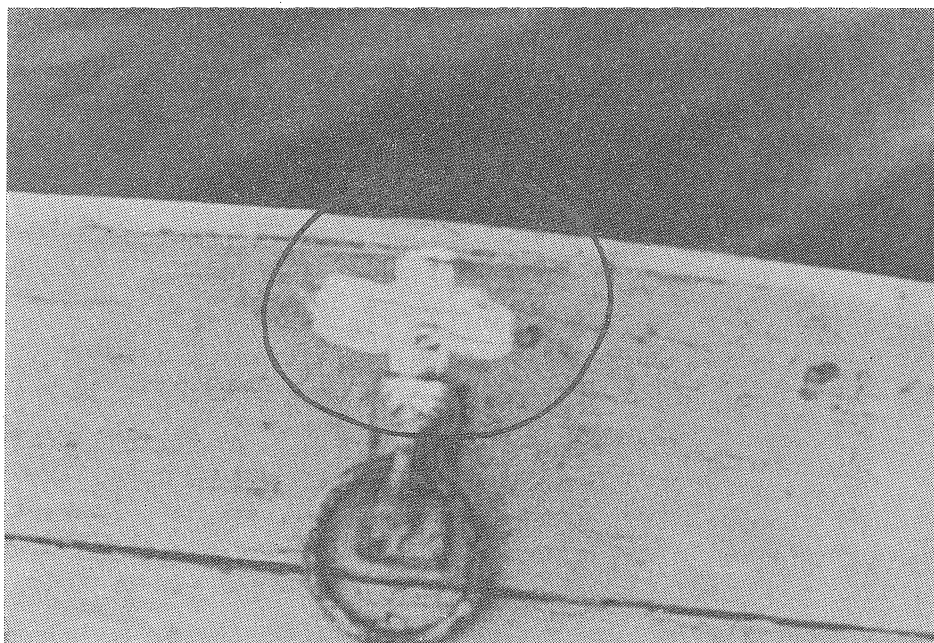
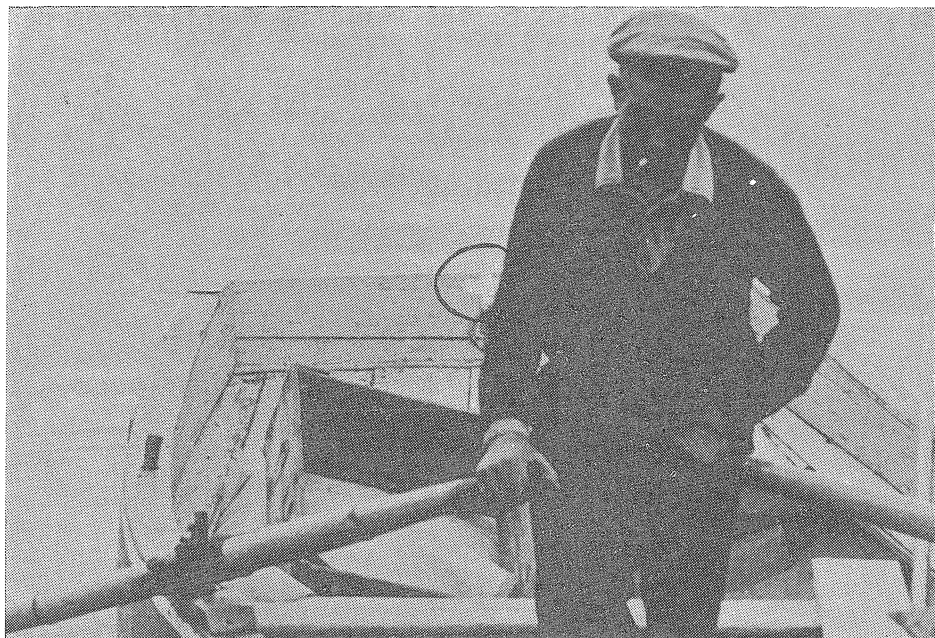


Foto de Luís Pavão

proceder à contrabruçaria; procura alguém que é especialista em benzeduras — e não encontrei um nome único para designar esta personagem, que é vista como adivinho, mago, desencantador, bruxo «no bom sentido», etc. — para aniquilar a acção da bruxa.

⁽²⁾ «sino-saimão», «signo de salomão» ou ainda «cinco-sai-manco» designa a estrela de cinco pontas a quem são atribuídos amplos poderes de defesa. Aparece muito gravada no degrau da porta ou, mais raramente, pintada a cal junto das cruces.



O mecanismo do desencantamento está ligado ao da confirmação de bruxaria e identificação da bruxa. Temos portanto uma lógica cerrada em que os elementos se confirmam entre si, sendo hipótese central a de que certas pessoas são bruxas e podem fazer mal a outras por meios não visíveis. Grande parte dos males que atingem as pessoas, os animais e as coisas — que se organizam em grupos domésticos — são assim explicados segundo esta lógica. Vou tentar elucidá-la narrando um caso tal como me foi contado, procurando depois extrair algumas conclusões.

Uma mulher não conseguia que os seus filhos sobrevivessem: todos morriam em bebés. Pairava sobre ela a possibilidade de estar embruxada. Consultou um «especialista», que o confirmou. Ele comprometeu-se a proceder ao ritual de benzedura, que a livraria do bruxedo; mas enquanto ele estivesse a benzer, à distância, a mulher devia conservar-se na sua própria casa e não responder sob nenhum pretexto a quem quer que lhe batesse à porta. Nesse dia alguém bateu à porta insistentemente: era a irmã que a chamava e pedia auxílio em desespero. Ela resistiu e não atendeu aos chamamentos. No dia seguinte a irmã apareceu morta; viera a vomitar sangue pelo caminho.

A interpretação local foi de que a bruxa causadora dos males era a irmã, que foi finalmente vencida. Quando ela bateu à porta pretendia quebrar o efeito da benzedura; se a vítima tivesse respondido aos chamamentos, tirava força à benzedura e dava-a à bruxa, que teria saído vitoriosa. A confirmação desta interpretação é a de que após este episódio a mulher em causa teve uma criança que sobreviveu ⁽³⁾.

Contaram-me outra história semelhante em que o desenlace é o oposto:

Uma família tinha uma cabra que andava sempre doente, morriam os chibatos, não dava leite. Foi diagnosticada bruxaria, e o desencantador comprometeu-se a proceder à benzedura; como de costume, ninguém na casa atingida deveria nesse momento atender à porta. Acontece que nesse dia bateu à porta e foi visitá-los uma mulher que nunca lá costumava ir, e disse ter passado por acaso e não querer nada. Dias mais tarde a cabra morreu.

⁽³⁾ Foi ainda usada uma medida de protecção suplementar: baptizar a criança de *Custódia* (*Custódio*, se fosse rapaz). A esse nome é atribuído um poder protector e é muito comum entre os actuais velhos da região. Dele se diz ainda que deve ser dado ao sétimo filho, para que não se torne bruxa nem lobisomem.

A interpretação foi de que a visitante era a bruxa responsável pelo mal da cabra, e que conseguiu com que, distraídos, os seus donos rompessem a prescrição de não atender a porta a ninguém, quebrando assim o efeito da benzedura e salvando-se a si mesma.

Os relatos e as interpretações que me foram dados fazem sublinhar um confronto entre duas forças: a da bruxa, que está a ser causadora de um mal, e a da benzedura, que pretende aniquilar esse mal fazendo amortecer a força da bruxa, o que poderá levá-la até à morte. Esse confronto tem um ponto culminante no dia da benzedura, em que a pessoa embruxada deverá cumprir a regra de não atender ninguém à porta. É suposto que, enquanto a benzedura está a ser feita, a bruxa se sinta atingida e tente destruir o seu efeito; para isso tentará distrair a vítima e fazê-lo quebrar o tabú imposto. O confronto de forças está assim mediado por um factor que funciona de forma aleatória: a capacidade, por parte da vítima, de não e distrair e cumprir a regra imposta pelo desencantador. O resultado desse combate é avaliado pela persistência ou não dos sintomas que tinham levado a identificar a situação como sendo de bruxaria: se se desenvolvem, como no caso da cabra que morreu, ganhou a bruxa; se acabam, como no caso da mulher que conseguiu ter uma filha, a bruxa perdeu. A identificação da bruxa é feita *a posteriori*, em função dos resultados: é bruxa quem morreu no dia do confronto cujo resultado foi acabar o bruxado (caso da irmã da mulher sem filhos), é bruxa quem conseguiu desviar o zelo de que dependia o sucesso da acção anti-bruxedo (caso da visita inesperada aos donos da cabra atingida).

Há, assim, em toda a acção apenas dois sujeitos: a bruxa e o responsável pelo desencantamento. A vítima desempenha um papel passivo de intermediário: vai pedir ao especialista que faça a benzedura, e serve de moeda-ao-ar que dá a vitória à força deste ou da bruxa. Não possui a capacidade de por si própria, gerir a situação.

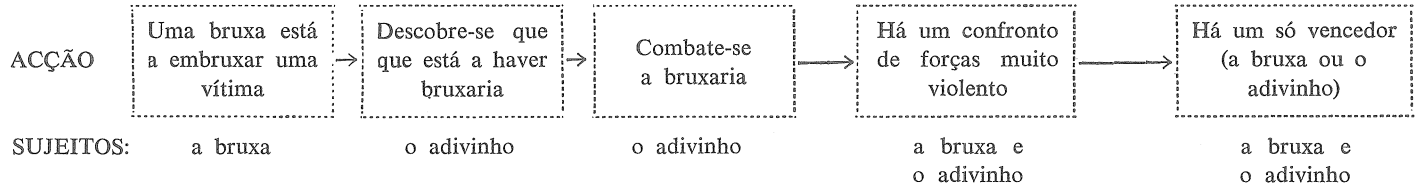
É muito curioso que a personagem central destas sequências seja um ser imaginário, com poderes imaginários e que ninguém sabe identificar à partida. Por outro lado o único capaz de a defrontar utiliza com métodos umas palavras e gestos arbitrários, proferido à distância. Os seres reais envolvidos no problema aparentemente não intervêm. Como estas crenças e práticas não são relíquias do passado nem produtos de primitivos de mentalidade pré-lógica (gavetas em que se arruma facilmente o inexplicável), mas são ideias e acções vivas em populações com dotação mental igual à nossa, há que tentar uma outra leitura dos fenómenos, distanciando-nos das interpretações locais associadas aos relatos.

Este conjunto de crenças e práticas a propósito da enfermidade não deve ser analisado como um discurso autónomo, mas em estreita ligação com a realidade social que o produz. Há que averiguar quem são os actores que intervêm nestas narrativas e quem é posto em relação com que a propósito da bruxaria. Se analisarmos as sequências de relações independentemente das interpretações que são dadas, todo o quadro muda de figura (ver fig. 1). Aparece-nos um sujeito a quem acontecem infortúnios sucessivos (na sua pessoa, família, animais ou bens) e é culturalmente levado a explicá-los como efeito da bruxaria. Segue a prescrição cultural de entregar o caso a um especialista em benzeduras, e este definirá um tabu de cujo cumprimento dependerá a persistência ou fim da enfermidade. O tabu limita a relação entre o atingido e alguém que será posteriormente identificado como o causador dos males; e a personagem identificada será *alguém com uma relação já definida com a vítima, geralmente suficientemente próxima para incluir tensões sociais — rivalidades, invejas, rixas vindas de outras gerações, etc.* Temos assim que os únicos intervenientes no processo são seres humanos reais e conhecidos, aliás vizinhos, e que *através da linguagem da bruxaria definem os contornos da sua relação*; e que todo esse complexo processo de definição das situações relacionais está inscrito num sistema de crenças e práticas que ligam uma situação objectiva de enfermidade, de que se parte, a uma outra situação objectiva de saúde ou persistência da enfermidade, a que se chega. Há porém que relativizar a «objectividade» dessas situações, uma vez que as categorias que as definem fazem parte do próprio sistema de crenças e práticas que constitui a bruxaria.

Esse é um dos pontos centrais da antropologia médica, enquanto estudo que compara e relativiza os sistemas de conceptualização da doença e da cura. O conjunto de crenças e práticas ligadas à bruxaria na região estudada pode ser encarado como um *sistema de apreender a doença e de lutar contra ela*. Este sistema não esgota porém a totalidade de conceptualizações de doença e terapias nessa população; ela coexiste com outros sistemas, e cada um tem campos de incidência preferenciais. O da bruxaria está fortemente ligado à concepção de unidade de exploração doméstica ⁽⁴⁾, que reúne uma família e o conjunto dos seus bens, nomeadamente os animais.

(4) Esta ideia não está aqui exaustivamente fundamentada, mas é sugerida pelas observações de terreno e coincide com o que J. Favret-Saada aponta para a França rural em *Les mots, la mort, les sorts*, Paris, Gallimard, 1977.

A. *Interpretações locais*



B. *Leitura sociológica*

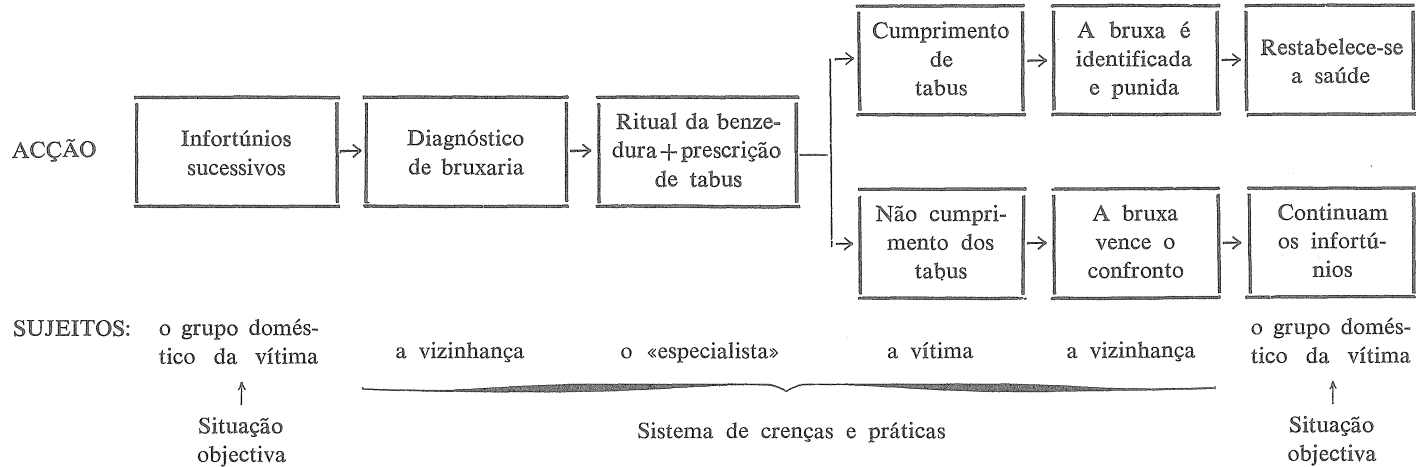


Fig. 1 — A acção e os sujeitos das sequências

Não são os indivíduos que são atingidos isoladamente pela doença, mas as explorações domésticas em bloco. No conjunto de observações feitas, pareceu-me que a zona considerada mais vulnerável à acção da bruxaria era a saúde dos animais, embora a saúde humana também o seja.

Os outros sistemas incluem: ervanária caseira (chá, esfregas, aplicações), recurso a «habilitados» no tratar de ossos deslocados e contusões, medicina oficial ⁽⁵⁾ e ainda o recurso a um leque de «alternativos» de que eu gostaria de descrever três casos.

O que me parece mais interessante neles é o conjunto de coisas que a seu respeito se conta. Diz-se que são homens dotados, possuem uma graça especial que lhes permite ver quase tudo a respeito das pessoas, sobretudo os males de que sofrem, e indicar a cura. Diz-se ainda que se recusam a atender quem vai de má-fé, bastando para isso ter no passado feito troça deles, e que descobrem quando isso se deu; que vêem coisas do passado das pessoas, e relativas à sua família ⁽⁶⁾; que nem precisam de olhar para os doentes, nem perguntar nada, para descobrir as doenças, e que as vão sentindo no próprio corpo; que podem até saber de pessoas só pela fotografia, ou mesmo só pelo nome e idade; que são de origem humilde, semi ou totalmente analfabetos, e que sofreram um processo de parcial loucura em que se despojaram de tudo, andaram pelo mato, arranharam-se nas silvas, e depois tornaram-se curadores ⁽⁷⁾.

Existe da parte da população uma grande confiança nos seus poderes. São designados muitas vezes pelo nome próprio, pelo da localidade onde exercem e, mais raramente, como *bruxos*. Quando este nome é usado, não há qualquer confusão com a designação de *bruxas* que aqui examinámos. Exercem sobre uma grande área de influência; os clientes chegam a pagar fortunas de táxi para ali se deslocarem.

Os relatos sobre a eficácia terapêutica não são tão entusiásticos. Numa primeira amostra pareceu-me destacar-se como padrão o haver bons resultados enquanto dura a confiança que levou os doentes ao bruxo.

Os três casos examinados apresentam grandes diferenças entre si, e qualquer deles se distancia das fantasias narradas.

⁽⁵⁾ Actualmente a medicina pública, centralizada nas sedes de freguesia.

⁽⁶⁾ Por exemplo, um deles terá dito a um paciente: «porque me vens visitar quando o teu irmão é como eu?» — e mais tarde esse irmão tornar-se-ia ele um dotado.

⁽⁷⁾ O relato deste processo contém os traços gerais do processo xamanístico, aliás muito difundidos por todo o mundo.

A. O homem de Alcariaais ⁽⁸⁾

Camponês, analfabeto, com perto de 70 anos, quase surdo, a cara marcada por uma enorme mancha a que chamam «um pinto» ⁽⁹⁾, olhos azuis faiscantes, o homem de Alcariaais trabalha em conjunto com a irmã, que em tempos «sofreu de problemas nervosos» e na sequência disso foi agraciada com estes dons. Recebem na cozinha da sua casa, onde se sentam eles, o doente e eventuais acompanhantes. Não fazem perguntas; ele concentra-se, entoando um salmo religioso, pára e diz o diagnóstico: «são dois (ou três, ou quatro...) irmãos que o estão a atormentar». Os «irmãos» são diabos, almas penadas, espíritos de enforcados, etc., que terão de ser afastados. Esse afastamento é feito em colaboração com a irmã, que os «vai buscar» a seu pedido, rodando a cabeça de olhos fechados e emitindo uns ruídos fortes. Em seguida ele procede a umas longas orações para os degredar, empurrando-os pela fala para o mar e para os abismos, e depois ambos benzem repetidamente as várias partes do corpo do paciente, que é suposto sentir-se aliviado dos males que o atormentavam.

O homem, que «vai ouvindo tudo dos espíritos», pode ainda detectar doenças que não estão ao alcance dos seus poderes e que remete para a medicina oficial.

Depois de ser vista a pessoa ao vivo, é-lhe pedido para se concentrar «na sua casa e em tudo o que lá tem». Toda a família, animais e bens são submetidos ao exame, e são diagnosticados (no caso de os haver) os males que os atingem — distinguindo-se entre os que se podem curar logo ali com benzeduras e os que são para os médicos. A mesma técnica pode ainda ser aplicada a qualquer pessoa em que o paciente se concentre, bastando dizer o nome.

Estas consultas são inteiramente gratuitas e não é permitido aos pacientes deixar o que quer que seja de pagamento ou de presentes naquela casa ⁽¹⁰⁾.

⁽⁸⁾ Pseudónimo, tal como os outros nomes de localidades.

⁽⁹⁾ Este sinal distintivo é atribuído ao facto de a mãe ter albergado no seu seio um pintainho quando estava grávida dele; é muito comum atribuírem-se manchas na pele a objectos que estiveram em contacto com a mãe durante a gravidez.

⁽¹⁰⁾ Este elemento pode contribuir para a discussão sobre a veracidade da prática gratuita dos curandeiros entre McLane («Curanderos en Andalucía oriental» in Kenny e de Miguel, *La Antropología Médica en España*, Barcelona, Anagrama, 1980) e Provansal e Molina («Alternativas Terapeúticas en la provincia de Almería» in I Jornades de Antropologia de la Medicina, 1, *Arxiu de Etnografia de Catalunya*, Tarragona, 1983).

B. O homem de Chaparreira

Este homem relativamente novo é maioral de gado num monte do Baixo Alentejo. O seu raio de acção é bastante largo, tendo grande popularidade no Nordeste do Algarve. Actualmente recebe as pessoas em dois dias certos da semana, com afluência constante. Diz que foi numa noite visitado por três sombras, a terceira meteu-se com ele e ficou com aquele dom. Pode ver o interior das pessoas, observando-lhes os males. Recebe numa pequena sala anexa à cozinha, com cadeiras e mesa. Nesta tem uns papéis nos quais vai fazendo uma escrita imperceptível, enquanto se concentra na pessoa. Estabelece um diálogo do qual vai saindo o diagnóstico (em que o paciente colabora muito). Exprime-o nuns termos parcialmente emprestados à medicina oficial.

Não faz consultas por fotografia.

Receita apenas chás naturistas e plantas.

Não cobra dinheiro mas aceita o que se quiser dar.

C. O homem de Santa Lucía

Muito famoso, este homem da Andaluzia tem um grande raio de influência em Portugal. Faz consultas há quase trinta anos, tendo hoje abandonado totalmente a lavoura e estabelecido um consultório não oficial, com sala de espera, pátio, um bar anexo. Atende numa sala com escrivaninha, cadeiras e um crucifixo. Concentra-se, vai percorrendo mentalmente o corpo do paciente estabelece o diálogo. Aprofunda as questões em que há resposta positiva e dá diagnósticos parciais, em torno dos órgãos.

Faz receitas de remédios da farmácia oficial, bem adequadas ao diagnóstico.

Incomoda-se com quem demonstre falta de confiança.

Também faz diagnóstico e receitas perante fotografia, nome e idade.

Leva quinhentas pesetas por cabeça (inclusive fotografias).

O padrão comum encontrado é o de estes três homens serem originalmente camponeses que a partir de certa altura se consideraram agraciados com um dom que lhes permite verem mais que o habitual, e porem-no ao serviço do combate à doença, examinando os que se lhes dirigem. Falam uma linguagem próxima da dos camponeses, abordam os seus corpos e o seu mal-estar com categorias que lhes são compreensíveis, e revelam grande

disponibilidade nos seus conhecimentos de terapêuticas. Representam três gradações entre os modelos do curandeiro popular, que cura gratuitamente graças a um dom, e do médico oficial que presta um serviço remunerado graças aos seus conhecimentos. A grande confiança neles investida pelos pacientes e o escrupuloso seguimento das terapêuticas prescritas são chaves importantes no seu sucesso.

RESUMO

Neste artigo são tratados alguns materiais etnográficos do Nordeste Algarvio que habitualmente se associam às noções comuns de «bruxaria», «bruxa» e «bruxo». Esses fenómenos — crenças e sua expressão plástica, relatos de acontecimentos, práticas — são integrados numa categoria mais vasta que reúne os vários sistemas de apreensão da doença e dispositivos para a sua neutralização. Nesta classe integram-se também as várias gradações de curandeiros de que se dão três exemplos locais.

Alguns relatos de casos de bruxaria são analisados com um modelo inspirado no de Evans-Pritchard para os Azande, com a intenção de despoletar o debate sobre os limites da explicação sócio-antropológica deste tipo de fenómenos.

RÉSUMÉ

Cet article examine quelques éléments ethnographiques du Nord-est de l'Algarve qui sont habituellement associés aux notions communes de «sorcellerie», «sorcière», «sorcier». Ces phénomènes — des croyances et leur expression plastique, des récits, des pratiques — sont intégrés dans une catégorie plus vaste qui rassemble les divers systèmes de perception de la maladie et sa neutralisation. Dans cette classe s'intègrent aussi les diverses nuances de guérisseurs populaires, dont on présente trois exemples locaux.

Dans son analyse de quelques récits de cas de sorcellerie, l'auteur utilise un modèle inspiré en celui d'Evans-Pritchard pour les Azande, avec l'intention d'ouvrir une discussion sur les limites de l'explication socio-anthropologique de ces phénomènes.

ABSTRACT

This article deals with some ethnographic materials from Northeastern Algarve sometimes associated with the notions of «witchcraft», «witch» and «wizzard». They consist on beliefs and their material expressions, stories about the subject, practices. They are interpreted in terms of a wider category which combines several systems of conceiving illness and dealing with it. This category also includes various kinds of folk healers of which a local examples are given.

Stories about witchcraft are analysed in terms of a model which is inspired on that of Evans-Pritchard for the Azande. It may contribute towards a discussion about the limits of socio-anthropological explanations of witchcraft.

GANADO PORCINO: MODALIDAD DE EXISTENCIA Y PAPEL EN EL SENO DE UNA COMUNIDAD RURAL DE GALICIA

POR

J. Antonio Fidalgo Santamariña (*)

INTRODUCCION

De las principales contribuciones de carácter etnográfico, relativas a las formas de conducta que se han venido objetivando en las relaciones que nuestros campesinos establecen con las cabezas de ganado porcino durante el período de crianza, engorde («ceba»), y matanza anual en el seno de sus hogares, parece desprenderse la existencia de una uniformidad de comportamiento por todo el ámbito no urbano de Galicia. Pero cuando nos detenemos a estudiar, más en detalle, tales formas de actuación por las diferentes áreas culturales de Galicia, fácilmente se detectan significativas variantes del modelo general de acción, resultantes lógicas de la distintiva configuración que han ido adquiriendo las formas de relación de sus habitantes para con este tipo de animales domésticos.

En esta investigación se trata de especificar las distintivas modalidades de acción que se objectivan en el desarrollo de las relaciones que se establecen con la especie ganado porcino, así como el pluriforme papel desempeñado por este tipo de animales domésticos en el seno de una comunidad rural del término municipal de Friol, en la provincia de Lugo.

Para la consecución de estos objetivos procederé ajustándome a la siguiente estrategia a seguir:

I. — Identificación y rasgos básicos de la comunidad a la que hacen referencia los datos observados.

(*) Miembro de la Sección de Etnografía del Instituto «Padre Sarmiento» de Estudios Gallegos del C.S.I.C.

II. — Constantación de los principales procedimientos de acción que estos paisanos ponen en práctica para el abastecimiento de las cabezas — de ganado porcino, así como para su crianza y cuidados durante el período de permanencia en el seno de sus hogares.

III. — Descripción de los procedimientos específicos relacionados con la tradicional institución de «A Matanza» en la comunidad de estudio.

IV. — Enumeración de aquellas funciones más significativas que siguen desempeñando estos animales en la estructura de la comunidad rural en la que se ha llevado a efecto el estudio.

Para la recopilación de la información me he servido de los procedimientos y técnicas al uso en el ámbito de la Antropología, siendo la «observación participante» y la «entrevista dirigida» las más utilizadas. Salvo en aquellas ocasiones en que el respeto a los informantes me lo impidió, las informaciones y comentarios han sido registrados en cinta magnetofónica y complementadas mediante series de fotografías que consiguen rasgos, comportamientos y detalles significativos de sus variadas modalidades humanas de acción para con este tipo de animales domésticos.

Deseo, igualmente, dejar constancia de que en todas aquellas ocasiones que crea conveniente, la transcripción de respuestas, comentarios, partes de entrevistas, segmentos de grabaciones, etc., será hecha directamente guardando la mayor fidelidad a las versiones espontáneas de los hechos, y despreocupándome de que su construcción sintáctica esté e no reñida con las normas de la gramática de la lengua.

I. — LA COMUNIDAD: LOCALIZACIÓN Y RASGOS BÁSICOS DISTINTIVOS

La comunidad parroquial de *Santiago de Transmonte* se asienta en unos reducidos valles circundados de montes que se sitúan en el 43° 06' latitud N. y el 4° 07' latitud W ⁽¹⁾, en el extremo noroccidental del término municipal de Friol, en la provincia de Lugo. Su extensión aproximada y límites con las parroquias colindantes han quedado especificados por sus propios habitantes en respuesta a la tercera pregunta del Interrogatorio del Catastro del Marqués de la Ensenada, donde se expresa lo siguiente:

(1) La posición geográfica esta referida al M = O° de Madrid. Cfr. SERVICIO GEOGRÁFICO DEL EJERCITO: *Cartografía militar de España*, Plano director, Hoja 72-IV, «Puebla de Parga», Talleres del Servicio Geográfico del Ejército, 1950.

«Al capítulo tercero dijeron que la mencionada feligresía y término de su comprensión tendrá de Levante a Poniente la cuarta parte de una legua de monte, del Norte al Sur, igual distancia; y de circunferencia una legua que se caminará en una hora y cuarto; linda por el Levante con Sta. Eulalia de Pena; por el Poniente con San Pelagio de Seijón, por el Norte con San Mamed de Piedrafita y por el Sur con San Pedro de Narla; principiando su demarcación por el dado Sur con el marco de Piedra do Couto, en derechura al de Charlón, de allí al Seijo de Sá, fuente do mouro al puente pequeno, fuente Abad y a la peña Cabalgada, de ésta al marco de la Cruz do Crego, pontella de Porto Areas, fuente de Vilariño, pena de Canciños y en derechura a la peña Veytureira y al referido marco de piedra do Couto primeira demarcación» (2).

Quienes desde cualquier punto lejano del Estado Español se propongan acercarse alguna vez a la comunidad, les bastará con llegar a la ciudad de Lugo, capital provincial, y continuar 5 Kms. por la carretera N. 540 hasta alcanzar el asentamiento de «As Arieiras» en donde tomarán el desvío que les conducirá después de 20 kms. de sinuosa y estrecha carretera, hasta el asentamiento de Friol, capital del distrito municipal del mismo nombre. Desde aquí se encaminará por una deteriorada carretera local que va adentrándose en dirección Noroeste (3) por el antiguo «camiño da feira» hasta alcanzar, después de otro recorrido de 12 kms., el asentamiento parroquial de «A Muraza» el único con carretera de la comunidad.

Tal situación de aislamiento geográfico y marginación social, derivados de la carencia de carreteras y demás medios que sirvan de conexión con el mundo exterior, así como de las peculiaridades del espacio territorial sobre el que se asienta y vive esta colectividad transmonteña, constituyó siempre, uno de los factores que más ha influido en la configuración del rasgo que mejor ha venido caracterizando la modalidad de existencia de este pequeño grupo de campesinos friolanos: su *necesidad de autoabastecimiento en todo, tanto a nivel de la comunidad global, como de sus respectivas aldeas y unidades domésticas particulares.*

(2) ARCHIVO DELEGACION DE HACIENDA DE LUGO: *Catastro del Marqués de la Ensenada correspondiente a la feligresía de Santiago de Trasmonte, 1752*, «Interrogatorio». En el capítulo 3 del modelo de «El Interrogatorio que han de satisfacer bajo juramento, las justicias peritos y demás personas, que harán comparecer los intendentes del pueblo», se formula la siguiente pregunta: «Qué territorio ocupa el término, cuanto de Levante a Poniente y del Norte al Sur: y cuanto de circunferencia por horas y leguas, que linderos y confrontaciones y que figura tiene poniéndola al margen».

(3) Con referencia al asentamiento de Friol, capital municipal.

Su economía se fundamenta en una modalidad de producción mixta agrícola-ganadera con una acentuada carencia de medios técnicos y financieros que imposibilita la introducción de cambios substanciales en el tradicional sistema socioeconómico de autoconsumo y economía de subsistencia.

La producción agraria todavía sigue al servicio de la alimentación familiar y de los animales domésticos existentes en cada hogar, y se efectúa básicamente mediante un tipo de rotación bienal que alterna los cereales de invierno (trigo, centeno, avena) con nabos y ferraña y las patatas y maíz. En mucha menor cantidad se realizan los restantes cultivos agrícolas de coles forrajeras («horta»), repollo, judías, cebollas, ajos, lechuga y demás cultivos hortícolas orientados al autoconsumo doméstico.

La producción ganadera sigue centrada, básicamente, en el ganado bovino que se encuentra sometido a un régimen mixto de estabulación y pastoreo y orientado a la producción de carne, leche y trabajo. La segunda especie en importancia es el ganado porcino, de cuya modalidad de existencia y papel en la comunidad voy a ocuparme en este trabajo. Menor importancia económica le será atribuída a los exponentes que aún quedan de la especie ovina, así como a las escasas colmenas que siguen proporcionando una exquisita miel, fundamental en la alimentación de los niños y ancianos, y para la aplicación de pluriformes remedios caseros.

A esta producción mixta agrícola-ganadera sobre la que sigue montada la economía doméstica de la comunidad, hay que añadir los *nuevos recursos* que últimamente han aparecido y que inciden positivamente en el nivel económico de algunas unidades domésticas transmonteñas. Se trata, concretamente, del montaje de tres granjas avícolas que otras tantas familias vienen explotando en los últimos años, y de las periódicas laborres de acondicionamiento del monte parroquial repoblado de pinos, y de tala y arrastre de las partidas de pinos que vienen proporcionando un número jornales nada despreciable a varios miembros adultos de la comunidad.

Otro tipo de industrias no existe en esta comunidad, ni en las colindantes. No hay fábrica de ningún tipo, ni taller en el que poder reparar la maquinaria agrícola o cualquier otro aparato mecánico, o eléctrico, que los campesinos últimamente han adquirido. Sólo un molino público y dos tabernas pueden ser descubiertas por el observador en el interior del territorio comunitario.

Todos los habitantes llevan los escasos excedentes agrouecuarios a las ferias-mercado de Parga y Friol en donde se reúnen los campesinos del área para efectuar las transacciones agrícolas y ganaderas habituales. Los habitantes de Transmonte han hecho de estas dos ferias locales, distantes de la comunidad a 8 y 14 kms. respectivamente, sus lugares habituales de

venta de aquellos productos domésticos excedentarios, o que, sin serlo, la propia necesidad esta obligando a vender para poder adquirir aquellos otros no producidos en el hogar —ropa, calzado, piensos, fertilizantes, moblaje doméstico, etc.—y que también son imprescindibles para su existencia diaria.

II. — EL GANADO PORCINO: FORMAS DE APROVISIONAMIENTO Y MODALIDAD DE EXISTENCIA EN LA COMUNIDAD DE ESTUDIO

Todas las unidades domésticas transmonteñas han contado, desde siempre ⁽⁴⁾, con algunos ejemplares de ganado porcino para su autoabastecimiento cárnico y para reposición de aquellos que venden en las ferias-mercado de la zona. Su número no es constante en los hogares, a diferencia del número de vacas que generalmente lo es. Una casa puede carecer de cerdos en un momento por haberlos dado muerte en la cíclica matanza anual, y disponer, en otro, de más de dos docenas con motivo de haber parido una cerda madre cuando los lechones de otra ya son aptos para vender. Pero salvando estas esporádicas situaciones, lo frecuente es hallarnos de tres a seis cerdos en el seno de estos hogares campesinos; y si el cómputo llega a efectuarse entre Junio y Agosto, en aquellas casas dedicadas a tiempo total a la actividad agropecuaria muy probablemente se encontrará una crianza de lechones («ranchos do leite») orientados a la venta, entre dos y cuatro cerdos jóvenes («bacarotes») destinados al engorde para la matanza anual, y la cerda madre encargada de reponer nuevos ejemplares para el hogar.

Los diferentes tipos que aparecen corresponden a la variedad celta, largewite, alóctona e híbridos de razas diversas, y su existencia en el seno

⁽⁴⁾ No entra dentro de mi propósito la revisión de las hipótesis sobre el origen, en Galicia, de estos animales. Su existencia extendida entre los pobladores celtas en la época de «apogeo de los castros» la acredita Jesús Taboada; y desde ella, ha venido contribuyendo a la creación de nuestro común fondo étnico. De la época celta se han registrado en diferentes áreas geográficas de Galicia varias esculturas graníticas de este tipo de «verracos». Cfr.: Taboada, J.: «La cultura de los verracos en el noroeste hispánico», en *Cuadernos de Estudios Gallegos*, T. IV, Santiago de Compostela, (1949), pp. 25-26. El mismo autor, veinte años más tarde, nos proporciona otra de sus aportaciones sobre el tema, al expresar que «las más viejas especies del puerco — se está refiriendo al noroeste peninsular — proceden, al parecer, del jabalí centro y sudeuropeo, cruzadas con tipos domésticos de Asia Menor». Taboada, J.: «La matanza del cerdo en Galicia», en *Revista de Dialectología y Tradiciones populares*, T. XXV, c. 1.º y 2.º, Madrid, (1969), p. 89.

de estos hogares rurales han hecho surgir significativas modalidades de acción que los campesinos objetivan en sus relaciones para con ellos. Serán las que hacen referencia al aprovisionamiento doméstico de estos animales y a su ciclo vital en el seno de los hogares transmonteños, las que ocupen primeramente nuestra atención.

1. — Estrategias de aprovisionamiento

Son dos los procedimientos que acostumbran poner en práctica para el aprovisionamiento del ganado porcino existente en cada hogar: a) *La compra* en las ferias-mercado de la zona; b) *la crianza* en el seno de la unidad doméstica.

a) *En el abastecimiento por compra*, son los días de feria ⁽⁵⁾ los momentos preferidos para reponer el hogar de uno o dos «bacarotes», aunque no se descarte su adquisición en casa de algún vecino o conocido, que desea deshacerse de alguno. Con todo, el lugar del mercado en donde se concentra la multitud de oferta y de demanda, es concebido como el más apropiado para comprar, porque posibilita escoger tamaños, comprobar calidades, comparar precios, y practicar el tradicional regateo transaccional hasta que las dos partes implicadas en la operación de compra-venta coincidan en la asignación del justo valor de mercado.

Mientras que el espacio ferial asignado al ganado bovino, apenas es frecuentado por las mujeres, en la «feira dos porcos» son ellas las protagonistas principales, como continuarán siéndolo, en sus respectivas unidades domésticas, en la mayor parte de las actividades y tareas relacionadas con esta clase de animales. Durante el acto de la compra, será la mujer la más preocupada por si saldrá buen comedor, rasgo básico con el que ha de contarse para poder lograr de él un buen componente de «a ceba». Además de «que sean bos comedores», tendrá cuidado de «que coman de todo» a fin de evitar posteriores desencantos. He aquí la versión de una informante al respecto:

(5) Para poder efectuar estas transacciones las unidades domésticas han contado tradicionalmente con diferentes ferias-mercado frecuentadas por sus componentes. En el propio municipio de Friol, al que pertenece la comunidad, se han venido realizando hasta hace poco, cinco ferias-mercado que correspondían a las de Friol, capital municipal, los días 4 y 21 de cada mes; Roimil, el día 16; Cotá, el día 18; Guimarey el día 26; de todas ellas solo perduran las del 4 y 21, en la capital municipal. Igualmente continúan siendo muy frecuentadas las dos ferias que se realizan en la localidad de Puebla de Parga, el segundo domingo del mes la primera, y el día 28 la segunda.

«Mírase moito, mírase a ver si salirán bos comedores xa que nalgunhos casos veñen acostumbrados a outras comidas e cando chegan a casa non comen e, entonces, non poden engordar...».

Los vendedores tratan de mostrar estos rasgos proporcionando intermitentemente a sus cerdos, algunas berzas, trozos de remolacha forrajera, granos de maiz, etc., que evidencian la naturaleza de tales características exigidas, al tiempo que contribuyen a mantenerlos quietos dentro de un espacio ferial. Veamos cómo continuaba expresándose la informante anterior:

«Para mostrar que comen ben aínda hoxe hai quen lles tira berzas, patacas, graus de millo e eso, para telos quietos, pero tamén para que vexan como comen...».

El acto de compra-venta constituye, en esencia, un proceso formado de interacciones entre las partes implicadas en la transacción cuyos intereses contrapuestos se van atenuando a través de un complejo regateo que, en el mejor de los casos, redundará en la coincidencia definitiva en la asignación del valor del mercado al animal, con el consiguiente cierre del trato ⁽⁶⁾. Seguidamente, o bien se adelanta una fracción («a señal») del pago indicativa de que el animal ha sido adquirido, o se hace el pago total de lo pactado. Por su parte, el vendedor le marcará con una señal convencional expresiva de que el animal ha sido vendido. Cuando llega el momento de retornar al hogar, el nuevo dueño lo traslada hasta la unidad doméstica sirviéndose de los procedimientos al uso — coche, tractor, carro, a pie — por esta área campesina.

b) *El abastecimiento por crianza doméstica* consiste en reponer este tipo de animales a partir de las cerdas madres que, en sucesivos partos, proporcionan nuevas camadas de cerdos de las que se extraerán los necesarios para el autoconsumo doméstico. Este procedimiento de reposición y crianza en el hogar, sigue siendo el preferido por los campesinos del área debido a la capacidad que conlleva para atenuar el riesgo, siempre presente cuando se carece de los suficientes excedentes económicos, de

(6) Omíto la reproducción de los diálogos recopilados en varias ferias de esta zona sobre estos actos transaccionales de ganado porcino, por seguir similar esquema al presentado por los otros autores que se han ocupado del tema con anterioridad. Obsérvense, por ejemplo, los reproducidos por Carré, L.: «As feiras na Galiza», en *Revista de Etnografía*, Museo de Etnografía e historia de Porto, (1964), II, 1, pp. 113-114; o el consignado por Taboada, J.: «La matanza del cerdo en Galicia», en *ob. cit.*, pp. 94-95.

tener que conformarse con una «ceba» deficitaria, o menor de la acostumbrada, con la consiguiente merma en el autoabastecimiento anual de carne. Por el contrario, al contar con un número suficiente de crías en la propia unidad doméstica, se tiene la posibilidad de destinar parte de ellas al consumo, mientras las demás siguen destinándose a la venta en las ferias-mercado de la zona.

2. — La modalidad de existencia en la zona de estudio

Resulta interesante ocuparnos del ciclo vital de estos animales domésticos en el seno de estos hogares campesinos, para poder comprobar como las diferentes fases de su existencia en ellos, — nacimiento, crianza, adultez, matanza anual —, constituyen un prolongado proceso evolutivo creador de expectativas varias, y objetivador de concretos modelos específicos de comportamiento para las relaciones que se establecen con ellos. Serán las mujeres quienes más cercanas se encuentren de ellos en cualquiera de los momentos significativos de su existencia en el hogar. Ellas son las que se preocupan de prepararles su alimentación diaria, de proporcionársela tres veces al día como a cualquier otro componente humano del hogar; de someterlos a una vigilancia intensiva en unos momentos, y a una alimentación y cuidados especiales en otros; de mostrarlos a los visitantes amigos y hablar de ellos comentando sus peculiaridades cual si de seres humanos se tratase, etc. Pero vayamos por partes, observando lo que sucede, y de qué manera, en las sucesivas fases de su ciclo vital en esta comunidad campesina sometida al estudio sistemático:

a) *El nacimiento*: Cuando una cerda madre comienza a desarrollar el comportamiento típico, previo al parto, de recopilar pajas con la boca y transportalas hasta ese reducido espacio de la cuadra en el que se dispondrá a parir, también los miembros del hogar intensifican su vigilancia para poder atenderla en ese momento, y cuidar de que no mate las crías. Alguno de los miembros del hogar (?) permanecerá por varias horas en atenta vigilancia del animal, tanto si el parto ocurre de día como en cualquier momento de la noche, hasta que crías y madre se acostumbren. Atenciones y tiempo de vigilancia se hallan condicionados por la naturaleza del comportamiento que la madre desarrolle con las crías. Cuando ha finalizado este momento de especial vigilancia, una luz encendida en la cuadra será

(?) Generalmente la mujer, por ser también ella la que más tiempo acostumbra a permanecer en el hogar.

necesaria, pero suficiente, para facilitar los movimientos de las crías recién nacidas y evitar que la madre las pise. Pasados dos días en que la madre y crías ya han aprendido a convivir juntas, ya se le puede retirar la luz, y demás cuidados específicos, dejándolas desorrollar una coexistencia normal por un período aproximado de cuatro semanas.

Los campesinos del área se alegran cuando su cerda madre les ha traído una buena «rolada de crías», lo que conlleva el haber proporcionado abundancia en número y uniformidad en la forma. Tal como ellos mismos expresan:

«Nas roladas que son boas non hay ranchos desiguales, non son unhos pequenos e outros grandes... nas roladas boas os ranchos son ben feitos, iguaes todos».

En cuanto al número que se atribuye a los diferentes tipos de *roladas*, he aquí una estructuración de las opiniones más generalizadas por la zona de estudio:

- «Hasta nove ranchos pódese decir que a rolada e pequena...»
- «Si traen nove, des, ou once ranchos, entonces pódese decir que xa é unha rolada regularceta, xa é unha rolada mediana...»
- «Unha camada que estea entre os des e os catorce ranchos xa ben sendo unha camada boa, e por encima de catorce ranchos pódesele chamar moi boa...»

Pero también existen informantes que consideran como «boas roladas» a las que contienen entre ocho o diez lechones, siendo conceptualizadas como «moi boas» las que superan la docena, y como «medianas» y «cativas» a partir de ocho hasta la unidad.

Se espera de la cerda madre que no proporcione un mayor número de crías, al de mamas disponibles para su alimentación. Con ello, se evita el tener que acudir al incómodo procedimiento de la alimentación con biberón, que ocasionaría un trabajo y atención suplementarios considerados no rentables, si bién de obligado cumplimiento:

«A cría a mao da moito traballo — expresa un informate —. Casi non compensa porque é longa e da traballo (...) hay que darlles o biberón hasta que poidan beber o leite nunha vacía. Pero ánque da traballo non se lles deixa morrer, nin se lles provoca a morte».

Una muerte provocada por falta de atención a estas crías excedentarias constituiría un reto a la buena disponibilidad de la suerte que todo campesino de la zona procura mantener con todos los medios disponibles a su alcance.

b) *La crianza*: Los lechones recién nacidos inician su desarrollo junto a la madre, con la que van a permanecer los primeros treinta días aproximadamente. Un poco antes de haber transcurrido este primer mes ya se separan intermitentemente para iniciar el aporte diario de alimentación complementaria. Se les dispone una «vacía» construída en piedra, madera, cemento, etc., en la que se depositan piensos compuestos, leche, granos de maiz, trigo y patatas, remolacha u otros productos agrícolas varios; en crudo o cocidos. Los lechones inician a ingerirlos como alimentación complementaria a la leche materna, hasta que cumplido el primer mes se les separará definitivamente de la madre para apurar su engorde y poder venderlos no más cumplir los dos meses de edad.

Sólo excepcionalmente se retornan de la feria para continuar su engorde porque no es económicamente rentable. He aquí una versión sobre el tema:

— «Cando se levan os ranchos a feira non se quere volver con eles para a casa porque cada día que pasa comen mais e ocasinan un gasto maior. Si non se lles sigue dando de comer non medran e, desde agora, o que se ven gastando en mantelos xa non o aumentan no precio...»

En aquellos casos en que el valor de mercado difiere tanto del valor esperado que obliga a su retorno al hogar, las esforzadas campesinas adquieren clara conciencia de su condición deprimida, y de abandono por parte de las diferentes instituciones y organismos públicos. Obsérvense los siguientes ejemplos de expresiones que reflejan esta situación:

— «Pasamos os traballos criándoos e coidándoos o millor que se pode para logo non valer un real...»

— «Quéreno ganar todo eles... non paga a pena crialos... «Non merece a pena traballar porque o Estado tennos abandonados...»

En la mayoría de las unidades domésticas, suelen excluirse de la venta algunos ejemplares que serán destinados a cumplir los objetivos de reposición («cría») y engorde («ceba») iniciando, con ello, su período de juventud en el hogar. Es a partir de ahora, que los pequeños «rel» se van convirtiendo en jóvenes «bacarotes», también denominados «rancholos» o «ranchos do monte». Cual jóvenes imprudentes, en esta fase pueden originar relaciones interdomésticas de tipo conflictivo al entrar en fincas

y horadar tierras durante sus esporádicos recorridos por los caminos de las aldeas de la parroquia ⁽⁸⁾.

Es ahora el momento más adecuado para castrarlos, por medio de una rudimentaria operación que efectúa el «capador», paisano experto en el oficio que lo ejerce con una elemental cirujía, y por un módico precio de 300 ptas. ⁽⁹⁾. Algunos aún continúan identificándose con el redoble de su típico arpegio profesional. Se trata, en este caso, de los capadores foráneos, cada vez en menor número porque apenas existe quien desee continuar con el oficio dada la competencia de los «expertos» locales que lo hacen gratis, y de la progresiva introducción del veterinario al que cada año se le reservan más ejemplares para castrar.

Constituye esta fase evolutiva, un prolongado período de espera por ese posterior buen trato que les será dispensado en la etapa siguiente de engorde final. Como tal fase de espera, constituye la más dura de todo su ciclo vital en el hogar. La ama de casa se despreocupa un tanto de estos jóvenes «bacarotes» limitándose a proporcionarles su justa ración alimenticia diaria, y reservando sus esmeradas atenciones para la siguiente fase de adulted.

c) *El engorde*: Progresivamente los cerdos «bacarotes» se van convirtiendo en «a ceba», iniciando así su período de adulted y del engorde de cara a la matanza anual. Su régimen de estabulación, desde ahora permanente, solo será interrumpido por esporádicos paseos para evitar cualquier tipo de parálisis derivado del progresivo engorde y falta de ejercicio. Si aún no se ha realizado, debe agujereárseles el hocico con un alambre que, al juntar los cabos y entrecruzarlos con unos alicates, forma una especie de anillo («o arillo») que evitará horaden la cuadra levantando el estiercol en la búsqueda del frescor.

Es al iniciarse el mes de Septiembre, que la ama de casa vuelve a retomar su interés por estos animales y a dispensarles excelentes cuidados, iniciando así su engorde para la matanza anual. Desde ahora se les proporciona una abundante dieta alimenticia en la que nada les va a regatear por haber aprendido de sus mayores que «O porco non se lle da; préstaselle».

⁽⁸⁾ La costumbre de echar los cerdos a pasear por los caminos de la aldea para que se alimentasen de hierva, bellotas que caen de los robles, etc., se fue eliminando a medida que las unidades domésticas dispusieron de mayores posibilidades de alimentación siendo casi inexistente en la actualidad.

⁽⁹⁾ Esta cantidad corresponde al año de 1982, fecha con que aparece datada la siguiente información:

«Agora tamén algunhas casas danllos a capar o veterinario, pero aínda capa mais o capador que cobra trescentas pesetas por cada un que capa».

En su dieta diaria entrarán toda la variedad de productos agrarios cultivados en la zona. Son básicos, de entre ellos, los nabos, berzas, patatas, remolacha forrajera, salvados y harinas de maíz, avena, etc., que se les proporcionan en la encaldada diaria servida tres veces al día, en frío o en caliente, con ingredientes cocidos o crudos, según las preferencias y la disponibilidad de tiempo existentes en cada unidad doméstica de que se trate. A esta dieta habitual se añaden frecuentemente otras suplementarias de levadura, salvados, patatas troceadas, etc., nunca reparando en dispendios de cara a una mejor «ceba» anual con la que autoabastecerse de carne.

Sometidos a este tipo de alimentación, reclusos en el «cortello dos porcos», y liberados de todo tipo de esfuerzo y ejercicio, su única misión es la de engordar, e ir aumentando progresivamente de volumen y peso hasta el momento de realizar «a matanza» anual (10).

III. — LA MATANZA ANUAL DE CERDOS EN LA COMUNIDAD

Hallamos en la comunidad los dos tipos básicos de matanza de cerdos existentes por toda Galicia rural: la «matanza de cedo» que se realiza en los meses de Noviembre y Diciembre, y la «matanza de tarde» que se retrasa a los meses de Enero y Febrero (11).

Esta institución de «a matanza» se nos presenta como un proceso evolutivo que comprende varias fases en las que los diferentes actores intervendrán ajustándose a los modelos de acción compartidos tradicionalmente. Aparecen: 1) una primera fase con un conjunto de tareas preparatorias que finalizan en el «convite» introductorio a la matanza; 2) una fase central que abarca las labores de sangrado, depilación, evisceración, lavado de tripas, despiece, salado de los cerdos, y culmina con la comida festiva de «os roxos»; 3) la matanza concluye en una fase final que abarca las tareas de preparación de la «zorza», confección, secado y conservación

(10) La prolongada constancia que la ama de casa ha de tener en su atención diaria, y las inevitables molestias de unas relaciones desequilibradas tan prolongadas, han dado lugar a dichos y refranes del tipo: «Sogros e porcos sólo despois de mortos», indicativo de esa asimetría interaccional tanto entre suegra y nuera en esta área cultural de residencia patrilocal, como entre la mujer y esta clase de animales domésticos de la que nos ocupamos.

(11) Aquí voy a referirme sobre todo a la «matanza de cedo» por ser la de mayor importancia en esta comunidad rural y, por ello, la que más detenidamente he tratado de observar; pero los procedimientos que se describen se efectúan de modo análogo en la matanza de tarde.

de los chorizos, y la disposición de las piezas de carne a secar. Observemos, en detalle, este proceso evolutivo de «A Matanza»:

1. — *Las tareas preparatorias de la matanza anual de cerdos*: Consisten en el almacenamiento de la cantidad de sal necesaria para hacer el salado de las piezas de carne, el acondicionamiento de aquellos utensilios domésticos — cuchillos, cuerdas, tinajas, banco del sacrificio, baño de salar, etc. — que van a ser utilizados, concertar con el matachín el momento de efectuar la matanza con aquellos colaboradores que participarán en la labor, la preparación de «a ceba» manteniéndola en ayunas las últimas veinticuatro horas con objeto de aliviar su intestino, elegir y acondicionar el espacio en el cual llevar a cabo las diferentes tareas de «a matanza», disposición de la cantidad de paja o/y agua en condiciones adecuadas para su eficaz utilización, y, por último, el abastecimiento doméstico de aquellos ingredientes no autóctonos que van a ofrecerse en el *convite* inicial, y en la comida final a los familiares y vecinos asistentes a los mismos.

Cuando todos estos preparativos han concluído, también nos encontramos en el momento durante el que se dará muerte y prepararán los cerdos componentes de «a matanza». El matachín y ayudantes «termadores» (12) irán llegando al hogar donde les será ofrecido una copa de aguardiente, y queso fresco y curado con abundante pan.

Este «convite» introductorio con el que se inauguran las tareas de «a matanza» por esta zona, constituyen un verdadero ritual de entrada en esa unidad doméstica que demanda la ayuda, y en la iniciación de actividades en relación con un animal que simboliza, junto con la «meda vella», la abundancia en el hogar. Los asistentes aceptan la invitación que consumen generalmente de pie, y en amena conversación sobre los diferentes temas de actualidad en la aldea.

Una vez que ya se ha invertido un tiempo prudencial en esta refacción introductoria, los participantes presentes se dirigen al espacio doméstico en que se van a sangrar los cerdos. Uno de ellos conducirá al animal desde el «cortello» hasta ese lugar, al que acude dócilmente engañado. Los asistentes emiten su parecer sobre el animal haciendo referencia a la buena

(12) Joaquín Lorenzo, y los que después de él trataron el tema, llaman a estos colaboradores los *agarrantes*. Cfr. Xaquín Lourenzo: «Etnografía. Cultural material», en OTERO PEDRAYO (Dtor.): *Historia de Galiza*, Akal editor, Madrid, 1979, T. II, p. 309; Taboada, X.: «La matanza del cerdo en Galicia, ob. cit., p. 97; Mariño Ferro, X. R.: «Matanza» en *Gran Enciclopedia Gallega*, Silverio Cañada editor, T. XX, p. 183, cl. 2, etc.. Aquí se opta por utilizar el término *termadores*, en base a una mayor fidelidade al lenguaje empleado por los informantes, quienes expresaban: «Hay que collelos e termar deles». «...termar duro deles»... etc.

crianza y cuidados que la ama de casa le dispensó. Constituyen juicios, que bien podemos considerar estandarizados, los reproducidos con las siguientes expresiones y similares:

«Están ben criados», «están moi bos», «están ben bos», «están ben gordos», «están ben tratados», «son ben feitos», «e boa ceba», «non os dades comido», «ben vos chega», «coidáchelos ben», etc.

A tales juicios, todos ellos positivos, responderá la ama de casa con otras expresiones correlativas, pero ahora de signo contrario, manifestando con ellas concretos defectos y problemas relativos a estos animales durante todo el período de su existencia en el hogar. Son algunas de ellas:

«Quedáronme pequenos porque os atrasou a gripe», «son cativos», «son pequenos», «saliron pouco comedores», «son cativos porque non se lles dou fruto» y similares.

Puede que ni los colaboradores, nin los miembros del hogar, asuman totalmente lo que dicen, ni que hablen con total y abierta sinceridad; que aquellos observen visibles fallos y éstos tratasen de superarlos con los mejores alimentos y cuidados. Los resultados no van a alterarse porque las frases vienen exigidas por esta situación momentánea ritualizada. Esta ruptura de equilibrio situacional, derivada de la emisión de juicios positivos del exterior, debe ser contrarrestada con la autocrítica doméstica denunciadora de los fallos internos. Así debe suceder para retornar a la situación de equilibrio inicial, y así sucede habitualmente. Con ello, el escenario queda preparado para el desenvolvimiento de las tareas que configuran la nueva fase del desarrollo de «a matanza».

2. — *La fase central de «a matanza»*: Comprende un conjunto pluriforme de tareas que se inician con el *sangrado* dando muerte a los cerdos a la que sigue, como ya indiqué, su *depilación*, *evisceración*, *lavado de tripas*, *el despiece* y *salado*, concluyendo en una comida denominada «*os roxós*» (los chicharrones).

a) *El Sangrado*: varios de los informantes expresaron que anteriormente a la Guerra Civil de 1936, estas labores de «sangrar a ceba» y de prepararla eran nocturnas:

«Antes, a matanza facíase de noite. Principiábase sobre das nove ou das des da noite e pasábase traballando hasta as duas ou as tres da noite. Todo a lus do candil. Meu pai iba matar a Ramada e xa

salía de noite da casa. As cativas eran as que alumaban, poñíanse con candiles de gas ou velas e alumaban: «aluma aquí...» «clarexa por aquí...» e así...

Algunos todavía recuerdan como el matarife se encargaba de llamar a los «termadores» que deberían de acudir con él a colaborar:

«O pai do ferreiro da Muraza cando iba a unha casa a matar, iba berrando pola xente que lles iba axudar a matar os porcos. Ese mataba polas duas ou tres da mañá e daciálle as cativas que alumaran: «movédevos meca... e alumade por aquí, ou por alí; e pasabamos a noite alumando e traballando».

Al amanecer, ya todo estaba preparado para acudir al río a lavar las tripas:

«Po outro día, as nove ou as des de mañá xa esta todo listo e ala, o río cas tripas, a lavar as tripas, e a esperar o día seguinte para salar a ceba. Leváballe o día en pleno (se refiere a sua casa) a dous homes. ¡Hay sí, ...eche certo!...»

Pero los tiempos cambian y actualmente, estas tareas han pasado a ser realizadas habitualmente por la mañana:

«Agora mátase pola mañá, entre as nove e as once é a millor hora de empezo para concluir polo medio día, e poder lavar as tripas cando a auga aínda non esta moi fría.»

Pueden observarse diferentes procedimientos de sangrado, cuya aplicación se va adaptando a las preferencias del hogar y del matarife director de la acción. Tres son los principales: la llevada a cabo sobre un banco, directamente en el suelo, y en suspensión.

— *En el sangrado sobre un banco*, el cerdo es agarrado fuertemente y colocado sobre el «banco de mata-los porcos». Los «termadores» le sujetan por las patas traseras, delanteras y cabeza, manteniéndole totalmente inmovilizado. Mientras tanto, el matachín, al tiempo que contribuye a inmovilizarle, punza con su mano derecha el mortífero «coitelo de mata-los porcos» desde la garganta al corazón.

— *En el sangrado sobre el suelo*, se conduce al cerdo hasta el espacio asignado para darle muerte, se le prende el hocico de un resistente cordel

del que tiran fuertemente dos hombres hasta equilibrar la fuerza opuesta del animal que presiona hacia atrás. La coyuntura es aprovechada por el «matón» para introducir el afilado cuchillo desde la garganta directamente al corazón. El animal se va desangrando y perdiendo progressivamente sus fuerzas hasta desplomarse definitivamente sobre el suelo.

— *En el sangrado en suspensión*, al animal se le cuelga de una de sus patas traseras, sirviéndose de una «roldana» que pende del techo y de la que descende una cuerda que finaliza en un gancho. Un «lazo corredio» que previamente se ha dispuesto en la pata del animal sirve para penderle del gancho sin que se suelte. Al tirar del otro extremo de la cuerda, el cerdo queda suspendido en el aire sin punto alguno de apoyo para desplegar su fuerza, circunstancia que será aprovechada por el matarife para punzar cómodamente desde la «papada» hacia el corazón el alargado «coitelo de mata-los porcos».

Cualquiera que sea la técnica a emplear en cada unidad doméstica, se repetirá con todos los ejemplares de la matanza anual. Cada procedimiento tiene sus adeptos y exige, por su naturaleza, diferente número de colaboradores «termadores». Es el tercero de los enumerados el que menos colaboradores precisa, lo que favorece su progresiva difusión en este medio rural en el que cada año es más difícil reunir a los «termadores» necesarios para practicar los dos primeros.

Ya es habitual, en la actualidad, por toda esta área rural, el despreciar la sangre que se pierde esparciéndose por el suelo. En los tiempos tradicionales era corriente aprovecharla para la confección de las «morcillas» y de las «filloas de sangre», tan abundantes y ricas en otras áreas geográficas de nuestra Galicia rural ⁽¹³⁾.

b) *La depilación*: Se puede decir que en la tarea de depilación y limpieza hallamos intrínsecamente relacionados los tres medios — natural,

(13) Constituyen las «filloas» unas hojuelas redondas preparadas con harina amasada con sangre, leche y huevo batido que se frie a vuelta y vuelta en una sartén untada con grasa para cada una.

Las «morcillas» admiten muchos más ingredientes como agua, azúcar, sangre, frutas varias, higos, nueces, sal, pimienta, huevos batidos; todos en proporciones adecuadas y bien mezclados antes de introducirlos en las tripas. El número de morcillas que de un cerdo pueden hacerse, nos lo reproduce la informante en la siguiente cuarteta que amablemente me ha recitado:

«Y no me preguntes
Que no te contesto
Catorce morcillas
Se hacen de un puerco».

animal, humano — entre los que se desarrolló su habitual forma de existencia. El mundo natural representado por el fuego y el agua, y el mundo humano constituido por los hombres y mujeres colaboradores, se asocian en las tareas del pelado para actuar sobre el mundo animal representado en «a ceba» objeto de la acción.

Aparecen en la comunidad dos formas básicas de llevar a cabo el pelado de los animales: la «*escaldadura*» caracterizada por un más abundante empleo del agua y una mayor intervención de la mujer en la realización de la labor, y el «*chamuscado*» en el que se hace un mayor empleo del fuego e intervención del varón en las tareas del pelado.

— *El procedimiento de la «escaldadura»* admite diferentes variantes de acción, a partir de un modelo básico consistente en la utilización de agua a una temperatura aproximada de 95° C ⁽¹⁴⁾, como medio de ablandar la epidermis de los animales para facilitar la extracción del pelaje. *En una de sus variantes*, el cerdo se introduce en una vasija naviforme («baño») en la que se ha vertido agua caliente; se deja permanecer un momento moviéndole constantemente tirando de unas cuerdas convenientemente dispuestas entre el animal y la base del recipiente. Cuando ya se mantuvo el tiempo suficiente se retira y depila esa parte con rapidez. Sobre aquellas áreas corporales que aún lo precisen, una mujer continua regándolas con agua caliente mientras el depilado continúa. Idéntico procedimiento se repite con el otro lado del animal. *Otra variante* consiste en introducir la mitad anterior del cerdo en un recipiente con agua caliente, ahora redondo, y someterle a movimientos constantes de arriba-abajo para que ablande sin cocerse. Cuando ya es suficiente se retira e inicia el raspado de esa parte. El procedimiento se repite con la mitad posterior del animal. Existe, por último, un *tercer procedimiento* que se viene practicando desde antiguo, y en el que no es necesario contenedor de agua para introducir en él al animal. En esta variante, el animal se tiende sobre el banco de la matanza, o sobre unas tablas dispuestas en el suelo. Se le cubre con una vieja manta sobre la que se vierte agua caliente hasta dejarla totalmente empapada. A continuación, se van dando series de golpes con un palo sobre la manta para ajustarla a la configuración del cuerpo del animal. El calor que se concentra sobre la piel la dejará apta para realizar el depilado. Sobre las áreas corporales no suficientemente maduras, se continuará vertiendo agua para facilitar su depilación total. Idéntico procedimiento se repetirá con el otro costado del animal.

(14) Varios informantes insistían en que no sirve agua hirviendo, ni tampoco hervida, porque en lugar de ablandar la piel para facilitar el pelado, la cuece y produce ampollas en la misma.

El procedimiento del «chamuscado» substituye, en una buena parte, la utilización del agua por llamas ígneas provenientes de la combustión de helechos, pajas, o de gas butano a partir de una lámpara de soldador. Utilizando el fuego natural, la técnica del «chamuscado» consiste en cubrir al animal de pajas, (o, en su caso, helechos) a las que se le prende fuego que va quemando su sedoso pelaje y ablandando su epidermis. Cuando las pajas se han consumido, se procede a limpiar el costado y a raspar esa parte quemada con los cuchillos convenientemente afilados. Con sucesivos hacecillos («fachucos») de paja se seguirán quemando aquellas zonas que aún lo precisen. El procedimiento se repite con el otro lado del cerdo, concluyendo la labor frotando todo el cuerpo del animal con un paño empapado en agua tibia hasta dejarlo completamente limpio.

Una variante de esta técnica tradicional, consiste en la utilización de un soplete que se conecta a una bombona de butano. Una vez prendido el fuego se gradua convenientemente la llama y se flamea el animal quemándole el pelaje. Un final raspado con afilados cuchillos será suficiente para dejar apto al cerdo para la fase de evisceración. La reciente introducción del flameado con gas butano ya parece estar perdiendo adeptos por estas zonas de amplia difusión inicial, porque los inconvenientes que, al parecer, conlleva, no superan las ventajas atribuídas en el momento de ser aceptada. Los paisanos comprueban que la llama del butano, «queimas pero non quita as sedas», y que la carne «queda quemada e dalle un sabor que non é o do porco», lo que redundará en un retroceso en la difusión de la innovación.

En cualquiera de los procedimientos enumerados la labor del pelado requiere destreza y rapidez derivada del pronto enfriamiento del animal sometido a la acción del agua, del fuego, o de ambos. Durante todo el trabajo se tendrá especial cuidado en que ciertos miembros — pezuñas, orejas, hocico, rabo, etc. — queden completamente limpios. El matachín, manteniéndose siempre en actitud de vigilante, y de mando, irá recomendando a los diferentes ayudantes en la realización de la labor, el perfecto cumplimiento de las tareas asignadas a cada uno.

c) *La evisceración:* Concluida la labor del depilado externo es preciso colgar el animal para proceder a *la evisceración*. El matachín continua el corte elíptico pectoral que ya se inició antes de pender del «cambril» o «chamberil» al animal, a través del vientre hasta el hueso coxal. Procede luego a desligar el colon y el recto de los cartílagos unitivos del entorno, y tirando de ellos, realiza la extracción de las vísceras que irán a depositarse en una tinaja que uno de los ayudantes dispone bajo el vientre del animal y sujeta fuertemente. A continuación se extraen ambas capas de grasa

laterales que se tienden sobre una mesa para que enfrien antes de ser utilizadas en la confección del «unto», un ingrediente imprescindible para la realización del caldo gallego. Todas estas acciones se llevan a cabo con las manos no dejando intervenir, a penas, instrumentos cortantes.

La tarea continúa con la extracción de la «papada», la lengua, el corazón y los pulmones («boches»), que han de lavarse en agua tibia antes de colgarlos a secar. Dos profundos cortes, uno en transversal en la base del cuello, y otro longitudinal a lo largo del esternón, concluyen esta tarea de extracción de las vísceras, que ha de repetirse con los demás ejemplares de «a ceba».

Mientras se desarrolla la labor, niños y mujeres asistentes serán objeto de bromas varias por parte del matarife y demás colaboradores varones, al tiempo que todos ellos incrementan el conocimiento de su propio cuerpo y naturaleza humanos, por su analogía con el del animal muerto ⁽¹⁵⁾.

d) *El lavado de tripas*: No más concluir con la evisceración, se inicia el «desentretañido» y lavado de tripas del animal. Llaman «desentretañir as tripas» a la tarea de separarlas de sus membranas unitivas (del «crespón» o «tez») antes de transportarlas al río a lavar. Durante el proceso se separarán el bazo, matriz, vejiga, estómago («bandullo»), el hígado y los riños («riles») ⁽¹⁶⁾. Seguidamente el ama de casa, en compañía de otra persona familiar o vecina, ha de transportar hasta el río las tripas con objeto de practicarles un minucioso lavado.

⁽¹⁵⁾ «Abre o porco e verás o teu corpo» constituye un popular refrán frecuentemente evocado por el matachín y demás asistentes mientras realiza esta tarea de evisceración de «a matanza».

⁽¹⁶⁾ Aún existe la creencia de que tocando con el bazo («paxarela») a la madre embarazada va a salirle una mancha al niño.

La vejiga ha tenido tradicionalmente por esta zona aplicaciones varias: se empleó como contenedor de la sangre cuajada utilizada en prácticas curativas de carácter popular; como recipiente en el que una vez seco y terso se guardaron los chorizos del cerdo, como globo inflado con el que aún juegan los niños de esta zona rural, como contenedor del «prosoiro» empleado en la confección de los quesos artesanos.

E aquí la fórmula de realización del «prosoiro» que reproduzco por sua importancia etnográfica, así como por el papel que ha desempeñado en esta área rural hasta el momento, aún recientemente en algunos hogares, de ser substituído por el cuajo («auga dos queixos») que se adquiere en las farmacias de la zona:

«Collíase unha vexiga dun porco que xa se tiña inflada e seca no fumeiro e dentro dela metiánselle mondas das tripas, pelas do bendrullo, un pouco de soro ou de leite callada, mais ou menos según a cantidade de prosoiro que se precisase. Votábase tamén un pouco de fermento (residuos del «prosoiro» del

Se procura buscar un enclave en el que exista la suficiente corriente de agua para arrastrar los diferentes elementos de deshecho. Las mujeres van lavando los segmentos de tripa introduciéndolos en el agua y exprimiéndolos con la mano para facilitar la expulsión de basura interior. Las tripas delgadas hay que pelarlas quitándoles el peritoneo protector sirviéndose de un palillo de brezo roto en forma de horquilla de pelo. La tripa se hace pasar por el interior del ángulo que ahora se aprieta para separar esa «telilla» protectora, se las pone del revés utilizando el «pao de viralas tripas», o directamente con la mano, y se repite idéntica operación por este lado. La mujer comprueba el perfecto lavado de cada una insuflando aire en su interior para observar si queda algún elemento adherido, en cuyo caso, hay que realizar un segundo lavado adicional resfregándolas sobre una piedra («lavadoiro») para que nada les quede. Al regresar a casa se depositan en un recipiente con un poco de agua con sal en proporciones adecuadas que ha de cambiarse diariamente hasta su utilización en la confección de los chorizos.

Para con las tripas gordas y el estómago («bandullo» ó «bendrullo») el tratamiento es el mismo, salvo que al retornar a casa hay que escaldarlas hirviéndolas en agua con sal para mejor pelarlas. Cuando todas estas tareas han sido realizadas también el primer día de «a matanza» toca a su fin. Sólo resta cumplir con las costumbres establecidas desde antiguo, de llevar la prueba del hígado a las unidades domésticas con las que se sigue manteniendo una estrecha amistad y relaciones recíprocas de trabajo ⁽¹⁷⁾.

e) *El despiece y salado*: Al día siguiente del sangrado, el matachín reanuda su trabajo para llevar a cabo las tareas relativas al despiece y salado de las diferentes partes de los cerdos componentes de «a ceba» anual.

El despiece se efectúa siguiendo el siguiente esquema básico de trabajo: extracción de pezuñas, lacones, tabique membranoso pectoral, cabeza, esternón («solana»), jamones y, por último, los tocinos a los que pueden

año anterior), e sal abondo. Despois, atábase ben a vexiga con un cordello, colgábase dunha viga así un pouco retirada para que non pingase sobre da xente, e deixábase a serenar un ou dous anos antes de emplealo...

Al momento de querer utilizarlo, «Abrese a vexiga e vaise collendo un pouco daquel presoiro e vótase nunha taza; vótaselle por encima un pouco de soro e ponse a quentar ó lume. Esprímese a pelica aquela para que solte todo o zumo e cando xa está morna vótase un pouco dese soro no leite; así como unha copa para cada catro litros de leite xa chega para que prenda e sapresoire o queixo... Si sobra algún déixase para apresoirar o queixo seguinte».

⁽¹⁷⁾ Costumbre muy arraigada tradicionalmente pero que ahora va en declive por la escasa importancia que a este órgano se le concede por parte de los habitantes de la zona.

dejar unidos los costillares o no, según las preferencias de cada hogar. La preparación específica de cada pieza transcurre entre bromas y comentarios sobre los diferentes temas de actualidad en cada aldea rural ⁽¹⁸⁾.

El salado de las diferentes piezas también se llevará a cabo de un modo sistemático. Primeiro se cubre la base del «saleiro» ó «baño» ⁽¹⁹⁾ con una buena capa de sal y se colocan los jamones y los lacones formando el primer estrato de carne. Los huecos existentes entre las piezas se pueden llenar con sal de la mantanza anterior (*sal vella*) para aprovecharla. Con una segunda capa de sal recientemente adquirida (*sal nova*) se cubren las piezas de carne procurando equilibrar el nivel del nuevo estrato utilizando piezas menores. Se siguen superponiendo nuevas piezas de carne hasta configurar un nuevo estrato análogo al anterior. Las capas se suceden hasta quedar toda la carne inmersa en sal entre la que permanecerá por un período aproximado de veinte días, hasta extraerlas para curar.

f) *Comida de «os roxós»*: La fase central de la matanza culmina en una tradicional cena, de carácter festivo, conocida como «*Os Roxós*», «*a comida dos roxós*» ó «*a festa dos roxós*», a la que asisten el «matachín» junto con aquellos parientes y vecinos con los que la unidad doméstica anfitriona más se relacione. Constituyen «os roxós» un momento excelente tanto para la potenciación de las relaciones paternofiliales como para reproducir y seguir confirmando aquellos lazos de solidaridad y de amistad con las demás casas parientes y amigas:

- «O día de os roxós e un día sinalado para chamar os fillos»
- «Os roxós chámase o matachín; o que mata os porcos sempre ven... tamén veñen algúns familiares e os veciños ou amigos de maior trato...»

⁽¹⁸⁾ Con frecuencia se suelen comentar los cambios ocurridos en los últimos quinquenios en relación con el engorde y matanza actuales. Los asistentes comentan como antes, (con anterioridad a la década del setenta), existía mayor preferencia por cerdos viejos, grandes, gordos y con mucha grasa, mientras ahora se prefieren los jóvenes, medianos y sin grasa. Pero he podido comprobar como el necesario autoabastecimiento de la cantidad suficiente de carne para el año, obliga, con frecuencia, a subyugar esa preferencia por la carne de animales jóvenes, al mayor rendimiento que la carne de un cerdo más viejo les ofrece.

⁽¹⁹⁾ Recipiente rectangular de piedra («baño»), o de madera («saleiro») en el que se deja permanecer la carne inmersa en sal entre quince y veinte días. El «baño» suele estar en una alacena abierta en una pared con ranuras a ser posible hacia el norte, para favorecer la entrada y refrigeración del aire necesario para curar la carne al extraerla de la sal. El moderno acondicionamiento de las cocinas domésticas tradicionales eliminó muchos de estos baños graníticos naviformes substituyéndolos por el saleiro, ucha de madera que se coloca en cualquier espacio doméstico adecuado al efecto.

La comida de «os roxós» se realiza el día del despiece por la noche, y sólo en circunstancias no ordinarias se relegará a otro momento más propicio para los invitados. Se inicia a partir de las diez de la noche prolongándose hasta bien avanzada la madrugada. Sus ingredientes básicos continúan siendo diferentes carnes del cerdo en cuyo honor se realiza: Costillares, esternón, lomo, filetes, chuletas, jamón, lacón, etc., constituyen otros tantos componentes del plato principal de la fiesta de «os roxós», que se irán escogiendo según preferencia, y presentado asados, cocidos o fritos, según corresponda, y siempre acompañados de patatas asadas y/o cocidas. Todo ello regado con abundante vino tinto, y con un buen suplemento de café, aguardiente, coñac, cigarrillos y cigarros farias, para concluir este tradicional convite familiar.

Las molestias y gastos que «os roxós» vayan ocasionar en cada hogar anfitrión, serán plenamente compensados por esa mayor solidificación de los lazos de amistad y de convivencia que se establece entre los asistentes, y por la seguridad de que los demás harán lo mismo en los restantes hogares. Renovada tantas veces como casas entren en relación, a comida de «os roxós» seguirá constituyendo por toda esta zona, junto con las del carnaval, Santo Patrón, bautizos, bodas, etc., un importante factor de fomento y de solidificación de los lazos de solidaridad y convivencia interdomésticos ⁽²⁰⁾.

3. — *La fase final de «a matanza»* comprende una última serie de tareas, relativas a la preparación y aderezo de la zorza, y a la confección, secado y conservación de los chorizos domésticos.

La zorza se prepara cortando la carne a emplear en pequeños trozos con el cuchillo, o con una «máquina de facer os chorizos»; se les añade sal, pimentón dulce y picante, ajo y agua, todo en proporciones adecuadas

(20) No pudiendo afrontar los dispendios de carne de cerdo que las dos comidas invernales próximas de «os roxós» y del «antroido» ocasionarían, muchos de los hogares han adoptado la estrategia de reducirlas a una sola que se hace, bien sea en tiempo de matanza, o en tiempo de carnaval. Cuando así sucede, el momento de la comida se programa teniendo en cuenta circunstancias domésticas y de los invitados asistentes, pudiendo efectuarse un día diferente al de despiece y salado del cerdo la primera, o del martes de carnaval la segunda. Como consignan los informantes:

«O que programa facer os roxós non fai o Antroido, porque non se poden facer as duas, que se gasta moito».

«Os roxós fanse cando ven millor; si non poden vir os fillos o día propio cámbianse para outro día que veña millor... así tamén pasa co día do Antroido que non sempre se fai o mesmo día...».

que las amas de casa saben distribuir muy bien. Con una buena amasada se mezclan todos los ingredientes y se dejan a serenar durante cuatro o cinco días, no olvidándose de realizar un «remexido» diario durante el mencionado período de maduración.

Cuando ya sirve para ser embutida, se introduce en las tripas utilizando el «embudo dos chorizos» cuyo tubo se introduce por un extremo de la tripa sosteniendo ambos con una mano, mientras con la otra se empuja la zorza hacia adelante que irá descendiendo hasta llenar toda la tripa.

En la última década se ha generalizado el embutido con la «máquina de encher os chorizos» con la que se aminora el tiempo, y se facilita esta labor.

Una vez que se concluyó el embutido de la zorza se dividen las tripas en segmentos de aproximadamente 12 centímetros de longitud y se atan con un fino cordón, quedando así confeccionadas las riestras de chorizos. Se colocan en una vara larga, y se cuelgan en el cañón de la chimenea para curarlos. Se suele colocar entre las riestras de chorizos unas ramitas para evitar su contacto mútuo y favorecer el curado.

Después de un período de aproximadamente quince días en que han permanecido sometidos a la acción lenta del calor de un fuego convenientemente distribuído, ya se hallan en condiciones de practicarles alguno de los procedimientos de conservación que nos aparecen en esta área rural ⁽²¹⁾.

Cuando las riestras de chorizos curados se retiren para someterlos a alguno de sus procedimientos de conservación habituales, también las diferentes piezas de carne que aún permanecen en el baño de sal, se encuentran en condiciones de ser extraídas y colgadas del techo de la cocina, u otro lugar, seco y ventilado, del hogar en el que van a permanecer curándose. La ama de casa irá cortando sucesivos trozos de cada una de ellas con los que tratarán de hacer frente a las necesidades domésticas del momento.

(21) Por limitaciones de espacio, no se consignan estas variadas técnicas de conservación de los chorizos, que aparecen en la comunidad. Solo mencionaré algunos de estos procedimientos utilizados a saber: a) Conservación en el interior de un saco, b) en el interior de la vegiga del cerdo, c) entre «manteca» de cerdo, d) entre el aceite de un recipiente, e) cerrados herméticamente en recipientes («botes») y, sólo recientemente, f) en estuches de plástico.

IV. — EL PAPEL DEL GANADO PORCINO EN LA COMUNIDAD

La preferencia por el ganado bovino que se constata en las unidades domésticas agropecuarias trasmonteñas no ha restado, en nada, esa tradicional importancia que también se le vino asignando al ganado porcino, cuya contribución al autoabastecimiento cárnico de los hogares, y al incremento significativo de los ingresos anuales, por la venta de ejemplares, y carne excedentaria, es bien conocida por todos los paisanos. Pero su papel en la zona trasciende, con mucho, este ámbito de lo estrictamente económico, para proyectarse a la esfera de lo social, y de lo simbólico-ideacional, por su excelente influjo en la génesis, potenciación y solidificación de los lazos de amistades y convivencia comunitarios, y por su contribución al equilibrio de las relaciones contractuales que estos paisanos establecen con los santos y fuerzas espirituales que pueblan su mundo, como próximamente observaremos.

He aquí, para poner término a este estudio, una sintética relación de aquellas funciones más significativas atribuibles a este tipo de animales domésticos, en ésta y demás comunidades rurales del término municipal de Friol:

1. — *El ganado porcino ha venido constituyendo, desde tiempos inmemoriales, la única fuente de autoabastecimiento y reserva de carne y grasa en el seno de las unidades domésticas de las aldeas del área de estudio.*

Asentados, sus hogares, por un ámbito rural en el que la carnicería más cercana se halla entre diez y quince kilómetros de distancia y hasta donde tradicionalmente había que llegar andando, por carecer de los más elementales medios de transporte, la carne y la grasa de cerdo constituyeron, tradicionalmente, ese elemento imprescindible en la dieta alimenticia diaria de estos campesinos trasmonteños, y cuya función aún no han dejado de cumplir en la actualidad. Junto al pan y a las patatas, la carne de cerdo continúa siendo la dieta diaria de todos los campesinos de la zona. Considerada como imprescindible, ninguna unidad doméstica tratará de liberarse de la crianza o adquisición de aquellos ejemplares necesarios para su autoabastecimiento anual de carne y derivados. No obstante la difusión generalizada y fácil asequibilidad de toda la gama de aceites vegetales, que han desplazado en buena parte, la utilización de la manteca de cerdo en la elaboración de las comidas diarias, todavía no se ha conseguido su erradicación, ni que haya dejado de constituir un ingrediente básico en la

elaboración de los principales menús domésticos vigentes en todo este perímetro rural lucense carente de olivares.

2. — *Es a partir de las cerdas madres existentes en las diferentes unidades domésticas, que sus propietarios han venido disponiendo periódicamente de un buen número de ejemplares para orientar a la venta en las ferias-mercado de la zona, y para destinar al autoabastecimiento de la suficiente carne de cerdo anual.*

De este modo, al tiempo que se perciben periódicamente unos sustanciosos ingresos por la venta de aquellos animales excedentarios, se está evitando esa necesidad de tener que adquirirlos en las mismas ferias, para constituir «a ceba» anual propia, con el consiguiente ahorro económico que tal estrategia origina.

3. — *Su continuada permanencia en el hogar durante el ciclo vital, ha contribuido a que su existencia aparezca más asociada al ámbito de las actividades femeninas que masculinas dentro de la específica división de trabajo existente en la zona.*

La vida doméstica de la mujer trasmonteña se encontró siempre más cercana a estos animales que la del hombre preferentemente orientada a la atención del ganado bovino que como él pasa más horas fuera del hogar. Es la mujer la encargada de recopilar los ingredientes en los campos de cultivo —berzas, nabos, remolacha, etc.,— con los que preparará la «encaldada» tres veces al día, la que les vigile, cuide y engorde para la matanza anual. También van a ser ellas, los principales miembros activos durante el proceso evolutivo de las diferentes fases de «a matanza». A la mujer correspondió calentar el agua, transportarla y distribuirla sobre el cuerpo del animal mientras se realizan las tareas de pelado, recoger y remover la sangre durante el acto de darles muerte, y demás tareas asociadas a las partes húmedas e internas de estos animales como lavado de tripas, clasificación de la carne para el embutido y separación de las partes grasientas para los chicharrones, preparación de la zorza y confección de chorizos, etc., mientras a los hombres se les reservan las partes secas y externas del animal, cuales son sujetarlos, darles muerte, prepararlos, extraer las diferentes piezas e introducirlas en el baño de sal.

4. — *Dentro del sistema de valores tradicionalmente vigente en el seno de estas comunidades rurales de la zona, la mayor o menor abundancia de carne de cerdo en un hogar ha sido utilizada, frecuentemente, como*

criterio de estatus diferencial con respecto a las demás unidades domésticas componentes de la estructura rural agropecuaria.

Los «untos sobrepostos» y las «medas vellas» han constituído muestras observables de opulencia y bienestar en el hogar en que se encuentran, así como la carencia de «a ceba» y las «vacas postas» constituyeron la mejor prueba de la pobreza que le envuelve. Quienes han podido prescindir de los «untos viejos» y de algún jamón y tocino que continúan pendiendo del techo una vez realizada la nueva matanza anual, están mostrando, con ellos, a los demás miembros de la comunidad, la continuada situación de abundancia en que han venido manteniéndose sus hogares durante todo el período anual. Por el contrario, aquellos hogares en los que por falta de medios económicos no les fue posible llevar a cabo su tradicional matanza de cerdos, está mostrando ante los demás miembros de la comunidad, su radical condición de miseria existencial. Es tal el carácter de pobreza que la carencia de «a ceba» ha venido demostrando, por esta zona rural, que aún actualmente la mayoría de las unidades domésticas siguen aspirando a lograr unos buenos ejemplares para la matanza anual aún sabiendo que no van a poder consumirlos íntegramente en el transcurso del ciclo de producción agropecuaria.

5. — *También se comprueba, por toda la zona, que determinadas piezas y derivados del cerdo — jamones y chorizos especialmente — han venido constituyendo en este ámbito rural — junto al queso artesano —, los productos autóctonos básicos mejor presentables, y más frecuentemente presentados como alimento a cualquier persona, o grupo, que de una forma imprevista visiten el hogar y a quienes se les ofrece amigable hospitalidad.*

Tales productos autóctonos continúan resultando la más cómoda y eficaz solución doméstica con la que siempre se queda bien. Como los mismos informantes apuntan:

«Baixas un xamón, e véñache quen queira a casa sempre quedas ben».

«Pónse un pouco de xamón cruo e unhos chorizos, e nun instante arreglas unha merenda cando alguen che ven a casa...»

6. — *Puede consignarse además, que las diferentes piezas del cerdo han venido constituyendo — junto con los huevos caseros y/o los quesos artesanos — muy apreciados objetos de regalo tanto a los familiares y amigos como a quines se desea compensar por una ayuda o un favor recibidos de ellos.*

Aún son muy frecuentes actualmente las contribuciones al abastecimiento de carne de las despensas de aquellos hijos casados residentes en el mundo urbano, en donde no pueden *cebar*. De igual modo, se sigue conservando la costumbre de equilibrar favores y concretos servicios recibidos de aquellas unidades domésticas del área carentes de este tipo de animales, con el regalo de un lomo en el período de matanza, o de un jamón u otras piezas de las partes más apreciadas de estos animales domésticos. Si a todo esto añadimos esa práctica aún vigente de llevar «a proba da matanza» y de «chamar os roxós», a los parientes y vecinos, se comprende, además, como estos animales están contribuyendo al mantenimiento y potenciación de las relaciones de solidaridad y de amistad interdoméstica.

7. — *Como acabo de expresar, el ganado porcino sigue contribuyendo considerablemente al fomento y consolidación de las relaciones de solidaridad comunitaria, y continúa desempeñando un importante papel en el mantenimiento y potenciación de la cohesión familiar.*

Después de un cierto declive temporal en la realización de las tradicionales comidas de «os roxós», que ha estado a punto de ocasionar una ruptura con esta tradición secular en la zona, estos paisanos han vuelto a darse cuenta de las consecuencias que tal eliminación produciría en este ámbito de la cohesión familiar y solidaridad vecinal, entre los residentes en la comunidad. La comida de «os roxós» es la más apta de las fiestas familiares anuales, para fomentar y consolidar esta unión familiar y cohesión solidaria entre todas las unidades domésticas participantes en la misma, y lo propio sucede con la comida del carnaval. A diferencia de las fiestas anuales en honor al santo patrón de la comunidad parroquial, que vienen fijadas por la sociedad y sin posibilidades de cambio, la comida de «os roxós» ofrece esa posibilidad de variación adaptándola al momento más adecuado dentro del ámbito temporal destinado a su realización. En las fiestas patronales no se logra ese rapport necesario para el contacto eficaz entre familiares y amigos íntimos. Seguramente es por esto que, como ellos mismos expresaron:

«A xente volve a poñer un día para estar coa familia porque o día da festa do patrón pouco se está; ese día é un día de festa, e a xente invitada vaise pra festa; pero nos roxós non; como son no inverno, e de noite, estase moito mais entre a familia. Pasaron unhos cuantos

anos en que se deixou de face-los roxós; derretíase a grasa pero non se facía a comida para casi nadie, pero agora vólvese a facer os raxós e a chamar á xente. Este ano nós eramos unhas dezaioito personas á mesa».

Por otra parte, al constituir la carne de cerdo el ingrediente protagonista de esta comida, viene resultando lo suficientemente práctico el seguir conservándola, junto con la del carnaval en el que también el cerdo se convierte en un ingrediente alimenticio básico, como un factor estimulativo de las relaciones sociales interdomésticas.

8. — Concluiré esta enumeración de funciones consignando que *las piezas de carne de estos animales domésticos han venido constituyendo un elemento básico a utilizar en el equilibrio de las relaciones contractuales que estos campesinos han venido estableciendo con el mundo invisible de los santos, espíritus y fuerzas numinosas en quienes confían, y a los que piden su protección espiritual.*

Aunque en esta pequeña comunidad rural no exista el «porco das ánimas», cuyo importe de su venta se orienta, en otras áreas culturales de nuestra Galicia no urbana, a la celebración de misas de ánimas por los difuntos de aquellas unidades domésticas que contribuyen a su alimentación, las diferentes piezas de carne de cerdo han venido constituyendo elementos aceptables a presentar como ofrendas propiciatorias al Santo para que interceda ante una petición realizada, o de acción de gracias por haberla escuchado y concedido. El desequilibrio originado entre la comunidad terrena y la celeste por todos los favores recibidos de los santos y demás agentes espirituales, van a tratar de eliminarlo sirviéndose de estos animales domésticos.

Peticiones humanas y favores divinos hallarán su perfecto equilibrio en el cumplimiento de las promesas contraídas en su día, de depositar ante los altares e imágenes de los santos advocados, ese lacón, oreja, lengua, o cualquier otra pieza del cerdo que se haya decidido ofrecer en acción de gracias, o como compensación por los favores recibidos.

Perfectamente adaptado a las necesidades y posibilidades de los hogares de la zona, el ganado porcino sigue constituyendo por este ámbito rural, junto a las gallinas, al gato, y al perro, esa clase de animales residuales que permanecen en el seno del hogar aún cuando a sus propietarios, ya envejecidos y sin fuerzas, les resulte muy difícil su alimentación y cuidados.

Mientras engordan «a ceba», y mientras esperan junto a ella el regreso del hijo emigrado o la esporádica visita de aquél que está más próximo al hogar, estos campesinos seguirán sintiéndose útiles aún mucho después de haberse retirado del trabajo activo en su explotación familiar. Será por esto que hasta el día en que sus fuerzas ya no lo permitan, seguirán criando, cuidando a estos animales y engordando esa «ceba» que autoabastecerá su hogar de la suficiente carne que ya no pueden consumir, pero que precisan disponer para enviársela a los hijos emigrados, servirla a los demás miembros del hogar y a aquellos que de una forma imprevista lo visitan, o para donarla en compensación a quien se ha interesado en la solución de un problema doméstico, tanto si es un influyente componente de su comunidad terrena, como si se trata de un miembro de su ciudad celeste.

RESUMEN

A partir de las observaciones de campo efectuadas en una comunidad rural asentada en el término municipal de Friol, en la provincia de Lugo, se trata de especificar, en este trabajo, las modalidades distintivas de acción que objetivan estos campesinos friolanos, en las relaciones que establecen con el ganado porcino que vive en sus hogares. Se especifica, además, el papel significativo que esta especie de animales vino desempeñando entre los campesinos residentes en este municipio rural de la Galicia interior.

RÉSUMÉ

A partir des données des travaux sur le terrain réalisés dans une communauté rurale placée dans le territoire de Friol (département de Lugo), on essaie de spécifier, dans cette étude, les modes distinctifs d'action qui développent les paysans de Friol, par rapport à leurs inter-actions avec les cochons qu'ils élèvent dans leurs fermes. En outre, on souligne le rôle significatif qui a joué cette espèce dans le mode de vie des paysans résidant dans cette commune rurale de la Galice intérieure.

ABSTRACT

Starting from the field observations made at a rural community situated in the municipality of Friol, in the province of Lugo, this study tries to identify the distinctive interactions that take place between the peasants of Friol and the pigs, that live in their farms.

Furthermore, the important role this animal plays among resident farmers of this rural municipality of the hinterland of Galicia is specified.

EN TORNO A LA CACHUPA: UNA COMIDA TIPICA CABOVERDEANA

POR

Héctor Blas Lahitte e Marta Maffia (*)

INTRODUCCION

Goodenough, desde un punto de vista cognitivo y Lévi-Strauss, desde un punto de vista estructural, consideran que la labor fundamental de los antropólogos es hacer explícitas y representar aquellas categorizaciones que toda persona ajena a la sociedad en estudio debe conocer para poder cumplir un papel activo en las diferentes situaciones por las que el grupo pasa. En otras palabras, tiene que poder participar activamente en el mayor número de escenas (re)-representadas por la cultura ⁽¹⁾.

Quien como ellos intentamos tener en cuenta, los modelos mentales que cada cultura moviliza y expresa, en distintos momentos, niveles y realidades, aceptamos las aproximaciones formales (tanto cognitivas como estructuralistas) e intentamos aplicarlas en un estudio concreto.

Luego de realizar trabajo de campo, en el archipiélago de Cabo Verde, y a través de las muchas ocasiones en las que hemos tenido contacto con los grupos caboverdeanos de nuestro país, llegamos a la conclusión que en el grupo, resulta muy importante distinguir tipos de comidas, tanto por su denominación como por sus componentes. Estos últimos son desde luego susceptibles de variaciones locales, pero sólo funcionan como versiones que

(*) Miembros de la Carrera de Investigador Científico del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Argentina (CONICET).

⁽¹⁾ Goodenough, W., *Componential analysis and the study of meaning*, in *Language*, N.º 32, 1956. Lévi-Strauss, C., *Anthropology: Its achievements and future*, in *Nature*, Vol. 209, January, 1, 1966, pág. 12.

sustituyen sin modificar esencialmente, lo que en última instancia es específico de la comida. Los pormenores de situaciones como ésta, fueron motivos suficientes para que todo el grupo del LARDA-PINACO, dirigido por uno de los aquí firmantes (Dr. Héctor Lahitte), realizara una video-filmación: «Día de reunión de caboverdeanos en tierra distante», con el fin de lograr un registro susceptible de ser utilizado, tantas veces como la investigación lo requiriese.

En el film, pudimos reconocer tres eventos significativos: la danza, la comida y el juego. Dado que en el transcurso mismo de la entrevista se fue armando casi imperceptiblemente una taxonomía, que el grupo elaboró en torno a la comida que nos había reunido, decidimos pues tomar este evento como «punto cero» para planificar nuestras estrategias de observación.

El primer paso, fue componer una rudimentaria «etnografía del habla», que sólo en parte responde a la propuesta de Dell Hymes⁽²⁾. Decimos «sólo en parte» ya que se confeccionó una especie de gramática o léxico, con la que pudimos: primero, reconocer la situación; segundo, quién o quiénes participaban en ella; tercero, indentificar los tipos de mensajes y cuarto, buscar las formas de insertar «nuestro decir».

Los mensajes recogidos nos permitieron reconocer un grupo de alternativas, a partir de las cuales compusimos una serie de preguntas, que en su práctica efectiva, iban a permitir a los informantes, elegir o decidir según determinadas opciones. Presentamos a continuación una serie de ellas:

- 1 — ¿qué es una comida? 1' — ¿qué se come?
- 2 — ¿cuántas comidas hay?
- 3 — ¿qué comidas comen?
- 4 — ¿qué hace diferente una comida X de una comida Y?
- 5 — ¿cuáles son los componentes de una y de otra?
- 6 — ¿cómo las designan?

El haber logrado exitosamente que los entrevistados dieran respuesta a este precario cuestionario, nos permitió componer una serie ordenada de especificaciones del tipo:

(2) Hymes, D., *A perspective for linguistic anthropology*, in *Horizons of anthropology*, Ed. by Sol Tax, Aldine Publishing Company, Chicago, 1964.

- 1 — ¿quién la prepara?
- 2 — ¿dónde se prepara?
- 3 — ¿con qué se prepara?
- 4 — ¿cuándo se come?
- 5 — ¿cómo se come?
- 6 — ¿quiénes la comen?

Logrando de esta forma que todas las imágenes y situaciones presentes en el film, para ese evento, quedasen representadas discursivamente, pero también con el recurso de referir a cada segmento su respaldo visual.

Más adelante veremos cómo las respuestas van dando progresivamente un sentido relacional e interpretativo a la secuencia que presentamos. Momento en el cual, y luego de numerosas observaciones, pudimos detectar que las relaciones de algunos de ellos, nos permitía decidir cuáles resultaban más apropiadas para intervenir, para entender o interpretar una situación. Luego de una serie de contrastaciones a campo, trabajando con informantes provenientes de distintas zonas de Cabo Verde, pudimos preveer las consecuencias que podrían resultar al elegir y combinar determinadas alternativas y no otras.

Vamos a presentar ahora, la secuencia metodológica seguida, para ejemplificar este evento cultural. Hemos considerado las siguientes partes:

- I La comida tomada como referencia. Su definición.
- II Sus componentes y su desarrollo.
- III Caracterización de Etapas y Procedimientos.
- IV El retorno al evento elegido.

I

LA COMIDA TOMADA COMO REFERENCIA. SU DEFINICION

Si bien son muchas las comidas consumidas por los caboverdeanos, concluimos con ellos que la CACHUPA, es la comida típica, o por lo menos la que todos los entrevistados tomaban como más característica de su cultura. Sin entrar aún a detallar su composición y sus variantes, es importante recalcar que la cachupa se consume: en encuentros cotidianos — no festivos (cuya composición es simple) y como elemento nodal de un

evento importante — festividades, conmemoraciones, logros, etc. — (donde tanto el PROCEDIMIENTO como el número de INGREDIENTES, adquieren un alto grado de sofisticación).

A lo largo de todo este artículo vamos a hacer alusión, a dos de los polos que los mismos informantes toman en consideración, al entrar en comunicación con nosotros.

Uno, se refiere al *lugar de origen* otro, a la *reelaboración*, que surge como producto de su asentamiento en la Argentina.

Ambos polos, considerados como series complementarias nos permiten comparar las variaciones y modalidades del grupo, respecto de la comida.

En Cabo Verde, la cachupa, puede ser — al menos en sus formas más frecuentes —:

- 1 — «de agua y sal».
- 2 — «de los remediados» ⁽³⁾.
- 3 — «de la gente blanca» o «cachupa rica».

Cada una de estas formas, es expresión de modificaciones introducidas por los elementos que se componen para su realización, o en algunos casos, una sutil asociación con quienes pueden consumirla.

En la Argentina, estas expresiones son pocas veces usadas por los migrantes. Generalmente, obvian la designación y hablan directamente de los componentes y del lugar de Cabo Verde donde la hacían o consumían. En muchos casos, la existencia de ingredientes no tradicionales en la cachupa, es explicada por los informantes, como intromisiones atípicas, producto de la falta de recursos por la que pasó Cabo Verde, a causa de las prolongadas sequías y durante la guerra. Eso que comenzó siendo sólo una *sustitución* temporaria, con el tiempo pasó a identificar un tipo de cachupa.

Los debates más importantes entre los miembros del grupo se originan, cuando unos y otros intentan aislar los componentes mínimos y originarios del que cada uno supone como receta o modelo ideal de cachupa.

Pasamos ahora a identificar el mayor número de elementos que pueden entrar en las distintas composiciones, para caracterizar a partir de dicho esquema, el mayor número de variedades.

(3) Traducción aproximada: de los pobres que pueden un poco más.

II

SUS COMPONENTES Y SU DESARROLLO

Para que la presentación sea ordenada comenzaremos por una variedad proveniente del lugar de origen: la «cachupa de la gente blanca» o «cachupa rica».

COMPONENTES

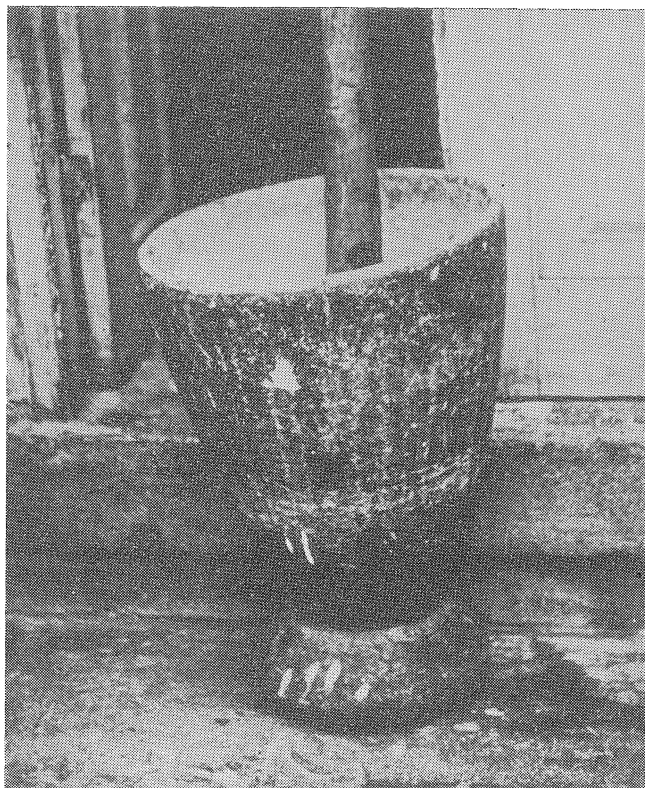
Maíz (milho)	Poroto (feijão-pedra)
Haba (fava)	Poroto manteca (feijão-manteiga)
Repollo (repolho)	Tomate (tomate)
Banana verde (banana verde)	Ñame (inhame)
Batata (batata doce)	Cebolla (cebola)
Ajo (alho)	Culantro (coentros)
Calabaza (abóbora)	Laurel (louro)
Gallina (galinha)	Entrecostilla (entrecosto)
Chorizo (chouriço de carne)	Morcilla (chouriço de sangue)
Tocino (toucinho)	

Respecto a las CANTIDADES (relativas o absolutas), es importante aclarar que las mismas se obtienen según distintos recursos; en algunos casos la unidad es el mismo componente, tomado total o parcialmente, se trate de animales o vegetales. En otros, sin justificación aparente, pero posiblemente porque las variaciones de tamaño modifiquen las cantidades, se recurre a utensilios y a unidades de peso de mil gramos. Por ej.: si bien podríamos referirnos del modo «un repollo, dos tomates», el grupo en estos casos utiliza un kilo de cada uno de los componentes, descartando la referencia al elemento.

La correlación entre cantidad y calidad, de los elementos, lugar de origen, y situación prevista, guarda una interrelación indisoluble. No todas las variedades de cachupa proveen cantidades como las que se consignan en el inventario realizado. La cachupa mejor provista, la más cara, la más elaborada, está prevista para aquellos eventos en los que participa mucha gente. Resulta difícil discernir aquí y por lo conocido, si eran caboverdeanos

de origen negro los que preparaban esta cachupa para blancos ricos, o si eran ellos, los que sofisticaban otras formas elementales de cachupa.

La «cachupa de gente blanca» o «rica» utiliza en su composición una relación de casi tres partes de verdura por una de carne. Los pesos tomados de una realización frecuente, para esta variedad, son en términos



Plo o «pilão»

absolutos de 8 kgs. de verduras, distribuidos entre 14 formas vegetales y 3,150 kg. de carne diseminados en 2 o 3 formas animales, con subelaboraciones.

Ahora sí, estamos en condiciones de dar una representación del tipo receta, en la cual se asocian, cantidades, unidades y medidas, con sus respectivos componentes (enteros, fraccionados, puros o en estado natural y elaborados).

Ya que elegimos como punto de partida de este trabajo «la cachupa de la gente blanca» o «rica», mostraremos ahora, su presentación acabada con el fin de ver cuáles son las partes que se modifican, cuando la comparamos con otras formas de cachupa. Las diferencias pueden aparecer, como consecuencia de la alteración de esta secuencia o por la modificación del orden y tipo de cocción de los ingredientes (4).



Comercio de comestibles en San Vicente

CACHUPA DE LA GENTE BLANCA O CACHUPA RICA

- 4 tazas de maíz pisado
- 1 taza de porotos («pedra»)
- 1 taza de habas («favona»)
- 1/2 taza de porotos (manteca)

(4) Hablamos de **Ingredientes** o **Componentes**, ya que sólo después de su cocción pasan a ser sustancias alimenticias. La elaboración y puesta en relación de más de un Componente, es la referencia que tomamos para establecer tal diferenciación.

- 1 gallina
- 1 kg de entrecostilla de cerdo
- 1 chorizo
- 1 morcilla
- 1/4 kg de tocino

Hortalizas

- 1 kg repollo
- 1 kg tomates
- 1 kg banana verde
- 1 kg ñame
- 1 kg abóbora
- 1 kg batata
- 1 cabeza de cebolla
- 2 dientes de ajo
- 1 hoja de laurel
- 1 ramito de culantro

Lo primero que determinamos es que en el caso de la «cachupa rica», la mezcla resultante es heterogénea, dicha heterogeneidad surge como consecuencia de un programa de cocción (ver pág. 341).

La «cachupa de agua y sal», por el contrario se caracteriza por tener tres componentes, de los cuales solo uno es vegetal, indudablemente la mezcla que resulta es homogénea: el agua y la sal sólo ayudan a que la cocción se pueda llevar a cabo.

La tercer forma típica de cachupa, «la de los remediados», agrega a los componentes anteriores: poroto, mandioca, ñame, berro, batata y banana verde, como elementos vegetales, y tocino y atún como componentes animales.

Dos referencias resultaron muy significativas al llevar a cabo nuestra investigación, por un lado, que el maíz está presente en cualquier caso, y por otro, que tanto los textos como los informantes, hablan de cantidades sólo en el caso de la «cachupa rica». Lo que indudablemente nos permite conjeturar, que es el factor distintivo de una serie de variedades posibles.

Veamos qué sucede cuando comparamos los PROCEDIMIENTOS. Para hablar de PROCEDIMIENTOS, no sólo tendremos en cuenta la calidad y cantidad de cada uno de los INGREDIENTES, sino lo que es

más importante, los TIEMPOS DE COCCION, para que cada uno de ellos entre en fusión con los demás ⁽⁵⁾.

Para el caso de la «cachupa rica», comienzan (ver pág. 341) remojando los porotos, lo que implica una preparación que generalmente se realiza con doce horas de antelación, mientras que el resto de los ingredientes no tiene una preparación previa, sólo su limpieza. El orden es el que presentamos en la página.

Estas tareas salvo casos excepcionales, en que la profesión del marido coincide con quehaceres de orden culinario, generalmente, la realizan las mujeres mayores en presencia de las más jóvenes con el fin de transmitir «prácticamente» la tradición.

Poco más podemos agregar respecto de la cocción de las otras dos variedades, ya que no encontramos modificaciones lo suficientemente significativas como para comentarlas.

El cuadro de ocurrencia adjunto (Tabla I) agrega no sólo los Ingredientes de la «Cachupa rica», sino también aquellos que aparecen como producto de la *sustitución*.

TABLA I

ANIMAL

Tipos de Cachupa	Ingredientes				CERDO		
	Vaca	Gallina	Pescado	Entrecostilla	Chorizo	Morcilla	Panceta
Cachupa Rica o de la gente blanca		+		+	+	+	+
Cachupa de los Remediados			+				+
Cachupa de agua y sal							

⁽⁵⁾ Cada ingrediente preparado específicamente, según **procedimientos** (instrumentos, combustibles, etc.), en un **tiempo** y en un determinado **espacio**, puede llegar a ser y de hecho lo es: una comida.

(Continuación TABLA I)

Tipos de Cachupa	VEGETAL																
	Maíz	Haba	Poroto Pedra	Poroto Manteca	Repollo	Tomate	Banana verde	Ñame	Batata Inglesa	Batata dulce	Mandioca	Cebolla	Ajo	Laurel	Berro	Culantro	Abóbora
Cachupa Rica o de la gente blanca	+	+	+	+	+	+	+	+		+		+	+	+		+	+
Cachupa de los Remediados	+		+					+	+		+					+	
Cachupa de agua y sal	+																

III

CARACTERIZACION DE ETAPAS Y PROCEDIMIENTOS

Todos los informantes entrevistados coincidieron en que el mínimo componente o componente principal de la cachupa es el maíz. Motivo por el cual decidimos elaborar un «modelo abductivo» ⁽⁶⁾ para comparar, según ciertos criterios, otras variantes que aunque de un modo no explícito, forman parte del modelo mental de los caboverdeanos. La comparación, tomaba en consideración aspectos que estaban más allá de los ingredientes, con lo cual podríamos, y de hecho así fue, encontrar un factor descriptivo y a la vez existencial, que justificara bajo qué condiciones la cachupa es cachupa.

Los caboverdeanos no utilizan un sistema clasificatorio semejante al que nuestra cultura propone para distribuir ingredientes, recetas y como consecuencia comidas. Su clasificación parece estar más bien referida al

⁽⁶⁾ La extensión de los componentes abstractos de una descripción. (Bateson, 1976).

reconocimiento y distribución de un elemento principal, con otros adicionales, según una modalidad, que excede las clásicas distribuciones de dulce y salado. Las dimensiones que toman en consideración son: el PROCEDIMIENTO, el TRATAMIENTO, las ETAPAS y los INGREDIENTES, obteniendo como resultado de los distintos tipos de asociaciones: el re-uso de un Ingrediente, la repetición de un Procedimiento o las alteraciones en las Etapas y Tratamientos de las comidas.

Ejemplos.

Por INGREDIENTES (no-tratados)

Atún	{	en cachupa asado con arroz en bifés en «canja»	Mandioca	{	asada frita harina de... frita pasteles de... «pirão»	Maíz	{	papa de papa de maíz frita hilado en grano «rolão» «roletes» etc..
------	---	--	----------	---	---	------	---	--

Por INGREDIENTES (Tratados y PROCEDIMIENTOS (Asociados):

Peces «secos»	{	asado de «cocido de»
---------------	---	-------------------------

Por TRATAMIENTOS:

Guisados	{	de capado con arvejas de lapas de percebes de Manuel Antonio
«Molho»	{	Moreira en escabeche «Molho» de S. Nicolao
Caldos	{	de Camarón de pez
«Canja»	{	de gallina

Por PROCEDIMIENTOS Y ETAPAS:

«Capado»	{	Guisado con arvejas
«Colotchi»		
«Botchada»		
«Cachupa»	{	con atún rica

Por TRATAMIENTOS Y PROCEDIMIENTOS:

«Xérem»	{ <ul style="list-style-type: none"> de fiesta (Fogo) con leche de coco con «capa» (Brava) (7)
---------	---

La representación del modelo ideal de la dieta (8) caboverdeana gira en torno, como veremos, a una composición básica y derivada (animal y vegetal). A partir de ella, compartiendo un mismo procedimiento, se originan las distintas variedades de este modelo, como soluciones alternativas que el grupo utiliza con mayor o menor frecuencia. La mayor o menor complejidad, representada en la Tabla IV indica que la misma depende de formas prácticas de sustancializar una alternativa, agotando las posibilidades de cada ingrediente: 1.º como parte de un todo y 2.º considerado éste como una totalidad. El diagrama propuesto no intenta agotar el protocolo o «retórica culinaria» de los caboverdeanos, más bien intenta sacar a la luz sus reglas de asociación.

Podemos ver así cómo los ingredientes incorporados en distintas *Etapas* son *tratados* por un *Procedimiento* único, el más rico de todos los que pudimos recoger, hasta componer aquellas recetas que resulten más significativas para el grupo.

El análisis se realizó según dos etapas, en la primera se inventariaron y discriminaron los Instrumentos y Combustibles de origen Natural y Cultural, los Elementos Adicionales, Líquidos y Sólidos y los Ingredientes, Animal, Vegetal y Mineral, Básicos y Derivados. (Ver Tablas II y III).

Cada una de las designaciones va acompañada de una letra y un número, con el cual se componen las resultantes de las distintas respuestas dadas por los informantes.

En el esquema se representan los ingredientes de las distintas cachupas. Teniendo en cuenta para la distribución en etapas, la categoría de *junta o separada* (9) con la cual se toman en consideración dos variables importantes para su elaboración, por un lado, la que se come cotidianamente y por otro, aquella que sólo se prepara cuando algún evento importante se lleva a cabo.

(7) Para la definición de algunos de estos términos ver Glosario (Anexo II).

(8) Dieta: Del griego *diaita*: régimen de vida. Secuencia selectiva de productos alimenticios.

(9) En las conclusiones veremos cómo la denominada «cachupa separada» que el migrante caboverdeano, sólo elabora con motivo de alguna festividad, toma en consideración problemas que tienen que ver con la identidad del grupo.

CUADRO I

REPRESENTACION SIMPLIFICADA DE LA DISTRIBUCION OBTENIDA

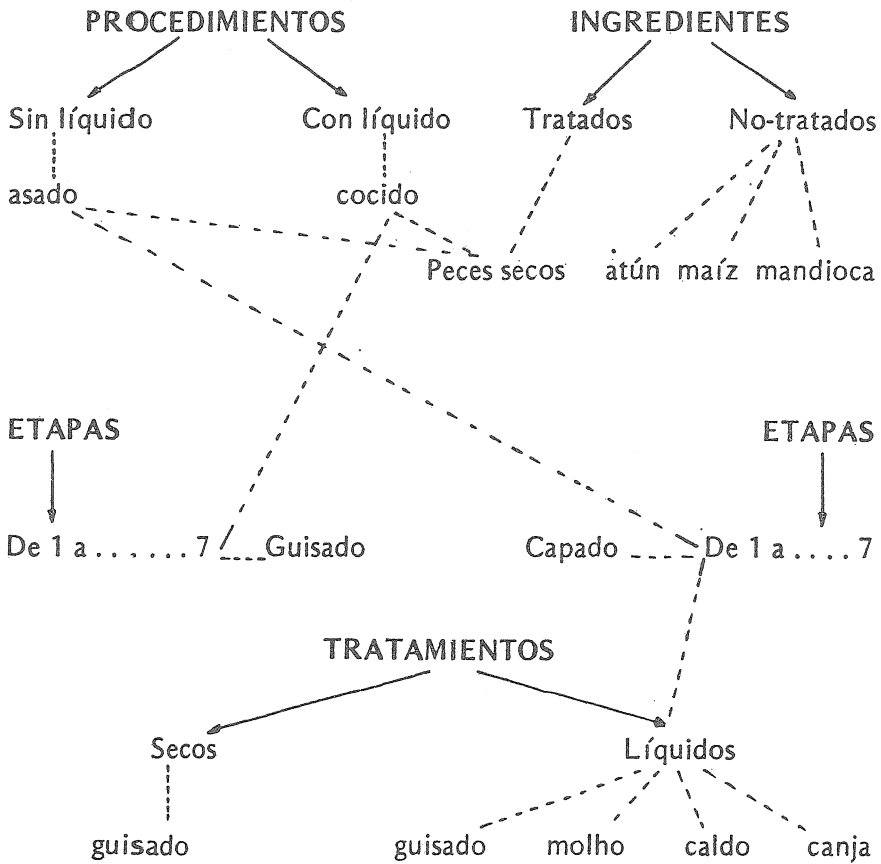


TABLA II

(P) PROCEDIMIENTOS					
(I) INSTRUMENTOS		(C) COMBUSTIBLES		(E) ELEMENTOS ADICIONALES	
(N) Natural	(C) Cultural	(N) Natural	(C) Cultural	(L) Líquido	(S) Sólido
1. Piedras de fogón	1. Olla 2. sartén 3. mortero y palo 4. piedra de moler 5. molde 6. casco de «prentem» 7. bandeja para zarandear 8. escudilla, plato y cuchara de higuera 9. cuba 10. odre de piel de cabra	1. leños en sup. 2. leños en horno	1. gas en sup. 2. gas en horno	1. agua 2. vinagre 3. vino 4. aceite	1. grasa 2. manteca.
2. «Blĩ»	11. «clamar» 12. cuchillo 13. tenedor 14. cuchara				
(Tr) TRATAMIENTOS			(E) ETAPAS		
1. 1.1. con preparación previa 1.2. sin preparación previa 2. 2.1. todos los ingredientes juntos 2.2. todos los ingredientes separados 3. hervido 4. frito/guisado 5. asado			1. Primera 2. Segunda 3. Tercera		

TABLA III

(I) INGREDIENTES				
(A) ANIMAL		(V) VEGETAL		(M) MINERAL
(B) Básicos	(D) Derivados	(B) Básicos	(D) Derivados	
1. pescado	1. tocino	1. maíz	1. culantro	1. sal
2. mariscos	2. leche	2. poroto	2. cebolla	
3. chancho	3. huevos	2.1. pedra	3. ajo	
3.1. corazón	4. chorizos	2.2. manteca	4. malagueta	
3.2. hígado	4.1. de carne	3. batata	5. col	
3.3. entrecostilla.	4.2. de sangre	3.1. dulce	6. laurel	
4. gallina		3.2. inglesa	7. pimienta	
5. vaca		4. banana verde		
6. tortuga		5. mandioca		
7. chivo		6. ñame		
		7. abóbora		
		8. arroz		
		9. tomate		
		10. repollo		
		11. berro		
		12. haba		

La identificación de cada componente descriptivo se realiza tomando la primer letra de cada uno de ellos y asociándola de arriba a abajo, hasta llegar al atributo, reconocido con un número. Por ejemplo:

P

I

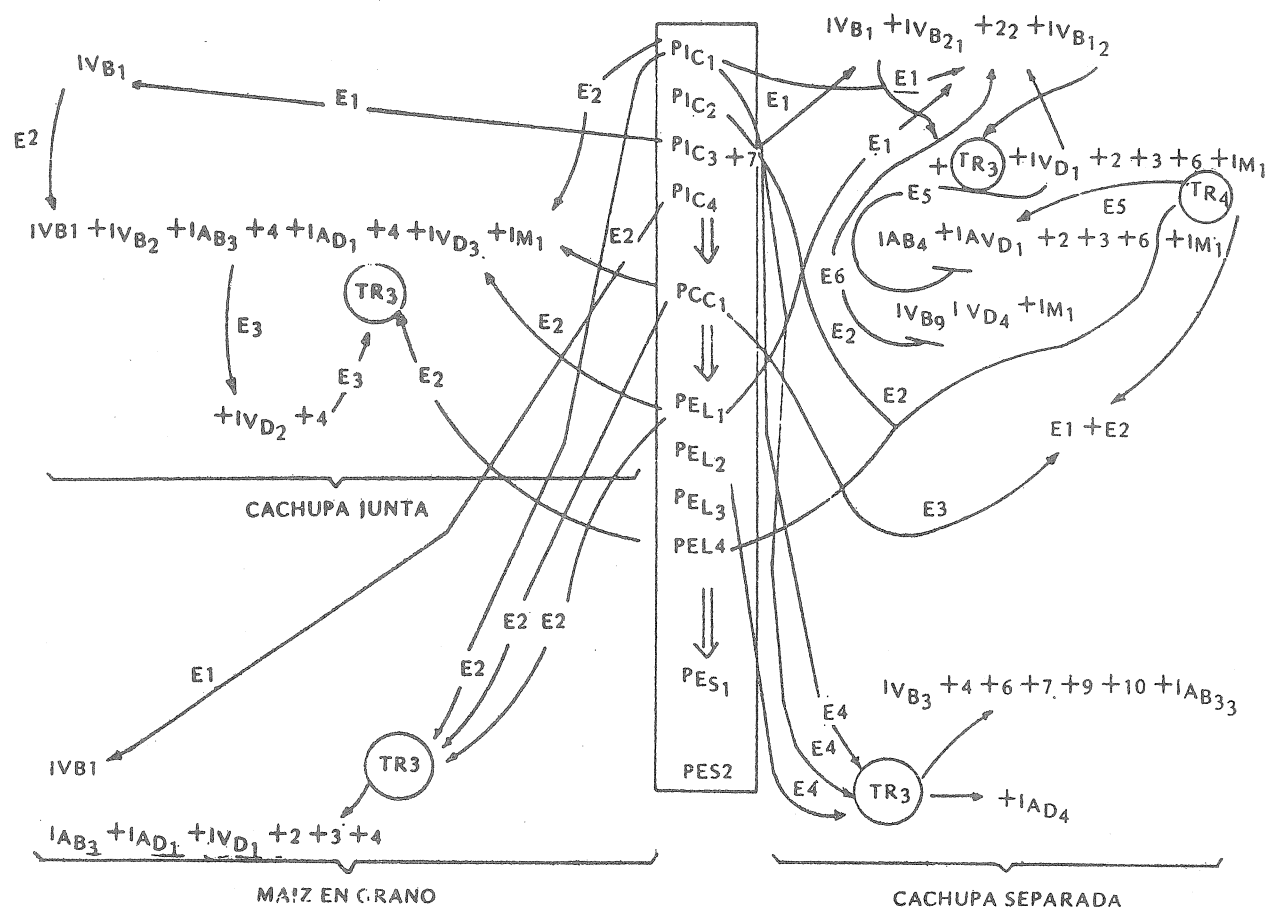
C

1 significa: Procedimiento, Instrumento, Cultural, olla.

El signo + significa la asociación que se da entre los componentes. Las flechas, encabezadas por la letra E, muestran las etapas en las que una parte del Procedimiento se pone en juego, para agotar una de las instancias.

El procedimiento P, las etapas E, y el Tratamiento Tr. son en última instancia la representación simplificada de las secuencias con las que una receta llega a constituirse como tal.

TABLA IV



Si bien hemos hecho una lista completa de cada uno de los descriptores, (con los que finalmente se componen agrupaciones), sólo hemos ejemplificado, con las comidas que nos permiten comprender qué representa: la «cachupa», el «maíz», «lo frito» y «lo hervido», para el grupo seleccionado.

Queda de todas formas abierta la posibilidad de recomponer en base al código propuesto otras variantes de la dieta caboverdeana.

IV

EL RETORNO AL EVENTO ELEGIDO

En distintas oportunidades los informantes nos relataron que en Cabo Verde la «cachupa separada o rica», era elaborada y consumida por gente blanca, en general «abastados» (pudientes) como ellos los denominan, que coincidentemente es la que mayor número de Ingredientes utiliza y a la que la población negra, no tenía acceso.

En la Argentina, la población caboverdeana *fusiona* como expresión de su adaptación, el Procedimiento de la «cachupa junta», con los Ingredientes de la «cachupa separada o rica», la cual es comida, indistintamente, todos los días o con motivo de alguna festividad.

Con esta síntesis el grupo caboverdeano, manifiesta una vez más su capacidad de adaptación a través de sustituciones parciales. Estas sustituciones parciales funcionan como constantes *modificaciones* y *fusiones* referidas a un elemento *invariante*, el maíz; el cual en la cachupa pobre, se modifica por la fusión con dos variedades de porotos y habas, definiendo la etapa preliminar de una cocción conjunta con otros Ingredientes, Animales y Vegetales.

Cuando nos preguntamos ¿cuál es la mínima cantidad de elementos para que una comida sea cachupa y cuál la máxima para que deje de serlo?, podemos fácilmente concluir que la cachupa no sólo es cachupa por lo que tiene sino por lo que le falta. El caboverdeano concibe esto como una «deutero verdad» ⁽¹⁰⁾.

El maíz recompone un contexto presente o ausente, del mismo modo que los hijos de caboverdeanos, se siguen reconociendo como tales aunque no hablen criol, portugués, y no hayan estado jamás en Cabo Verde.

⁽¹⁰⁾ **Deutero verdad** en el sentido que Bateson (1976) le atribuye al término, es verdad lo que una comunidad particular está de acuerdo en considerar verdad (surge del deuteroaprendizaje).

Vemos pues una presencia de lo ausente, de lo que no está, que siempre nos acerca a ese modelo ideal, que en realidad no es uno sino varios y del cual hemos intentado dar una representación.

La cachupa, le permite al grupo reforzar su identidad y rememorar lo que Cabo Verde era y lo que de alguna manera hubiesen deseado que fuese. Funciona también como una especie de rito introductorio, para todo aquel que soporta esa primer repugnancia instintiva que produce el resultado de la cocción. Como los portugueses han escrito «la cachupa representaba cocina bárbaros» ⁽¹¹⁾.

A diferencia de lo que Freyre ⁽¹²⁾ propone, la culinaria caboverdeana vincula distintos aspectos de la cultura, que van, desde luego, más allá de lo que la comida representa.

Al entrar en contacto con el grupo, los caboverdeanos hacen pasar al extraño por una adaptación progresiva que ocupa alternativamente los polos de la oposición:

comida que gusta / comida que alimenta

hasta llegar a componer un verdadero contraste entre la:

comida aceptada / comida rechazada

La explicación por la cual representamos el fenómeno alimentario — la cachupa — como si fuese un límite impuesto por la cultura, que necesariamente debemos transgredir, y el carácter de rito de pasaje que asignamos al mismo, se debe a que antes y ahora la mayoría de los caboverdeanos asocian la repugnancia, disgusto o rechazo, con una situación generalmente adjudicada y pocas veces contrastada por ellos. Nos referimos concretamente al hecho de que resulta rechazable el origen de la comida y no el gusto de la misma.

Lejos de haber agotado la multiplicidad de papeles que la cachupa cumple para el grupo caboverdeano y siendo conciente de sus múltiples relaciones (parentesco, mito, etc.) hemos tratado de expresar con este trabajo que lejos de lo mal o bien que estuviese hecha, o del mensajero ocasional que la realizara, ésta representa aspectos *denotados* de la cultura, que ayudan a consolidar la existencia del grupo en tierra distante.

⁽¹¹⁾ Lopez, Baltasar, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Praia, 1956.

⁽¹²⁾ Freyre, G. *Aventura e rotina*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d.

BIBLIOGRAFIA

- Bateson, G., *Pasos hacia una ecología de la mente*. Lolh e, Bs. As., 1976.
- Berlin, B., D. E. Breedlove and P. H. Raven, *Principles of Tzeltal Plant Classification: An Introduction to the Botanical Ethnography of a Maya speaking People of Highland Chiapas*. New York, 1975.
- Conklin, H. C., *Hanunoo - English Vocabulary*. Univ. of California Publications in Linguistics. Vol 9. Berkeley and Los Angeles, Calif., 1953.
- Conklin, H. C., *The Relation of Hanunoo Culture to the Plant World*. Doctoral dissertation in Yale University. New Haven, Conn., 1954.
- Frake, C. O., *The Ethnographic Study of Cognitive Systems*. Anthropology and Human Behavior, Eds., T. Gladwin and W. C. Sturtevant, Washington D. C., 1962, p ags. 72-85.
- Frake, C. O., *Notes on Queries in Ethnography*, American Anthropologist, Vol. 66. P ags. 132-145.
- Freyre, G., *Aventura e rotina*. Livros do Brasil, Lisboa, s/d.
- Goodenough, V., *Componential analysis and the study of meaning*, in Language N.  32, 1956.
- Harris, M., *El desarrollo de la teoría antropológica. Una historia de las teorías de la cultura*. Siglo XXI, Madrid, 1978.
- Hymes, Dell, *A perspective for linguistic anthropology*, in Horizons of Anthropology, Ed. by Sol. Tax, Aldine Publishing Company, Chicago, 1964.
- Lévi-Strauss, C., *Anthropology. Its achievements and future*, in Nature, January 1, Vol. 209, 1966, pág. 12.
- Lévi-Strauss, C., *El tri ngulo culinario*, en Estructuralismo y dialéctica. Paidós, Bs. As., 1968(a), pág. 39.
- Lévi-Strauss, C., *Mitológicas I: lo crudo y lo cocido* F. C. E., México, 1968(b).
- Lévi-Strauss, C., *Mitológicas, 3: el origen de las maneras de la mesa*. Siglo XXI, México. 1970.
- Lopez, Baltasar, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Praia, 1956, pág. 26.
- Sturtevant, W. C., *Studies in Ethnoscience*. American Anthropologist. Vol. 66, 1964 págs. 99-131.
- Wallace, A. F. C., *Culture and Cognition*. Science, 135, 1962, págs. 351-358.
- Wallace, B. J., *Plants, Pigs, and People: Studying the Food Web in Pagan Gaddang*. Ethology, Vol. XXII, N.  1, 1983.

LIVROS DE DEVASSA E ETNOTEXTOS

POR

Belarmino Afonso (*)

1. Introdução

Entre os manuscritos da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança existem alguns livros de Devassa. Achámo-los curiosos como fonte de informação sobre os costumes do Nordeste Transmontano, nos séculos XVIII e XIX.

A Devassa fazia parte da tarefa dos Visitadores. O Concílio Tridentino impunha aos bispos a obrigação de visitar anualmente as freguesias do seu bispado. Tal objectivo era impossível de realizar, quer pela extensão de algumas dioceses, ou ainda por dificuldades de ordem vária. Os bispos desempenhavam-se dessa missão por interposta pessoa, que podia ser o Provisor, o Vigário Geral, ou ainda outros elementos conceituados do clero local.

O *Regimento dos Reverendos Visitadores* é elucidativo. Trata-se de um manuscrito com capas de pergaminho, onde tudo o respeitante às Visitas vem descrito até ao pormenor. Tal pormenorização deixa entrever o aspecto burocrático, extremamente organizado, da igreja, como se de uma sociedade civil se tratasse.

Os objectivos pretendidos vêm expressos logo na primeira página manuscrita do infólio: a reforma dos costumes e o bem espiritual e temporal dos súbditos. A análise da expressão escrita deixa entrever a mentalidade da época que se regia por normas do absolutismo iluminado.

(*) Director da Biblioteca Pública e Arquivo de Bragança. Sócio Efectivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

A palavra «*súbdito*», então usada, estaria hoje em dissonância nos documentos eclesiais do Concílio Vaticano II. Aos Visitadores exigia-se que fossem «*crístãos velhos*». Mais outra expressão que documenta os conflitos religiosos e até raciais de uma época não muito distante.

2. Normas jurídicas dos Visitadores

À laia de resumo ou indicador, o mesmo manuscrito, na margem, regista: *Comportamento dos Visitadores*. Tanto a estes como aos escrivães e «*peçoas que os servirem, e acompanharem*» se prescreve que «*sejam muito comedidos e não façam algum excesso, nem dem molestia, ou mau exemplo*». Em época de autoritarismo bem necessário se torna tal aviso.

O Visitador era recebido na freguesia com o povo junto da igreja, e os sinos a repicar. Seguia-se uma visita rigorosa à forma como o Santíssimo estava cuidado, aos Santos Óleos, às relíquias, imagens, retábulos, ornamentos. Após esta inspecção que era sancionada com multas pecuniárias, caso o pároco ou mordomos tivessem feito táboa rasa das capitulações do ano anterior. Sentado numa cadeira, expunha então o visitador «*as causas da sua vinda*» (1). A Visitação dava especial atenção aos livros do Arquivo (2). Nota-se uma preocupação minuciosa de controlo.

Recomenda-se aos Visitadores que não recebam presentes nem pousem «*em casa de pessoa de que haja fama ou culpa publica*». Pela função de que eram investidos e pelo aparato de que se rodeavam, entravam como autênticos senhores nas aldeias. A equipagem era algo complexa, com escrivão, dois criados, meirinho, e um azamel (3).

Atrás destes livros ausculta-se o peso que as visitas constituíam para os pobres lavradores e respectivos párocos. Tudo pagavam, desde «*huns*

(1) «...proporão as cauzas da sua vinda, e como as principais della são a reverencia do culto Divino, reformation dos costumes, e curar aos fieis enfermos dos vicios, pecados discordias, e outros encargos de consciencia e ver como se lhe administrão os Sacramentos e como se governa aquella Igreja no Esperitual e temporal, e se assistem com silencio, e devoção os fieis aos sacramentos...» — in *Regimento dos Reverendos Visitadores*, p. 5.

(2) «...e o mesmo fará achando que os roes de confessados, que tão bem hade ver, não estão rezistados por nosso Provisor, como ordena a Constituição, e verá também o livro das fabricas das Igrejas, e dos bens, e propriedades dellas...» — idem, p. 6.

(3) «Poderá levar dous criados, e o escrivão hum, aos quaes se pagará das penas da vizita a sincoenta reis por dia, e o mesmo ao azamel...» — idem, p. 22.

sapatos novos a cada hum dos homens de pé», e aos consertos necessários durante o tempo da visita, embora esta verba fosse tirada das penas pecuniárias que lhes foram cominadas.

Na legislação coeva nota-se a relutância e violência moral que a visita e respectiva devassa causavam nas populações. Estabelecem-se penas para os que se eximiam de estar presentes (4). A proibição ou o conselho de os visitantes não se demorarem mais do que um dia nas aldeias que visitam, deixa adivinhar que nalguns casos havia exageros no uso da hospitalidade forçada.

Mas, voltemos à devassa, a que nos referimos no início deste trabalho. O termo não deixa de ter para nós uma certa conotação lesiva dos direitos pessoais. A devassa é uma pesquisa (5). Essa inquirição no foro íntimo, tanto da colectividade como do indivíduo, devia criar conflitos. Embora as Constituições de 1543 e o citado *Regimento dos Reverendos Visitadores* digam que a devassa deve incidir sobre «*delitos publicos notorios, e escandalosos, e não ocultos*», não exclui as delações, maneira fácil de prejudicar um inimigo ou mau vizinho. Quando houvesse «*prejuízo do bem comum, como v.g. heresia, entrega da cidade aos inimigos, crime de lesa magestade*», ainda que crimes ocultos, deviam apoiar-se na doutrina vigente, explicitada nos «*Salmanticenses*».

Fácil é de ver que a «*heresia*» de que se fala, se refere à heresia protestante. Como adiante diremos, em todos os Livros de Devassa não encontramos qualquer acusação que prenunciasse tal erro em terras trasmontanas. A não ser algum clérigo ou freira mais abertos ao espírito das luzes, qual o pastor ou lavrador destas paragens que teria ouvido doutrinas menos consentâneas com o credo tradicional de seus avós?

Regra geral, os Livros de Devassa começam com uma provisão dada pelo bispo ao respectivo visitador, onde se refere aos predicados, roteiro de cada ramo (área geográfica), e referências gerais à moral e ortodoxia católica. O livro traz também o juramento exigido ao visitador e a provisão de nomeação do secretário da visita. Nem sempre a nomeação recai sobre um sacerdote. Aparecem livros onde tal cargo é desempenhado por um diácono ou ainda pro um «*clérigo de menores*».

(4) «Somos informados, que alguns abbades, reitores, e curas de nosso bispado, quando sabem ou sentem, que os visitadores ham de ir visar suas igrejas, se absentam por nam dar razam de seus carregos, e officios, ou por nam agasalharem, como por si ou por seus rendeiros, ...» — *Constituições do Bispado de Miranda, título 33, consti. II.*

(5) Moraes, no seu dicionário, define devassa do seguinte modo: — «Pesquisa de provas e inquirição de testemunhas, para averiguar de um facto criminoso. Sindicância».

Os párocos eram obrigados «a dar notícia ao Visitador dos pecados públicos e escandalosos, que souberem por fora da confissão... e tendo o parcho satisfeito estas obrigações ordenar-lhe-ha que se recolha á sua caza, donde não sairá sem sua licença enquanto durar a devessa». O povo tinha também saído da igreja, enquanto um mordomo, à porta, ia chamando. Só podia ir à mesa, quando chamado por uma campainha.

As penas, como veremos à frente, não eram só pecuniárias, pois «*provando-se por duas ou mais testemunhas ou por huma testemunha conforme, e havendo suspeita de fuga e alguns indícios de que alguma pessoa cometeo crime grave, e falsidade em letras apostólicas, incesto, rato, ou sacrilegio grave, ou outro qualquer delito maior, prenderá o culpado, e o remeterá ao Aljube...*» (6). A pena era agravada quando o denunciado era reincidente. Fala-se de primeiro, segundo e terceiro «*lapso*».

Não é certo o número de testemunhas em todas as devassas. Ora depõem quatro, como podem ser mais. Chegam a depor sete. Como é óbvio, todas assinam. Se aparecem assinaturas que denotam umas primeiras letras, muito rudes, outros, em não pequeno número, apresentam uma assinatura muito correcta e que denota uma cultura regular. Parece-nos que os Livros de Devassa podem também fornecer dados estatísticos sobre a alfabetização das aldeias trasmontanas nos séculos XVIII e XIX, pois os livros que possuíamos, são quase na generalidade, apenas destes dois séculos.

Exigia-se à testemunha juramento sobre os Santos Evangelhos, depois de se identificar com nome, estado, profissão, idade. Apesar das penas a que estavam sujeitos os que fugissem a responder à devassa, em muitos depoimentos nota-se essa recusa em ser delator. Frequentemente o escrivão da devassa regista a forma seca e evasiva: «*...perguntado pelos artigos da devassa disse nada por não saber*». Há aldeias onde a resposta de todas as testemunhas é assim. Noutros casos, algumas testemunhas nada dizem, e outras confirmam.

3. As devassas e o foro interno de uma aldeia

Como já apontámos atrás, o tamanho da diocese e a obrigação de fazer a visita anualmente impunham certas medidas. Para tal era necessário dividi-la em ramos. Parece-nos que correspondiam, mais ou menos, às divisões em arceprestados.

(6) Vide *Regimento dos Reverendos Visitadores*, p. 10.

Como é norma, alteraremos o nome da terra ou aldeia, embora mantenhamos a designação do ramo. Também alteraremos, quando for caso disso, os nomes das testemunhas e denunciados.

Na aldeia de Marmelos, ramo de Lomba e Vinhais, diz-se que Manuel Alves e Maria Fernandes, *«embora solteiros, andão escandalosamente amancebados»*. E acrescenta que Felismina *«teve já tres creanças das quaes huma morreo e duas tem as consigo cauzando escandallo na freguezia pella sua incontinencia e procedimento»*. Outra testemunha da mesma aldeia foge a citar nomes e apresenta a acusação no vago. *«Disse que algumas mulheres solteiras tem tido seus erros mas a testemunha não sabe de quem sejam as creanças»*.

Numa terceira testemunha da mesma aldeia *«dice que sabe por ser publico e notorio que Joana Fernandes e sua irmã Joaquina Fernandes tem cauzado grande escandallo na freguesia com o seu modo de vida pois sendo ambos soleiros tem estado a ter fihos em caza parece que à porfia e depois lavando-os à roda de Vinhais depois os tornão a trazer e os estão creando à custa da roda sendo seus filhos mas não se sabe de certo quantos filhos tem nem quem sejam seus Pais»*.

É muito curiosa esta última informação. De um modo pitoresco, traça o retrato pouco abonatório da moralidade das incriminadas. Aqui fica também uma referência ligeira à roda de Vinhais que, pelo que parece, ajudava a sustentar os filhos das tristes ervas e também os pais.

Outra testemunha diz das mesmas irmãs, *«por serem mulheres de má vida»*. Também na mesma aldeia Francisco Pascoal *«trata ilicitamente com Josefa Miguel... que a traz embaraçada»*.

Malhada é uma aldeia raiana. Dela é natural Felismina Tomé que *«anda escandalosamente amancebada com um galego»*. Nesta violência verbal, o advérbio de modo reforça o pecado público e ainda para mais, cometido com um galego.

As testemunhas referem sempre o escândalo que os prevericadores causam na aldeia. No entanto, a preocupação de justiça está sempre subjacente nestas inquirições. Quando a verdade o exige, o culpado aparece menos responsável da sua falta. Diz-se que Maria Gata *«á poucos tempos tivera huma creança sem se saber de quem, mas ella não tem cauzado escandallo, e tem sido bem procedida»*.

Sendo o mais frequente o pecado da incontidência, não é o único. Em Ferreiros, entre as sete testemunhas inquiridas, só uma acusa um casal, Felisberto Graça e sua mulher Maria José Ferreira e família *«tem dado muito mau exemplo, entrando por todas as casas dos vizinhos a rapinarem o que podem como o foram a elle testemunha, levando-lhe de caza oito alqueires de pão nos sacos em que estava, e dois almudes de vinho... huma*

camiza». Curioso é que nenhuma outra testemunha aponta tal desaforo, quando em regra, em caso de mancebia, a pessoa incriminada aparece indicada por todas as testemunhas.

Nem os abades escapam à denúncia. Diz uma testemunha que o «*seu Abbade já havia tres annos que está auzente da freguezia*».

Os casais desavindos também preocupam à visita. Para os lados de Miranda, na aldeia de Veigas, «*José Martins não quer fazer vida com sua mulher não havendo causa da parte dela*». Mais raro aparece o caso de incesto. Maria, testemunha, afirma que Laura Pires lhe disse a ela «*que indo com o dito seu Pai a huma jornada aonde se demorarão dois dias o mesmo tivera copola carnal contra a vontade da mesma*». Só mais dois ou três casos de incesto nos apareceram.

Os Livros de Visita são um manancial de informações. As sociedades coevas ressurgem neles com todas as suas particularidades e características.

Em certa aldeia do termo de Miranda diz-se que «*José Fernandes marido de Margarida Carrasco vivem separados hum do outro sem autoridade de justiça e lhe parece a elle testemunha que a referida Margarida Carrasco he a cauza desta separação por ser moço e o marido velho, sem embargo de se ter cazado com elle por namoro*». Os dramas familiares são de todos os tempos. Nada se diz dos motivos que levaram à união deste casamento desigual. Interesse material? Imposição dos pais?

E a ladainha de acusações continua: «*Manuel João dera hūas pancadas em Felizarda Fernandes pelo motivo de andar amancebada com o pai delle de quem se diz ter hūa criança*».

A fornicação foi sempre o pecado mais combatido pela doutrina tradicional da igreja. Foi pregado durante muitos séculos que nesse campo «*não há parvidade de matéria*». Apesar desta luta sem quartel, as Visitações deixam entrever que nem o medo às sanções sociais, espirituais ou canónicas, fizeram diminuir a sua frequência. Entretanto, outros factores de desordem social surgem no pano de fundo que essas sociedades constituem. São factos episódicos que surgem aqui e além como pinceladas mais carregadas, a quebrar a monotonia do viver quotidiano.

E já que acima falámos em correctivos pouco fraternos (pancadas), também o sexo frágil, nesse tempo resolvia, de quando em vez, tirar compensações da sua fraqueza, e defender os bons costumes do lugar. Caetano Fernandes, testemunha, diz «*que sabe pelo ouvir dizer que haverá pouco mais ou menos de hum mes que Acácio Margarido, mestre barbeiro cazado fora corrido às pedradas por humas poucas de mulheres por se saber estar em caza de Anna solteira filha de Manuel João, onde se tinha detido mais de vinte horas*».

Na leitura dos Livros de Devassa há poucas referências ao abuso do vinho. Mas, cremos bem que a menor frequência em comparação com outros vícios, não prova que a preciosa bebida não fosse então apreciada e menos inofensiva.

Numa certa aldeia, hoje pertencente à diocese de Vila Real, diz-se que «*Manuel de Moraes, solteiro, he borracho por costumes e desbocado de palavras, com que fala mal, e inquieta os vizinhos*».

As questões e desavenças familiares também afloram, e a solução nem sempre se encontrava com o diálogo. «*Manuel Rodrigues cazado com Ana Pereira deste lugar, dá muito mau trato a dita sua mulher ferindo a com pancadas e com perigo de vida*».

Sempre houve mulheres de pêlo na benta. Num Livro de Devassa de 1717, no concelho de Macedo de Cavaleiros, freguesia de Fornelos, perante o Dr. João de Moraes, «*apareceu em sua presença Joana Fernandes viuva, a qual foi admoestada da parte de Deos Nosso Senhor e da Santa Sé Apostólica, por ser mulher muito brava e descomposta*». Igual linguagem se usa, já no fim do século XVIII, acerca de outra mulher porque «*he mulher brava e descomposta de lingoa que descompoe todas as mulheres honradas, e da sua boca não ha mulher que seja boa*».

4. Conceitos de pudor e expressões literárias

Ao fazer a análise dos Livros de Devassa, notámos o realismo de certas expressões que hoje seria de mau tom escrever ou pronunciar. Pareceu-nos oportuno registar aqui algumas expressões, cujo estudo deixamos aos especialistas dos fenómenos de evolução da linguagem.

Os termos *parir* e *prenhada* são usados com toda a naturalidade em referência a pessoas. Vamos transcrever algumas expressões:

- «...*de quem dizem andar prinhada*».
- «...*parindo frequentemente e presentemente anda prenhada*».
- «*haverá pouco mais ou menos tres mezes pariu*».
- «...*tem parido várias vezes*».

Ao lado destas expressões realistas, aparecem outras mais eufemistas, que exprimem o mesmo.

- «...*andar embaraçada*».
- «*vive mal encaminhada*».
- «...*andar pejada*».

- «...multiplicando a raça humana escandalosamente».
- «...commonicação ilícita».
- «...má vida e incontinente».
- «...trato ilícito com sua cunhada».
- «...mulher mal procedida».
- «...he uma molher prostituta que da entrada em sua caza a toda a pessoa que quer».
- «...não tem sido bem procedida».
- «...sentiu pejada».
- «...António de Araújo se trata com Francisca da Silva».
- «...usando mal de si com quantos a procuram».

O visitador, no final dos interrogatórios, exara as penas a aplicar e também exprime o linguajar então comum. É curioso o que ele escreve de «*Maria Afonsa deste lugar pello escandalo que da a todos os vezinhos e mau exemplo as pessoas do seu sexo, parindo sendo solteira e andando com filho nos braços lugar abaixo, e acima*».

O termo *parir* que hoje os lavradores, quando se referem a animais, empregam, é usado também pelo visitador. No ambiente agrícola, quando em Outubro os campos se enchem de flores com as primeiras águas outonais, os lavradores ainda hoje usam a expressão: «*O campo está a parir*».

5. Benzedelas e superstições. Pombais

O âmago da alma humana sentiu sempre a pressão inevitável de forças preternaturais. Desde a pré-história a nossos dias, esse rio subjacente condiciona, quer queiramos quer não, todas as manifestações da vida material. É algo de sagrado e de secreto que escapa a uma observação superficial.

A mulher de virtude benze os coxos, levanta a espinhela caída, corta as bebidas, e adivinha quem lança maus olhados.

As referências que encontrámos, concentram-se no Livro de Devassa de 1766, respeitante aos ramos de Lapaças e Mirandela.

Bernardo Afonso, natural de Sortes, disse sobre os Santos Evangelhos «*que hera publico neste lugar que Jose Martins hera benzedor do coxo da rata e que de muitas partes concorria gente a sua caza para os benzer*». No mesmo livro se diz que, na aldeia de Sortes, «*hum Bento Ferreira o Velho benzia as lobas as crias, mas que não sabia se curava com palavras, so sim que as crias se achavão boas, nem se tinha ou não licença*». Esta testemunha faz a denúncia, mas deixa adivinhar na sua dúvida uma con-

fiança na arte do incriminado. A condicionante «*se tinha ou não licença*», deixa entrever a existência de «*médicos*» credenciados.

No mesmo livro, na quinta de Latães, Paulino Carvalho «*benzia do coxo da rata ou toupeira e que ja duas vezes o curou a elle testemunha do mesmo coxo, e que sabe pelo ver que concorre gente de varias partes a caza do mesmo, mas sabe que não cura com palavras más, porque tem ouvido que as palavras que diz são boas, e não sabe se tem licença, e mais declara que não levava nada por isso, antes o faria por caridade*».

Aqui fica um depoimento bem explícito e abonatório da pessoa incriminada. O visitador limita-se a lavrar o seguinte, no fim da devassa: — «*Procedem as testemunhas contra Paulino de Carvalho da quinta de Latães a que seja admoestado para que não benza pessoa algũa e cure do coxo sem haver licença*». A 20 de Outubro de 1717, em Mirandela, Josefa da Silva, viúva, foi admoestada «*por feiticeira e fazer mezinhas* (7) *a coal aceitou a admoestação com grande humildade e arrependimento*». Não sabia escrever, e foi multada em 480 réis.

Ao olharmos para os pombais (8) que marcam de pontos brancos as nossas terras, sabemos que eles surgiram como ponto de apoio a uma economia agro-pastoril, que se socorria de todos os meios para tornar a vida quotidiana menos dura e mais farta. Não só carne para acompanhar o pão centeio e as batatas de outros tempos, mas ainda o estrume para regenerar a terra enfraquecida de calores estivais.

As pombas tinham inimigos. E as pessoas não eram os menos perigosos. Em Limãos, António Afonso «*disse que somente sabia por ser publico que estando defendido por varias pastorais que não atirassem as pombas hum Francisco Fernandes Ferrador, e hũ Antonio Alves com frequencia lhe tirão a espingarda*».

Não sei até que ponto a expressão seguinte «*se fez perdente*», será sinónimo de «*abortar*». «*E haverá pouco mais de dez anos que teve hum filho, e agora ha poucos tempos que ella se fez perdente e se diz publicamente hera a prenhez do mesmo Tome Fernandes*». Esta expressão é sinónima de outra que no mesmo livro aparece: — «*...e haverá tres mezes que amoveo hũa criança que se diz ser do sobredito*».

(7) Sobre este tema convém rever as admoestações que S. Martinho de Dume fazia no «*De Correctione Rusticorum*».

(8) Encontramos diversas pastorais dos bispos, onde se cominam penas contra os que atirassem aos pombos ou fizessem troviscadas ao peixes. — Vide *Memórias*, Abade de Baçal, II vol. p. 156.

6. Pecados e penas

A qualquer delito corresponde uma pena, material (pecuniária, prisão) ou espiritual.

Verificámos que há uma diferença na aplicação das penas, conforme a época. Num livro do primeiro quartel do século XVIII, o acusado recebe com frequência penas espirituais.

Maria Felismina «*por ser alcoviteira*», e atendendo ao seu arrependimento, foi condenada em «*tres rosarios para as almas*». Outra mulher, por andar amancebada, mas «*tendendo à sua muita pobreza, a condeno em tres rosarios para as almas*».

Quando se trata de incesto ou mancebia de pessoa mais responsável, a multa pecuniária é pesada. Martinho Pascoal, escrivão, natural da vila de Sobreda, foi condenado em «*dois mil e coatro centos reis para Meirinho, Sé, e Bulla*». Um crime de adultério valeu a Gaspar Gernandes a pena pecuniária de três mil e quinhentos réis. Um abade amancebado teve de pagar dez moedas de ouro; e outro Padre, pelo mesmo motivo, pagou quatro cruzados novos.

O visitador, como acima dissemos, podia meter o culpado na cadeia. O abade Francisco Miranda só não foi parar à cadeia, devido aos «*repetidos achaques que padecia e os muitos annos com que se achava*», mas foi-lhe comutada a pena em dez moedas de ouro. Todavia, devido a «*alguns empenhos e obrigações que tinha*», o visitador aliviou-lhe a pena para quatro moedas de ouro, e pena de excomunhão, caso não expulsasse a companheira daquele lugar. Também Ana de Moraes, por andar amancebada com o P. António Sanches, em virtude da sua pobreza, humildade e arrependimento, viu comutada a pena de prisão na expulsão da aldeia, no prazo de quinze dias.

Nos Livros de Devassa do século XIX colhe-se a impressão nítida que as penas são mais benévolas, embora apareça também mencionada a prisão.

7. Penas e democracia

Por mais que se legisle e se fale, a igualdade perante a lei parece ser uma utopia. Títulos de parentesco ou clientela são os desestabilizadores de uma lei justa que a todos sancione. Apesar deste cepticismo, nota-se nos Livros de Devassa uma preocupação de igualdade e justiça na moralização dos costumes. Vamos apontar alguns casos que confirmam as asserções. Clero, nobreza e certo tipo de burguesia, não escapam às sanções e respectivas penas.

Nota-se uma certa desmoralização no clero rural, não só no respeitante a sexto mandamento, mas ainda na fuga aos deveres pastorais. Em certo livro se diz que o Padre João Teixeira *«trata com Catarina Melo, solteira, e que há poucos tempos estando elle em caza della lhe pregarão as portas e foi Lourenço Alves despregar-lhas para que pudesse sair»*. De outro cura se diz *«que he odiento e vingativo contra os freguezes, e que diz a missa nos dias Santos muito cedo de forma que sendo obrigados a vir aqui a missa os moradores das quintas já achão a missa dita»*.

A expressão *«trabalhos servis»*, que ainda na nossa juventude estava incluída nos Preceitos da Santa Madre Igreja, é preciso entendê-la enquadrada na mentalidade da época. O P. Francisco de Carvalho, da Fradizela, dava escândalo *«com o seu modo de obrar porque pelas suas mãos lavrava muitas vezes a terra o que elle testemunha tem visto... e quando chega a um montão de esterco parava com os bois, e pelas suas mãos o derramava»*. Outra testemunha reforça o escândalo do mesmo sacerdote *«que algũas vezes lavra elle mesmo as suas terras... no que se da escandallo pelo pouco que respeita o character de sacerdote»*. Estas afirmações estão de acordo com o mesmo sentir da minha aldeia, quando algum sacerdote desempenhava funções de lavrador. Curiosa é a observação que o visitador escreveu no fim: — *«Que o P. Manuel Fernandes de Fradizela seja admoestado para que se não exercite em officios indecenes ao seu estado»*.

De outro Padre queixam-se as testemunhas que reza a missa tarde e é pouco amigo de confessar nos jubileus. Num livro de 1711 dá-se como pena a um Padre trabalhador e lavrador o pagar *«dois cruzados novos»*.

Teoricamente ainda vigora a legislação tridentina quando às criadas dos párocos. Deviam ter de cinquenta anos para cima. *«E perguntado pellos interrogatórios da visita disse que sabia que o Reitor deste lugar se servia com criada que parecia ter vinte e cinco anos»*. É frequente a acusação citada. O visitador escreveu: — *«...ao Padre Miguel Fernandes para lançar fora de caza e se não servir com criada menos de cincoenta annos e com as qualidades que por direito se requerem»*.

Nas citações supra, a palavra *«servir»* não tem o sentido duvidoso que se lhe pode dar.

Como se vê, a devassa é rigorosa na morigeração dos costumes de todas as classes. Já citámos um escrivão condenado, mas também aparece um *«capitão de ordenanças»* e uma *«Dona Ritta que vive em comonicação criminosa»*.

A análise, algo superficial, que fizemos, é suficiente para despertar a curiosidade do investigador, bem como o interesse pelos Livros de Devassa

e de visitação. Escritos com outro objetivo, que não o etnográfico, da sua elaboração resultou uma amostragem fiel dos costumes de algumas aldeias do Nordeste trasmontano.

RESUMÉ

Le Concile de Trente recommandait aux évêques de rendre visite à leurs diocèses. Celles-ci si divisaient en zones géographiques, nommées «ramos». Le visiteur, qui pouvait être l'évêque, ou un de ses auxiliaires, était alors accueilli comme un vrai seigneur par le village déjà réuni dans l'église et par le carillonnement.

Ces visites étaient faites en vu de réformer les moeurs et aussi les entretiens spirituels.

Pendant la visite, on interrogeait plusieurs témoins sur la conduite morale de la communauté.

Les Livres de Visite ou d'Enquête (Devassa), sont des documents indispensables aux experts de la religiosité populaire du XVIII et XIX siècles, établissant encore un abondant recueil de renseignements pour l'histoire des mentalités de cette époque-là. Moeurs, punitions et amendes, hierarchie sociale, religiosité populaire, voici quelques données que les livres d'Enquête, aujourd'hui à la Bibliothèque Publique et Archive de Bragança, nous peuvent fournir.

ABSTRACT

In the Council of Trento, the bishops were recommended to visit annually their dioceses, which were divided into geographical areas, called branches (ramos). The visitor, who might be the bishop himself, as his delegate, was welcome like a lord. The people being assembled in the church and the bells ringing a merry song.

Such visits had the purpose of reforming the customs and spiritual good of the faithful. Several witnesses were inquired about the community's moral behaviour during the visit.

The books of Official Inspection or Official Inquiry (Devassa), become indispensable documents to estimate the popular religiousness in the XVIII and XIX centuries. They even form a very rich supply of information for the story of the mentalities of those centuries. In those times, customs, punishments, forfeiths, social hierarchy, religions are some of the data we may be provided with Books of Official Inquiry, kept in the Public Library and District Archive of Bragança.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) — Memórias arqueológicas-históricas. — Bragança, Tipografia Académica, 1982.
- CHAVES, Luís — Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade. — Artigo inserto in Bracara Augusta.
- Constituições do bispado de Miranda, 1543.
- Constituições sinodais do bispado do Porto. — Coimbra, 1735.
- MACIEL, Manuel Justino Pinheiro — O «De Correctione Rusticorum» de S. Martinho de Dume. — Braga, 1980.

DOCUMENTOS

INÉDITOS DE TRINDADE COELHO COM INTERESSE ETNOGRÁFICO

POR

Viale Moutinho (*)

Ao dr. Joaquim Manuel Rebelo.

Coube a J. Leite de Vasconcelos assinalar, e cuidou que pela primeira vez, o interesse de Trindade Coelho pelas tradições populares e a sua utilização nos contos. No volume IV de Ensaios Etnográficos (Lisboa, Livraria Clássica, 1910), o Mestre inventaria as principais pistas de cada um dos textos de Os Meus Amores. Porém, quando se refere a À Lareira excede-se em entusiasmo: «Conto notável pela abundância de referências a tradições populares. O autor quis visivelmente fazer com ele um artigo de folclore, pois transcreveu adágios, adivinhas, rimas infantis, loas, orações, ensalmos, e mencionou superstições, como a de transferir para outrem as frieiras, e a de ser o morrão, ao espirrar, sinal de chuva. Em certa altura intercalou mesmo uma história tradicional.» Aliás, logo na abertura do capítulo da obra a que nos referimos, Leite de Vasconcelos indicava a obra do seu antigo condiscípulo e amigo de sempre como repertório de «incalculáveis riquezas etnográficas». Todavia, consideremos um pormenor, aparentemente de somenos importância. No comentário que faz aos contos, o autor de Etnografia Portuguesa especifica que se trata da 3.^a edição da obra. Em 1891 saiu a 1.^a ed. de Os Meus Amores, sucede-lhe a reedição, sem se verificar nesta qualquer alteração dos textos. Porém, em 1901, após diversas e demoradas diligências do escritor, surge a 3.^a edição, bastante modificada,

(*) Investigador. Sócio efectivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e director da Associação Portuguesa de Escritores.

Apartado 699 — 4012 Porto Codex — Portugal.

com supressões e acrescentos. É nestes textos novos que se verifica maior número de pistas etnográficas. Inclui mesmo três versões eruditas de contos populares num sector designado por Amorzinhos, complementado com a reformulação de uma fábula de Esopo, que já circulara como o primeiro dos anónimos Folhetos do Povo de que o contista se serviu na sua cruzada cívica em prol da alfabetização do povo da sua terra — Parábola dos Sete Vimes.

Na relação das Obras do autor, nas primeiras páginas do livro A Minha Candidatura por Mogadouro (Costumes Políticos em Portugal), editado em 1901, Trindade Coelho anunciava, através da rubrica Tradições e Etnografia: «In illo tempore, costumes e recordações da vida académica de Coimbra» e «O Senhor Sete, tradições populares da terra do autor» em via de publicação, e ainda «As Terras de Bragança» em preparação. É esta a primeira vez em que o autor mostra intenções de passar para livro as suas colaborações dispersas por jornais e revistas em que é patente o interesse etnográfico. Em correspondência, parcialmente inédita, ao editor e bibliófilo elvense Torres de Carvalho, tomámos conhecimento de que, neste mesmo ano de 1901, In illo tempore esteve a ponto de sair em Elvas. Recorde-se que o director de O Elvense foi quem publicou a maioria dos opúsculos do etnógrafo A. Tomás Pires. Porém, a edição das memórias coimbrãs tinha um fôlego incompatível com a artesanania do editor Torres de Carvalho, pelo que o livro apenas saiu em 1902, pela Livraria Aillaud & Cia., Paris-Lisboa. O Senhor Sete, por seu turno, apenas seria editado em 1961, no ano do centenário do nascimento de Trindade Coelho. Augusto da Costa Dias procedeu à recolha dos artigos dispersos por jornais e revistas como A Tradição, Tribuna e outros, ordenando-os e enriquecendo o volume com uma série de textos sobre literatura. Aparentemente, O Senhor Sete estava pronto em vida do seu autor, mas tal não acontecia — a menos que se tivesse perdido o manuscrito definitivo.

E temos A Terra de Bragança que deveria corresponder a mais um maço de dispersos, a que Trindade Coelho não deu corpo nos sete anos que se passaram até ao seu suicídio, em Agosto de 1908. A verdade é que o autor passou esse tempo entre o agravamento progressivo da sua neurastenia, os dissabores causados pela sua demissão de magistrado e impossibilidade de nível de vida compatível com a dignidade que lhe cabia, a par das tarefas jornalísticas e em livro, produzindo, para além de obras de Direito, o Manual Político do Cidadão Português, no culminar de um itinerário iniciado com os Folhetos para o Povo e o ABC do Povo. Na Ilustração Trasmontana de 1908 ainda assinalamos o recontar de uma história tradicional bragançana, Abre-te, ziombre!, que pela sua exemplaridade

recolhi na minha colectânea de Contos Populares Portugueses (*Mem Martins, Publicações Europa-América*). Mas há mais dispersos publicados e, recentemente, no espólio de Trindade Coelho, existente em Bragança, no Museu do Abade de Baçal, encontrei um conjunto de dezoito páginas pautadas com um manuscrito não assinado, mas indubitavelmente da autoria do contista de *Os Meus Amores*.

Pela sua leitura, verifica-se que este manuscrito se refere a Mogadouro, à Terra de Miranda, fornecendo algumas indicações sobre costumes de terras limítrofes, apresentadas como termo de comparação. O ramo cantado, por exemplo, caiu totalmente em desuso, mas as demais rubricas são ainda detectáveis na região, com especial destaque para aquelas menos espectaculares — caso das rezas e do botar dos papelinhos e dos ovos. Verifica-se uma nota de autor no primeiro dos textos e que a rubrica *Contra as quebraduras dos meninos* não foi redigida, encontrando-se inserida nas páginas referentes ao S. João. Trindade Coelho deve ter escrito isto pouco antes de desfechar um revólver contra o seu coração. Aliás, este é o único manuscrito inacabado que se conhece da sua maturidade. Escassos comentários comparativos ou minimamente científicos o escritor fazia acompanhar o resultado das suas observações. E dos seus inquéritos por interposta pessoa. Em devida altura revelaremos os postais de Trindade Coelho para o seu parente António de Albuquerque, que vivia em Mogadouro e a quem ele significativamente dedica o conto *À Lareira*, nos quais se poderá descobrir uma notável muleta para as memórias da infância e já de 1884, da juventude, de um dos nossos melhores contistas rústicos e obscuro colector de minúcias bragançanas de interesse etnográfico ⁽¹⁾.

(1) Ferreira Soares, num artigo sobre Trindade Coelho («Lusa», Viana do Castelo, n.º 35, de 15/8/1918) dá-nos notícia do escritor a veranejar em Espinho, agindo com aquilo que poderíamos chamar de *interesse etnográfico*: «...por ali o vimos muita vez rondando encarniçadamente os grupos de vareiros e vareiras que renhiam suas questiúnculas ou se confidenciavam os *casos* das suas *vidas*... Era de ver a ronha com que, despercebido, se colava a esses tipos do povo, ora simulando ler, muito absorvido, um jornal ou um livro, ora *perdendo* ali no chão qualquer objecto minúsculo, que demandava demorado rebuscar... Tudo traças do seu empenho em não parecer escutar, para que os exemplares estudados não desnaturassem o seu falar e maneiras, se se percebessem olhados. Iamos jurar que o escritor apontava no papel as frases e descrevia as atitudes que assim *caçava* à custa de trabalho beneditino». É bem possível que venha a encontrar algum texto de Trindade Coelho sobre os vareiros, pois ele tratou temas de etnografia de diversos outros pontos geográficos do país que não apenas os bragançanos. Veja-se o caso concreto da descrição «A procissão da Saúde», festa bem lisboeta, em «Branco e Negro», de 26 de Abril de 1896. Mas muitos outros exemplos há.



Hélog. Dujardin.

Trindade Coelho

Trindade Coelho (1861-1908)

OS INÉDITOS

O ramo cantado

O *ramo cantado* é um dos mais singulares atractivos das festas religiosas a Nossa Senhora. Não se canta o ramo em todas as festas, isto é, o ramo não é parte obrigada em tais solenidades. Mas quando a festa é mais *puxada*, por devoção de certos juizes e mordomos, ou simplesmente por despique e rivalidade com os juizes e mordomos dos outros anos, aparece o *ramo cantado*.

O *ramo* é uma espécie de andor, em pirâmide, arranjado com verduras e flores, e constituído de ramos menores, que se separam, enfeitados de doces, frutas, pão leve, bolos de leite, amêndoas de açúcar, rosquilhas, etc. (As rosquilhas aparecem às vezes em forma de escadinha de mão, mas em regra são redondas, e as melhores são as de *terra de Miranda*. Das amêndoas, as melhores são as de Moncorvo, grandes e em bicos rombos).

O ramo é arrematado em leilão no fim da festa, e em partes separadas, pelas *donzelas* que o cantam, e mais pessoal, que apregoam cada ramo por sua vez.

A *coroa* do ramo, isto é, a parte superior, é sempre a peça de mais valor, e em regra é arrematada pelos rapazes mais *puxados* da terra, que a elevam muitas vezes a bom preço.

Os *ramos* são de oliveira, buxo ou murta, em cujas hastes e folhas se prendem os doces e as frutas, que deles ficam pendentes.

Enquanto dura a festa de igreja, o ramo aguarda cá fora, debaixo do alpendre ou no adro. Mas terminadas a festa, isto é, encerrado o sacrário à volta da procissão, procede-se à cerimónia do *ramo cantado*, que é primeiro oferecido à Virgem e só depois leiloado, revertendo o produto da arrematação para o culto da mesma Virgem.

A oferta do ramo tem, porém, o seu cerimonial, e entram nele *dois terços*, cada um composto de 3 raparigas donzelas; um homem que se chama *a contra*, finalmente, do chamado *Anjo* ou *Embaixador*. A *oferendedeira* tem por missão especial oferecer ao Pároco uma peça do ramo, chamado *oferta*.

O cerimonial do «ramo cantado» consiste no seguinte.

À porta da capela ou igreja, o ramo em andor está às costas de 4 rapazes, rodeado por aquele pessoal.

O povo enche a capela ou igreja e chega ainda para a grande escolta do ramo, cá fora. Logo que o respectivo Pároco toma assento na cadeira

paroquial, que fica em regra no corpo da igreja, do grupo do pessoal do ramo destaca-se o *Embaixador* — vestido à antiga e com sabor guerreiro: calção, capa, chapéu emplumado, espadim, e *perna ligada* — e dirigindo-se aos da comitiva fala-lhes em verso desta forma:

*Já chegámos à igreja
Com prazer e alegria:
Vamos oferecer o ramo
À sempre Virgem Maria.*

*Núncio sou dum Deus supremo,
Ao mundo sou enviado
Para nele ser estimado
Como coisa sem extremo.*

*Celebrai, pois, ó devotos,
De tal sorte esta função,
Que vos não falte a modéstia
O fervor e a devoção.*

*E se à Virgem dirigis
A vossa terna homenagem,
Eu vou pedir-lhe vos dê
Até seu trono passagem;*

*Juntamente, a quem governa
Nesta função e igreja,
Pra que o Vosso externo culto
Do seu bom agrado seja.*

*Tende, pois, enquanto eu volto
As alampadas ardentes,
Porque há a diferença nas virgens
Entre as loucas e as prudentes.*

*Se tiver, como espero,
Bom despacho e requerimento,
Esp'rai que torne a voltar
Sem diferença dum momento.*

Em seguida, o Embaixador entra na igreja, e dirigindo-se para a cadeira paroquial, onde o Pároco está sentado, de sobrepeliz, barrete e estola, pára defronte e diz-lhe assim:

*Benemérito e digno Pároco
Desta paróquia e igreja,
Para amparo de indigentes
Vossa vida eterna seja!*

*Por mandado das devotas
Licença pedir-vos venho,
Da vossa condescendência
Fundadas esperanças tenho.*

*Mostrai-me vossa vontade
Por palavras ou por escrito,
Que faça fé às devotas
Vossa palavra e meu dito.*

*Já vejo que diz que sim,
Porque quem cala consente:
Entraí, devotas, cantando
Pelo meio dessa gente.*

Dirigindo-se a Nossa Senhora, no seu andor ao pé do altar, diz-lhe:

*Avé Maria de graça,
Avé Virgem gloriosa
Que merecestes a dita
De ser do paraíso rosa.*

*Desta missão incumbido,
Como pronto, embaixador
Vou dizer o ramo cantem
Em vossa honra e louvor.*

Em seguida, o Embaixador segue para a porta da igreja, onde as donzelas aguardam a resposta, e diz-lhe do limiar:

*Entraí, donzelas, cantando
Por essa capela acima,
Passai a vossa vergonha
Que eu também passei a minha.*

*Começai já sem demora
Vossa alegre melodia
Em louvor da Virgem Santa
Jesus, José e Maria.*

Vestida de branco, entra, porém, primeiro, a *oferendedeira* que leva nas mãos a oferta para o Pároco ⁽¹⁾ e também outra para Nossa Senhora: uma flor artificial ou mesmo uma vela, ou uma vela enfeitada com uma flor. Dirigindo-se ao Pároco, diz assim:

*Reverendíssimo senhor,
A quem humilde respeito,
Pedindo-vos atento escute
Das devotas o conceito.*

*Elas querem os seus cultos
À Virgem vir tributar,
Pedindo-lhes se digne ser
Nosso anjo tutelar.*

*E para mais pronto achar
Do seu bom agrado senhas,
Aceite-me este presente
Em dádivas quebrantam penhas.*

*Seja servido aceitá-lo;
Não é centeio nem trigo;
Se o não quiser todo, todo,
Faço-o em sortes comigo!*

Entregue a oferta ao Pároco, a *oferendedeira* vai oferecer a Nossa Senhora a que é para ela, e diz:

*Sobre mim inocentinha,
Desce ó Virgem teu olhar,
Minha oferta pequechinha
Vem, terna Mãe, alcançar.*

(1) Costuma ser um *pão leve* enfeitado de amêndoas doces, numa bandeja.

Depõe-lhe o ramo no andor, e logo, ao fundo da igreja, assoma, entrando, o préstito do ramo: na frente o Embaixador, as 6 donzelas com o *contra*, e atrás, aos ombros de 4 rapazes, o andor. A certa altura da igreja ou capela, o préstito pára, e é então que o 1.º terno ou grupo de 3 donzelas, começa, acompanhado do *contra*, a cantoria. Dizem assim os versos:

*Sois lírio cheiroso
Plantado em ribeira,
Em campo formoso
Formosa oliveira...*

*Quanto o mar abraça,
Quanto o sol rodeia,
Cheia sois de graça,
Sois de graça cheia.*

*Entre espinhos rosa,
Lírio junto d'água,
Sois toda formosa,
Em voz não há mágoa.*

Canta o 2.º terno, avançado:

*Sois a açucena mais pura
Que Deus no jardim criou,
Para ser feliz sacrário
Onde o Deus-Verbo encarnou.*

*As belezas que o bom Deus
Pelo mundo repartiu,
Em vós se encerram, Senhora,
Em vós é que se reuniu.*

*Vós que fostes escolhida
Por esse divino amor
Para trazer em vosso seio
Jesus Cristo redentor.*

Depois disto, cada uma das donzelas avança a oferecer à Virgem a sua vela ou a sua flor, dizendo-lhe a seguinte *lôa*:

A primeira:

*Salvé mil vezes salvé,
Dos céus ó astro luzente,
Virgem santa imaculada,
Filha e mãe do Omnipotente.*

A 2.^a:

*Ante vós, rainha excelsa,
Mãe clemente e carinhosa,
Minha oferta apresentar-vos
Venho humilde e respeitosa.*

A 3.^a:

*A minha oferta é mesquinha
Mas compensa a devoção
Com que venho recordar-vos
Santa filha de Leão.*

A 4.^a:

*De colher alguma flor
Dia nenhum deixarei,
E com ela a vossa fronte,
Virgem Santa, cingirei.*

A 5.^a e última, porque a outra, a 6.^a foi a *oferendedeira*:

*Tão grata me fora a vida
Entre sarças espinhosas!
Se por vós aceite fosse
Fôra brotada de rosas.*

Correr a rosca — Depois do ramo cantado, e enquanto se procede ao seu leilão, é costume em algumas terras *correr a rosca*. São corridas ao desafio, entre mulheres: as casadas desafiavam as solteiras, ou vice-versa; casadas; casadas desafiavam casadas; solteiras desafiavam solteiras.

A *meta* é uma rosca (pão doce) segura no ar por outra mulher: das que correm em desafio, a primeira que lhe toca é a que vence. Esta ganha a rosca, e a que perde dá-lhe dez reis. A vencedora tem de correr com outra.

Se no arraial há espanholas, as portuguesas desafiavam-nas.

Domingo de Páscoa

Na madrugada de domingo de Páscoa, é costume começarem os sinos a tocar ainda de noite, pois é crença que o primeiro rapaz que os tocar descobre um ninho de perdiz.

Dá isto em resultado que os rapazes disputam a valer a subida à torre do campanário, com o sentido no tal ninho, madrugando cada um o mais que pode.

E de facto, acontece às vezes que o encontram, — mas isso, já se vê, porque vão... procurá-lo!

Rezas

Quando se põe a galinha no choco. — A S. Brás contra as dores de peito e garganta.

Quando as mulheres põem uma pita (galinha) nos ovos para os chocar, dizem esta oração:

*Aqui boto esta pita
Em louvor de Santo Amador,
Que todos saiam frangas
Só um galo cantador.*

Outra:

*Aqui boti esta pita
Em louvor de S. Benedito,
Que saiam todos frangas
Só um galo bem bonito.*

A S. Brás, contra as dores de garganta e peito, reza-se esta oração:

*Ó Brás divino e santo,
Enchente de graça tanta,
Sêde nosso advogado
Em dores de peito e garganta.*

Rezas

— Para benzer as bebidas —

Por aqui passam Santa Luzia,
Três novelos em mãos trazia,
Com um nozela, com outro tapado,
Com outro as bebidas defugia.
Em laivos de Santa Luzia
Um Padre, Nosso e Ave-Maria.

* * *

Luzia protizosa,
Assombro de caridade,
Remedio copioso,
Dae-nos virta e claudete.

Aqui passam Santa Luzia,
Três livros em mãos levava,
Um por cada rezava,
Outro por cada lio,
Outro com que as bebidas curava.

Depois de dizer estas orações, a benzedoura faz umas cruzes
sobre o olho doente, e termina por lhe deitar uns « pó-
sinhos » de amassar-candi.

Para benzer a erisipela:

— *Donde vens tu, Pedro Paulo?*
— *Venho de Roma, Senhor*
— *Que viste por lá de novo?*
— *Morre muita gente de erisipela e erisipelão.*

— *Torna atrás, Pedro Paulo*
Com azeite de candeia
E com a espiga do pão,
Benze, cura e faz
E este mal curarás,
Adiante não irás.
Em louvor da Virgem Maria
Um Padre-Nossa e uma Avé-Maria.

A cerimónia das cruces é obrigada a uma espiga de pão molhada em azeite.

Para benzer as bebidas:

Por aqui passou Santa Luzia,
Três novelos na mão trazia,
Com um urdia, com outro tapava,
Com outro as bebidas desfazia.
Em louvor de Santa Luzia
Um Padre-Nosso e Avé-Maria.

*

* *

Luzia prodigiosa,
Assombro de castidade,
Remédio copioso,
Dai-nos vista e claridade.

Aqui passou Santa Luzia,
Três livros na mão levava,
Um por onde rezava,
Outro por onde lia,
Outro com que as bebidas curava.

Depois de dizer estas orações, a *benzedeira* faz umas cruces sobre o olho doente, e termina por lhe deitar uns «pósinhos» de açúcar-candi.

Contra as trovoadas

A Santa Bárbara:

*Santa Bárbara bendita
Que no céu estais escrita
Com papel e água benta,
Livrai-nos desta tormenta.*

Responso

*Santa Bárbara se vestiu e se calçou
Ao caminho se botou,
Jesus Cristo lhe disse:
— Tu, Bárbara, aonde vais?
— A amarrar as trovoadas.
— Amarra-as bem amarradas,
Lá prá serra do Marão,
Onde não haja vinho nem pão,
Nem cordeirinhos a mamar,*

*Nem tenreirinhos a berrar,
Onde só haja uma serpente
Que tenha 27 filhos
Que não tenha que lhes dar
Senão água de trovão
Que é leite de maldição.*

*

Quando *atroa*, há também o costume de acender uma vela, que deve ser de cera, a Santa Bárbara, ou então uma candeia de azeite.

Também se acende nessas ocasiões um pedaço do cepo que ardeu à lareira na noite de natal.

Há também o costume de defumar a casa com ramos bentos de domingo de ramos: rosmaninho, alecrim, buxo, oliveira, etc.

No intuito de *espalhar a trovoada*, há também o costume de *botar o santinho fora*, em regra é Santo António, cujo rosto se volta para a nuvem escura, que a vista do Santo desfaz...

Para benzer a água

Quando no campo se encontra água, na dúvida se será boa para beber, é costume benzê-la primeiro, rezando ao mesmo tempo esta oração:

*Aqui passou Nossa Senhora,
Com o seu livrinho na mão,
Se esta água tiver peçonha
Livrai-ma do coração.*

Da água corrente não se desconfia: — «Água corrente não mata gente».

S. João

Na noite de S. João, costumam «botar-se os papelinhos». Este costume popular consiste no seguinte. As raparigas casadouras fazem uma porção de bilhetes, cada um dos quais com o nome dum rapaz da sua simpatia, e deitam os bilhetes (*botam os papelinhos*) num copo de água. À meia-noite em ponto, esse copo é colocado à janela ou na varanda da casa, de modo a poder receber o orvalho da noite, e a isto chama-se pôr o copo a *serenar*.

Os bilhetes devem ser dobrados com duas dobras, em cruz; e aquele que aparecer de manhã aberta à tona de água é o que designa o noivo que S. João escolheu, e que o rapaz cujo nome lá está escrito. Este fica sendo então o eleito (o *namorado*, o *esposado*) da rapariga.

Acredita-se nisto como coisa certa; sendo assim, com efeito, que muitos namoros principiam, os quais, mercê da virtude de S. João, acabam... no casamento!

A operação é recíproca; isto é, os rapazes também «botam os papelinhos».

A «noite de S. João» é a da véspera do dia deste santo: isto é, 23 de Junho.

«Botar os ovos»

A operação de «botar os ovos» tem por fim saber a sorte das pessoas a quem se dedicam, pois destinam-se sempre a certas e determinadas pessoas. Consiste no seguinte. À meia-noite em ponto, na véspera de S. João (noite de 23 para 24 de Junho), quebra-se um ovo dentro dum copo de água, e põe-se este ao relento, numa janela ou varanda, a *serenar*. A *gema* do ovo precipita-se para o fundo do copo; mas a *clara*, essa como que se esfarrapa no volume da água formando os seus filamentos figuras caprichosas que se distinguem através do copo: qualquer coisa como um navio, uma torre, um castelo, etc. É essa figura o que representa o destino da pessoa que se tem em mente, e à qual o ovo é dedicado. Assim, se a figura representa um navio, ou ao menos uma coisa que a ele se assemelha, essa pessoa tem de embarcar, ser homem do mar ou coisa que o valha. Se é uma igreja «o que vem», a pessoa tem de ser padre, por exemplo... Se é um castelo, tem de ser guerreiro ou seguir a sorte das armas, etc., etc.

Cinco réis

Na noite de S. João, atiram-se *cinco reis* para uma fogueira. Depois, a pessoa que os atira passa duas vezes em cruz por cima da chama e diz:

*S. João de Deus amado,
S. João de Deus querido,
Deparai-me a minha sorte
Que Deus me tem prometido.*

No dia seguinte, dão-se aqueles 5 reis a um pobre do sexo contrário, e pede-se-lhe o nome: o nome do pobre é o da pessoa com que tem de casar o que lho pergunta.

O ramo de Santa Maria

Santa Maria é o nome duma planta que dizem viver do ar, pois que mesmo em casa vegeta, ainda depois de cortada. Na manhã de S. João é costume colher um ramo dessa planta, e, levando-o para casa, atar-se com um fio e dependurar-se.

Esta operação é geralmente dedicada a pessoas da família, que estão ausentes: — se a planta se conserva verde, e cria rebentos, sinal é que vai bem a vida a essa pessoa, e que a fortuna lhe corre propícia. Mas se, pelo contrário, a planta definha e seca, é contar que essa pessoa tem revezes na sua vida.

Contra as quebraduras dos meninos

.....

À dr.^a Maria Alcina Afonso dos Santos, directora do Museu do Abade de Baçal, os meus agradecimentos pelas facilidades concedidas.

V Á R I A

Notícia Sobre a Descoberta de Novas Pinturas Rupestres no Dólmen de Fontão (Paranhos da Beira — Seia)

1 — Introdução

Em Setembro de 1985, deslocámo-nos à zona de Gouveia, com o intuito de tentarmos localizar e proceder ao levantamento de uma inscultura que, eventualmente, poderia fornecer elementos para um estudo de arte rupestre que vimos desenvolvendo no norte do País. Complementarmente, projectámos uma visita a alguns megálitos das Beiras, pois que se trata de um tipo de monumentos integrados numa nossa outra linha de investigação.

Assim, no dia 2 de Setembro, tivemos oportunidade de visitar o dólmen de Fontão, situado em Vale da Igreja, Paranhos da Beira, concelho de Seia, distrito da Guarda.

Após alguns registos fotográficos, procurámos, naturalmente, observar o interior da câmara dolménica. Grande foi a nossa surpresa quando se nos deparou, num dos esteios laterais, uma pintura rupestre ainda em razoável estado de conservação.

Convencidos de que só das pinturas do esteio de cabeceira havia notícia publicada, e considerando a situação de emergência ⁽¹⁾, aproveitámos a circunstância favorável de estarmos munidos do material necessário, efectuando-se, então, o adequado levantamento.

2 — O Dólmen

Fica situado num terreno de planície (*chã*), quase à face da estrada n.º 231, que liga Viseu a Seia, a cerca de 1 Km a Norte de Paranhos da Beira, numa localidade chamada Vale da Igreja. O terreno envolvente está ocupado por um pomar de macieiras e pereiras, notando-se, também, algumas oliveiras. Contíguo, foi construído um grande tanque, em granito, para rega.

O monumento implanta-se a uma cota de cerca de 350 metros.

Uma das primeiras referências a este megálito deve-se a Martins Sarmento, em 1933 (SARMENTO, 1933, pp. 142-145). Aí inclui dois desenhos, frente e lado, fi-

⁽¹⁾ De facto, o interior do dólmen servia para arrecadação de produtos agrícolas, desconhecendo a proprietária, Sra. D. Cármen, a existência da pintura, bem como do seu interesse arqueológico. Sensibilizada para a importância da descoberta, de imediato e amavelmente aquela senhora nos permitiu efectuar os trabalhos de decalque.

cando-se com a ideia de que ainda possuiria restos de mamoa. Parece depreender-se da leitura do texto que à Anta de Fontão se refere (e não são muitas linhas) que este monumento teria galeria, embora as plantas que da mesma se conhecem a não registem, nem nós a vimos.

Ao referir-se às antas de Paranhos da Beira, Martins Sarmiento dá algum relevo à de Fontão, por ser a que se encontrava melhor conservada. Afirma, a dado passo: «A sua altura (referindo-nos sempre à parte descoberta dos suportes, não podendo calcular a parte ainda soterrada) é de 2 metros; a mesa tem 2,80 m no diâmetro do seu eixo, 3,05 m no diâmetro que cruza com ele.»

Reportando-se, ainda, às antas desta localidade, acentua: «Nenhuma delas tem gravuras». Exclui, contudo, a mesa da anta de Fontão, onde detectou duas cruzes, que considera marcas divisórias de propriedade.



Dólmen de Fontão (Paranhos da Beira — Seia). As pinturas encontram-se no esteio assinalado com o asterisco.

Quanto a estes monumentos terem sido cobertos por mamoa, Martins Sarmiento interroga-se, em nota, falando da Anta de Fundão (julgamos tratar-se de gralha tipográfica, devendo estar grafado Fontão): «(...) a anta não mostra hoje sinais de mamoa. Duas testemunhas presentes afirmaram que, ainda há pouco tempo, em torno dos suportes da anta, o solo se elevava cousa de meio metro acima do nível

actual. O nível do recinto interior é superior cerca de um palmo ao do solo circundante.» (SARMENTO, 1933, p. 148).

Quando interrogámos a proprietária, a este respeito, disse-nos que, em tempos, seu pai procedera ao alisamento da terra à volta do dólmen. Como quer que seja, nota-se, hoje, um desnível entre o piso da câmara e o solo envolvente, sendo aquele mais elevado.

O monumento foi escavado por Maximiano Apolinário, em 1885 (IRISALVA MOITA, 1966, 265-7), fazendo parte do seu espólio, que se encontra no Museu de Belém, fragmentos de cerâmica, parte de um vaso de fundo plano, pontas de seta losânicas, em sílex, e algumas lâminas.

A câmara tem, actualmente, cerca de 1,80 m de altura, enquanto o eixo E-W mede 3 m (medidas interiores).

Elizabeth Shee descreve-a como sendo constituída por 8 ortostatos, mas a planta que inclui (SHEE, 1981, p. 156) mostra que são 9 esteios, o que nós próprios confirmámos. Observámos, ainda, a existência de uma pedra, junto ao solo, na posição horizontal, na entrada da câmara, voltada a Este, dando a impressão de uma soleira. Parece ser o «ortostato baixo, no lado N/ da entrada da câmara» a que se refere E. Shee.

De salientar que os interstícios resultantes da junção dos esteios da câmara estão cimentados e pintados de branco, ao que não será estranho o facto de o dólmen ter sido habitado.

3 — As Pinturas

Não são muitas as pinturas existentes em dólmenes portugueses. No inventário de E. Shee, a propósito das pinturas megalíticas peninsulares (76 exemplos), aquela autora indica, para o grupo ao Sul do Mondego, o dólmen do Fontão, mas apenas com um único esteio decorado (SHEE, 1974, p. 108).

A mesma investigadora, em 1981, inclui este dólmen na sua síntese sobre Arte megalítica, referindo um pormenor que terá sido, até ao momento, o causador da ocultação para o mundo da ciência da importante pintura que agora publicamos, mas que, simultaneamente, a terá protegido! Elucida aquela autora que, quando o monumento foi habitado, o interior foi caiado de branco. Mais tarde, a pintura de cal começou a deteriorar-se, altura em que o Cónego Celso Tavares da Silva notou vestígios de decoração, limpando toda a cal do esteio de cabeceira. Só assim podemos compreender a razão porque aquele estudioso, que tão bem conhece a arte rupestre das Beiras, não se tenha apercebido das pinturas que agora revelamos.

3.1 — As pinturas do esteio de cabeceira

As dimensões do esteio de cabeceira, tomadas pelo interior, são, aproximadamente, as seguintes: altura: 2,00 m; largura: 1,50 m.

Os vestígios de pintura, de cor vermelha, são muito ténues, não sendo suficientemente esclarecedoras quanto à sua inteligibilidade. Porque já havia um levantamento

destas pinturas, entendemos dever dar prioridade ao levantamento daquelas que se nos afiguravam desconhecidas. Mesmo assim, anotamos algumas diferenças, já que, no nosso caderno de campo, registámos vestígios na parte inferior esquerda, o que não é visível no levantamento de que E. Shee nos dá conta (SHEE, 1981, fig. 53).



Decalque dos vestígios mais evidentes das pinturas do esteio lateral do dólmen de Fontão (Paranhos da Beira).

Confirmamos, isso sim, a existência de uma cruz, nesse levantamento representada, que nos parece de confecção recente. Pouco profunda, encontra-se na parte superior do esteio, quase ao centro, tendo 8 cm no braço vertical e 6 cm no horizontal. Shee interpreta os restos de pintura deste esteio como uma «guarnição» em forma de «dente de serra» de cada lado da pedra, admitindo que tenha havido algum desenho no centro do esteio.

Entretanto, foram feitos três furos na pedra, um dos quais afectou os vestígios do lado esquerdo.

3.2 — As novas pinturas

As pinturas a que este trabalho se refere encontram-se na face interna do 3.º esteio, a contar da entrada, lado esquerdo, o qual se encontra fracturado na parte superior.

As medidas deste ortostato, tomadas pela face interior, são as seguintes: largura: 1,15 m; altura: 1,70 m.

Desde a primeira observação nos apercebemos que os vestígios melhor conservados evidenciavam uma figura zoomórfica. Esta apresenta-se com 0,32 m de comprimento e 0,14 m de largura máxima à cauda e 0,19 m à cabeça, voltada no sentido do esteio de cabeceira.

Para procedermos ao levantamento humedeceu-se cuidadosamente a pedra, por processos não abrasivos, assim se avivando a cor das pinturas.

O levantamento efectuou-se por decalque directo sobre película de polivinilo. O material litológico do esteio é o granito, de cor clara, de grão fino a médio, de duas micas.

Junto à cauda do zoomorfo há um orifício, aberto a cinzel, de confecção recente, semelhante aos outros três do esteio de cabeceira. Só por feliz acaso não afectou a figura pintada.

Alguns centímetros acima, o esteio revela vestígios do que pode ter sido um círculo gravado, com uns 10 cm de diâmetro. Este motivo encontra-se sensivelmente na parte central da rocha, notando-se outros restos de pintura, mas sem leitura aparente.

O pigmento usado será o ocre vermelho (óxido de ferro), mas só uma análise laboratorial poderá indicar, com rigor, os seus componentes. Esta cor é, de resto, a mais usual nas pinturas megalíticas peninsulares.

Numa sumária análise a estas pinturas, somos surpreendidos pela melhor conservação da figura zoomórfica, face aos restantes vestígios.

A figura não apresenta uma grande dinâmica, sendo de notar o seu corpo estilizado. Tratar-se-á da representação de um cervídeo ou canídeo? Inclínamo-nos mais para a possível representação de um canídeo, figuras que também aparecem nas cenas da Orca dos Juncais, em Queiriga, Vila Nova de Paiva.

O corpo é constituído por um traço de 2,5 cm de espessura média, ligeiramente arqueado. Alguns restos de pintura definem, ainda, a cabeça. Dos membros, só um dos dianteiros está mais deteriorado. O desigual comprimento dos membros posteriores e a sua inserção paralela terá sido um artifício para criar a ilusão de perspectiva?

Resta relevar a importância da descoberta destas pinturas, especialmente pelo razoável estado de conservação do seu motivo mais visível, e esperar que se tomem medidas para a sua conservação, até porque se encontram nos esteios de um dólmen que está classificado como «monumento nacional» (Decr. de 16-6-1910).

EDUARDO JORGE LOPES DA SILVA

Grupo de Investigação Arqueológica do Norte
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

BIBLIOGRAFIA

- LEISNER, G., (1956), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, Der Westen*, Madrider Forschungen 1, Berlin.
- MOITA, Irisalva, (1966), *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta*, «Ethnos», 5.
- SARMENTO, Martins, (1933), *Dispersos*, Coimbra.
- SHEE, Elizabeth, (1974), *Painted Megalithic Art in Western Iberia*, Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, Vol. I, Porto.
- SHEE, Elizabeth Twohig, (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford.

Micrólitos Geométricos Provenientes de Monumentos Megalíticos do Norte de Portugal: Breve Nota

Introdução

Como é bem sabido, os micrólitos geométricos abundam nos túmulos megalíticos portugueses, nomeadamente da Beira e do Alentejo ⁽¹⁾, sendo também frequentes em grutas naturais utilizadas como necrópoles e em grutas artificiais; parece ocorrerem mais escassamente nos povoados fortificados calcolíticos do tipo V.^a N.^a de Pedro — Zambujal, e serem raros, ou estarem ausentes, nas sepulturas de falsa cúpula, tradicionalmente designadas *tholoi*.

Está por fazer uma tipologia sistemática deste tipo de artefactos, com base num critério de classificação uniforme, que poderia inspirar-se no que foi proposto pelo grupo de investigadores franceses que procuraram sistematizar a tipologia do instrumental epipaleolítico-mesolítico ⁽²⁾. Mais genericamente, há que rever as concepções habituais acerca do seu significado cronológico-cultural no âmbito da Pré-história recente do nosso país.

⁽¹⁾ V., por ex., V. Leisner, Micrólitos de tipo tardenoisense em dólmenes portugueses, *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, vol. II, 1970, pp. 195-198. A designação de «tardenoisenses» atribuída aos micrólitos portugueses é hoje obviamente obsoleta, como mostraram os trabalhos de Roche relativos a Muge.

⁽²⁾ Cf. G. E. E. M., Épipaléolithique-Mésolithique. Les microlithes géométriques, *Bull. de la Société Préhist. Française*, t. 66, 1969, Études et Travaux, pp. 355-366.

A presença de micrólitos em dólmenes de diferentes tipos e proporções, bem como noutros monumentos funerários, foi interpretada pelos Leisner como um «resíduo» cultural de filiação mesolítica, o qual provaria uma certa continuidade evolutiva entre «o povo dos concheiros» e o dos construtores de sepulcros colectivos. Escreveria V. Leisner em 1966 (3): «A Cultura Megalítica mantém, durante toda a sua existência, a ligação ao micrólito: o que constitui uma prova da sua origem indígena e da sua correspondência com o desenvolvimento local, estando desta forma, ainda, em contraste com as tholoi, nas quais, como acontece nos sepulcros de falsa cúpula de Los Millares, no Sudeste, faltam o micrólito e o machado cilíndrico.» Já ao comentar o material encontrado nas grutas artificiais do Casal do Pardo (Palmela), a mesma autora, juntamente com Zbyszewski e Veiga Ferreira (1961), considerava que: «Oriundos do Neolítico das grutas, o machado cilíndrico e a indústria microlítica (...) encontram-se como resíduos culturais nas grutas artificiais» (4). Por outro lado, no seu livro sobre as «Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz» (1951), os Leisner haviam integrado os micrólitos no material de época neolítica, considerando os segmentos de círculo, os trapézios simétricos e os triângulos escalenos como mais antigos, e os trapézios assimétricos como mais evolucionados; os mesmos autores notaram que o trapézio com «enchoche» na base menor é raro em dólmenes de corredor, aparecendo no entanto na Beira (5).

(3) V. Leisner, As diferentes fases do Neolítico em Portugal, *Arqueologia*, n.º 7, Junho 1983, p. 11 (artigo originalmente publicado em *Palaeohistoria*, XII, 1966).

(4) V. Leisner, G. Zbyszewski e O. V. Ferreira, *Les Grottes Artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1961, Memórias, n.º 8, p. 56. Nesta estação estão ausentes os segmentos de círculo, e os trapézios e triângulos isósceles são raros. Os tipos mais frequentes são os «trapézios iniquilaterais» (assimétricos com truncação maior alongada) e os «trapézios de base rectilínea». Os autores fazem notar a frequência do aparecimento dos micrólitos com uma «enchoche» na base menor, também presentes nas «cistas megalíticas» de Monchique, no Algarve. Mas acrescentam que um dos tipos mais característicos de Monchique, com uma forma quase rectangular, não aparece em Palmela, «cujos micrólitos se inserem nos tipos encontrados nos monumentos megalíticos e nas grutas ocidentais.»

Nas grutas artificiais de S. Pedro do Estoril não surgiram micrólitos, no entanto presentes em Alapraia (crescentes e trapézios) (cf., respectivamente, V. Leisner, A. do Paço e L. Ribeiro, *Grutas Artificiais de S. Pedro do Estoril*, Lisboa, s. ed., 1964; A. do Paço e E. Jalhay, *As grutas de Alapraia, Erotéria*, Lisboa, 6, 1942, p. 11; A. do Paço, *Necrópole de Alapraia, Academia Portuguesa de História. Anais*, Lisboa, 2.ª s., 6, 1955, pp. 23-140). A propósito de um micrólito trapezoidal da gruta IV, escreve Paço, no último trabalho citado: «Muito semelhante a outros da gruta II, de Porto Covo e mesmo de Cascais.»

(5) Os micrólitos dos dólmenes de Reguengos são divididos pelos autores em 8 tipos, que basicamente se podem integrar na classificação mais corrente em crescentes, trapézios (simétricos, assimétricos, e rectângulos) e triângulos. De notar que eles surgem nos mais variados tipos de antas, desde as de corredor curto, como a Anta 1 do Poço da Gateira, por ex., até às de corredor longo, entre as quais a Anta 1 da Farisoa. Na *tholos* da Comenda ocorreram dois micrólitos triangulares, embora os autores escrevam: «A falta de micrólitos é típica da cultura das tholoi.» (op. cit., p. 291). Diga-se, a propósito, que na *tholos* de Paimogo (Lourinhã) foi encontrado um segmento de círculo; na pág. 43 da respectiva monografia (Gally, Spindler, Trindade e V. Ferreira, *O Monumento Pré-histórico de Paimogo (Lourinhã)*, Lisboa, Assoc. dos Arqueól. Portg., 1973) voltam a referir a habitual relação deste tipo de artefactos com os monumentos megalíticos e as grutas artificiais.

Relativamente ao Alentejo Litoral, uma das áreas da Pré-história portuguesa mais sistematicamente estudadas, há que referir que J. Soares e C. T. da Silva encontraram no interior do dólmen da Palhota (Santiago do Cacém), triângulos (3) e trapézios (7). Os autores consideram que esta sepultura apresenta «marcada influência almeriense», podendo corresponder a «um momento avançado da fase média do desenvolvimento do megalitismo do Sul do País» (1.ª met. ou meados do 4.º mil. a. C.), e aproximam-na de outros monumentos da área ocidental costeira portuguesa (Figueira da Foz e região

É forçoso reconhecer que o trabalho sistemático dos Leisner, muito inspirados nos resultados (não publicados) das escavações de M. Heleno nos chamados «pequenos dólmenes» do Alto Alentejo, não teve até hoje a necessária continuidade, capaz de confirmar ou infirmar o quadro evolutivo que traçaram para o megalitismo português. Só recentemente P. Kalb ⁽⁶⁾ veio questionar, de forma oportuna, a pretensa, mas geralmente aceite, cronologia arcaica daqueles monumentos estudados por Heleno, tradicionalmente articulados com o ritual de enterramento individual, e com oferendas funerárias compostas por micrólitos e machados cilíndricos, com exclusão total ou quase total da cerâmica.

Seja como for, não restam dúvidas de que os micrólitos estão frequentemente presentes em monumentos de grandes dimensões, tanto no Alentejo, como na Beira Alta e noutras regiões. E, em dois casos, o do dólmen de Carapito 1 (Aguiar da Beira) e o da Anta Grande do Zambujeiro (Évora), eles parece estarem associados a uma fase antiga da utilização dos sepulcros. Na camada inferior de Carapito 1, datada pelo C14 de 2.900 ± 40 a. C., V. Leisner e L. Ribeiro encontraram um espólio que aquela autora considerou pertencer a um «Neolítico puro»: «micrólitos, lâminas sem retoque, artefactos de pedra polida (machado, objectos votivos, grandes contas de colar), assim como pequenas contas discóides de xisto em grande quantidade» ⁽⁷⁾. No caso do Zambujeiro, e como escreve P. Kalb, «durante o seu tempo de utilização uma das lajes da câmara caíu, separando assim inequivocamente uma fase mais antiga de uma mais recente. Debaxo do esteio tombado foram encontrados micrólitos, um machado de pedra e contas de «calaíte» [*sic*], enquanto que a cerâmica e os outros elementos que são considerados como característicos destes grandes túmulos de corredor (placas de ardósia, pontas de seta com retoque bifacial, etc.) apenas aparecem numa fase de utilização mais tardia» ⁽⁸⁾. A este respeito é também de citar a representação de uma cena de caça (certamente de carácter simbólico), num dos esteios pintados da Orca dos Juncais, na Beira Alta, em que os arqueiros utilizam pontas de seta terminando em gume (e portanto cortantes, não perfurantes), as quais podem corresponder a micrólitos geométricos. Trata-se, como é sabido, de um grande dólmen de câmara poligonal e corredor longo ⁽⁹⁾.

de Lisboa), contrastando-a com a fase inferior de utilização do monumento da Pedra Branca (Melides), que seria posterior, exprimindo-se, em termos de espólio, por uma abundância significativa de placas de xisto gravadas e de pontas de seta de base côncava, e poucos micrólitos (J. Soares e C. T. da Silva, O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém), *Setúbal Arqueológica*, 2-3, 1976-77, pp. 109-150; *idem*, *Pré-história da Área de Sines*, Lisboa, Gab. da Área de Sines, 1981, pp. 102-117).

Na zona de Lisboa, o dólmen de Casinhos (Loures), por ex., revelou 11 micrólitos, entre os quais 2 triângulos e 9 trapézios. Leisner, Zbyszewski e V. Ferreira (*Les Monuments Préhistoriques de Praia das Maças et de Casinhos*, Lisboa, Serv. Geológicos de Portugal, 1969, Memórias, n.º 16) consideram que estes artefactos «(...) mostram uma vez mais as relações da cultura dolménica com os estratos neolíticos da região», lembrando que eles «estão completamente ausentes nos dois sectores da Praia das Maças.» (*op. cit.*, p. 82).

⁽¹⁾ Philine Kalb, Zur relativen chronologie portugiesischer megalithgräber, *Madrider Mitteilungen*, 22, 1981, pp. 55-77. Agradecemos a Isabel Figueiral a tradução deste artigo para português.

⁽⁷⁾ V. Leisner, *op. cit.* na nota 3, pp. 11 e 13. V. também V. Leisner e L. Ribeiro, *Die dolmen von Carapito*, *Madrider Mitteilungen*, 9, 1968, pp. 11-62.

⁽⁸⁾ P. Kalb, *op. cit.* na nota 6, p. 69.

⁽⁹⁾ De forma simplista, certos autores interpretaram estas pinturas como anteriores ao monumento (*cf.* V. Leisner, *op. cit.* na nota 1, p. 198; O. V. Ferreira e M. Leitão, *Portugal Pré-histórico. Seu Enquadramento no Mediterrâneo*, Lisboa, Publ. Europa-América, s/d., p. 120).

Os micrólitos «megalíticos» do Norte de Portugal

Apresentamos a seguir um quadro descritivo de 26 micrólitos encontrados em dólmens situados a Norte do Douro (Quadro I) ⁽¹⁰⁾. Os de Penafiel, Vila do Conde e Carrazeda de Ansiães provêm de escavações antigas; os restantes, dos trabalhos efectuados nos últimos anos na Serra da Aboboreira, por vários autores, à excepção do da Mamoa 1 das Madorras em Trás-os-Montes, em curso de escavação por Huet Bacelar Gonçalves ⁽¹¹⁾. No Quadro II, onde também se incluíram alguns micrólitos encontrados por Domingos de Pinho Brandão nas mamoas de Escariz, já no concelho de Arouca (mas ainda na província do Douro Litoral) ⁽¹²⁾, encontra-se uma distribuição por tipos. Tratando-se, apenas, de um total de 33 objectos, as percentagens apresentadas são, por ora, de valor muito relativo.

Com base nas escavações da Aboboreira — onde, note-se, nunca apareceu uma única ponta de seta, apesar de já terem sido analisadas 24 mamoas, embora nem todas contenham dólmens — devemos dizer que micrólitos de vários tipos surgem nos mesmos monumentos, sem que possamos por ora diferenciá-los cronologicamente, se é que tal diferenciação tem algum sentido. Na Mamoa 1 de Outeiro de Ante, por exemplo, encontrámos em 1981, na parte inferior (embora não intacta) da câmara, junto ao granito da base, seis micrólitos, que devem pertencer à utilização inicial deste grande sepulcro de câmara aberta a nascente; três são segmentos de círculo, e outros três trapézios assimétricos, tendo um destes últimos a truncatura maior curta. Na Mamoa 2 de Cabritos, escavada em 1983, exumámos dois micrólitos, nas terras revolvidas da área da câmara, sendo um deles um trapézio e, o outro, um crescente.

Pela observação dos quadros, verificamos que, à escala do Norte de Portugal, os trapézios são os mais abundantes, seguidos dos segmentos de círculo e dos triângulos. Adentro dos trapézios, os trapézios assimétricos com truncatura maior alongada são os mais representados.

Quanto aos tipos de monumentos em que os micrólitos estudados ocorreram, devemos dizer que se não dispõe de dados suficientes para a caracterização dos antigamente escavados (e nunca publicados) em Penafiel (Monte Mozinho) e em Arouca (Escariz). A Mamoa 1 das Madorras (Sabrosa), é um monumento de grandes dimensões, com uma câmara enorme sustentada por um espesso contraforte, embora seja ainda prematuro afirmar se teria ou não corredor ⁽¹³⁾. O dólmen de Zedes é constituído por uma câmara poligonal de pequenas dimensões, com vestíbulo, e escassos

⁽¹⁰⁾ Os micrólitos provenientes de Penafiel e do monumento de Zedes encontram-se no Museu do Instituto de Antropologia da Fac. de Ciências do Porto; os de Guilhabeu, na colecção do Grémio da Lavoura de V.^a do Conde; os da Aboboreira, no Museu Municipal de Baião.

⁽¹¹⁾ Agradecemos a este arqueólogo a possibilidade que nos deu de incluir aqui dois micrólitos encontrados nas suas escavações, ainda inéditas, da Mamoa da Touta (Baião) e da Mamoa 1 das Madorras (Sabrosa) (um exemplar em cada uma).

⁽¹²⁾ Aguarda-se há vários anos a publicação dos resultados das escavações de Pinho Brandão em Escariz. Entretanto, devemos a este investigador a oportunidade que tivemos de realizar uma análise preliminar dos artefactos nelas exumados, o que agradecemos. Tais artefactos pertencem às colecções do Museu do Seminário Maior (Porto). Recentemente, na Mamoa 2 de Aliviada (Escariz), F. Augusto Silva exumou 16 micrólitos geométricos, entre os quais 9 trapézios (assimétricos), 4 segmentos e 3 triângulos (cf. F. A. P. da Silva, Escavações da Mamoa 2 da Aliviada (Aliviada) — Escariz. Arouca 1984, *Arqueologia*, 15, Junho 1987 (em preparação).

⁽¹³⁾ Informação pessoal de Huet B. Gonçalves, que agradecemos.

QUADRO I

N.º de ordem	Proveniência	Tipologia	Matéria-prima	Dimensões		
				Comp.	Larg.	Esp.
1	Praina do Loureiro, Mozinho (Penafiel)	Trapézio assimétrico com truncatura maior alongada	Sílex	2,7 cm	0,9 cm	0,2 cm
2	Idem	Idem	Idem	3,2 cm	1,4 cm	0,3 cm
3	Praina do Loureiro n.º 11	Idem	Idem	2,7 cm	1,1 cm	0,3 cm
4	Idem	Trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	Idem	2,8 cm	1,2 cm	0,3 cm
5	Idem	Segmento de círculo largo	Idem	2,9 cm	1,1 cm	0,3 cm
6	Idem	Trapézio assimétrico com truncatura maior alongada (forma próxima de um segmento)	Idem	2,5 cm	1,1 cm	0,3 cm
7	Idem	Segmento de círculo largo (assimétrico)	Idem	2,5 cm	1,2 cm	0,4 cm
8	Praina do Loureiro (?)	Trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	Jaspe	2,5 cm	1,1 cm	0,4 cm
9	Idem	Trapézio assimétrico com truncatura maior alongada	Sílex	3 cm	1,2 cm	0,3 cm
10	P. T. B. n.º 7 (Perto da Tapada de Baltar, Penafiel?)	Trapézio fragmentado (talvez trap. simétrico com truncaturas muito oblíquas)	Idem	3 cm	1,4 cm	0,3 cm
11	Mamoas de Guilhabreu (Vila do Conde)	Trapézio simétrico com truncatura maior alongada	Idem	2,3 cm	1,3 cm	0,3 cm
12	Idem	Trapézio simétrico (?) com truncaturas muito oblíquas (fragmentado)	Idem	1,9 cm	1 cm	0,3 cm
13	Idem	Triângulo isósceles	Idem	1,8 cm	1,2 cm	0,3 cm

QUADRO I (cont.)

N.º de ordem	Proveniência	Tipologia	Matéria-prima	Dimensões		
				Comp.	Larg.	Esp.
14	Mamoas 1 de Outeiro de Ante (Baião)	Trapézio assimétrico com trancatura maior alongada	Idem	2,8 cm	1,1 cm	0,3 cm
15	Idem	Trapézio assimétrico com trancatura maior curta	Sílex	2,5 cm	1 cm	0,3 cm
16	Idem	Trapézio assimétrico com trancatura maior alongada (forma limite entre o trapézio e o segmento de círculo)	Idem	2,8 cm	1,2 cm	0,4 cm
17	Idem	Segmento largo	Idem	2,9 cm	1,3 cm	0,3 cm
18	Idem	Idem	Idem	2,6 cm	1,3 cm	0,3 cm
19	Idem	Idem	Idem	2,7 cm	1,3 cm	0,2 cm
20	Mamoas 3 de Outeiro de Ante (Baião)	Segmento	Idem	2,6 cm	0,8 cm	0,3 cm
21	Mamoas 1 da Abogalheira (Amarante)	Trapézio assimétrico com trancatura maior alongada	Idem	3,1 cm	1,5 cm	0,4 cm
22	Mamoas 2 de Cabritos (Amarante)	Trapézio assimétrico com trancatura maior curta	Idem	2,4 cm	1,3 cm	0,3 cm
23	Idem	Segmento largo, assimétrico	Idem	2,3 cm	1,1 cm	0,3 cm
24	Mamoas da Touta (Baião)	Trapézio assimétrico com trancatura maior alongada	Idem	3 cm	1 cm	0,3 cm
25	Dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães)	Triângulo escaleno	Idem	3,6 cm	1,5 cm	0,3 cm
26	Mamoas 1 de Madorras (Sabrosa)	Segmento largo	Idem	2,3 cm	1,1 cm	0,3 cm

QUADRO II

Proveniência	Triângulos		Segmentos de círculo	Trapézios		
	Isósceles	Escalenos		Simétricos com truncaturas muito oblíquas	Assimétricos com truncatura maior curta	Assimétricos com truncatura maior alongada
Praina do Loureiro (Penafiel)						2
Praina do Loureiro n.º 11 (Penafiel)			2 (largos)	1		2
Praina do Loureiro (?)				1		1
P. T. B. n.º 7 (Perto da Tapada de Baltar, Penafiel?)				1 (?)		
Mamoas de Guilhabreu (Vila do Conde)	1			1 (?)		1
Mamoas 1 de Outeiro de Ante (Baião)			3 (largos)		1	2
Mamoas 3 de Outeiro de Ante (Baião)			1			
Mamoas 1 da Abogalheira (Amarante)						1
Mamoas 2 de Cabritos (Amarante)			1 (largo)		1	
Mamoas da Touta (Baião)						1
Dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães)		1				
Mamoas 1 de Madorras (Sabrosa)			1 (largo)			
Mamoas do Tio Manel — Escariz (Arouca)	2		1 (largo)			2
Mamoas 2 de Alviada — Escariz (Arouca)			1 (largo)			1
Totais e percentagens	3 9 %	1 3 %	10 30 %	4 12 %	2 6 %	13 39 %

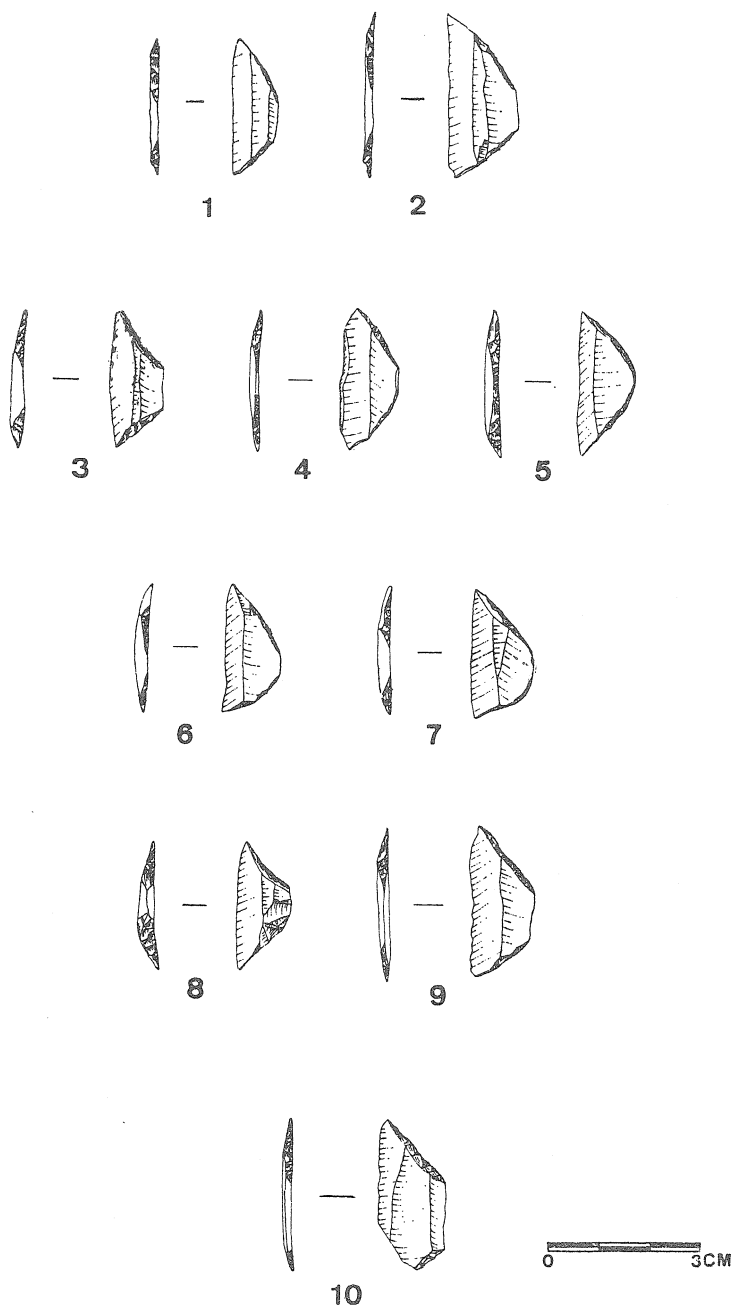


Fig. 1 — Micrólitos geométricos das mamoadas do Monte Mozinho (Penafiel): Praina do Loureiro (1 a 9) e Tapada de Baltar (?) (10) (quadro 1, n.ºs 1 a 10). Desenhos de S. O. Jorge.

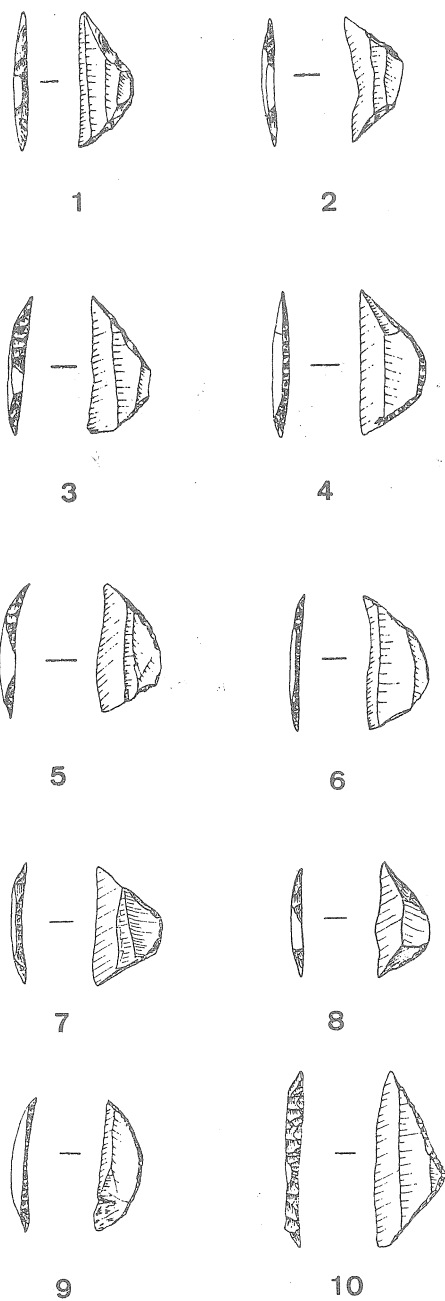


Fig. 2 — Micrólitos provenientes da Mamoa 1 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira) (1 a 6), da Mamoa 2 de Cabritos (Idem) (7 e 8), da Mamoa 3 de Outeiro de Ante (Idem) (9) e do Dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães) (10) (quadro 1, n.ºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 20 e 25, respectivamente). Desenhos de S. O. Jorge.

vestígios de mamoa (14). Os dólmenes da Aboboreira constantes dos quadros são todos desprovidos de corredor, embora as suas dimensões e tipologia variem consideravelmente; todos teriam câmara fechada, à excepção do de Outeiro de Ante 1, como dissemos. A cronologia que apontamos para o conjunto dos monumentos desta necrópole que revelaram micrólitos situar-se-á, *grosso modo*, entre os últimos séculos dos IV.º e os primeiros séculos do III.º milénio a. C.; mas faltam-nos ainda muitas outras datações pelo C14 para podermos ser mais precisos. *A priori* nada impediria a sua contemporaneidade genérica com as fases de construção e de utilização dos grandes dólmenes beirões já datados.

Dada a presença de pontas de seta de retoque bifacial, quase sempre de base convexa, triangular, e com frequência de grandes dimensões, noutros monumentos megalíticos do Norte de Portugal (15), um dos quais revelou, recentemente, mais de 70 desses artefactos (16), põe-se a questão de saber se estes materiais coexistiram, em certa fase, com a utilização de micrólitos, ou se, pelo contrário, os vieram substituir numa fase média (e, eventualmente, recente?) do megalitismo, como têm proposto alguns investigadores galegos para a sua região (17). Terão tais pontas de seta — cuja cronologia é por ora incerta — convivido ainda, pelo menos em certos casos, com o campaniforme? Os monumentos da Barrosa (Caminha), Chafé (Viana do Castelo) e Guilhabreu (Vila do Conde) continuam, simultaneamente, fragmentos campaniformes e pontas de seta, mas em condições de jazida imprecisas ou inconclusivas (18). Seja como for, este é um dos aspectos interessantes que as pesquisas em curso tentarão resolver (19).

Porto, Maio de 1986.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto

(14) V. J. R. dos Santos Júnior, *Pinturas Megalíticas no Concelho de Carrazeda de Ansiães*, Porto, Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 1930; V. O. Jorge, *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Fac. Letras (diss. de doutoram., policopiada), 1982, vol. I, p. 465.

(15) V. Susana O. Jorge, Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal, *Minia*, 2.ª s., vol. 1, 2, 1978, pp. 99-175; V. O. Jorge, *op. cit.* na nota 14, pp. 744-750.

(16) Cf. E. J. Lopes da Silva e J. A. Maia Marques, Escavação da Mamoa de Chafé — Viana do Castelo (Notícia preliminar), *Arqueologia*, 13, Junho 1986, Notícias, pp. 207-208.

(17) Cf. A. Rodrigues Casal, O Megalitismo na Galiza. A sua problemática e o estado actual da investigación. *Actas da I.ª Mesa-redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, C. E. A. P., 1979, p. 109; idem, O megalitismo Galego: a problemática suscitada a partir das investigações mais recentes, *Portugalía*, n. s., vol. IV/V, 1983/84, p.50. Quanto a nós, as periodizações apontadas por este autor são prematuras, além de que, *a priori* parecem, simplistas.

(18) Além da notícia cit. na nota anterior, v. V. O. Jorge, *op. cit.* na nota 14, pp. 424-425 e pp. 488-489. Nesta obra citam-se os trabalhos resultantes das escavações em Barrosa (M. Sarmento, Castro Nunes) e Guilhabreu (E. Pinto e A. do Paço).

(19) A presente nótula corresponde à reformulação de uma alínea da parte D, cap. I, da dissert. de doutoram. do autor. Cf. *op. cit.* na nota 14, pp. 741-744. Após a sua entrega para publicação, durante a campanha de trabalhos de 1986, diversas mamoas escavadas no Norte do país revelaram novos micrólitos, com destaque para uma das mamoas de Sanhoane, Mogadouro (Leste de Trás-os-Montes), estudada por M.ª de Jesus Sanches, da Fac. de Letras do Porto. Como se vê a dinâmica das investigações a que felizmente se assiste torna rapidamente ultrapassada qualquer tentativa de balanço dos resultados obtidos.

A Necrópole Megalítica da Serra do Alvão

Introdução

O planalto da Serra do Alvão albergou um importante conjunto de monumentos megalíticos, muito conhecido, tanto nacional como internacionalmente, pelo seu elevado número, concentração em pequenas áreas, diversidade arquitectónica e, sobretudo, pelo espólio que forneceu. Já no século XIX, traduzindo a importância da necrópole, a região é denominada por alguns autores «pátria dos dólmenes» ⁽¹⁾ e, durante muito tempo, foi considerada o foco originário de todo o megalitismo peninsular ⁽²⁾, alimentando as páginas de revistas especializadas, que discutiam, em especial, a peculiaridade do numeroso espólio recolhido nestes monumentos ⁽³⁾.

Os dólmenes da Serra do Alvão começaram a ser escavados em Dezembro de 1894 pelos padres José Isidro Brenha, da Póvoa de Varzim, e Raphael Rodrigues, de Telões que, em Dezembro de 1895, anunciavam ter já escavado 56 daqueles monumentos ⁽⁴⁾. Tais trabalhos, realizados com o objectivo quase único de recolha de objectos, representaram o primeiro factor de degradação destes monumentos. Os seus autores dão-nos notícia desse facto ao afirmarem, em textos que então publicaram, que «este dólmen foi pouco antes de nós o explorarmos, deitado ao chão, para transportarem alguns esteios para a vizinha povoação de Paredes ⁽⁵⁾ ou, «...já estão devassados» ⁽⁶⁾, «foi escavado pelas mulheres de Carrazedo» ⁽⁷⁾ ou ainda, em escrito redigido alguns anos depois das escavações «já nada resta deste dólmen, todas as pedras foram arrancadas para a parede d'um tapado» ⁽⁸⁾.

Estas acções, levadas a cabo por populares, quer para aproveitamento das lajes de granito, quer em busca de «tesouros», por vezes em nítida disputa com as escavações empreendidas pelos párocos, tiveram um efeito destrutivo prolongado ao longo de anos. Aliás, o aparecimento de tesouros monetários na região (moedas romanas e, mesmo, visigodas), decorrentes da permanência romana, levou à associação de tais achados aos monumentos megalíticos, popularmente conhecidos por «casas dos mouros», e à quase permanente violação dos dólmenes e mamoas em busca de tais tesouros.

Em 1910 os dólmenes do Alvão são classificados como monumentos nacionais, ainda que genericamente e sem qualquer localização geográfica ⁽⁹⁾. Tal medida não obistou a que, na década de 40, a Junta de Colonização Interna promovesse o aproveitamento agrícola de vastas áreas da região, as mais irrigadas, iniciando-se uma

(1) Nomeadamente pelo dr. Pedro A. Ferreira (Abade de Miragaia) em textos publicados na «Enciclopédia das Famílias» e em «O Agiólogo Português».

(2) *Vd. BOSCH-GIMPERA, P., Etnología de la Península Ibérica, Barcelona, 1932; id., El Poblamiento Antiguo y la Formación de los Pueblos de España, México, 1944; id., Prehistoria de Europa, Madrid, 1975, p. 199.*

(3) Vejam-se, p. ex., os artigos publicados por Ricardo Severo, A. Mendes Corrêa e Bégouen na revista *Portugalia e Trabalhos da Soc. Port. de Antropologia e Etnologia*.

(4) RODRIGUES, Raphael, *Dólmenes ou antas de Villa Pouca de Aguiar*, «O Archeologo Português», I (12), Lx., 1895, p. 346.

(5) *Id., ibidem*, p. 349.

(6) *Id., ibidem*, p. 348.

(7) BRENHA, José, *Dólmenes ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar*, «Portugalia», I (4), Porto, 1903, p. 697.

(8) *Id., ibidem*, p. 696.

(9) Dec.-Lei de 16 de Junho, publicado no *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de Junho.

sistemática acção destruidora dos vestígios arqueológicos ali existentes. E, em 1961, o Dr. Fernando Bandeira Ferreira, na qualidade de vogal da antiga Junta Nacional da Educação, informava aquela entidade «da completa ou quase completa destruição dos dólmenes existentes na Serra do Alvão» e que «a destruição (...) da necrópole do Alvão é mais um caso, e bem grave infelizmente, dada a excepcional importância desse conjunto dolménico» (10). Em 1980, a Comissão «ad hoc» do Instituto Português do Património Cultural «atendendo ao elevado interesse arqueológico da Serra do Alvão (...) considera de máxima urgência a realização do levantamento arqueológico daquela área» (11).

É neste contexto que, em Junho de 1981, no âmbito das actividades do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, o signatário realiza na região da Serra do Alvão prospecções com vista ao levantamento cartográfico dos monumentos megalíticos e uma avaliação do seu estado de conservação. São os resultados do trabalho de campo então feito, bem como as recomendações emitidas, que agora se publicam, julgando-se, assim, contribuir para um melhor conhecimento do megalitismo transmontano e sensibilizar investigadores e entidades para o seu estudo e conservação (12).

Quadro geológico e geográfico da região

A Serra do Alvão integra-se na cadeia montanhosa que, de Norte para Sul, separa duas regiões naturais: o *Entre-Douro-e-Minho* e o *Alto Trás-os-Montes*. De facto, as serras do Gerês e da Cabreira, a Norte, junto à Galiza, e as serras do Alvão e do Marão, a Sul, constituem a barreira natural que isola as duas regiões, proporcionando-lhes diferenças profundas, directamente relacionadas com o contraste climático. A cadeia de relevos mencionados constitui o principal obstáculo à entrada de influências oceânicas que, conjuntamente com a Serra de Montemuro, a Sul do Douro, isolam a região, ocasionando um clima de influências continentais e excessivo (Invernos prolongados e rigorosos e Verões muito quentes), húmido e pluvioso, a Oeste, e mais seco, na região oriental.

Região de vales profundos, na maior parte de origem tectónica, possui um substrato geológico arcaico (Antecâmbrico e Paleozóico), constituído por xistos, grauvaques, quartzitos e gneiss, com intrusões de rochas eruptivas (granitos, rochas básicas, etc.). As características do relevo e do solo, associadas ao ambiente climático, condicionam profundamente a organização da vida na região: exploração do solo, povoamento, relações económicas, arquitectura, etc. (13).

A Serra do Alvão é limitada, genericamente, pelos vales dos rios Tâmega, a Oeste, Cabil e Corgo, a SO e pelo Avelâmes e ribeira de Vidago, a NO e Norte.

(10) «Nota acerca da necrópole dolménica da Serra do Alvão», apresentada à 2.ª Sub-secção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação, em 19 de Maio de 1961.

(11) Parecer emitido pela Comissão «ad hoc» do Instituto Português do Património Cultural, em 7 de Outubro de 1980.

(12) Os trabalhos foram subsidiados pelo Instituto Português do Património Cultural e tiveram o apoio da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e dos Serviços Florestais de Vila Real, entidades a quem expressamos os nossos agradecimentos.

(13) Sobre a geografia e geomorfologia da região veja-se, entre outros, DIAS, Jorge, *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro*, Lisboa, 1949; TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra, 1932; FERREIRA, H. Amorim, *O Clima de Portugal. III — Trás-os-Montes*, Lisboa, 1943; CASTRO PORTUGAL, J. A. R., *Materiais para o estudo da riqueza mineralógica da Província de Trás-os-Montes (Portugal)*, Porto, 1921.

A Sul, a veiga da Campeã separa-a do maciço montanhoso do Marão, de que é, aliás, um prolongamento.

A cobertura vegetal da região não é uniforme; podemos dividi-la em duas áreas distintas: as encostas, com o carvalho, da espécie *Quercus pyrenaica*, o sobreiro e a azinheira, e os vales, de clima mais suave, com algumas espécies mediterrânicas.

Cartografia da região

Carta Militar de Portugal, escala de 1:25 000, folhas n.ºs 73 (Rib.ª de Pena), 101 (Ermida — Mondim de Basto), 60 (Vidago — Chaves), 87 (Vilar de Ferreiros — Mondim de Basto), 74 (Vila Pouca de Aguiar), 88 (Telões — Vila Pouca de Aguiar) e 102 (Vila Real).

Carta Corográfica de Portugal, escala de 1:50 000, folhas n.ºs 6-A (Rib.ª de Pena), 6-B (V.ª Pouca de Aguiar), 6-C (Mondim de Basto), 6-D (Vila Real) e 10-A (Peso da Régua).

Toponímia

O levantamento toponímico da região em estudo permitiu a referenciação de um conjunto significativo de designações locais, quer referentes a monumentos megalíticos, quer a outros vestígios arqueológicos ou com interesse para o estudo da ocupação da região em épocas mais recentes, da cobertura vegetal, etc.

— *topónimos indicativos, por vezes, de monumentos funerários, nomeadamente megalíticos:*

antas, freg. de Afonsim e Gouvães da Serra; *arcas*, freg. de Soutelo de Aguiar; *campas*, freg. de Soutelo de Aguiar; *cancelas*, freg. de Soutelo de Aguiar; *eiras*, freg. de Afonsim e Vilarinho de Samardã; *fontelo*, freg. de Soutelo de Aguiar; *fornalhas* e *foros*, freg. de Afonsim, Soutelinho (Telões) e Lamas de Olo; *mamoas*, freg. de Afonsim; *mouros*, (casa dos), freg. de Afonsim; *cabanas*, freg. de Afonsim; *portela*, freg. de Afonsim e Soutelo de Aguiar;

— *outros topónimos com interesse arqueológico:*

cidadelha, freg. de V. Pouca de Aguiar; *castelo(s)*, freg. de Vidago, S. Salvador e Capeludos; *castelão*, freg. de Pensalves;

— *antroponímicos antigos, alusivos a propriedades rústicas:*

Telões, freg. do mesmo nome («villa» *Tellonis*); *Afonsim*, freg. do mesmo nome («villa» *Fonsini*); *Tourencinho*, freg. de Telões (do nome pessoal *Taurenciun-*); *Tresminas*, freg. de Vreia de Bornes (antigo *Tresmires*, patronímico de *Trasimirus*);

— *topónimos de origem botânica:*

Reboredo e *Rebordochão*, do latim *roburetu-* (carvalho); *Biduedo*, do latim *betuletu-* (videiro); *Sabroso*, do latim *soverosu-* (sobreiro); *Nuzedo*, do latim *nucelu-* (nogueira); *Carrazedo*, do latim *carecet-* (carvalho); *Filhagoza*, do latim *filicosa*, por *filcosa* > *filgosa* (feto); *Salgueiral*, do latim *salix* (salgueiro).

Os dados bibliográficos

A bibliografia sobre os monumentos megalíticos e outros vestígios arqueológicos da Serra do Alvão e regiões limítrofes é numerosa e dela se dá nota, sucintamente, no final deste artigo. É o resultado quer das explorações arqueológicas realizadas nos finais do século passado e princípios deste pelos padres José Brenha e Raphael Rodrigues e, mais tarde, por Henrique Botelho, quer da polémica, que durou longos anos, alimentada pelo aparecimento, num dos dólmenes do Alvão, de «figuras idoliiformes» e placas com «símbolos alfabetiformes» (14). Partindo dessa antiga bibliografia, e do mapa publicado por Raphael Rodrigues em «O Archeologo Português» (15) ainda que bastante impreciso e de difícil interpretação, é possível definir as principais áreas de implantação de monumentos megalíticos (vd. quadro anexo interpretativo do referido mapa) a considerar num trabalho de prospecção.

QUADRO I — Identificação das áreas de implantação, seg. a cartografia actual, dos monumentos referenciados por R. Rodrigues em «O Arch. Port.» (1895).

N.º Mon.	Localização	Total
1- 2	Fonte da Chã (Portela da Chã), a NO de Soutelo de Aguiar	2
3-23	Chã de Arcas, a Sul e SO de Carrazedo do Alvão	21
24-28	Chã do Prado, a O de Soutelinho	5
29	Alto do Catorino, a O de Carrazedo do Alvão	1
30-34	Lixa do Alvão	4
35-38	Paredes do Alvão, Frieiro	4
39-43	Falperra	5
44-50	Trandeiras	7
51-52	Chã de Lagoa/Nabal, a NE de Sta. Marta do Alvão	2
53-54	Veiga do Alvão, a NE de Sta. Marta do Alvão	2
55-58	Praina do Vale da Chã/Lameiro do Fragão, a E de Balugueira	4
59-66	Cabanas	8
67-68	Alto Minheu	2
69-71	Praina dos Molhadinhos, a SE de Afonsim	3
	TOTAL	71

A prospecção

O trabalho de campo processou-se a partir dos dados bibliográficos, toponímicos e cartográficos, inicialmente, e informações orais, obtidas localmente, depois. O planalto do Alvão foi exaustivamente observado, em especial as áreas mais própi-

(14) Cfr. SEVERO, Ricardo, *Commentario ao Espolio dos Dolmens do Concelho de Villa Pouca d'Aguiar*, «Portugalia», I (4), Porto, 1903.

(15) Vol. I (12), 1895, pp. 346-352.

cias (chãs) localizadas nos concelhos de V.^a Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena e Vila Real ⁽¹⁶⁾. A observação do terreno permitiu a localização dos seguintes monumentos e vestígios arqueológicos (vd. mapa anexo):

1. monumentos megalíticos

— *Chã das Arcas*, Carrazedo do Alvão, freg. de Soutelo de Aguiar. Conjunto de seis mamoas, muito destruídas, localizadas em terrenos agricultados, no sítio localmente denominado *Chã das Arcas*, a Sul e a Norte da estrada municipal que, partindo da estrada nacional 206, conduz à povoação de Gouvães da Serra. Três das mamoas são detectáveis apenas por vestígios muito ténues, não sendo possível definir os respectivos diâmetros, e nas três restantes são ainda visíveis alguns esteios da câmara funerária.

— *Alto do Catorino*, Carrazedo do Alvão, freg. de Soutelo de Aguiar. Mamoa com cerca de 20 metros de diâmetro e 2 metros de altura; câmara poligonal com sete esteios sensivelmente *in situ*; é ainda observável uma grande laje obliterando a entrada da câmara e um esteio (deslocado) da cabeceira.

— *Alto de S. Jorge*, freg. de Gouvães da Serra. Mamoa muito destruída, com cerca de 12 metros de diâmetro, apresentando, na parte central, grande cratera de violação e três esteios da câmara, deslocados. Localiza-se a SSO do marco geodésico de S. Jorge, a cerca de 400 metros.

— *Trás-do-Outeiro*, Trandeiras, freg. de Afonsim. Conjunto de quatro mamoas de pequenas dimensões (10 a 12 metros de diâmetro), muito destruídas, três delas com alguns esteios da câmara. Situam-se a NE da povoação de Trandeiras no sítio de *Fontelos*.

— *Mamoa*, Trandeiras, freg. de Afonsim. Localiza-se no lugar de *Mamoa*, a SO da povoação de Trandeiras, em terrenos agricultados. São apenas visíveis vestígios da mamoa.

— *Alto das Hortinhas*, freg. de Afonsim. Mamoa muito destruída, com cerca de oito metros de diâmetro; sem vestígios da câmara megalítica, apresenta grande cratera na parte central. Conhecida localmente por *casa dos mouros*.

— *Alto do Bezerral*, freg. de Afonsim. Conjunto de duas mamoas, com cerca de 10 metros de diâmetro, muito destruídas. Não são observáveis esteios de câmara.

— *Monte Minheu*, freg. de Afonsim. Mamoa com cerca de 12 metros de diâmetro, câmara muito remexida, apresentando sete esteios, deslocados. Localiza-se a cerca de 350 metros SE do marco geodésico do *Minheu* e a 100 metros para Norte do caminho carreteiro que, de Trandeiras, conduz àquele sítio.

— *Alto do Facho*, freg. de Salvador, conc. de Rib.^a de Pena. Conjunto de três mamoas situadas na chã compreendida entre os outeiros denominados *Alto do Facho* e *Alto da Subidade*.

⁽¹⁶⁾ Agradecemos ao Sr. P.^o João Parente, de Vila Marim, as informações prestadas relativas aos monumentos que terão existido nas freguesias da Campeã, Quintã, Mouços, Mondrões, etc., já no concelho de Vila Real, bem como a indicação, no concelho de Ribeira de Pena, da importante estação de arte rupestre de *Lamelas*. Neste concelho, após a realização do trabalho de campo, tivemos notícia da existência de alguns outros monumentos megalíticos, ainda na área da Serra do Alvão, já referenciados por Mário de Menezes, *Notícias arqueológicas do concelho de Ribeira de Pena*, «O Arch. Port.», vol. XXVII, Lx., 1925-26, pp. 29-48 e, mais recentemente, por Manuel José Carvalho Martins, *O Santuário rupestre de Lamelas (Ribeira de Pena)*, Câmara Municipal, 1981, que não tivemos oportunidade de observar directamente. Mencionam-se neste inventário sob reserva.

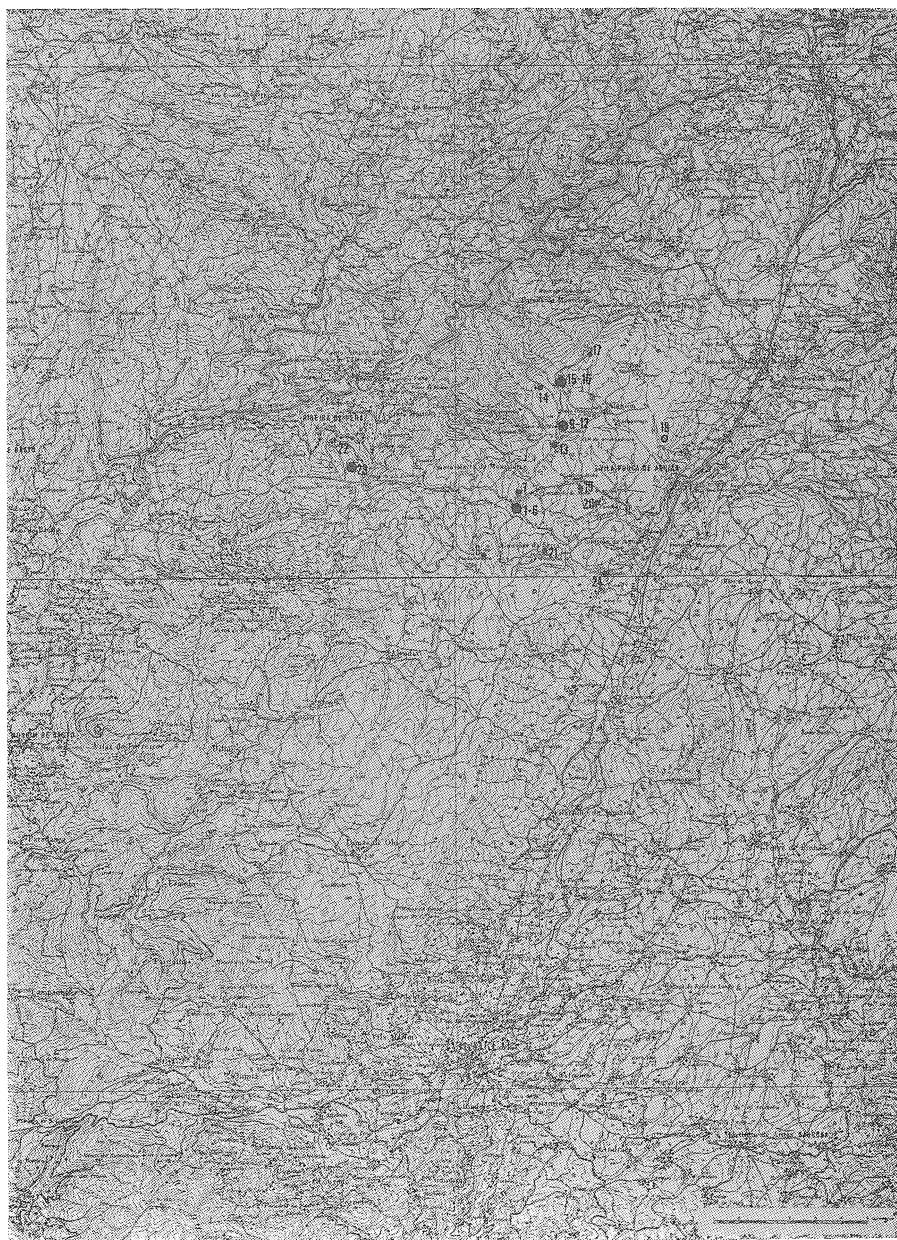


Fig. 1 — Localização dos monumentos referenciados no presente trabalho (*Carta Corográfica de Portugal*, fls. 6 e 10, esc.: 1:100 000): 1 a 6 — Mamoas de *Chã de Arcas*; 7 — Mamoa do *Alto do Catorino*; 8 — Mamoa do *Alto de S. Jorge*; 9 a 12 — Mamoas de *Trás-do-Outeiro*; 13 — Mamoa do sítio do mesmo nome; 14 — Mamoa do *Alto das Hortinhas*; 15 e 16 — Mamoas do *Bezerral*; 17 — Mamoa do *Alto Minheu*; 18 — Reduto fortificado de *Cidadelha*; 19 — Sepulturas antropomórficas de *Lixa do Alvão*; 20 — Sep. antropomórficas de *Paredes*; 21 — Sep. antrop. de *Povoação*; 22 — Estação de Arte Rupestre de *Lamelas*; 23 — Mamoas do *Alto do Facho*; 24 — Castelo de *Aguiar da Pena*.



Fig. 2 — Mamoa 4 de *Chã de Arcas* (Carrazedo do Alvão, freg. de Soutelo de Aguiar).

Outros monumentos

— *Reduto fortificado de Cidadelha*, freg. de V.^a Pouca de Aguiar. Esporão granítico, de difícil acesso, particularmente nos sectores Sul e Oeste, apresentando nessa área uma encosta escarpada e íngreme virada ao vale do rio Avelâmes, a montante da povoação de Cidadelha. Nos sectores Norte e Nordeste é observável um troço de muralha, de pedra aparelhada e possança, em algumas zonas, de 2 metros. A Norte, a passagem de acesso, recentemente destruída. Embora o topónimo *Cidadelha* remeta para a existência de um povoado fortificado, provavelmente de pequenas dimensões, a julgar pelo diminutivo revelado pelo topónimo (do latim *civitatula* > *civitatricula* (diminutivo latino-vulgar) e o local ofereça boas condições de defesa, a inexistências de quaisquer outros vestígios não permite a identificação segura, cronológica e funcional, da estação.

— *Sepulturas escavadas na rocha*, Lixa do Alvão, freg. de Soutelo de Aguiar. Conjunto de seis sepulturas escavadas na rocha, situadas nas proximidades do caminho carreteiro que, da povoação de Lixa do Alvão, conduz às zonas agrícolas localizadas a Sul desta. Sem tampa, apresentam planta antropomórfica, orientadas no sentido O-E e N-S ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁷⁾ Sobre a ocupação medieval da região veja-se o recente artigo de BARROCA, Mário Jorge e MORAIS, António Joaquim C., *Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar)*, «Arqueologia», 8, Porto, Dez.º 1983, pp. 92-102.

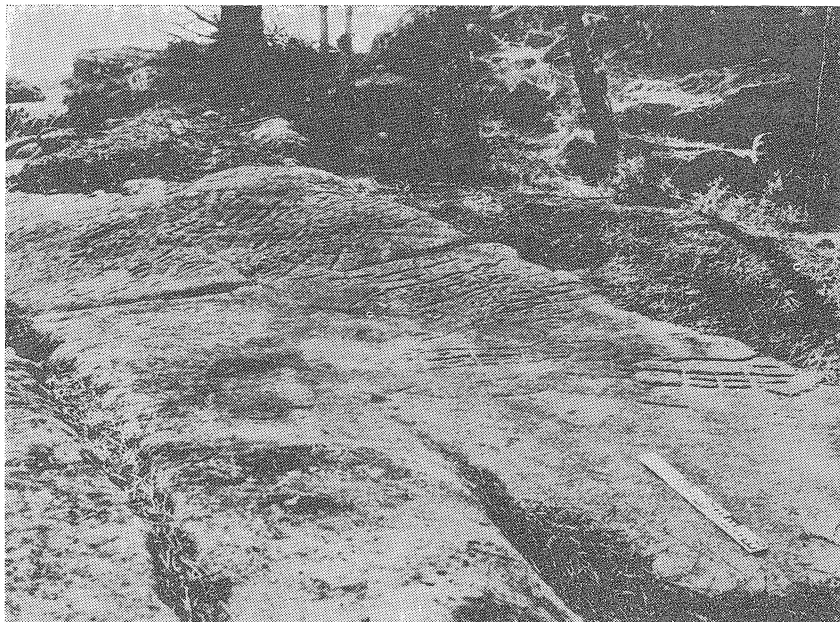


Fig. 3 — Estação de arte rupestre de *Lamelas* (freg. de Salvador conc. de Ribeira da Pena).

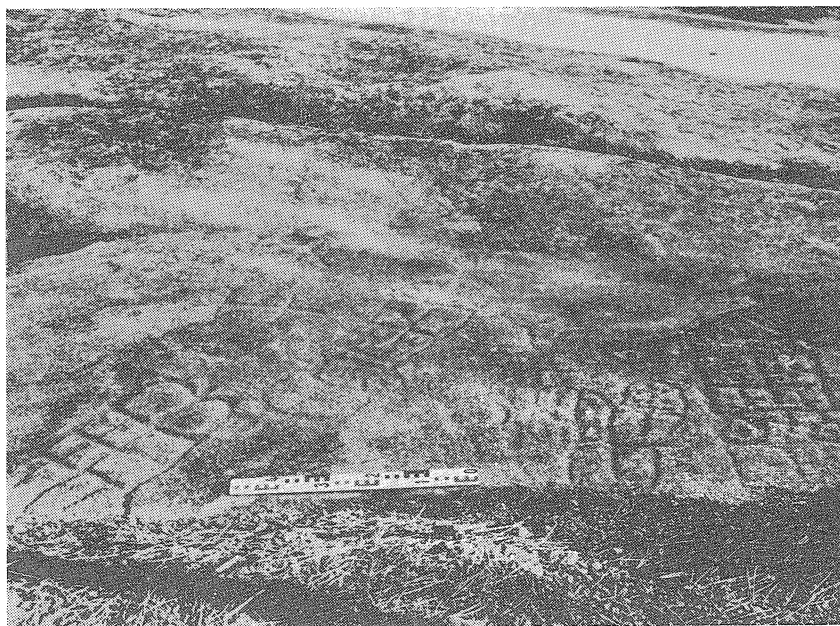


Fig. 4 — *Idem*, pormenor.

— *Sepulturas escavadas na rocha*, Paredes, freg. de Soutelo de Aguiar. Conjunto de quatro sepulturas escavadas na rocha, de planta antropomórfica, orientadas no sentido O-E, sem tampa; situam-se em afloramento rochoso junto à Escola Primária de Paredes do Alvão.

— *Sepulturas escavadas na rocha*, Povoação, freg. de Soutelo de Aguiar. Conjunto de 9 sepulturas situadas na *Bouça dos Pardieiros*, a NE do lugar de Povoação e a Norte das *Fragas do Miradouro*; sem tampa, apresentam plantas antropomórficas, rectangulares e sub-rectangulares.

— *Gravuras rupestres de Lamelas*, freg. de Salvador, conc. de Ribeira de Pena. Estação de arte rupestre localizada no sítio denominado *Eiras*, constituída por afloramento granítico de grandes dimensões (18 x 11 metros), fossa, de configuração ovóide, semi-cavada na extremidade nascente do bloco, e fossas de pequenas dimensões abertas em afloramentos graníticos existentes nas proximidades. A superfície superior do afloramento granítico, de aspecto aplanado, encontra-se coberta de insculpturas rupestres, nomeadamente círculos com covinhas, cruciformes, linhas, pontos e «reticulados», além de figuras compostas⁽¹⁸⁾.

— *Castelo de Aguiar*, freg. de Telões, conc. de Vila Pouca de Aguiar. Castelo «roqueiro», cabeça militar da Terra de Aguiar da Pena, situado nas proximidades da povoação de Pontido, em esporão granítico, com boas condições de defesa⁽¹⁹⁾.

Em conclusão

As prospecções desenvolvidas no planalto da Serra do Alvão permitiram verificar que, num curto espaço de tempo, foi destruído um significativo número de monumento megalíticos, apesar de se encontrarem classificados como monumentos nacionais, ficando a necrópole reduzida a cerca de duas dezenas de mamoa ou seus vestígios. A degradação dos monumentos acentuou-se, nos anos 40, com os arroteamentos levados a cabo pela Junta de Colonização Interna.

O espólio exumado por Raphael Rodrigues, José Brenha e Henrique Botelho, originalmente conservado nas suas colecções particulares e, posteriormente, distribuído pelos museus de Póvoa de Varzim, Museu de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», Arquivo Distrital de V. Real e Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, sem qualquer identificação, na maior parte dos casos, torna-o inútil a uma investigação séria porquanto não é possível, actualmente, distinguir o material proveniente da Serra do Alvão do de outras regiões e isolar as peças de cada um dos monumentos. Aliás, a situação referida não tem causa recente pois já nos primeiros escritos daqueles clérigos se notam contradições na descrição, quantidade e origem

⁽¹⁸⁾ O estudo científico desta estação encontra-se por fazer, apesar do trabalho publicado por MARTINS, Manuel José Carvalho, *O Santuário Rupestre de Lamelas (Rib. de Pena)*, Câmara Municipal, 1981. Bastante impreciso na localização e descrição dos monumentos e, sobretudo, na interpretação e enquadramento teórico das gravuras rupestres de *Lamelas*, tem, contudo, o mérito de revelar a existência de materiais metálicos campaniformes, inéditos, encontrados, seg. o autor, «junto à mamoa da Geia» (vd. Des. 1).

⁽¹⁹⁾ Em 1982, nas imediações do estradão que contorna o esporão onde se implanta o Castelo de Aguiar e que, do Pontido, se dirige para a povoação do Castelo, começou a ser escavada pela Dr.^a Susana Oliveira Jorge um importante habitat da Pré-história recente. Vd., da autora, *Aspectos da evolução pré-histórica do Norte de Portugal durante o III e o II milénios a.C.*, «Portugalia», nova série, IV-V, Porto, 1983-84, pp. 97-107; *id.*, *Datas de C14 para a Pré-história Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas*, «Arqueologia», 12, Porto, Dez.º 1985, pp. 154-183.

das peças, escassos anos após a realização das escavações. Desta situação nos dá notícia, também, o casal Leisner que, na década de 50, acerca do espólio do Alvão nos diz que «infelizmente, o material das antas do Alvão (...) conserva-se sem distribuição dos objectos pelas diferentes antas» (20).

Após a conclusão dos trabalhos, propusemos ao Instituto Português do Património Cultural um conjunto de medidas relativas à Serra do Alvão (muitas delas já concretizadas através do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte), nomeadamente:

1. o desenvolvimento de acções de sensibilização da população para o património arqueológico local (contactos com as autarquias, exposições, etc.), no entendimento de que a melhor forma de preservar o património é interessar as populações pelo que existe nas suas regiões (21);

2. a classificação, como imóvel de interesse público, da *Mamoia do Alto do Catorino*, por se encontrar em relativamente bom estado de conservação e representar o vestígio actual mais significativo da importante necrópole megalítica do Alvão;

3. o estudo da *Estação de Arte Rupestre de Lamelas* (Rib.^a de Pena), sem dúvida uma das mais importantes estações de arte rupestre do Norte de Portugal, e sua classificação como imóvel de interesse público;

4. a classificação, como imóvel de interesse público, do *Recinto fortificado de Cidadelha*, pelo seu inegável interesse arqueológico e bom estado de conservação das muralhas (22);

5. o restauro e conservação do *Castelo de Aguiar*, monumento nacional (23), a emprender pelo departamento competente;

6. a organização e classificação tipológica do espólio arqueológico existente no Arquivo Distrital de Vila Real, proporcionando-lhe melhores condições de exposição, numa perspectiva didáctica (24);

7. o restauro do vaso cerâmico proveniente da *Anta das Carvalhas Alvas* (Parada do Corgo, V.^a Pouca de Aguiar), existente no Arquivo Distrital de Vila Real, fragmentado e em condições deficientes de conservação, o único vaso, de entre o numeroso espólio dos dólmenes escavados nos finais do século passado e princípios

(20) Cfr. LEISNER, Georg e Vera, *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1951.

(21) Apesar de muitos monumentos se encontrarem classificados e, aparentemente, protegidos, as populações e, muitas vezes, as próprias autarquias, não têm disso conhecimento. Torna-se urgente, paralelamente ao incremento de classificação de vestígios e monumentos a que se tem assistido nos últimos anos, por acção dos Serviços Regionais de Arqueologia do I. P. P. C., o desenvolvimento de acções de informação e sensibilização para o património local. Em Vila Pouca de Aguiar, e nesse sentido, efectuámos, de colaboração com o Dr. Francisco de Sande Lemos, na Câmara Municipal, uma palestra sobre Megalitismo. Posteriormente, outros investigadores que ali trabalham, têm divulgado o resultado dos seus trabalhos na região. A autarquia, por outro lado, tem manifestado um renovado interesse em criar o Museu Concelhio.

(22) A *Mamoia do Alto Catorino* (Soutelo de Aguiar, V. Pouca de Aguiar), a *Estação de Arte Rupestre de Lamelas* (Salvador, Rib.^a de Pena) e o *Recinto fortificado de Cidadelha* (freg. e conc. de V. Pouca de Aguiar) foram, entretanto, classificados como imóveis de interesse público, aguardando-se a publicação do respectivo Dec.-Lei no «Diário da República». Vd. «Informação Arqueológica» n.ºs 5 e 6, respectivamente de 1985 e 1986, pp. 262 e 204.

(23) Dec. n.º 28/82, de 26 de Fevereiro.

(24) Uma parte do espólio da colecção de Raphael Rodrigues foi adquirida pela Assembleia Distrital de Vila Real, encontrando-se precariamente conservada; não sendo possível identificar a proveniência da maior parte dos materiais, seria desejável a sua organização e utilização com fins didácticos.

deste pelos padres Brenha e Rodrigues, cuja proveniência é possível ser determinada (25);

8. o desenvolvimento de um plano de investigação, que incluía sondagens e escavações dos vestígios dos monumentos megalíticos, com o objectivo de recolher, numa perspectiva de defesa do património através do seu estudo, as informações que tais monumentos poderão, ainda, fornecer, seguido de acções de restauro e conservação.

DOMINGOS JESUS DA CRUZ

Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Manuel de, *Notícias archeológicas de Trás-os-Montes*, «O Arch. Port.», I, Lisboa, 1985, pp. 130-136.
- BOTELHO, Henrique, *Duas necrópoles no concelho de Villa-Pouca-de-Aguiar*, «O Arch. Port.», III, Lx., 1897, p. 256.
- , *Dolmens no concelho de Villa Real*, «O Arch. Port.», II, Lx., 1896, pp. 298-299; *ibidem*, VI, 1901, pp. 164-167.
- , *Arqueologia de Trás-os-Montes*, «O Arch. Port.», IX, Lx., 1904, pp. 49-52 e 166-170.
- BRENHA, José, *Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar*, «Portugalia», I (4), Porto, 1903, pp. 691-706.
- CUEVILLAS, F. López, *La época megalítica en el Noroeste de la Península*, «Cesaraugusta», 13-14, Zaragoza, 1959, pp. 21-77.
- MENEZES, Mário de, *Notícias arqueológicas do concelho de Ribeira de Pena*, «O Arch. Port.», XXVII, Lx., 1925-1926, pp. 29-48.
- RODRIGUES, Raphael, *Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar*, «O Arch. Port.», I, Lx., 1895, pp. 36-37 e 346-52.
- , *Archeologia transmontana. Primeiras explorações archeológicas no concelho de Villa Pouca de Aguiar*, «Encyclopédia das Famílias», n.º 20 e segs., Porto, 1895-1900.
- SEVERO, Ricardo, *As necrópoles dolmênicas de Traz-os-Montes*, «Portugalia», I (4), Porto, 1903, pp. 687-690; *ibidem*, *Commentario ao espólio dos dolmens do concelho de Villa Pouca d'Aguiar*, pp. 707-750.
- , *Novas descobertas de ourivesaria proto-histórica*, «Portugalia», II (1), Porto, 1905, pp. 109-110.
- , *Les dolmens de Villa Pouca de Aguiar (Questions d'authenticité)*, «Portugalia», II (1), Porto, 1905, pp. 113-117.
- , *O bracelete d'ouro de Tellões*, «Portugalia», II, Porto, 1905, p. 283.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Dolmens do concelho de Villa Pouca de Aguiar*, «O Arch. Port.», II, Lx., 1896, pp. 231-33.
- , *Religiões da Lusitânia*, I, Lx., Imp. Nacional, 1897.
- , *Estátua de um guerreiro lusitano*, «O Arch. Port.», VII, Lx., 1092, p. 23.
- , *Coisas Velhas*, «O Arq. Port.», XXII, Lx., 1917, pp. 158-165.

(25) O espólio da *Anta das Carvalhas Alvas* foi publicado por LEISNER, Vera., *Nota sobre um vaso transmontano*, «Arqueologia e História», 8.ª série, III, Lisboa, 1958, pp. 145-153.

Posteriormente existem vestígios da ocupação durante as épocas do Bronze e do Ferro, comprovado pela cerâmica de engobe brunido encontrada neste local ⁽³⁾, assim como pelas três estelas recolhidas por Tavares Proença e datáveis do Bronze Final ⁽⁴⁾.

Efectuaram-se ainda achados arqueológicos reveladores da romanização ⁽⁵⁾, alguns dos quais depositamos no Museu de Castelo Branco, conjuntamente com a peça em estudo.

Procuramos hoje dar a conhecer um novo testemunho arqueológico que identificamos neste local, permitindo uma vez mais atestar a importância desta estação no campo da arqueologia regional.

2 — Fibula Transmontana — Tipo SCHULE 4 h

As fíbula do tipo transmontano comportam na sua fisionomia quatro elementos base: *arco*, *pé eixo*, *mola* e *fusilhão* apresentando assim determinadas particularidades estruturais, que as diferenciam dos restantes tipos de produção peninsular e os quais passamos a descrever.

O *arco* possui, invariavelmente, a forma duma naveta invertida independentemente do seu traçado ser ogival, parabólico ou semicircular.

O *eixo* é constituído por uma peça solta que vai enfiar na cabeça do *arco* e do *fusilhão*, em forma de argola.

De dimensões reduzidas, o *pé*, prolonga-se por um apêndice caudal volumoso.

As decorações, quando as tem, apresentam-se quase sempre no *arco* e no apêndice caudal, por vezes de modo barroco.

2.1 — Descrição da peça

Fíbula incompleta em Bronze, conservando ainda o *arco*, o *pé* e o *descanso*.

O *arco* apresenta-se semicircular, decorado longitudinalmente por um sulco, delimitado por dois traços paralelos e por largas molduras transversais nos extremos.

O *pé* é triangular e ao alargar-se lateralmente forma o *descanso*.

⁽³⁾ João Carlos Pires Caninas, *Cerâmica de engobe brunido de S. Martinho*, in «Preservação», n.º 2, Castelo Branco, s/d.

⁽⁴⁾ Martín Almagro, *Las estelas decoradas del sudoeste Peninsular*, «Biblioteca Prehistórica Hispana», vol. VIII, Madrid, 1966; Mário Varela Gomes e J. Pinho Monteiro, *As estelas decoradas da herdade do Pomar (Ervidel-Beja) — Estudo comparado*, «Setúbal Arqueológica», vol. II-III, Setúbal 1976-77, pp. 281-343.

⁽⁵⁾ José Manuel Garcia, *Contributo para a compreensão das divindades do «Grupo Band» — Uma nova ara*, «Conimbriga», vol. XV, Coimbra, 1976, pp. 147-150; *Epigrafia e Romanização de Castelo Branco*, «Conimbriga», vol. XVIII, Coimbra 1979, pp. 149-167; José Manuel Garcia e Manuel Leitão, *Inscrições romanas do Monte de S. Martinho — Castelo Branco*, «Cadernos de Epigrafia» n.º 6, Castelo Branco 1982.

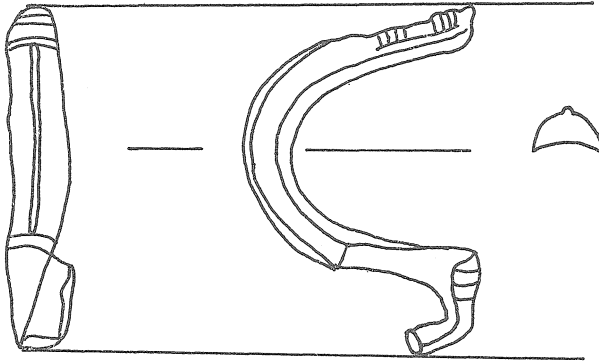


Fig. 2 — Fíbula transmontana, Esc 1:4

2.2 — Centro criador e difusor

Aponta-se este tipo de fíbula como sendo originária de uma área geográfica determinada pela cultura dos *Verracos* ou da sua influência, situando-se territorialmente o seu centro criador nos conventos de *Bracara* e *Lucus*.

Freijeiro ⁽⁶⁾ atribui pois a estes povos o fabrico e divulgação deste tipo de fíbula, alegando que o mesmo coincide com a área das «rudes esculturas animais-cas». Teria pois como centro difusor toda a Galiza, tratando-se contudo de um dado ainda pouco seguro.

É, baseando-se neste aspecto, que Salete da Ponte afirma, ainda que com certas reservas, que «é provável que a produção destas fíbulas estejam relacionadas com a cultura dos *Verracos*» ⁽⁷⁾.

Aponta a mesma autora ⁽⁸⁾ a presença em larga escala destas fíbulas em Galiza (Outeiro de Baltar) e no norte de Portugal (prov. de Trás-os-Montes), encontrando-se ainda espalhadas por toda a parte norte da Península, não ultrapassando contudo o Rio Tejo ⁽⁹⁾.

Dada a presença de um número razoável deste tipo de fíbulas, em Castros Galaico-Portugueses ⁽¹⁰⁾, poderá pois levar-nos a pensar ser aqui o seu centro de criação e difusão. Para suporte desta teoria, convém ainda apontar as relações comerciais e culturais, que na época deveriam ter existido entre a Galiza e o norte de Portugal ⁽¹¹⁾.

⁽⁶⁾ A. Blanco Freijeiro, *Origen y Relaciones de la Orfebrería castreña*, Santiago de Compostela, 12, 1957.

⁽⁷⁾ Salete da Ponte, *Fíbulas Pré-romanas e romanas de Conimbriga*, «Conimbriga», vol. XII, Coimbra 1973, p. 170.

⁽⁸⁾ Salete da Ponte, *Fíbulas de Conimbriga*, p. 170.

⁽⁹⁾ Wilhelm Schüle. *Die Mesetalkulturen der Iberischen Halbinsel*, Madrid 1969; *Las más antiguas fíbulas con pie alto y ballesta*, Madrid 1961.

⁽¹⁰⁾ Salete da Ponte, *A génese das fíbulas do noroeste Peninsular*, «Actas do I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. II, Guimarães 1980, p. 115.

⁽¹¹⁾ P. Bosch — Gimpera, *Two Celtic Waves in Spain*, «Paletnologia de la Península Ibérica», Asturia, 1974, p. 721.

Sob o ponto de vista cronológico, vários autores são unânimes em afirmar que este tipo poderá ter sido posterior ao séc. IV a. C..

Observa ainda Schüle (12) que no norte são frequentes em Povoados que demonstraram ter tido uma ocupação no período romano. Também o Povoadado de S. Martinho, local de onde provém a peça aqui em estudo, foi fortemente influenciado pela romanização (13).

MANUEL LEITÃO

Do Centro de Estudos Epigráficos da Peira.
Sócio Efectivo da SPAE

Alusão a louça comprada em Melides em 1712

A olaria constitui uma actividade tradicional da aldeia de Melides (e seus arredores), sede da freguesia do mesmo nome, outrora pertencente ao concelho de Santiago do Cacém e, no presente, ao de Grândola (1). Não obstante ser na região voz corrente que esta indústria nela se encontra desde tempos antigos, tal não foi ainda comprovado documentalmente.

Devemos assinalar que a evolução da produção barrista melidense — de que a elaboração actual e as peças depositadas em colecções, quer públicas, quer privadas, oferecem apenas uma pálida e incompleta imagem — está, na sua quase totalidade, por historiar. A bibliografia local a que se tem acesso é muito reduzida, ascendendo ao último vinténio do século XVIII, em data não distante de 1800, com as parcas referências que fez a seu respeito o primeiro monógrafo de Santiago do Cacém, Padre Frei Bernardo Falcão Murzello, no tomo manuscrito das *Memórias sobre a Antiga Miróbriga* (2), dados que foram reproduzidos praticamente na íntegra por um outro sacerdote investigador da zona, António de Macedo e Silva (3).

No âmbito das pesquisas que efectuamos sobre a cerâmica popular do Baixo Alentejo, temos intentado examinar as diferentes fontes documentais que podem fornecer elementos para o conhecimento do passado do núcleo oleiro de Melides. Entre os registos das instituições e corporações locais e regionais, percorremos os que correspondem às confrarias de carácter religioso e assistencial, como é o caso das

(12) Wilhelm Schüle, *Las más antiguas fibulas...*, p. 150.

(13) Cf. nota 5.

(1) A freguesia de Melides dependeu do concelho de Santiago do Cacém até 24 de Outubro de 1855, data em que passou para o de Grândola. Voltou a ser incorporada em Santiago do Cacém de 22 de Dezembro de 1870 a 26 de Setembro de 1895.

(2) BERNARDO FALCÃO, *Memórias sobre a Antiga Miróbriga*, ms., s./d. (Santiago do Cacém, Biblioteca da Família Arraes Falcão Beja da Costa, s./n.), fl. n. n.

(3) ANTONIO DE MACEDO E SILVA, *Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem [...]*, Beja, 1866, p. 130; *ibid.*, 2.ª ed., Lisboa, 1869, p. 70.

Misericórdias. Este trabalho levou-nos a encontrar, em papéis procedentes de uma das irmandades referidas, a informação que adiante se transcreve e que, por ser a mais antiga que alcançámos acerca de peças fabricadas no referido centro, aqui desejamos arquivar.

*
* *
*

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém recebeu, aquando da sua fundação — ocorrida em época próxima a 1499, se não neste mesmo ano —, os imóveis e rendimentos da igreja e do hospital do Espírito Santo sítios na mesma vila, mediante a obrigação de manter as respectivas actividades. No conjunto destas, destacava-se, de modo particular, a da celebração da festividade do Divino Espírito Santo, realizada solenemente, no dia de Pentecostes e primeira oitava, com a eleição e coroação de uma Imperatriz e a oferta de um abundante bodo aos festeiros e pobres do concelho e vizinhanças ⁽⁴⁾. Até ao último quartel do século XIX, a Misericórdia continuou ambas as cerimónias com todo o brilho possível, confiando-se, em respeito da tradição, a sua organização e supervisão a um mesário da Confraria de principal condição, o qual era designado em especial para o efeito e conhecido pela denominação de *mordomo do Espírito Santo*.

A realização do bodo público exigia, como é próprio de comemorações muito concorridas, uma considerável quantidade de louça, tanto para a feitura da comida como para a sua distribuição e consumo. Segundo averiguámos na documentação da Santa Casa, costumava-se adquirir, em cada ano, a totalidade, ou pouco menos, dos recipientes necessários para tal, sendo estes revendidos depois da função. De Pentecostes em Pentecostes, portanto, não se verificavam excedentes ou, então, eram muito reduzidos.

Os livros de despesas da Irmandade possuem registos das verbas que foram reservadas para a aquisição de objectos cerâmicos e especificam igualmente, em numerosos casos, o custo do respectivo transporte, os tipos de peças compradas e o seu preço. A indicação da localidade de origem, porém, só se encontrou, até agora, num dos assentos.

O texto de que fazemos menção consta de uma das rubricas do título dos dispêndios com a festa e bodo do ano de 1712, servindo como mordomo o irmão Estevão Falcão Murzello. Nele se lê o seguinte:

«Dispendeu Com o carroto de hua carrada de louça
que / Uejo de Melides noucentos & secenta / reis — 960 [.]

Nam se lança o custo da louça por / se uemder depois
de seruir & impor/tar o mesmo que custou» ⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ Cfr. BERNARDO FALCÃO, *op. cit.*, fl. n. n.; ANTONIO DE MACEDO E SILVA, *op. cit.*, pp. 95-98; 2.^a ed., p. 58.

⁽⁵⁾ Santiago do Cacém, Arquivo Histórico da Real Sociedade Arqueológica Lusitana, Fundos de Instituições Religiosas de Santiago do Cacém, Cód. $\frac{\text{DEP}}{\text{SCM}}$ — 8, «LIVRO / que a de Seruir da despeza dos / Thezoueiros da Sancta Caza da Mizericordia desta / Villa de Sam Tiago de Cassem, que prencipia / este Anno de 1687 (*)», fl. 222 v.º. (*) Palavra sublinhada no original.

Estas linhas formam, como se disse, a primeira referência temporal de que temos notícia no concernente à cerâmica de Melides. A simplicidade da informação justifica-se pelo facto acima apontado: tendo a louça sido revendida pelo preço de aquisição, o tesoureiro da Santa Casa não se preocupou com a anotação de mais elementos, além do sítio de proveniência e do valor da deslocação.

Apesar da documentação da Misericórdia nada adiantar a propósito das quantidades de louça compradas em cada ano pela Irmandade para os festejos do Espírito Santo, é de admitir a hipótese de que estas fossem, em grande parte, oriundas de Melides, povoado que funcionou como um importante núcleo abastecedor de tal produto, designadamente para quase todo a área compreendida na comarca de Campo de Ourique. Importa salientar, por outro lado, que, a ajuizar pelos testemunhos mais tardios de Bernardo Falcão ⁽⁶⁾ e António de Macedo e Silva ⁽⁷⁾, as obras saídas deste centro oleiro caracterizavam-se por serem, nos períodos em que eles escreveram, de qualidade grosseira, sem que disponhamos por enquanto de esclarecimentos precisos que possamos adiantar sobre as suas particularidades.

JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

Sócio Efectivo da Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

Real Sociedade Arqueológica Lusitana
7540 Santiago do Cacém

O Cante Alentejano

Há, no Baixo-Alentejo, um cante tradicional e específico daquela região, que se chama cante alentejano.

O que é o cante alentejano?

O cante alentejano é uma polifonia simples, a duas vozes paralelas, à terceira superior. Como polifonia, situamo-la na época em que esta tinha o principal lugar na música, toda ela vocal, a que se deu o nome de *Milénio vocal*, uma polifonia sem instrumentos.

O cante alentejano é composto de modas, nas quais sobressaem, em algumas delas, dois sistemas musicais, inteiramente distintos: o sistema modal, em uso durante toda a Idade Média, e o sistema tonal, já fruto do Renascimento. O sistema modal grego, adaptado e modificado por S. Gregório, era composto dos modos Dórico, Frígio, Lídio, Mixolídio e Eólio. Os modos gregos tinham também sete notas, cujos tons variavam na escala, ao contrário das nossas escalas, cujas melodias giram em volta da tónica ou da superdominante, segundo o tom é maior ou menor.

⁽⁶⁾ V. n. (2).

⁽⁷⁾ V. n. (3).

Os vestígios dos modos que nos aparecem nalgumas modas alentejanas são do Mixolídio, nas modas *Meu Lírio Roxo*, *Água leva o Regador*, *Tiroliro*, etc.; do Lídio, na moda sarapateado de *Saúdo Aleixo da Restauração* e na moda *Ó, abre-me a porta*. Estes restos do sistema modal encontram-se, especialmente, nas frases finais das modas alentejanas.

As principais características das modas alentejanas são as seguintes:

- a) serem todas em tons maiores;
- b) terem, algumas, o soluço eclesiástico, ou pausa para respirar;
- c) terem, algumas, o acorde de trítono, que Arnold Schomberg banuiu da harmonia, ao inventar a dodecafonía seriada;
- d) não existirem modulações;
- e) principiarem, muitas delas, pelo acorde de subdominante;
- g) serem uma polifonia a duas vozes paralelas, à terceira superior.

Como se canta o cante alentejano?

Os cantadores, geralmente homens do campo, cantam em grupo, divididas as vozes em três naipes: o Ponto, o Alto e as segundas vozes. A função do Ponto é iniciar a moda, retomada depois pelo Alto, e em seguida pelas segundas vozes, constituindo assim o câoro. É função específica do Alto preencher as pausas com os «vaías», no fim das frases musicais, excepto na última — assim uma espécie de ponto na primeira voz.

Podemos dividir o cante alentejano em três partes ou tipos de música:

As modas lentas, as modas coreográficas e os cânticos religiosos.

O que canta o cante alentejano?

As modas alentejanas cantam-nos o Alentejo, com todas as suas belezas e a vida dos alentejanos. Há modas para todas as épocas do ano. A sementeira, com a moda da lavoura que tem o seguinte verso:

*Já morreu o boi capote
Camarada do pombinho
Quem não for capaz que não bote
Regos ao pé do caminho*

A moda do *Manjarico folha recortada*, da ceifeira, da apanha dos legumes, do casamento, com a seguinte letra

*Marianita és baixinha
Ai, roja a saia pela lama
Ai, tenho to dito mil vezes
Ai, levanta a saia Mariana*

a das sortes, que diz assim:

*Senhora do livramento
Livrai o meu namorado
Para que ele seja livre
Ó meu Jesus
Ó meu Jesus
Dessa vida de soldado
Dessa vida de soldado*

da vida militar, que diz assim:

*Lá vai o comboio, lá vai
Lá vai ele a assobiar
Lá vai o meu lindo amor
Para a vida militar*

O cante alentejano tem o sentido do amor, da saudade e da tristeza, embora associado a outros temas. Das 206 modas do *Cancioneiro Alentejano*, 114, isto é, 55 %, falam-nos do amor. Por exemplo, as modas *Lindo Amor*, *Ao romper da bela aurora*, *Ribeira vai cheia*, etc. Das restantes 92, (44, 6 %) cantam a saudade, por exemplo, *Ó meu Baleizão*, *As cobrinhas de água*, *Já morreu quem me levava*, etc. Há 16 modas que cantam a morte (7,75 %): *Lindo Amor*, *Solidão*, etc. As que cantam a tristeza, são 17 (8,25 %), por exemplo, *Anda cá senta-te aqui*, *Ó Maria Rita*, *Suspiros ais e tormentos*, etc.

Donde vem o cante alentejano?

A hipótese mais significativa é a que nos aponta a vila de Serpa como terra onde se organizou o cante alentejano. As escolas de polifonia clássica do século XV, em Évora, foram frequentados por alguns frades da Serra de Ossa. Alguns destes frades foram mandados para Serpa onde fundaram o convento dos paulistas e «escolas de canta popular». Deve ter sido dessas escolas que saiu o cante alentejano; somos levados a crer que os autores das modas alentejanas tenham sido pessoas de conhecimentos musicais suficientes para as inventar. Estas escolas de canto popular, fundadas pelos frades paulistas da Serra de Ossa, teriam a sua origem aí pelos fins do século XV, na transição do *Milénio Vocal* para o Renascimento.

Assim definido, o cante alentejano representa a cultura popular tradicional do povo do Baixo-Alentejo, de um valor extraordinário, com a sua identidade própria, as suas características específicas e a sua peculiar interpretação. Esta cultura mergulha as suas raízes no sistema musical medievo, numa perfeita simbiose de modos e de tons, fruto da evolução da música no período renascentista. Esta cultura traduz ainda a perfeita imagem do povo alentejano, no seu quotidiano, durante séculos, e que se mantém viva, em toda a sua beleza sentimental e nostálgica, que embalou a sua gente, a fez trabalhar, cantar, chorar, sofrer, rezar e morrer, numa epopeia bem digna da pena de um novo, ainda que rústico, épico.

Conclusões

1. O cante alentejano é um cante tradicional, herdado dos nossos antepassados, e representa uma cultura de grande e inestimável valor, pela forma como nos é apresentado: uma polifonia especial, que incorpora algumas formas modais, em uso na Idade Média, introduzidas no sistema tonal, que teve origem no Renascimento.
2. O cante alentejano, devido à sua forma típica de ser cantado, exige o conhecimento dessas mesmas formas, por isso necessita ser ensinado e aprendido, para se evitarem adulterações e conservá-lo na sua pureza específica.
4. Para dignificar o cante alentejano seria útil e bom que se abrissem escolas desse mesmo cante, como aquelas que lhe deram origem na vila de Serpa.
5. Que no Centro de Cultura de Beja seja criada uma Comissão, responsável pela defesa e conservação da integridade do cante alentejano e da sua divulgação.
6. Que essa Comissão proceda à recolha dos três tipos de música alentejana (a lenta, a coreográfica e a religiosa) em discos ou em fitas gravadas e seja conservada em arquivo próprio.

ANTÓNIO MARVÃO

Sócio Efectivo da Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

Em Torno das Implicações do Conceito de Cultura em Arqueologia

Quem folheie um livro de síntese sobre Pré-história, rapidamente se verá confrontado com dezenas, se não centenas, de designações de «culturas», entidades com expressão espacio-temporal, que normalmente vão buscar o seu nome a um tipo de cerâmica ou de outro testemunho, ao local de uma estação arqueológica característica, ou mesmo ao da região em que pretensamente ocorrem. «Cultura do vaso campaniforme», «cultura de Almeria», «cultura castreja», «cultura de Wessex»... são alguns exemplos escolhidos ao acaso. Essas entidades seriam assim, relativamente às épocas anteriores à «história escrita», como que o equivalente dos «povos» históricos, os elementos do complexo xadrês constituído pela experiência humana durante o período que antecedeu a «Civilização». Para o leitor comum, ou mesmo para um homem culto com formação histórica, a leitura daquelas obras torna-se, com frequência, enfadonha. É que a maior parte das ditas «culturas», e suas fases internas, são tradicionalmente caracterizadas por conjuntos de artefactos considerados «típicos», ou seja, verdadeiros «tipos fósseis» de cada uma das entidades referidas. E é indubitável que a cerâmica, devido às variantes múltiplas que permite (no aspecto técnico, formal, e decorativo), foi sempre o tipo de testemunho eleito pelos arqueólogos para estabelecerem as suas diferenciações histórico-culturais. Consultemos, por ex., um livro sobre o Neolítico europeu, ou seja a época em que a economia de produção, baseada na agricultura e na pastorícia, se generaliza no nosso continente. Lá encontraremos, entre muitas outras, a «cultura» balcânica de Starčevo, tradicionalmente subdividida em quatro fases de acordo com os tipos de vasos que nelas ocorreriam. E, apesar de

numerosos estudos terem sido feitos sobre o assunto, pouco sabemos sobre os respectivos protagonistas, o seu modo de vida, a sua *história* enfim; ficamos resumidos a uma série de «prateleiras» com um conjunto de estilos de cerâmicas devidamente arrumadas por ordem, quando muito testemunhando a evolução da moda ou do gosto, ou o progresso de um domínio técnico específico. Qualquer pessoa minimamente lúcida, e dotada de inteligência média, poderá perguntar-se: qual o significado de tais construções? É isto, verdadeiramente, o objectivo do trabalho do arqueólogo, ser um mero classificador de artefactos, arrumando-os em conjuntos mais ou menos pertinentes, de acordo com as suas associações recorrentes? Poderá o arqueólogo, que queira ser algo mais do que um catalogador de museu (numa concepção hirta e ultrapassada de museu, claro), utilizar um conceito de tal importância de forma irreflectida, rotineira, sem se questionar sobre o respectivo sentido? Poderá dispensar uma reflexão epistemológica sobre os próprios conceitos operatórios em que estriba as suas «reconstituições» do passado? É evidente que não. A «Arqueologia do objecto» não tem, em si, qualquer interesse intelectual, o arqueólogo é um historiador ou um antropólogo social (ou um pouco dos dois, se quisermos) e, portanto, a sua primeira tarefa é assegurar-se de que os quadros conceptuais em que insere os seus «dados» são, de facto, adequados à complexa realidade que se propõe descrever e interpretar.

Na verdade, a palavra *cultura* tem sido objecto, em Antropologia (onde é preferencialmente usada no plural) de numerosas acepções. Basta consultar, sobre isso, o excelente artigo «Cultura/Culturas», da autoria de E. Leach, inserto na Enciclopédia Einaudi (vol. 5, ed. da Imprensa Nacional). A repercussão dessa problemática em Arqueologia é evidente, ao longo da história desta última disciplina. Podemos dizer que a utilização do conceito arqueológico de «cultura» tem reflectido sempre, de forma consciente ou intuitiva, clara ou difusa, as noções sobre o mesmo conceito explanadas e discutidas pelos antropólogos culturais, desde os evolucionistas aos difusionistas, desde os funcionalistas aos estruturalistas, desde os marxistas aos materialistas culturais... Ou seja, a palavra *cultura* tem sido utilizada em Arqueologia em sentidos muito diferentes, desde G. Childe a L. Binford ou I. Hodder. Quem deseje ter uma primeira ideia sobre o assunto poderá consultar a ficha «Cultura» incluída no vol. 12 da revista *Arqueologia* (de Dez. de 1985, ed. pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto); talvez assim se dê início a uma reflexão que desnude a ingenuidade da maior parte das «reconstituições» arqueológicas ao nosso dispor, na bibliografia corrente.

Qual é, afinal, o problema principal que está em causa? Quanto a nós, ele pode subdividir-se em duas questões básicas. Ao formulá-las, e para que a nossa posição se torne mais nítida, iremos circunscrevermo-nos àquelas épocas para cujo conhecimento só dispomos de dados arqueológicos (ou outros testemunhos materiais), ou seja, iremos reportarmo-nos exclusivamente à Pré-história. A primeira pergunta a fazer será saber se a partir dos testemunhos arqueológicos é possível ou não reconstituir o funcionamento de um sistema social passado, isto é, se a partir de um conjunto de dados *estáticos*, existentes no terreno, se pode chegar a um sistema *dinâmico*, cuja observação directa é hoje impossível, e que envolve todos os aspectos, interligados, de uma sociedade. Os restos materiais da acção humana passada «fossilizaram», ou não, comportamentos? São ou não susceptíveis de nos permitirem inferências sobre o modo de vida, a economia, a sociedade, a arte, as crenças, a religião? Repare-se que não nos referimos apenas à formulação de hipóteses mais ou menos coerentes sobre esses aspectos, mas à possibilidade de, tal como noutras ciências, testarmos essas

hipóteses, sujeitá-las ao foco da crítica, comprovarmos que umas estão erradas e que outras têm, pelo menos, mais «chances» de se adequarem à realidade. A nossa resposta, embora sem um optimismo triunfalista estranho à ciência, é *sim*. Sim, desde que ultrapassemos um empirismo estreito, desde que compreendamos que não é apenas por via indutiva, por acumulação de dados directamente observados na realidade material arqueológica, que podemos chegar a tal estágio, isto é, ultrapassar o nível descritivo para atingir o plano explicativo, em termos históricos e sociológicos.

Essa ultrapassagem implica a assunção de que, em ciência, não existem evidências, dados «brutos» cuja realidade se imponha de per si. Toda a realidade observada, mesmo «objectivamente», é resultado de uma sincopagem operada pelo nosso espírito. Por outro lado, os objectos ou estruturas materiais produzidos por uma sociedade não são espelhos conscientes do seu funcionamento, mas elementos da complexa estratégia social, pelo que a sua significação é equívoca, ou, se quisermos, potencialmente sujeita a múltiplos sentidos ou múltiplas interpretações. Daí que não possamos passar ingenuamente do plano arqueológico para o plano social, como se a realidade observada ao primeiro nível só pudesse ter *aquela* significação que, a uma primeira análise, nos parece óbvia. Os objectos comungam de uma teia imensa de simbolismos que existem em todos os tecidos sociais, veiculam mensagens, difundem sentidos que, muitas vezes, correspondem a projecções invertidas ou fantasmáticas das próprias relações sociais. Por isso, eles não «falam por si» de forma unívoca, por isso o seu sentido só pode ser esclarecido se contrastado com um quadro de todos os sentidos possíveis, quadro esse que só pode ser montado por duas vias. Por um lado, pelo estudo sistemático dos «papéis» funcionais e simbólicos que tipos de objectos semelhantes desempenham em sociedades ainda existentes, sociedades que pertençam a um nível técnico-económico-mental semelhante às daquelas que visamos reconstituir. Por outro, pela inserção desses objectos e dos seus possíveis sentidos em estruturas cada vez mais amplas, observáveis tanto na realidade arqueológica como na etnográfica, por forma a evitar analogias desgarradas, termo a termo. Isto é, é imprescindível alargar o âmbito da analogia, comparando não elementos isolados, acções pontuais, mas sequências de acções, estruturas padronizadas de comportamentos. Neste aspecto, o apoio das ciências naturais é fundamental, conjugado com o de uma etnografia atenta às técnicas da produção e reprodução da «vida material» (Etno-Arqueologia). Com efeito, o que importa ao arqueólogo é apartar, no conjunto dos dados que tem perante si num certo local, os *processos* materiais (naturais) dos processos intencionais (de origem humana) que levaram à criação das características concretas *actuais* que tem de interpretar. Sendo a realidade arqueológica um dado presente, directamente mensurável, analisável, é capital poder determinar aquilo que nessa realidade se deve a causas puramente naturais (erosão, acumulação, etc.) e aquilo que resultou de uma «intenção» humana, totalmente consciente ou não. Só assim o investigador poderá estar apto a começar a elaborar o quadro dos sentidos possíveis da realidade que vê. É fundamental ter dados sobre o clima, a vegetação, a fauna, enfim, todos os fenómenos que afectaram um determinado local ocupado pelo homem, não só enquanto ele o ocupou, mas *também desde então até hoje*.

É certo que o passado está, por definição, morto, e que portanto só os seus vestígios são directamente acessíveis ao arqueólogo. Porém, esses vestígios não surgem ao acaso, mas em consequência de um conjunto repetido de acções humanas ao longo do tempo, interligado com todas as interferências que o meio lhes foi produzindo até ao momento presente. O estudo desses processos de transformação de uma realidade dinâmica num produto final estático é possível, mas para tal há que saber, como em

tantas outras ciências, desenvolver um quadro de métodos, tanto de análise empírica, como de construção de modelos interpretativos, baseados numa cada vez mais sofisticada compreensão dos complexos processos simbólicos e funcionais que interferem com a vida dos objectos nas sociedades presentes. Não se trata de, alguma vez, atingirmos a reconstrução de um «passado tal como aconteceu mesmo», um passado «verdadeiro» (propósito evidentemente ingénuo), mas de formularmos modelos e teorias explicativas da realidade observada cada vez mais compreensivos, cada vez mais contrastáveis segundo vias independentes uma das outras, cada vez mais abrangentes e mais complexos.

Uma outra questão básica que convirá aclarar, e isso passa pela discussão do conceito de cultura (e não só), será a de saber até que ponto a realidade humana é susceptível de se subdividir em unidades discretas, quer sejam «raças», «tribos», ou «culturas». É evidente que se quisermos utilizar esses conceitos com rigidez, eles não têm consistência, não resistem minimamente à riqueza do concreto. Seria muito cómodo que a humanidade se pudesse dividir em entidades correspondentes a certos padrões fixos de comportamento, entidades essas com determinada vigência diacrónica e espacial; seria tudo muito fácil se tais entidades se exprimissem por conjuntos de objectos e de estruturas repetidamente associados entre si, e a certos comportamentos. Mas tal não acontece na realidade. Não só a humanidade é um *continuum*, tanto no plano biológico como cultural, como, tal como dissemos, os grupos sociais utilizam os objectos para veicularem mensagens por vezes contraditórias, por vezes subversoras das «fronteiras» que as comunidades querem impor entre elas. Por isso não podemos imaginar a realidade do passado pré-histórico como sendo constituída por uma série de entidades com uma duração determinada e com uma espacialidade bem fixada, como pressuporia o conceito tradicional de cultura em Arqueologia. Em momento algum existiram compartimentos estanques em que as técnicas, a economia, a língua, a sociedade, as crenças, os mitos, etc., se correspondessem entre si como realidades blociais, como conjuntos discretos. À excepção de comunidades longamente abandonadas em ilhas isoladas, todas as sociedades sofreram fenómenos de aculturação e de osmose, a vários níveis. Eis por que não podemos falar de *culturas* em Arqueologia com a candura com que alguns ainda o fazem.

É certo que, conscientes de todos esses perigos, muitos arqueólogos, desde Childe, consideraram que os sistemas culturais «totais» eram irreconstituíveis, e criaram o conceito de «cultura arqueológica» como um simples conjunto de objectos recorrentes. Mas, apesar dessa prudência, o próprio Childe defendeu sempre para a Arqueologia o estatuto de ciência social, e não de simples «auxiliar» da História. Se assumíssemos definitivamente que não poderíamos passar do nível da descrição dos objectos e das estações arqueológicas, estaríamos a demitirmo-nos da nossa função de investigadores, para nos cantonarmos ao mero coleccionismo de «antiguidades», mais ou menos bem ordenadas num catálogo preciso, mas vazio de sentido científico. Tal atitude estaria em contradição com a própria evidência dos progressos que o nosso conhecimento operou, no decorrer do último século, sobre a evolução social do homem, desde que os antepassados deste, há cerca de 2 milhões de anos, se afastaram definitivamente dos símios superiores, começando a fabricar objectos, a construir habitats relativamente estáveis, e a desenvolver estratégias de cooperação que lhe permitiram (para nosso bem ou nosso mal) chegar ao momento em que nos encontramos.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Instituto de Arqueologia da Fac. Letras do Porto

NOTAS DE LEITURA

A ESTÁTUA-MENIR DA ERMIDA (Ponte da Barca-Portugal), António Martinho Baptista, Separata de O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS, Série IV, 3, 1985, pp. 7-44, Edição da C. M. de Ponte da Barca/Parque Nacional da Peneda-Gerês.

O autor, conhecido arqueólogo do Parque Nacional Peneda-Gerês, é um investigador da nova geração, com uma produção científica de mérito confirmado, nomeadamente no domínio da Arte Rupestre. Tendo trabalhado nos levantamentos do complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo, juntamente com outros nomes destacados da nossa Arqueologia, A. Martinho Baptista, ao fixar-se no norte do País, procurou conhecer melhor a Arte Rupestre de ar livre de Noroeste português, procedendo a visitas e prospecções, algumas das quais haveriam de conduzi-lo a descobertas de grande interesse, como, por exemplo, a Rocha da Bouça do Colado e o complexo de gravuras do Vale da Casa. Nos seus trabalhos, aplicou as novas metodologias de levantamento, que não foram usadas apenas nas novas estações detectadas, mas também em algumas de particular significado, insuficientemente levantadas ou interpretadas no passado (caso do conjunto do Gião).

É no contexto deste trabalho de investigação que surge, agora, este estudo sobre a Estátua-Menir da Ermida.

Trata-se de um trabalho bastante cuidado, elaborado com assinalável meticulosidade científica, inserido em contextos que ultrapassam as nossas fronteiras geográficas, estabelecendo, assim, uma visão ampla quanto à difusão deste tipo de estátuas e seu significado.

O autor começa por fazer o historial da descoberta (Setembro de 1981) e condições da jazida da estátua antropomórfica, que foi encontrar no muro interior de uma corte de gado, no lugar da Ermida, concelho de Ponte da Barca.

Um ponto a salientar no seu trabalho é o capítulo que dedica ao conceito de «estátua-menir», altura em que cita os mais destacados especialistas, sintetizando as suas definições.

Depois de uma descrição exaustiva da morfologia da estátua, define-lhe os atributos e integra-a culturalmente no âmbito das estátuas-menires enropeias. Considera, a dado passo, que este monumento se apresenta como «um exemplar absolutamente único, o que apenas acentua a grande heterogeneidade do grupo ibérico», embora certos paralelos decorativos «não deixam de ser significativos, quer relativamente ao mundo das estátuas-menires europeias, quer à tradição local do grupo de arte rupestre galaico-português».

Após pormenorizar um conjunto de afinidades morfológicas e de estilo, afirma que a estátua-menir da Ermida «vem confirmar melhor as possíveis influências ou afinidades que particularmente as estelas provençais terão tido com algumas da Península Ibérica (...)».

Parece-nos particularmente importante a sugestão do autor em se «revalorizar e estudar melhor o tema dos idoliformes no grupo do Noroeste, cuja antropomorfização pode atingir formas altamente convencionais», até porque, após o estudo da Rocha da Bouça da Colado, um outro trabalho recente surgiu, com idoliformes, na mesma área geográfica, como é o caso da estação do Monte da Laje, em Valença.

Cronologicamente, A. Martinho Baptista situa a estátua entre finais do III milénio e meados do II a. C.

Por último, o autor tece largas e judiciosas considerações a propósito de um dos mais difíceis capítulos destes estudos, como é o do significado destas estátuas. E se são várias as hipóteses, fica, porém, certa a sua classificação como representação antropomórfica feminina, para o que contribuiu, decisivamente, o par de seios constituídos por círculos concêntricos, e que se ligam à «fase clássica» da arte rupestre de ar livre do Noroeste peninsular.

Estamos, pois, perante um estudo exaustivo de um belo e significativo exemplar de estátua-menir, proposta que nos parece perfeitamente justificada.

Quanto ao mais, A. M. Baptista revela grande segurança na sua argumentação, o que não espanta, dada a maneira como maneja uma bem seleccionada bibliografia especializada.

De relevar, ainda, a boa representação gráfica, muito importante neste tipo de estudos.

EDUARDO JORGE LOPES DA SILVA

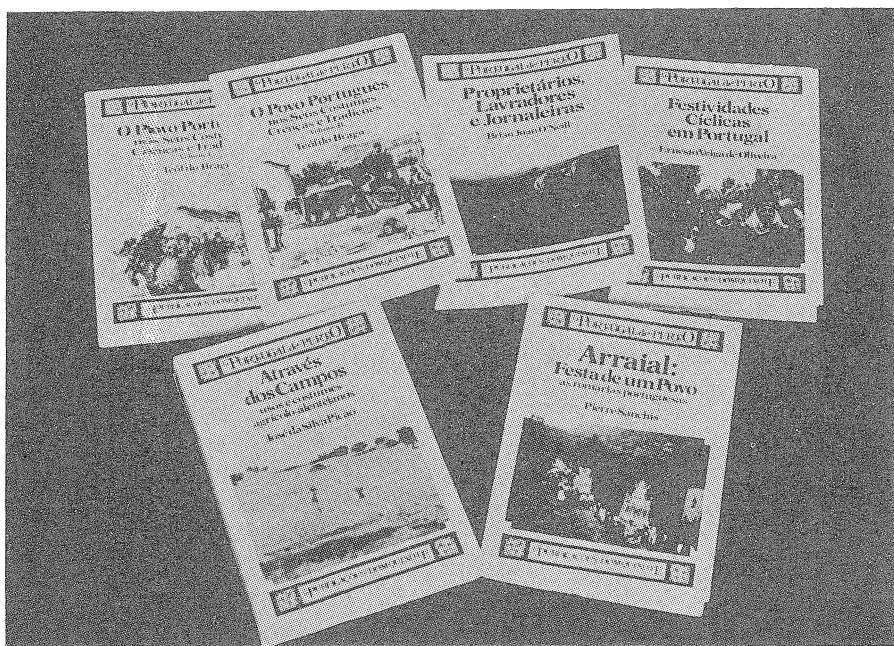
PORTUGAL DE PERTO

Uma colecção exemplar

É verdadeiramente exemplar esta colecção PORTUGAL DE PERTO, série de livros seleccionados por Joaquim Pais de Brito, docente do ISCTE, editada por Publicações Dom Quixote. De acordo com a designação, trata-se de uma biblioteca de estudos etnográficos e antropológicos referentes ao espaço português, abordando os mais diversos aspectos culturais. E os trabalhos de base destas obras têm também em comum o serem de acção directa junto das fontes, recolhendo as matérias para o conhecimento do país — tantas vezes longe de si próprio. Especialistas, estudantes e o chamado grande público encontram aqui muitos motivos de interesse. Eis, pois, uma boa gama de instrumentos para a descoberta do povo que ainda somos.

Vejamos, numa rápida ronda, o que está publicado em «Portugal de Perto». Pois o primeiro livro é já a clássica *História do Fado*, de Pinto de Carvalho (Tinop), decerto o estudo mais valioso sobre as origens e desenvolvimento do típico cantar do folclore urbano lisboeta. A este estudo haveria que acrescentar aqueloutro de António Osório, *A Mitologia Fadista*, que se circunscreve a uma perspectiva sociológica mais moderna, mas o prefácio que Pais de Brito escreveu para este volume é um óptimo enquadramento. E de Lisboa passamos aos estudos dos usos e costumes alentejanos, com *Através dos Campos*, de José da Silva Picão, um lavrador de Santa Eulália, Elvas. A obra começou por ser uma série de artigos no *Elvense*, subscritos com o pseudónimo de João Chaparro, e também a rubrica *Etnografia do Alto Alentejo* na revista *Portugalia*. Em 1903 saíu em fascículos o 1.º tomo da obra e em 1905 começaram a ser editados os fascículos do 2.º, que ficaria inacabado. Sobre *Através dos Campos*, Pais de Brito: «uma etnografia da complexa lavoura alentejana e um

precioso contributo para a história económica e social». A. Tomás Pires, em carta (inédita) a J. Leite de Vascelos: «Vão no correio de hoje os 6 artigos publicados do *Através dos Campos*. Segundo me diz o autor deles, o estudo deve dar para cima de 100 artigos. Temos homem, a meu ver.» Por seu turno, Trindade Coelho, escrevendo ao editor de *Através dos Campos* — quer no jornal *Elvense*, quer nos fascículos —, a 29 de Maio de 1903, recomendava (em carta igualmente inédita): «Diga ao Picão que está fazendo uma verdadeira obra-prima, uma realíssima e completa maravilha! Que surpreendente verdade em tudo o que ele descreve, e na maneira como descreve! Que admirável artista é esse homem, e como tudo lhe sai espontâneo, vivo, abundante, colorido e cheio de pitoresco, da sua pena desafectada! Com as notas — tão minuciosas e tão precisas — da vida real, positiva, *através dos campos*,



que abundância de anotações psicológicas para o estudo da alma do Povo. Este livro não é só singularíssimo na maneira como trata o assunto, porque não há outro que se lhe pareça sequer: — é originalíssimo na maneira como trata o assunto, única, a meu ver, que se lhe adapta, chegando, de baixo deste aspecto, a ser um trabalho literário de altíssimo valor! — Quer acreditar?! Produz-me emoção absolutamente idêntica à que me causa a leitura dos livros de Júlio Dinis! Não sei dizer-lhe, meu caro António Carvalho, toda a minha admiração por esta obra surpreendente. Eis aqui um livro que os sábios e os artistas hão-de adorar sempre com enternecimento! Já falei no livro ao Fialho de Almeida. Vou procurá-lo, para lhe ralhar se ainda o não leu!». O autor de *Através dos Campos*, dirigindo-se a Rocha Peixoto, já em 1899, 15 de Outubro (pub. *Póvoa de Varzim — Boletim Cultural*, Vol. XII, I, 1973): «Como

terá informado V. Exa. o nosso comum amigo Sr. Pires, os usos e costumes agrícolas do Alto Alentejo conheço-os desde criança e estou a presença-los a toda a hora, por efeito da minha profissão de lavrador. Logo, pouco me custa vulgarizá-los na imprensa, onde só posso ser um simples serventuário da pleiade de homens ilustres que, como V. Exa. cultivam e elevam a ciência etnográfica».

Dois autores estrangeiros falaram de Portugal há bem pouco tempo: Pierre Sanchis, *Arraial: Festa de um Povo*, sobre as romarias portuguesas, e *Proprietários, Lavraões e Jornaleiros*, de Brian Juan O'Neill. Enquanto aquele é um estudo pioneiro sobre o tema, o segundo trata da desigualdade social numa aldeia transmontana entre 1870 e 1978.

Três títulos mais, dois relacionados com a capital portuguesa e outro sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto no nosso país: *Da prostituição na cidade de Lisboa*, por Francisco Ignácio dos Santos Cruz, *O Trágico e o Contraste — Aproximações ao Fado no Bairro de Alfama*, de António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, e *Dar à luz*, de Teresa Joaquim.

Sem dúvida que é das obras mais interessantes da colecção o volume *Festividades Cíclicas em Portugal*, recolha de dispersos de Ernesto Veiga de Oliveira. É um volume que se aguardava de longa data e alcançou rápido sucesso editorial. O mesmo está a suceder com os dois volumes de Teófilo Braga, *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*, com apresentação de Jorge Freitas Branco, onde se lê: «Volvidos que são cem anos sobre a publicação da sua grande obra etnográfica não perdeu qualquer interesse lembrá-la pela reedição, rever nela as ideias oitocentistas com o distanciamento crítico do tempo percorrido, repensar a seu propósito o quadro de desenvolvimento de ramos de conhecimento científico em Portugal, reflectir sobre os condicionalismos ideológicos do pensamento e trabalho etnográfico e, finalmente, facilitar ao público o acesso a um texto cheio de pormenores dum quotidiano para muitos de nós ainda não completamente votado ao esquecimento». De considerar ainda a reedição de mais um clássico da literatura oral *Contos Populares*, de Adolfo Coelho. Enfim, eis-nos perante uma série de títulos importantes para o estudo da cultura popular portuguesa — que está a conhecer uma época semelhante, no entusiasmo aos últimos anos do século passado e início do presente. Que dure muitos e bons anos esta colecção PORTUGAL DE PERTO e o exemplo frutifique.

V. M.

ENSINO DA ANTROPOLOGIA (*)

ANTROPOLOGIA GERAL

Faculdade de Ciências — Universidade de Coimbra

1. A Antropologia como ciência
 - 1.1. Divisão e ciências afins
 - 1.2. A integração bio-cultural

BIBLIOGRAFIA

- AKOUN, dir. — *L'Anthropologie. Dictionnaires du Savoir Moderne*, Centre d'Études et de Promotion de la Lecture, Paris, 1972.
- COMAS, J. — *Manual de Antropologia Física*, Fondo de Cultura Económica, México, 1957.
- HOEBEL, E. Adamson — *Antropologia, el estudio del hombre*, Ediciones Omega, Barcelona, 1973.
- JOHNSTON, F. E.; SELBY, H. — *Anthropology, the biocultural view*, Wm. C. Brown Company Publishers, Yowa, 1978.

2. O meio humano
 - 2.1. Polimorfismo do ser vivo
 - 2.2. Adaptações e pré-adaptações
 - 2.3. Carga genética e polimorfismo natural
 - 2.3.1. A mestiçagem
 - 2.3.2. Endogamia, exogamia e consanguinidade
 - 2.3.3. Urbanização
 - 2.4. As «raças» humanas

BIBLIOGRAFIA

- CHAMLA, M. C. — *Anthropologie biologique, Que sais-je?* P. U. F., 1971.
- CRUZ, J. A. Machado — *Cálculo do coeficiente de endocruzamento ou de consanguinidade aparente de uma população*, Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», Faculdade de Ciências, Porto, n.º 30, 1976.
- GOULD, Stephen Jay — *El equilibrio «puntuado» y el enfoque jerárquico de la macroevolución*. in: *Revista do Occidente, Charles R. Darwin: la evolución y el origen del Hombre*, Madrid, 1982.
- GRASSÉ, P. — *A evolução do ser vivo*, Editorial Notícias, 1978.
- OLIVER, G. — *A ecologia humana*, Interciência editora, 1979.

(*) Nesta secção incluiremos programas e bibliografias de cadeiras pertencentes aos *curricula* de Universidades portuguesas e estrangeiras, que permitam uma visão actualizada do estado do ensino da Antropologia, nas suas variadas componentes.

- RUFFIÉ, J. — *De la biologie à la culture*, Flammarion, Paris, 1976.
- SUTTER, J.; TABAH, L. — *Structure de la mortalité dans les familles consanguines*, Population, 8, 1953, p. 511-526.
- SUTTER, J. — *Fréquence de l'endogamie et ses facteurs au XIX^e siècle*, Population, 1, 1968, p. 303-324.

3. Hominização

- 3.1. Origem e sistemática dos Primatas
- 3.2. Conteúdo da hominização
- 3.3. Mecânica da hominização
- 3.4. Características do meio humano

BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE, E.; BIBERSON, P. — *A origem do homem*. Salvat Editora do Brasil, 1979.
- BOULE, M.; VALLOIS, H. V. — *Les hommes fossiles: éléments de paléontologie humaine*, Masson et Cie., Paris, 1952.
- CHIARELLI, B. — *Taxonomic atlas of living Primates*, Academic Press, Londres, 1972.
- CHIARELLI, B. — *Evolution of Primates*, Academic Press, London, 1973.
- COHEN, Y. A. — *Taxonomy of cultural adaptations*, in: «Man in adaptation», Vol. II — The cultural present, p. 40-52. Aldine Atherton, Chicago, 1968.
- FEREMBACH, D. — *Le processus de l'homínisation*, C. N. R. S., Paris, 1981.
- GENET-VARCIN, E. — *À la recherche du primate ancêtre de l'homme. Éléments de Primatologie*. Ed. Boubée et Cie., Paris, 1969.
- JULLIEN, R. — *Les hommes fossiles de la pierre taillée (Paléolithique et Néolithique)*, ed N. Boubée et Cie., Paris, 1965.
- MONTAGU, A. — *An introduction to physical anthropology*, Charles C. Thomas Publisher, Springfield, 1960.
- PETIT-MAIRE, N. — *Histoire naturelle de l'Homme: le quaternaire*, in: «L'Anthropologie», Dictionnaires du Savoir Moderne, Paris, p. 264-283, 1972.
- PIVETEAU, J. — *Origine et destinée de l'Homme*, Masson et Cie., Editeurs, Paris, 1973.
- RUFFIÉ, J. — *Le mutant humain*, in: «L'unité de l'homme» Ed. du Seuil, Paris, p. 107-137, 1974.
- RUFFIÉ, J. — *De la biologie à la culture*, Flammarion, Paris, 1976.
- SANTOS, M. Farinha dos — *Pré-história de Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa, 1972.
- VANDERMEERSCH, B. — *La paléontologie humaine*, in: «L'Anthropologie», p. 242-263, Dictionnaires du Savoir Moderne, Paris, 1972.

4. Socialização

- 4.1. Introdução à biologia do comportamento e aprendizagem
- 4.2. O comportamento social
- 4.3. Estruturas sociais: o inato e o adquirido
- 4.4. A etologia humana

BIBLIOGRAFIA

- CHAUVIN, R. — *A etologia, estudo biológico do comportamento animal*, Ed. A. Ramos, Lisboa, 1977.
- CHEVALIER-SKOLNIKOFF, S. et al. — *Primate bio-social development*, Garland Publishing, Inc., New York, 1977.
- DARWIN, C. — *A origem do Homem e a selecção sexual*, Ed. Hemus, São Paulo, 1974.
- EIBL-EIBESFELDT, I. — *Etologia, introduction al estudio comparado del comportamiento*, Ed. Omega, Barcelona, 1974.
- ETHOLOGIE, Enc. Universalis, Vol. 6, p. 708-714, 1968.
- GADAMER-VOGLER — *Nova Antropologia*, Vol. 2, Antropologia Biológica, Ed. da Univ. de São Paulo, 1977.
- HINDE, R. A. — *Biological bases of human social behavior*, McGraw Hill, Book Company, New York, 1974.
- PSICOBIOLOGIA, *as bases biológicas do comportamento (Scientific American)*, Livros Técnicos e Científicos, Ed., Rio de Janeiro, 1977.
- ROPARTZ, P. — *L'éthologie humaine*, in: «L'Anthropologie», Dictionnaires du Savoir Moderne, Paris, p. 180-207, 1972.
- RUWET, J. C. — *Etologia, biologia del comportamiento*, Ed. Herder, Barcelona, 1975.
- TAVARES, C. N., SACARRÃO, G. F. — *Curso de Biologia*, Vol. 2, 3 ed., GEP, Lisboa, 1979.
- WILSON, E. D. — *Sociobiology, the new synthesis*, the Belknap Press, Londres, 1975.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- BEALS, R. L.; HOIJER, H. — *An introduction to Anthropology*, The MacMillan Company, New York, 1959.
- BEALS, K.; BAUGH, T. G. — *Biocultural evolution, a yearbook for physical anthropology and archaeology*, Burgess Publishing Company, Minnesota, U. S. A., 1978.
- BUETTNER-JANUSCH, John — *Physical anthropology, a perspective*, Wiley and Sons, Inc., New York, 1973.
- CAMPBELL, B. — *Human evolution: an introduction to man's adaptation*, Aldine Publishing Company, Chicago, 1966.
- CHIARELLI, B. — *Evolution of Primates: an introduction to the biology of man*, Academic Press, London, 1973.
- COHEN, Y. A. — *Man in adaptation*, Aldine Atherton, Chicago, 1968-1971
 Vol. I — *The biosocial background (1968)*
 Vol. II — *The cultural present (1968)*
 Vol. III — *The institutional framework (1971)*
- DOBZHANSKY, T. — *O Homem em evolução*, Editora Poligno, São Paulo, 1968.
- GADAMER, H. G.; VOGLER, P. — *Nova Antropologia*, E. D. U. S. P., São Paulo, 1977.
Antropologia biológica I
Antropologia biológica II

- HARRISON, G. A. et al. — *Biologia Humana. Introdução à evolução, variação e crescimentos humanos*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971.
- HUNTER, D. E.; WHITTEN, P. — *Encyclopedia of Anthropology*, Harper and Row, Publishers, Inc. New York, 1976.
- HUNTER, D. E.; WHITTEN, P. — *The study of Anthropology*, Harper and Row, Publisher, Inc., New York, 1976.
- JACQUARD, A. — *O elogio da diferença: a genética e os homens*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1978.
- MONTAGU, A. — *Introdução à Antropologia*, Editora Cultrix, São Paulo, 1969.
- OVERHAGE, P. — *Os primeiros homens: forma corporal e evolução*, Editora Herder, São Paulo, 1962.

PROGRAMA DAS AULAS PRÁTICAS

1. Antropometria: terminologia osteométrica
2. Craneologia: ossos do crâneo, caracteres morfológicos, principais suturas e pontos craneométricos; alguns índices e respectivas classificações; diagnose sexual; cálculo da idade aproximada a partir do grau de sintostose das suturas exocraneanas.
3. Osteometria — membros: medições e índices.
4. Introdução à somatometria: os principais índices.
5. Estudo dos dermatoglifos digitais e palmares
6. Introdução à estatística descritiva: tratamento dos dados numéricos, distribuição de frequências, correlação e regressão; populações e amostras; introdução à estatística multivariada.

BIBLIOGRAFIA

- BROTHWELL, D. R. — *Digging up bones: the excavation, treatment and study of human skeletal remains*, The British Museum (Natural History), London, 1965.
- COMAS, J. — *Manual de Antropologia Física*, Fondo de Cultura Económica, México, 1957.
- FEREMBACH, D. — *Techniques anthropologiques, I, Craniologie*. École Pratique des Hautes Études, Laboratoire d'Anthropologie Biologique (Laboratoire Broca), Paris, 1971 (offset).
- MONTAGU, M. F. Ashley — *A handbook of Anthropology*, Charles C. Thomas, Publisher, U. S. A., 1960.
- MONTAGU, M. F. Ashley — *A handbook of anthropometry*, Charles C. Thomas, Publisher, Springfield, 1960.
- OLIVER, G. — *Pratique anthropologique*, Vigot Frères, Ed. Paris, 1960.

Prof. Doutor M. L. RODRIGUES DE AREIA

(Extracto de: M. L. Rodrigues de Areia, *Antropologia Geral (programa, conteúdo e método de ensino)* — *Relatório*, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1984).

NOTÍCIAS

1.º CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O RIO DOURO

V. N. Gaia, 25 de Abril a 2 de Maio de 1986

Organizado pelo Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, com o patrocínio da Câmara Municipal de Gaia, vai realizar-se, de 25 de Abril a 2 de Maio do próximo ano, naquela cidade, o 1.º Congresso Internacional sobre o Rio Douro. Além das sessões de trabalho, onde serão apresentadas comunicações de áreas tão diversas como a Pré-história e a Arqueologia, Epigrafia e História Antiga, História Moderna e Contemporânea, Arqueologia Industrial, Etnografia e Etnologia, Geografia Humana, Literatura, Ecologia, etc., serão também realizadas exposições documentais dedicadas ao património arqueológico, fotografia antiga, artes plásticas, etc., um ciclo de cinema sobre o rio Douro e visitas guiadas a estações arqueológicas da região.

ARQUEOLOGIA E LABORATÓRIO

Paris, 14 de Maio de 1986

A Sociedade Pré-histórica Francesa e o Laboratório de Pesquisa dos Museus de França vão organizar, no próximo dia 14 de Maio de 1986, uma sessão da S. P. F., subordinada ao tema «Arqueologia e Laboratório», que decorrerá no Museu do Louvre. O programa inclui comunicações e debates sobre a termoluminescência, dendrocronologia, Carbono 14, radiografia de objectos metálicos, metalografia, etc., e uma visita guiada ao Laboratório dos Museus de França.

V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ARQUEOZOOLOGIA

Bordéus, 25-29 de Agosto de 1986

Entre os dias 25 e 29 de Agosto do próximo ano decorrerá no Laboratório de Arqueozologia da Universidade de Bordéus, a 5.ª Conferência de Arqueozologia. Para além das cerca de 150 comunicações, tratando os mais diversos aspectos da Arqueozologia, com a apresentação dos resultados de investigações recentes, a reunião incluirá, também, fora das sessões, grupos de trabalho sobre temas específicos e discussões mais alargadas, nomeadamente dos seguintes temas: Informática e Arqueozologia quantitativa e terminologia descritiva para o estudo das modificações ósseas. O dia 30 será dedicado a visitas de estudo aos abrigos e grutas pintadas das regiões da Dordogne e Charente (Paleolítico inferior a superior), destacando-se as conhecidas estações de Lascaux II, Le Moustier, La Madelaine, La Quina, La Micoque.

CONGRESSO INTERNACIONAL «ASTORGA ROMANA»

Astorga, 25-27 de Setembro de 1986

Integrada nas comemorações do Bi-Milenário de Astorga, vai realizar-se nesta cidade, nos dias 25, 26 e 27 de Setembro de 1986, o 1.º Congresso Internacional sobre «Astorga Romana». As comunicações distribuem-se pelas seguintes secções: o

período pré-romano, a investigação arqueológica em Astorga, o exército, a religião (dia 25), a mineração e as vias romanas (dia 26), a cristianização, a imigração e os municípios (dia 27). O Congresso está aberto à participação de todos os estudiosos das matérias indicadas. Informações complementares e boletins de inscrição podem ser solicitados para o seguinte endereço: Comissão de Congressos e Conferências — Junta do Bi-Milenário — Ayuntamiento de Astorga (Léon) — Espanha.

5.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE ANTROPOLOGIA
Lisboa, 28 de Set.º — 4 de Out.º de 1986

Decorrerá em Lisboa, entre os dias 28 de Setembro e 4 de Outubro do próximo ano, o 5.º Congresso da Associação Europeia de Antropologia. O programa provisório inclui comunicações que abordarão as seguintes áreas específicas, entre outras: Morfologia e Paleontologia, Disformismos Sexuais, Genética Humana e Evolução, Interações Bio-Culturais.

Secretariado do Congresso: Av. Óscar Monteiro Torres, 34-1.º Esq. — 1000 Lisboa.

CONGRESSO «CENTENÁRIO CUEVILLAS»
Ourense, 9-12 de Dezembro de 1986

Entre os dias 9 e 12 de Dezembro de 1986 decorrerá em Ourense (Galiza) o Congresso comemorativo do centenário de nascimento de Florentino L. A. Cuevillas, conhecido investigador, poeta e escritor galego, subordinado ao tema «A Galiza no contexto atlântico da Pré-história». As várias secções do Congresso terão uma comunicação de fundo introdutória, a cargo de conhecidos especialistas convidados para o efeito: Jean L'Helgouach, da Direcção Regional das Antiguidades Pré-histórias da região do Loire atlântico, *O megalitismo da fachada atlântica. Descobertas recentes*; Vítor Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto, *O megalitismo do Noroeste Peninsular*; Germán Delibes, da Universidade de Valladolid, *Calcólítico e Campaniforme*; Jacques Briard, do C. N. R. S. (Rennes), *Problemas do Bronze atlântico na Europa*; Maria Luisa Ruiz-Gálvez Priego, da Universidade de Alcalá de Henares, *O Bronze atlântico na Península Ibérica*; André Coffyn, da Universidade de Bordéus, *A paleometalurgia e o Bronze final da Península Ibérica*; e Martin Almargo Gorbea, da Universidade Complutense, *Transformação e continuidade na cultura castreja*.

As inscrições para a apresentação de comunicações são gratuitas.

Secretaria do Congresso: C/. Curros Enríquez, 1—Principal (Ateneo)—Ourense—Galiza (Espanha).

I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE
AS RELIGIÕES PRÉ-HISTÓRICAS NA PENÍNSULA IBÉRICA
Salamanca-Cáceres, 24-28 de Abril de 1987

Organizado pelos Departamentos de Pré-história e Arqueologia das Universidades de Salamanca e Cáceres (Espanha), decorrerá naquelas cidades, entre os dias 24 e 28 de Abril de 1987, o 1.º Colóquio Internacional sobre as Religiões Pré-histó-

ricas na Península Ibérica. Pretende-se com este encontro de investigadores «apresentar, discutir e obter algumas conclusões, dentro do possível, sobre os vários aspectos, materiais e problemas, da religiosidade dos povos pré-históricos peninsulares» (da 1.ª Circular).

O Colóquio prevê a existência das seguintes secções: I — A religiosidade durante os tempos paleolíticos e epipaleolíticos; II — As novas orientações religiosas do Neolítico e do Calcolítico; III — As religiões do Mundo pré-tartéssico e tartéssico; IV — As religiões pré-romanas. Estes grandes temas serão introduzidos por uma «ponência» a proferir por um especialista de cada área. O dia 15 de Janeiro de 1987 é a data limite de inscrição e envio de comunicações.

O programa inclui visitas às estações de arte rupestre de Monfragüe, Maltravieso e ao santuário rupestre de Alaca, assim como uma visita ao Museu Arqueológico de Ávila.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGIA

Vitória (País Vasco), 20-25 de Set.º de 1987

Encontra-se em organização, com o patrocínio do Governo do País Vasco e integrando o 2.º Congresso Mundial Vasco, um Congresso Internacional de Antropologia, que decorrerá na cidade de Vitória entre os dias 20 e 25 de Setembro de 1987.

O programa inclui uma lição inaugural, 15 «ponências» e 95 comunicações, distribuídas por 3 secções: Antropologia Física, Antropologia Cultural e Arqueologia. Na primeira secção serão abordados, entre outros, os seguintes temas: antecedentes pré-históricos das populações pirenaicas, interpretação da variabilidade inter e intra-populacional, isolamento e migração e novas perspectivas no estudo dos poliformismos sanguíneos; na secção de Antropologia Cultural: metodologia para uma cartografia etnográfica, orientações metodológicas para uma interpretação da mitologia, antropologia das culturas em conflito, etnologia religiosa, antropologia da saúde e novas metodologias e concepções antropológicas; e na secção de Arqueologia: modelos para a reconstrução pré-histórica, detecção e prospecção de jazidas arqueológicas, metodologia para a investigação da arqueologia territorial, metodologia para a conservação de estações de ar livre, métodos estatísticos aplicados à reconstrução pré-histórica e novas metodologias na arqueologia.

Secretaria do 2.º Congresso Mundial Vasco: Paseo de la Senda, 15 bajo — 01007 Vitória — Gasteiz — País Vasco (Espanha).

PUBLICAÇÕES

LIVROS IMPORTANTES

Encontram-se no prelo, ou foram postas recentemente em circulação, três importantes obras, de que damos sucinta notícia:

Préhistoire Africaine, Editions Recherche sur les Civilisations, 1981. 21x29,7 cm, 380 pp., 150 F. Frs.

Obra colectiva, prefaciada por Léopold Senghor, membro da Academia Francesa, onde 44 autores homenageiam Lionel Balout, conhecido investigador da Pré-história africana. A primeira parte é dedicada à biografia do homenageado, e a segunda

publica 33 trabalhos distribuídos pelos seguintes temas: Arqueologia, Cronologia, Arte Rupestre, Meio Ambiente e formas de vida e Tipologia. São estudados, entre outros assuntos, o Solutrense ibérico (L. Péricot e J. M. Fullola), o Capsiense tunisino (A. Gragueb), a Cronologia absoluta e relativa aplicada a estações arqueológicas africanas (G. Delibrias, M. H. Alimen, P. Biberson, D. Cahen, H. J. Hugot), a Arte Rupestre das Ilhas Canárias, Etiópia e Namíbia (P. Gaziosi, A. Beltran, M. Milburn, R. Joussaume, R. Vinas-Valverdu, E. Rippoll-Perello), etc. Obra importante para o estudo da Pré-história africana.

Editions Recherche sur les Civilisations—9, rue Anatole-de-la-Forge—75017 Paris.

Le Néolithique de la France, Picard Editeur, 1986. 19x27 cm, 464 pp., 157 ilustr., 350 F. Frs.

Volume de homenagem a G. Bailloud, destacado investigador do Neolítico francês, sob a direcção de J.-P. Demoule e J. Guilaine. Obra colectiva importante, reunindo os dados mais recentes e apresentando uma perspectiva actualizada sobre o Neolítico de França.

Ed. Picard — 8, rue Bonaparte — 75006 Paris.

Atlas des grottes paléolithiques françaises, Imprimerie Nationale, 1985. 24x32 cm, 640 pp., 266 ilustrações, 120 plantas e 338 gravuras, 490 F. Frs.

Obra colectiva (87 autores) apresentando 130 notícias descritivas, muito documentadas, das grutas pintadas paleolíticas francesas, actualmente conhecidas, destacando-se as de Lascaux, Font-de-Gaume e Niaux. O prof. A. Leroi-Gourhan, num texto introdutório, trata dos problemas da arte parietal, sob a perspectiva da geologia, do meio subterrâneo, das condições hidrológicas e climatológicas, do clima, das civilizações pré-históricas, da arte parietal e da necessidade de sobrevivência e de protecção.

Imprimerie Nationale — 27-29, rue de la Convention — 75732 Paris cedex 15.

CANCIONEIRO POPULAR POLÍTICO PORTUGUÊS

Coligido por A. Tomás Pires, integrando cantigas históricas e políticas da nossa tradição, está no prelo a 3.^a edição desta importante obra. Integrada na Colecção Reaver, da Editorial Labirinto, de Lisboa, o Cancioneiro inclui um prefácio de Viale Moutinho, bem como inéditos de Oliveira Martins e de A. Tomás Pires.

ACTIVIDADES DA SPAE

Nota de Esclarecimento

O novo Conselho Director da S. P. A. E., ao ser eleito em 15 de Março de 1985, aceitou que o fascículo I do vol. XXV dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» fosse ainda da responsabilidade da equipa directiva cessante, uma vez que ele se encontrava já então em adiantado estado de preparação. No entanto, tendo tomado conhecimento do texto de autoria do Senhor Prof. Doutor Santos Júnior, inserto nas páginas 185 a 189 daquele fascículo, quando ele já se encontrava impresso, não poderia deixar passar em claro várias afirmações que nele se fazem, por forma a esclarecer os sócios e todos os leitores da real situação da S. P. A. E. Durante uma reunião havida com o Senhor Prof. Santos Júnior em 6-1-1986, ficou acordado que este redigiria uma nota, que de facto veio inserta no fim do mesmo fascículo, corrigindo alguns aspectos essenciais de tais afirmações. Não obstante, e para mais completa informação de todos quantos nos lêem, entendeu o C. D. da S. P. A. E. deixar aqui este esclarecimento suplementar acerca do texto supra mencionado.

Na pág. 188, refere-se o seu autor a que a Biblioteca da Sociedade «foi incorporada na Biblioteca do Instituto de Antropologia». Tal não é correcto, pois, a verificar-se, equivaleria, a uma alienação de bens da Sociedade, que só poderia efectuar-se segundo normas legais bem conhecidas (isto é, com o acordo da maioria dos sócios expresso em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim).

Em vários passos, nomeadamente nas páginas 187, 188 e 189, considera o mesmo autor que a Assembleia Geral de 15 de Março foi «Extraordinária». E alude mesmo (pág. 189) à intenção, que a certa altura teria sido manifestada por um nosso consócio, de requerer a anulação daquela Assembleia por ela ser «ilegal e anti-estatutária». Intenção a que o C. D. cessante não teria dado seguimento «para não criar embaraços».

Ora, a Assembleia Geral de 15 de Março não foi Extraordinária, nem ilegal. Em princípio, de acordo com os antigos estatutos, a referida Assembleia deveria ter-se realizado em Dezembro de 1984, antes do fim do ano social. E, de facto, no fasc. IV, do vol. XXIV (1984) dos «Trabalhos», vinha inserta uma pequena folha impressa na qual se anunciava uma Assembleia Geral para as 21 h. do dia 5 de Dezembro de 1984; tal data havia sido, porém, alterada à mão, e adiada, sem explicação, para o dia 15 de Março do ano seguinte. O restante teor da convocatória mantinha-se, acrescentado-se, mesmo, que a Assembleia reuniria «com qualquer número de sócios». Posteriormente, em Fevereiro de 1985, os sócios receberam um postal assinado pelo Senhor Prof. Santos Júnior, relembrando a realização da «Assembleia Geral da nossa Sociedade» na segunda data mencionada e referindo que «Há que eleger uma nova Direcção (...)», etc. Tratava-se, sem dúvida, de uma Assembleia Geral Ordinária, embora marcada, por responsabilidade do então Conselho Director, para uma data posterior aos prazos normais. Pois, como escreve o jurista Roque Laia, no seu conhecido «Guia das Assembleias Gerais», pág. 164: «quando sucede a eleição realizar-se

depois do mês de Dezembro, ou, a votação dos relatórios e contas depois de Março, ou Abril, nem por isso a reunião da assembleia que tem por ordem de trabalhos esses assuntos deixa de ser uma reunião ordinária. Apesar de se realizar fora da época própria, a reunião não perde as suas características próprias». Por outras palavras, uma Assembleia eleitoral é sempre uma Assembleia ordinária e não deixa de o ser por se realizar fora dos prazos normais, pelo que o actual Conselho Director se encontra em situação perfeitamente clara e legal, ao contrário do que as citadas palavras do Prof. Santos Júnior poderiam sugerir no espírito de alguém menos avisado, e tal como, aliás, aquele autor viria a reconhecer ulteriormente na nota inserta no fim do fascículo anterior. Sem a menor responsabilidade no adiamento das eleições dos corpos gerentes para 1985, o actual Conselho Director não carece, assim, de qualquer atitude contemporizadora da direcção anterior, a quem o referido adiamento se deve, com os consequentes prejuízos para a vida da Sociedade, que há muito estava precisando de reforma.

Porto, Janeiro de 1985

O Conselho Director da S. P. A. E.

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Relatório de Actividades e Contas de 1985 (*)

Tal como foi noticiado na imprensa e comunicado a todos os sócios, o actual Conselho Director foi eleito em Assembleia Geral de 15 de Março de 1985, tendo tomado posse no dia 3 de Maio do mesmo ano. Apesar de ter visto o seu mandato assim encurtado, realizou, de então para cá, as seguintes actividades:

1 — Reforma dos Estatutos

Foi elaborado um projecto de novos estatutos, que o C. D. enviou aos sócios e apresentou à Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Junho, expressamente convocada para discutir o assunto. Em substância, tal projecto foi aprovado pela referida Assembleia, pelo que a Sociedade passou a dispor de estatutos actualizados e conformes com a Lei em vigor.

2 — Entrada de Sócios

Registou-se um apreciável movimento de inscrição de sócios (mais de 8 dezenas), em boa parte jovens arqueólogos ou estudantes interessados. Este facto contribuiu para revitalizar a Sociedade, notando-se uma assistência maioritariamente jovem em todas as sessões realizadas.

Também se actualizou o ficheiro de inscrição de sócios, através do preenchimento, por parte destes, de uma nova ficha, o que permitiu apurar o real número de associados com que conta actualmente a S. P. A. E.

3 — Sessões Científicas

Foram realizadas as seguintes onze sessões científicas, que tiveram lugar no anfiteatro de Zoologia da Faculdade de Ciências do Porto (1):

- *Escavação da necrópole de cistas do Vale da Cerva (Pocinho, V.ª N.ª de Foz Coa)*, pelo Dr. Domingos de Jesus da Cruz, do Porto (24 de Maio);
- *Estratigrafia do povoado pré- e proto-histórico do Castelo de Aguiar (V.ª P.ª de Aguiar)*, pela Dr.ª Susana Oliveira Jorge, da Fac. de Letras do Porto (14 de Junho);
- *Os painéis introdutórios da Exposição de Oslo (as embarcações tradicionais e as fontes do povoamento)*, pelo Arq.º Octávio Lixa Filgueiras, do Centro de História da Univ. do Porto (28 de Junho);

(*) Aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 17 de Janeiro de 1986.

(1) Ver adiante os respectivos resumos.

- *Descobertas recentes no âmbito do megalitismo do Norte de Portugal*, pelos Dr.^{es} Francisco Sande Lemos, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, e António Martinho Baptista, do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Braga (12 de Junho);
- *Natureza biológica e sociedades humanas: novas perspectivas para um velho problema?*, pelo Dr. Augusto Santos Silva, da Faculdade de Economia do Porto (19 de Junho);
- *Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Concelho de Arouca): ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos*, pelo Dr. Fernando Augusto Silva, do Porto (11 de Outubro);
- *Arte rupestre no Concelho de Valença*, pelos Dr.^{es} Eduardo Jorge Lopes da Silva, da Universidade Livre do Porto, e Ana M. Leite da Cunha, do Observ. Astronóm. da Fac. de Ciências do Porto (18 de Outubro);
- *O papel da Antropologia cultural na sociedade actual*, pelo Doutor António Custódio Gonçalves, da Faculdade de Letras do Porto (15 de Novembro);
- *A citânia de S. Julião (Vila Verde)*, pela Dr.^a Maria Manuela Martins, da Universidade do Minho (22 de Novembro);
- *As gravuras rupestres de Atenor (Miranda do Douro)*, pela Dr.^a Maria de Jesus Sanches, da Fac. de Letras do Porto (29 de Novembro);
- *Uma perspectiva etno-arqueológica da Pré-história*, pelo Doutor Vítor Oliveira Jorge, da Fac. de Letras do Porto (6 de Dezembro).

Todas estas sessões contaram com a presença de um apreciável número de sócios. Foram anunciadas na imprensa, que publicou resumos do que em algumas delas se passou.

4 — Conferência

A Sociedade levou a efeito, no dia 20 de Junho, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, uma conferência proferida pelo Doutor Jorge de Alarcão, Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, sobre o tema: «*Uma Vila Romana no Alentejo*». A ela assistiram muitos sócios e numeroso público, num total de cerca de 80 pessoas.

5 — Contactos com Entidades Universitárias

Com o fim de procurar resolver o problema da sede da Sociedade, o C. D. teve duas longas entrevistas, uma com o Senhor Prof. Doutor Machado Cruz, Presidente da Direcção do Instituto de Antropologia da F. C. U. P., outra com o Reitor da Universidade do Porto, Prof. Doutor Oliveira Ramos. Ambas as entidades exprimiram o maior interesse e compreensão para com os problemas da nossa Instituição, muito embora, a curto prazo, não tenham surgido perspectivas da viabilização de um espaço próprio para o funcionamento da Sociedade e instalação do seu espólio, mormente a Biblioteca. Assim, a S. P. A. E. continua, provisoriamente, instalada no Instituto de Antropologia da F. C. U. P., embora não estejam com certeza esgotadas todas as soluções para um desbloqueamento da actual situação, para o qual apontam algumas iniciativas já tomadas pelo C. D., nomeadamente através da proposta feita ao Senhor Prof. Machado Cruz de instalação da Sociedade numa área da F. C. U. P. que se julga ter sido atribuída ao Instituto de Antropologia pela direcção daquela Faculdade.

6 — Publicação dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Tendo ficado acordado, na Assembleia Geral de 15 de Março, que o fascículo dos «Trabalhos» em preparação seria ainda da responsabilidade do C. D. cessante, a nova direcção tem estado a aguardar a sua publicação para dar seguimento aos fascículos seguintes, que serão reunidos num só volume ⁽²⁾. Para o efeito contactou diversos autores, solicitando a sua colaboração, e pediu subsídios à Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Nacional de Investigação Científica, Direcção-Geral do Ensino Superior, Governo Civil do Porto e Câmara Municipal do Porto.

7 — Biblioteca

Deu-se início ao processo de actualização dos ficheiros da Biblioteca, nomeadamente o ficheiro das entidades que nos enviam publicações periódicas e com as quais mantemos intercâmbio.

Foi fornecida ao C. D. C. T. do INIC uma lista das revistas constantes da Biblioteca da Sociedade e inscritas no ISSN.

8 — Institucionalização da Sociedade

Iniciaram-se diligências relativas à elaboração da escritura notarial dos novos estatutos da S. P. A. E. e solicitou-se a inscrição da Sociedade no Registo Nacional de Pessoas Colectivas (Min. da Justiça).

9 — Situação financeira

Apesar de todo o trabalho de revitalização da Sociedade, efectuado, quer com a realização regular de sessões científicas, quer com a reorganização dos serviços administrativos, as contas da Sociedade encontram-se equilibradas, como se poderá observar pelo mapa anexo. Este resultado foi possível através da cobrança regular de cotas, a sua actualização e, face ao reduzido valor da anterior cotização (ainda vigente no primeiro semestre deste ano), a aprovação de uma cota suplementar de 100\$00, na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Junho.

A actual direcção deixa um saldo positivo de 39.758\$00, não considerando já o subsídio de 125.000\$00, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian para a edição de um fascículo dos «Trabalhos», solicitado pelo anterior Presidente na vigência do mandato da actual direcção, mas que não deu, até à data, entrada na tesouraria.

Pelo exposto pode concluir-se que, com o presente número de sócios e através uma cobrança regular das respectivas cotas, é materialmente possível o funcionamento normal da Sociedade, embora se reconheça que a edição dos «Trabalhos» (ou a realização de manifestações de carácter extraordinário, e de maior envergadura) exigirá que se recorra ao apoio de outras instituições através da concessão de subsídios.

(2) Trata-se do presente volume.

«CONTAS DE GERÊNCIA» EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985

CONTAS	DEVE	HAVER	SALDOS	
			DEVEDORES	CREDORES
1. DESPESAS GERAIS	35.287\$20	—\$—	35.287\$20	—\$—
1. Expediente	16.777\$70	—\$—	16.777\$70	
2. Portes de correio	13.294\$50	—\$—	13.294\$50	
3. Emolumentos e selos fiscais	4.790\$00	—\$—	4.790\$00	
4. Gratificações	—\$—	—\$—	—\$—	
5. Diversas	425\$00	—\$—	425\$00	
2. ACTIVIDADE CIENTÍ- FICA E CULTURAL ...	23.734\$00	—\$—	23.734\$00	—\$—
1. Edição de «programas»	9.771\$50	—\$—	9.771\$50	
2. Expedição	8.995\$00	—\$—	8.995\$00	
3. Encargos com desloca- ções	4.967\$50	—\$—	4.967\$50	
3. «TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA»	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
1. Publicação	—\$—	—\$—	—\$—	
2. Expedição	—\$—	—\$—	—\$—	
4. BIBLIOTECA	7.539\$00	—\$—	7.539\$00	—\$—
1. Assinatura/Aquisições	—\$—	—\$—	—\$—	
2. Encadernações	—\$—	—\$—	—\$—	
3. Intercâmbio	7.539\$00	—\$—	7.539\$00	
5. MÓVEIS E UTENSÍLIOS	293\$00	—\$—	293\$00	—\$—
6. RECEITAS GERAIS ...	—\$—	69.560\$00	—\$—	69.560\$00
1. Quotização:				
• em atraso		4.920\$00		
• quotas de 1985 ...		46.480\$00		
• quota ext. de 1985		15.200\$00		
2. Antecipação de quotas		1.350\$00		
3. Quotas voluntárias/ /Donativos		1.610\$00		
7. SUBSÍDIOS	—\$—	125.000\$00	—\$—	125.000\$00
1. Fundação Calouste Gulbenkian		125.000\$00		
8. PUBLICAÇÕES	—\$—	8.460\$00	—\$—	8.460\$00
9. JUROS BANCÁRIOS ...	—\$—	28.591\$20	—\$—	28.591\$20
Totais	66.853\$20	231.611\$20	66.853\$20	231.611\$20
Resultado (+) da Gerência			164.758\$00	—\$—
			231.611\$20	231.611\$20

VALORES RECEBIDOS DA ANTERIOR GERÊNCIA

1. Depósitos a prazo	380.313\$30
2. Depósitos à ordem	83.649\$70
3. Em caixa	—\$—
Total	463.963\$00

BALANÇO DA SITUAÇÃO ACTUAL E A TRANSMITIR À PRÓXIMA DIRECÇÃO

1. Depósitos a prazo	380.313\$30
2. Depósitos à ordem	122.936\$40
3. Valores em Caixa (numerário)	471\$30
4. Subsídio em posse do Presidente da anterior Direcção	125.000\$00
Total	628.721\$00

Porto, 31 de Dezembro de 1985.

Aditamento ao «Relatório de Actividades e Contas», respeitante ao exercício de 1985, apresentado pela Direcção à Assembleia Geral Ordinária de 17 de Janeiro de 1986.

Após a feitura das «Contas» e realização do mapa respeitante ao movimento geral de tesouraria da Sociedade registaram-se dois movimentos que importa referir, ainda do exercício de 1985. Na conta de Depósitos à Ordem, aberta no Banco Borges e Irmão, foi depositada a quantia de Esc.: 1.813\$50, relativa a juros dos depósitos à ordem; foi recebido, também, um extracto da Conta de Depósitos à Ordem que a SPAE possui na Caixa Geral de Depósitos, mencionando um saldo credor de Esc.: 2.177\$90, cuja existência era desconhecida da actual Direcção por não lhe ter sido comunicada pelo Conselho Director que cessou funções em 15 de Março de 1985.

Assim, às contas agora apresentadas à discussão e aprovação da Assembleia, há que aditar aquelas quantias, passando o balanço, em 31 de Dezembro de 1985, a ser o seguinte:

1. Depósitos a prazo	380.313\$30
2. Depósitos à ordem: Banco Borges e Irmão	124.767\$90
Caixa Geral de Depósitos	2.177\$90
3. Valores em caixa (numerário)	471\$30
4. Subsídio em posse do Presidente da anterior Direcção	125.000\$00
Total	632.730\$40

Porto, 10 de Janeiro de 1986.

O Presidente,

Vitor Manuel de Oliveira Jorge

O Tesoureiro,

Domingos de Jesus da Cruz

Sessões Científicas e Conferências

Sessão de 24 de Maio de 1985

A sessão iniciou-se com a intervenção, antes da ordem do dia, da Dr.^a Susana Oliveira Jorge, que apresentou o 1.º vol., consagrado à Pré-história, da «História de Castilla y León», que acaba de ser editado em Espanha; o Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva, que se referiu uma importante descoberta recentemente feita no decurso do levantamento arqueológico do concelho de Cinfães («Penedo da Chicira»); o Dr. Mário Barroca, que relatou os principais resultados do 1.º Congresso de Arqueologia Medieval Espanhola, realizado em Huéscas; e o Doutor Vítor Oliveira Jorge, que chamou a atenção para um recém-publicado livro de Roger Joussaume sobre o Megalitismo no mundo.

Iniciou-se em seguida a comunicação agendada, a cargo do Dr. Domingos de Jesus da Cruz, sobre a *Escavação das cistas do Vale da Cerva (Pocinho, Vila Nova de Foz Côa)*, a qual foi ilustrada com diapositivos. Após se referir ao contexto geográfico e às circunstâncias em que foram realizados os trabalhos (escavações de emergência, a cargo do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte), o Dr. Domingos Cruz aludiu às importantes gravuras rupestres existentes no Vale da Casa, nas imediações dos sepulcros, já estudadas por António M. Baptista. Incidiu depois a sua atenção sobre o tema principal da comunicação, as escavações efectuadas em dois monumentos do Vale da Cerva, um deles constituído por um anel de lajes horizontais interior e exteriormente delimitado por ortostatos, e o outro, situado a cerca de 100 metros do anterior, contendo duas cistas com restos de corpos nelas inumados. Trata-se pois de sepulturas individuais de inumação, uma de adulto, com algum espólio situado em torno do crâneo, outra infantil, provavelmente datáveis da Idade do Bronze (2.º milénio a. C.). Está em preparação, para ser publicado, o trabalho resultante desta intervenção, que tem muita importância para o esclarecimento do papel que o vale do Douro teve durante a Pré-história, ainda tão mal conhecido.

A sessão, a que estiveram presentes muitos jovens, que recentemente se fizeram sócios da Sociedade, teve um extraordinário interesse pelo carácter informal e de «reunião de trabalho» que assumiu, permitindo um valioso intercâmbio de ideias e «dando o tom» a uma nova dinâmica que a S. P. A. E. está adquirindo.

Sessão de 14 de Junho de 1985

Nesta sessão, antes da ordem do dia, entrevistaram o Arqt.º Octávio Lixa Filgueiras, que anunciou a realização no Porto (Palácio da Bolsa), nos dias 2 a 4 de Outubro, do IV Simpósio de Arqueologia Naval; o Doutor Vítor O. Jorge, que chamou a atenção para o recém-publicado volume 5 da Enciclopédia Einaudi, consagrado a

assuntos de Antropologia; e o Dr. Eduardo Jorge L. da Silva, que referiu o interesse da «Caverna da Gandarela», espécie de abrigo de tipo «megalítico» existente na freg. de Tençuais, conc. de Cinfães, assinalado no decurso do levantamento do mesmo concelho.

Cumprindo depois a ordem do dia anunciada, a Dr.^a Susana Oliveira Jorge apresentou a sua comunicação sobre *Estratigrafia do Povoado Pré- e Proto-histórico do Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar)*, que ilustrou com diapositivos. A importante estação arqueológica em causa, situada na base do Castelo de Aguiar, foi revelada há alguns anos pela abertura de um estradão, e os trabalhos ali realizados constaram fundamentalmente da limpeza e interpretação dos cortes produzidos pelo estradão, e da abertura de pequenas sondagens em áreas adjacentes. Apesar da limitada dimensão da área intervencionada, que será ampliada em futuras escavações, foi possível detectar uma sequência de ocupação que se estende desde a Idade do Bronze inicial (princípios do 2.^o milénio a. C.) até às épocas romana e medieval. É provável, aliás, que o povoado do Bronze antigo tenha assentado sobre uma primeira camada da Idade do Cobre, cujos vestígios são, por ora, relativamente ténues.

O nível do Bronze antigo revelou abundantes materiais (pontas de seta, pequenas raspadeiras, lâminas, um peso de tear, e numerosos vasos cerâmicos) que se podem pôr em paralelo com os de outras estações arqueológicas, tanto do vale do Tâmega como do Sul do país. Eles parecem revelar a persistência, nessa época, de uma forte tradição do «fundo» cultural da Idade do Cobre, a par de inovações, como sejam vasos carenados e um vaso de pé alto. As decorações onduladas, feitas com pente, lembram as que foram detectadas na Lorga de Dine (Vinhais). Sucederam-se depois outras ocupações da Idade do Bronze, nas quais há que destacar a presença de cerâmicas lisas do «tipo Alpiarça» e de vasos decorados do tipo Baiões (povoado da Sr.^a da Guia, S. Pedro do Sul), situáveis, aproximadamente, no séc. VIII a. C. (Bronze Final). Sobre estas ocupações, instalou-se na época romana uma muralha com face aparelhada e enchimento interior caótico, associada a cerâmicas características da tradição «castreja», e que pode datar já do séc. I a. C., época a que também pertencem dois denários romanos, encontrados igualmente no local, mas sem posição estratigráfica precisa.

Os elementos apresentados, que suscitaram interessante debate na assistência, associados aos trabalhos também em curso no próprio castelo medieval sobranceiro, revelam que estamos perante uma das mais significativas estações arqueológicas do Noroeste peninsular, capaz de fornecer futuramente dados cronológicos da maior valia para a história desta zona da bacia do Corgo, na área ocidental de Trás-os-Montes.

Sessão de 28 de Junho de 1985

Antes da ordem do dia, o Arqt.^o Octávio Lixa Filgueiras deu notícia da saída do volume das actas do VI Congresso Internacional de Arqueologia Submarina, realizado em 1982 em Cartagena. A comunicação agendada, a cargo do mesmo investigador, do Centro de História da Universidade do Porto, abordou o tema *Os painéis introdutórios da Exposição de Oslo (as embarcações tradicionais e as fontes do povoamento)*. Baseada num conjunto de diapositivos, a palestra procurou mostrar as afixões

nidades entre os dois países voltados ao mar, Portugal e Noruega (tema de uma exposição patente naquele país nórdico, mas já anteriormente divulgada ao público na Casa do Infante, no Porto), fundamentando uma tese que o autor vem defendendo. Depois de admitir a difusão do megalitismo europeu através de embarcações de tipo singelo, referiu-se a tipos de barcos bastante primitivos existentes em Portugal, como pirogas e jangadas. Abordando o aspecto do conservadorismo náutico, estabeleceu relações de semelhança entre alguns barcos típicos portugueses e outros existentes em várias regiões europeias e do Médio Oriente.

Sessão de 12 de Julho de 1985

Antes da ordem do dia, o Dr. Huet Bacelar Gonçalves anunciou a realização, em Lisboa, de 28 de Setembro a 4 de Outubro de 1986, do 5.º Congresso da Associação Europeia de Antropologia; o Doutor Vítor O. Jorge comentou 5 novas datas de radiocarbono que acabam de ser obtidas para duas mamoadas da Serra da Aboboreira (Baião), as quais permitem situar a utilização da necrópole durante, pelo menos, 1.500 anos, desde cerca de 3.300 a. C. a cerca de 1.800 a. C.; o Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva apresentou um monumento do concelho de Tabuaço, a «Pedra do Cavalo», com um aspecto que sugere um equídeo, e com diversas gravuras, cujo estudo foi já realizado.

Em seguida, os Dr.^{es} Francisco de Sande Lemos, Presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, e António Martinho Baptista, do Parque Nacional da Peneda-Gerês, apresentaram a sua anunciada comunicação sobre *Descobertas recentes no âmbito do Megalitismo do Norte de Portugal*. Referiram-se em primeiro lugar a uma vasta necrópole detectada recentemente na Serra Amarela, em Boivães e em Britelo, chamando particularmente a atenção para um dólmen de corredor — o dólmen 1 da Chã de Cabanas — com gravuras num dos seus esteios e restos de pintura na laje de cabeceira. Consideraram que o vale do Lima, em que se integram estas e outras estações, é uma área-chave para o conhecimento da Pré-história recente do Norte de Portugal. Passando em seguida para Trás-os-Montes, referiram-se à existência, nas imediações do conhecido dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães), de restos de, pelo menos, mais um dólmen, e de uma concentração de objectos cerâmicos, de feitura manual, que podem indicar a presença de um habitat pré-histórico, talvez contemporâneo dos megálitos. Já no concelho de Mirandela, referiram-se ao dólmen da Arcá, na freg. de Abreiro, e à existência de um pequeno povoado próximo, possivelmente pré-histórico; na freg. de Caravelas, apresentaram a Anta das Talhas, grande dólmen, com corredor e, nas imediações, o povoado do Cabeço Murado, com uma muralha que não tem feição castreja, pondo-se a hipótese de ser anterior. Descreveram ainda, no mesmo concelho, o menir da Bouça, existente nos arredores do Vale de Gouvinhas; trata-se de um menir fálico, que lembra, em certos aspectos, monumentos encontrados no Algarve. Esta descoberta é de suma importância, pois trata-se do primeiro menir indubitável detectado na província de Trás-os-Montes. Terminaram a sua comunicação, que foi amplamente comentada pela assistência, referindo-se ao maior conjunto de estátuas-menires e estelas conhecido em Portugal, o do Cabeço da Mina, no concelho de Vila Flor. Esta importante comunicação veio mais uma vez provar

que a Pré-história do Norte do nosso país é muito mais rica do que se supunha, impondo-se a continuação das prospecções em regiões menos exploradas, como o são o Alto Minho e toda a província de Trás-os-Montes.

Sessão de 19 de Julho de 1985

No início dos trabalhos, a Dr.^a Ana Leite da Cunha apresentou os vestígios ainda existentes de um cemitério de sepulturas abertas no saibro, em Vila Chã do Marão (Casa do Cruzeiro), no conc. de Amarante; tais vestígios, detectados no decorrer da preparação da carta arqueológica daquele concelho pelo G. I. A. N., são fundamentalmente constituídos por uma laje de cobertura de um dos sepulcros, com uma face humana esculpida ao centro, em relevo. A seguir, os Dr.^{es} Vítor Jorge, Susana Jorge e Huet Bacelar Gonçalves, referiram-se ao interesse arqueológico d'«O Pedrão», monólito granítico implantado a alguns metros da igreja de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), que é morfologicamente um menir, com alguns pares de covinhas numa das suas faces, sobre o qual preparam um pequeno estudo descritivo.

Entrou-se então na ordem do dia, com a comunicação do Dr. Augusto dos Santos Silva, assistente da Faculdade de Economia do Porto, sobre o tema *Natureza biológica e sociedades humanas: novas perspectivas para um velho problema?*. Após mostrar a generalidade e interesse da questão das relações entre a Biologia e as Ciências Sociais, referiu-se a três modos possíveis de a abordar: ou por meio da «imposição» às disciplinas humanas da problemática das disciplinas biológicas (atitude obviamente abusiva e redutora, que se encontra, por ex., na «sociobiologia» ou escola da «nova síntese» americana); ou através da procura de perspectivas «unificadoras», do tipo das de Edgar Morin ou Moscovici, que procuram uma transdisciplinaridade onde tudo tende a articular-se com tudo, atingindo-se uma neutralidade não explicativa; ou, finalmente, procurando «cruzamentos», ou áreas de intersecção de saberes, que se revela o método mais fecundo. A partir desta base, esboçou seis caminhos principais de interdisciplinaridade, alicerçados no aprofundamento da problemática e metodologia próprias de cada disciplina «tradicional». Superar o dualismo natureza/cultura, mas não através de uma ciência unificadora, totalizante, redutora das particularidades de cada fenómeno — eis, em súpula, a importante mensagem que esta fecunda comunicação apresentou à reflexão dos presentes, motivando interessante debate. Foi verdadeiramente uma sessão que consubstanciou o espírito interdisciplinar que a nova Direcção da S. P. A. E. pretende desenvolver nesta associação cultural.

Sessão de 11 de Outubro de 1985

Foi apresentada, nesta sessão, a comunicação do Dr. Fernando Augusto Silva sobre os *Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (concelho de Arouca): ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos*. Na região estudada, os monumentos encontram-se tanto sobre as rochas do complexo xisto-grauváquico, como nos granitos, normalmente em terrenos considerados hoje de aptidão florestal. Muitos deles estão numa elevação inscrita numa chã; outros encontram-se em vertentes de *plateaux*,

mas estes na sua maioria, devem corresponder a cistas. A maior concentração verifica-se na freguesia de Escariz, com 41 monumentos. A mais de 1.000 m. de altitude, na Serra da Freita (Portela da Anta) existe porém uma mamoa de envergadura excepcional, contendo um dólmen de corredor curto e outras três câmaras poligonais simples. Aparecem monumentos isolados, bem como agrupados em núcleos. Nota-se um acentuado polimorfismo, tanto ao nível das mamoas, como das câmaras. Os *tumuli* apresentam em geral um revestimento em forma de couraça lítica; por outro lado, não foi possível observar a presença de solos antigos enterrados. Quanto ao espólio, tem-se revelado abundante, sobretudo atendendo ao facto de muitos monumentos terem sido já escavados neste século: São frequentes os micrólitos, surgindo também as pontas de seta, facas, machados polidos, lâminas, lamelas, grande quantidade de contas discodais em xisto, cerâmica lisa e decorada e um objecto metálico, possivelmente em cobre. A comunicação concluiu com a apresentação e comentário de um conjunto de diapositivos referentes às escavações do autor nos monumentos de Escariz.

Sessão de 18 de Outubro de 1985

A comunicação agendada para esta sessão foi apresentada pelos Dr.^{es} Eduardo Jorge Lopes da Silva e Ana Maria C. Leite da Cunha, que abordaram o tema *Arte Rupestre do concelho de Valença*. Os autores, que vêm efectuando de forma sistemática, há alguns anos, o levantamento e estudo de um importante conjunto de estações, inéditas, de Arte Rupestre naquele concelho, apresentaram neste sessão, perante um apreciável número de sócios interessados, um trabalho em que traçaram uma panorâmica sobre um total de 9 rochas gravadas, tantas quantas, até agora, se conhecem naquela área. Deram particular ênfase a uma das rochas, situada na freguesia de Gandra, daquele concelho, a uma altitude de 300 metros. Trata-se da estação de Arte Rupestre do Monte da Laje, que se notabiliza pelo facto de apresentar, entre outros motivos, um importante conjunto de *idoliformes*, bem como dois *punhais*, um dos quais se distingue pelas suas grandes dimensões (1,15 m). A riqueza e raridade iconográfica desta composição, cronologicamente enquadrada na Idade do Bronze, conferem a esta rocha uma particular importância no contexto das gravuras rupestres de ar livre do Noroeste Peninsular.

Os autores anunciaram que o estudo exaustivo desta estação será, proximamente, inserido no n.º 13 da revista *Arqueologia* e que a divulgação monográfica das restantes rochas insculturadas do concelho de Valença será objecto de publicação própria.

A sessão foi enriquecida com a projecção de diapositivos, o que motivou, em alguns momentos, um interessante diálogo sobre a problemática aberta.

Sessão de 15 de Novembro de 1985

A comunicação do dia esteve a cargo do Prof. Doutor António Custódio Gonçalves, da Faculdade de Letras do Porto, que tratou o tema *Um sentido para a Antropologia na Sociedade Actual*. Através de numerosas referências a diferentes momentos

da história desta disciplina, e a diversas sociedades que ela tem revelado, o orador deu sobretudo ênfase à noção de que a Antropologia, ciência da alteridade, é uma forma de se tentar atingir o «homem total». Mais do que uma disciplina bem definida, com um objecto e uma teoria próprias, a Antropologia é sobretudo uma questão e uma prática. Na base está o interesse pelos outros, e por isso a Antropologia começou por estudar o longínquo, as sociedades exóticas. Mas essa experiência foi-se transmutando para a nossa própria cultura, visando hoje atingir a alteridade que existe em nós mesmos, revelando os sentidos profundos dos nossos próprios interditos. A determinado passo, o doutor Custódio Gonçalves afirmou: «As sociedades precisam de passar pelo crivo da agressão do outro, para depois se repensarem, se voltarem de novo para as suas raízes. Há um caminho que é preciso percorrer para as sociedades se redescobrirem de novo.» Esse caminho começa sempre por ser, em Antropologia, o do trabalho de campo, que permite aceder ao quotidiano concreto de uma comunidade através da intimidade individual. Há assim sempre o confronto de dois sujeitos, o observador e o observado, devendo falar-se mais de «intersubjectividade» do que de objectividade, neste domínio do saber. O objecto da análise é sempre, em última análise, outro sujeito, devendo articular-se, na interpretação, os fenómenos mais directamente observáveis (tecnologia, por ex.) com aqueles que relevam do campo das representações, como os mitos, os ritos, etc., e que enformam finalmente toda a realidade em estudo, como a organização do parentesco, as estruturas sociais, políticas, etc. A atenção à complexidade e o sentido do equilíbrio são qualidades essenciais no antropólogo.

Sessão de 22 de Novembro de 1985

A Dr.^a Maria Manuela Martins, assistente da Universidade do Minho, apresentou nesta sessão a sua anunciada comunicação sobre *A Citânia de S. Julião (Vila Verde)*, cujo conteúdo se publica noutro lugar deste volume. A citânia de S. Julião, onde a autora dirigiu diversas campanhas de escavações, que ilustrou com diapositivos, é uma estação arqueológica de excepcional importância, cuja situação topográfica, dimensão, e sobretudo monumentalidade de vestígios que ainda conserva, permite que a consideremos como um dos povoados fortificados mais significativos da região de Braga. O seu estudo integra-se num projecto de investigação sobre o curso médio do Cávado, que aquela investigadora encetou há vários anos. A ocupação do monte em que se implanta o povoado foi iniciada nos finais da Idade do Bronze (núcleo do topo, com 5 ou 6 cabanas), tendo prosseguido até aos primeiros séculos da nossa era. A romanização encontra-se, aliás, bem testemunhada, quer através de numerosas construções, quer de grande abundância de cerâmica, tanto regional como importada. Foi sobre a cerâmica, das várias fases do povoado, que a Dr.^a Manuela Martins incidiu muito particularmente a sua atenção. A sua comunicação, de muito interesse pelo rigor da metodologia aplicada ao estudo de um «castro», infelizmente rara entre nós, suscitou um aliciente debate entre diversos especialistas presentes, com particular incidência no muito discutido (e discutível) conceito de «cultura castreja» que, na sua formulação habitual, a autora rebateu.

Sessão de 29 de Novembro de 1985

A comunicação do dia foi apresentada pela Dr.^a Maria de Jesus Sanches, da Faculdade de Letras do Porto, que abordou o tema *As gravuras rupestres de Atenor (Miranda do Douro)*. Começou por se referir à importância do planalto mirandês (que constitui uma unidade geomorfológica e até climática) em termos de Pré-história, mencionando a presença de mamões perto de Tó, em Sanhoane e em Vila de Ala, e os povoados do Cunho e do Barrocal Alto, ainda naquele planalto mas já voltados às arribas do Douro. Apresentou de seguida as gravuras rupestres de Atenor, constituídas por vários conjuntos de fragas xisto-grauváquicas gravadas, dispostos em duas ribeiras (ribeira das Veigas e ribeira de Palheiros). Na ribeira das Veigas existem 3 conjuntos. Um deles é o da Fraga das Aguçadeiras, que apresenta quatro painéis; outro, o de Vale de Espinheiros, com 6 rochas gravadas; o terceiro, o das Fragas da Lapa, conjunto muito importante e homogéneo. Neste último, com gravuras feitas por picotagem, vêem-se motivos de tipo geométrico combinados com outros de cariz sub-naturalista: profusão de linhas onduladas; espirais articuladas, de direcção oposta; figuras ictifálicas e um cruciforme; representação de uma mulher com o interior do corpo segmentado, etc. A autora assinalou a originalidade destas gravuras, que parecem combinar várias influências, e prometeu para breve a sua publicação. Entretanto, na ribeira de Palheiros mencionou a presença de algumas gravuras filiformes, compostas por sulcos sub-verticais paralelos.

Sessão de 6 de Dezembro de 1985

A comunicação do dia esteve a cargo do Doutor Vítor Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto, e incidiu sobre o tema *Uma perspectiva etno-arqueológica da Pré-história*. Começando por advertir para os dois grandes sentidos em que se pode utilizar a expressão «Etno-arqueologia», e fazendo notar que iria aplicá-la na acepção mais ampla, a da fecunda articulação entre os dados e os problemas da Pré-história e da Antropologia cultural, o comunicante acentuou a fragilidade de muitos conceitos utilizados frequentemente em Arqueologia, sem qualquer crítica nem prévia discussão teórica, como o de cultura. Insistiu na necessidade de se ultrapassar a concepção «histórico-normativa» de cultura, segundo a qual a Pré-história seria constituída por uma série de unidades discretas escalonadas no espaço e no tempo e compostas, cada uma, por um número limitado e bem definido de itens (artefactos ou estruturas), sendo certo que a realidade se não compadece com tal esquematismo. Mostrou, com exemplos retirados de sociedades de caçadores-recolectores, de agricultores «primitivos», e de sociedades já mais complexas (chefados, estados) que a chamada «cultura material» não pode ver-se como um simples reflexo de comportamentos normalmente intuídos pelo pré-historiador (que portanto, assim, confirma sempre o que pretendia provar, num raciocínio circular, desprovido de valor científico). O «registo» arqueológico é uma realidade complexa, produto de processos naturais e antrópicos imbricados ao longo do tempo, cuja interpretação exige, por um lado, o concurso de numerosos naturalistas e, por outro, uma noção muito precisa de como as diversas sociedades actuam na realidade material envolvente, produzindo «desperdícios» ou qualquer outra forma, intencional ou não, de alteração do meio. A ultrapassagem de uma interpretação baseada na intuição empírica e subjectiva exige pois a observação atenta e controlada de sociedades actuais, a todos os níveis de complexidade, com o fim de se compreender como é que elas produzem «testemunhos arqueológicos». O autor não fez mais do que chamar a atenção para

a imprescindibilidade de se debaterem em Portugal os problemas existentes da Arqueologia actual, não parecendo possível desconhecer, em tal debate, obras de autores internacionalmente famosos como Binford, Renfrew, Hodder, etc. Para que, como dizia Clarke, a Arqueologia deixe definitivamente de ser uma actividade que, sobretudo, exige destreza prática apreendida pela rotina.



Foto do C. de Documentação do «JN»

Um aspecto da sessão científica de 6 de Dezembro de 1985. O Doutor Vítor Oliveira Jorge profere a sua comunicação sobre «Uma perspectiva etno-arqueológica da Pré-história».

Conferência de 20 de Junho de 1985

A primeira de uma série de conferências públicas que a Sociedade tenciona promover foi da autoria do Prof. Doutor Jorge de Alarcão, da Faculdade de Letras de Coimbra, e intitulou-se *Uma Vila Romana no Alentejo*. Perante uma vasta audiência, que enchia por completo a sala da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o conferencista expôs a sua experiência de arqueólogo desenrolada durante o estudo da vila romana de S. Cucufate (Vidigueira), o edifício do género mais bem conservado existente em Portugal. Trata-se de uma imponente estrutura que foi ocupada na Idade Média como convento, e que permite a reconstituição de uma grande unidade agrária romana.

Assembleias Gerais

Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Junho de 1985

Realizou-se no dia 18 de Junho de 1985, em 2.^a convocação, pelas 18h30, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a Assembleia Geral extraordinária da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, convocada para discutir e votar a proposta de alteração dos seus Estatutos, apresentada pelo Conselho Director, e actualizar a quotização anual.

A referida proposta foi aprovada, na generalidade e na especialidade, com as alterações introduzidas pela Assembleia. Noutro local deste volume publica-se integralmente o texto dos Estatutos, documento que passa a orientar o funcionamento da Sociedade, já aprovado pela Procuradoria Geral da República e publicado no *Diário da República*.

A Assembleia decidiu, ainda, que os novos Estatutos entravam imediatamente em vigor, excepto na matéria relacionada com os corpos sociais, mantendo-se, nesse aspecto, o definido no texto anterior, até à realização de novas eleições.

Foi também aprovada a quotização dos associados efectivos, correspondentes e colectivos, sendo fixada em Esc.: 600\$00 anuais, liquidados semestralmente e uma quota extraordinária de Esc.: 100\$00, a vigorar apenas durante o ano de 1985.

Aprovou, por fim, um voto de louvor ao Conselho Director em funções pelo trabalho desenvolvido, no sentido da revitalização da Sociedade, a redacção dos novos Estatutos.

Assembleia Geral Ordinária de 10 de Janeiro de 1986

A Assembleia Geral ordinária, convocada para eleger os novos corpos directivos para o triénio de 1986-88, realizou-se no dia 10 de Janeiro de 1986, pelas 18h30, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Ao acto eleitoral apenas concorreu uma lista, designada «Lista A» e cujo programa eleitoral foi remetido, por via postal, a todos os associados; encontravam-se inscritos no Caderno Eleitoral 151 associados.

O escrutínio da votação forneceu os seguintes resultados: número de votantes—46; votos na lista «A»: *a favor*—45; *contra*—1; votos nulos—0; votos em branco—0. Os sócios que integravam a lista foram, assim, eleitos com 98 % dos votos expressos; participaram no acto eleitoral 31 % dos associados inscritos no caderno eleitoral.

De acordo com a votação, os órgãos sociais da S.P.A.E., para o triénio de 1986-1988, ficaram assim constituídos:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente — *Vitor Manuel de Oliveira Jorge*, Prof. da Faculdade de Letras do Porto.
- Secretário — *João Pedro Paiva da Cunha Ribeiro*, Assistente da Faculdade de Letras do Porto.
- Secretário — *Orlando Castro Ferreira de Sousa*, Prof. do Ensino Secundário, requisitado no Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.

Direcção

- Presidente — *Eduardo Jorge Lopes da Silva*, Prof. Aux. Conv. da Univ. Livre do Porto.
- Vice-Presidente — *Domingos de Jesus da Cruz*, Prof. do Ensino Secundário.
- Secretário — *Maria de Jesus Sanches*, Assistente da Faculdade de Letras do Porto.
- Tesoureiro — *António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves*, Técnico Superior do Instituto de Antropologia da Fac. de Ciências do Porto.
- Vogal — *José António Viale Moutinho*, Jornalista e Escritor.
- Vogal — *Ana Maria Cameirão Leite da Cunha*, Técnico Superior do Observatório Astronómico da Fac. de Ciências do Porto.

Conselho Fiscal

- Presidente — *Manuel Ferreira Coelho*, Técnico de Contabilidade, Chefe dos Serv. Administrativos da Santa Casa da Misericórdia (Penafiel).
- Secretário — *Mário Jorge Lopes Neto Barroca*, Assistente da Faculdade de Letras do Porto.
- Secretário — *Mário Armando Nogueira Pereira de Brito*, Prof. do Ensino Secundário, requisitado no Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.

**Assembleia Geral Ordinária
de 17 de Janeiro de 1986**

No dia 17 de Janeiro de 1986 realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, pelas 18h30, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, com o objectivo de apreciar e votar o *Relatório* de actividades e as *Contas* do Conselho Director em cessação de funções, relativo ao ano de 1985.

A reunião iniciou-se com a leitura das actas anteriores, aprovadas com as alterações propostas pela Assembleia, passando-se à apresentação, feita pelo Presidente e Tesoureiro, do Relatório e Contas da Sociedade. Depois de apreciado e discutido, foi aprovado por unanimidade. Para conhecimento de todos os associados se publica neste volume dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.

Após o encerramento, de acordo com o teor da convocatória e o Regulamento Eleitoral, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral empossou nos seus cargos os associados que integram os órgãos sociais da S.P.A.E., eleitos na Assembleia Geral de 10 do mesmo mês.

Biblioteca

Registo de entradas — 2.º semestre

- Açoreana*, vol. VI, Fasc. 3 (1984).
Adeha, n.º 5 (1984), Buenos Aires.
Almanson, n.º 1 (1983), n.º 2 (1984), n.º 3 (1985).
Ampurias, n.º 44 (1982), Barcelona.
Anthropology, vol. 14 e vol. 16, Califórnia.
Anthropology International Journal of Science of Man, vol. XXII, n.º 3 (1984).
Anthropology Today, vol. I, n.ºs 3-6 (1985); vol. II, n.º 1 (1986), Londres.
Archeologie en Languedoc, n.º 3 (1980), Sete.
Archeologica Historica, n.º 10 (1985), Nitra.
Archeologicke Vyskumy, 1983, Nitra.
Archeologicke Rozhledy, vol. 37, n.ºs 3-4 (1985), Praga.
Archäologische Berichte und Informationen, vol. 25, Fasc. 5 (1980), Berlim.
Archaeologische Nachrichten aus Baden, n.º 34 (1985).
Archives d'Ecologie Préhistorique, n.º 7 (1984), Toulouse.
Archivi di Arte Preistorica, n.º 2 (1968), n.º 8 (1982), Valcamonica.
Archivo per l'Antropologia e la Etnologia, vol. CXIII (1983), vol. CXV (1985), Firenze.
Arqueologia, n.º 12 (1985), Porto.
Arquivos do Museu do Bocage — Série B, vol. II, n.ºs 15-18 (1985).
Arquivos do Museu do Bocage — Série C, vol. I (1981/82) — Índices.
Arquivos do Museu do Bocage — Série D, vol. II, n.º 2 (1984).
Aveiro e o Seu Distrito, n.º 33 (1984), Aveiro.
Barcellos — Revista, vol. II, n.º 1 (1984), Barcelos.
Bayerische Vorgeschichts — Blätter, vol. 50 (1985), Munique.
Biblioteka Archeologiczna, tomo 30 (1985).
Bibliothèques et Musées, 1984, Neuchâtel.
Bulleti de la Societat Arqueològica Luliana, tomo XI, ano C, n.º 838 (1984), Palma de Maiorca.
Boletim — Sociedade de Geografia de Lisboa, vol. 102, n.ºs 1-6 (1984), Lisboa.
Boletim Cultural, Série VI, n.º 4 (1985), Lisboa.
Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. XIII (1982), Coimbra.
Boletin, n.º 37 (1980), n.º 38 (1981), Santiago.
Boletin Auriense, tomo XI, ano XI (1981), Orense.
Bulletin de l'Institut d'Archéologie, vol. 35 (1979), Sofia.
Bulletino del Centro di Studi Preistorici, n.ºs 1-22 (1964-1985), Capo di Ponte.
Bonner Jahrbücher, vol. 184 (1984), vol. 185 (1985), Bona.
The Berkshire Archeological Journal, n.º 69 (1977/78), Berkshire.
Budkaulen, n.º 62 (1983), n.º 63 (1984).
Buletin do Museo Provincial de Lugo, tomo I (1983), Lugo.

(continua no próximo volume)

Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

CAPÍTULO I — Natureza e Fins

Art.º 1.º — A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAЕ) é uma Associação cultural e científica, fundada no ano de mil novecentos e dezoito, que tem por objectivo estimular e desenvolver a investigação antropológica, nas suas diferentes áreas e adentro de uma perspectiva interdisciplinar, segundo os métodos mais actualizados desta ciência.

Art.º 2.º — A SPAЕ, para atingir os seus fins, propõe-se:

- a) realizar sessões científicas, periódicas e extraordinárias;
- b) publicar trabalhos e estudos originais sobre Antropologia;
- c) organizar uma biblioteca especializada, com um gabinete de leitura;
- d) promover conferências, palestras, mesas-redondas, colóquios, projecção de filmes, visitas de estudo, etc.;
- e) organizar colecções de materiais arqueológicos, etnográficos ou outros, resultantes da sua actividade de investigação;
- f) realizar exposições fotográficas documentais e de materiais sobre as diferentes áreas de investigação antropológica;
- g) criar ou colaborar em cursos especializados;
- h) publicar um Boletim, de periodicidade anual, organizado ou não por fascículos, intitulado «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»;
- i) apoiar trabalhos de investigação, sob a responsabilidade científica de um ou mais membros da Sociedade, submetidos a um plano de investigação previamente aprovado pela Direcção, depois de ouvido, se necessário, o Conselho Científico;
- j) estabelecer relações com instituições afins, nacionais ou estrangeiras.

Art.º 3.º — A sede da SPAЕ é na cidade do Porto, mas poderão organizar-se, de acordo com a Direcção, núcleos locais e sessões científicas noutras localidades do país.

Art.º 4.º — O ano social e económico da SPAЕ é o ano civil.

Art.º 5.º — A SPAЕ não persegue quaisquer actividades ou finalidades políticas ou religiosas, nem tem fins lucrativos.

CAPÍTULO II — Dos Sócios

Art.º 6.º — Os membros da SPAE são: *a)* sócios honorários; *b)* sócios efectivos; *c)* sócios correspondentes; *d)* sócios beneméritos; *e)* sócios colectivos.

§ 1.º — Sócios honorários são quaisquer entidades, individuais ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que se tenham distinguido por eminentes serviços prestados à SPAE ou que, pela sua categoria científica ou méritos nas ciências antropológicas, a SPAE entenda conferir essa distinção.

§ 2.º — Sócios efectivos são todos os indivíduos residentes em território português que manifestem um empenhado interesse pela Antropologia, ou pelos objectivos da SPAE, e que a Direcção admita, mediante proposta de um dos seus membros ou de dois sócios efectivos.

§ 3.º — Sócios correspondentes são os indivíduos residentes fora do território português, que se interessem pela Antropologia ou pelos objectivos da SPAE, e que esta admita para essa categoria mediante proposta devidamente fundamentada, assinada por um membro da Direcção ou por dois sócios efectivos.

§ 4.º — Sócios beneméritos são os indivíduos ou entidades a quem a SPAE conceda essa distinção por terem prestado relevantes serviços de ordem material à SPAE.

§ 5.º — Sócios colectivos são todas as pessoas colectivas, nacionais ou estrangeiras, que se interessem pelos objectivos da SPAE, e que requeiram a sua admissão, devidamente fundamentada.

Art.º 7.º — Os títulos de «Sócio Honorário» e de «Sócio Benemérito» são conferidos pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

§ único — Aos sócios honorários e beneméritos serão atribuídos, em sessão solene da Assembleia Geral, os diplomas respectivos.

Art.º 8.º — A admissão de sócios efectivos e correspondentes será sempre precedida de proposta assinada por um membro da Direcção ou por dois sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

§ único — A admissão e exclusão de sócios destas categorias é da competência da Direcção, tomada por maioria de dois terços dos seus membros. No caso de exclusão é reservado o direito de recurso à Assembleia Geral.

Art.º 9.º — São direitos dos sócios;

- a)* participar nas Assembleias Gerais e nelas votar;
- b)* possuir um cartão de identificação;
- c)* receber a publicação «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», quando editada;

- d) participar em todas as iniciativas da SPAE;
- e) formular propostas e requerer informações à Direcção;
- f) reclamar perante qualquer órgão da SPAE de quaisquer actos que considere lesivos dos interesses dos membros da SPAE;
- g) eleger e ser eleito para os órgãos sociais e quaisquer comissões;
- i) requerer a convocação da Assembleia Geral;
- j) examinar a escrita e demais documentos da Sociedade, nos períodos e condições que forem marcados pela Direcção, cabendo recurso das decisões desta e nesta matéria para a Assembleia Geral;
- l) solicitar a demissão.

Art.º 10.º — São deveres dos sócios:

- a) observar os princípios associativos e respeitar a lei, os Estatutos e os Regulamentos;
- b) tomar parte nas Assembleias Gerais;
- c) contribuir com a quota que venha a ser fixada em Assembleia Geral;
- d) concorrer, dentro das suas possibilidades, para a realização integral dos objectivos da SPAE, conforme o preceituado no artigo primeiro dos Estatutos;
- e) aceitar e exercer as funções para que for eleito ou nomeado, salvo razões ponderosas;
- f) acatar as decisões da Direcção e da Assembleia Geral e concorrer para o prestígio da SPAE.

§ 1.º — As quotas serão pagas semestralmente no primeiro mês do respectivo semestre.

§ 2.º — A falta de pagamento de quotas sem motivo justificado implica a suspensão dos direitos de sócio, o qual será excluído se, depois de avisado por carta, não regularizar a sua situação no prazo de trinta dias a partir da data da comunicação.

CAPÍTULO III — Dos Corpos Gerentes

Art.º 11.º — Os órgãos sociais da SPAE são: a) a Assembleia Geral; b) a Direcção; c) o Conselho Fiscal.

Art.º 12.º — Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos de entre os sócios efectivos, de três em três anos e por escrutínio secreto.

SECÇÃO I — Da Assembleia Geral

Art.º 13.º — A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios efectivos da SPAE, com a quota actualizada, e tem os mais amplos poderes de decisão.

- Art.º 14.º — A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e dois Secretários.
- Art.º 15.º — A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, considera-se legalmente constituída sempre que compareça à hora marcada nos avisos convocatórios a maioria dos sócios com direito a assento na reunião, podendo funcionar, em segunda convocação, meia hora depois de verificada a falta de «quorum», com qualquer número de sócios.
- Art.º 16.º — Para as sessões da Assembleia Geral, o Presidente, ou, no impedimento deste, o primeiro ou o segundo secretários, convocará os associados, com a antecedência de oito dias, mediante aviso postal, com a indicação do dia, hora e local da sessão, assim como os assuntos que irão ser tratados.
- Art.º 17.º — A Assembleia Geral reunirá ordinariamente: *a)* durante o primeiro trimestre de cada ano civil para apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano civil precedente; *b)* durante o mês de Dezembro, em anos de cessação de funções dos Corpos Gerentes, para a eleição dos novos órgãos sociais para o triénio seguinte.
- Art.º 18.º — A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente: *a)* sempre que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral o julgue conveniente; *b)* quando a Direcção ou o Conselho Fiscal o solicitem; *c)* quando trinta sócios, pelo menos, o requeiram em petição fundamentada.
- § único — A Assembleia convocada nos termos da alínea *c)* deste artigo só poderá funcionar desde que se encontrem presentes dois terços dos requerentes; doutro modo a sessão não se realizará, perdendo os requerentes o direito a nova convocação para o mesmo fim.
- Art.º 19.º — A Assembleia Geral deliberará por maioria absoluta de votos dos associados presentes, salvo quando for exigível maioria qualificada.
- Art.º 20.º — É permitido o voto por correspondência, sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado na relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos.
- Art.º 21.º — Cada sócio pode representar, por delegação, outro sócio, devendo os poderes atribuídos constarem de documento escrito e dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- Art.º 22.º — Nas reuniões ordinárias da Assembleia Geral, e só nestas, haverá sempre, antes da ordem de trabalhos, trinta minutos para tratar de qualquer assunto de interesse para a SPAE.

Art.º 23.º — A Assembleia Geral tem as seguintes atribuições:

- a) observar o rigoroso cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares e das deliberações tomadas pela Direcção, ao abrigo de autorizações especiais;
- b) interpretar quaisquer artigos dos Estatutos ou Regulamentos da SPAE, sobre os quais se levantem dúvidas;
- c) decidir, em última instância, dos recursos que lhe forem apresentados;
- d) discutir e votar as propostas que lhe sejam submetidas, desde que as mesmas não contrariem as disposições estatutárias;
- e) atribuir os títulos de «Sócio Honorário» e de «Sócio Benemérito» e votar qualquer outra demonstração extraordinária em reconhecimento de relevantes serviços prestados à SPAE ou à Ciência;
- f) eleger e demitir os órgãos da SPAE e quaisquer outras comissões que lhe sejam propostas;
- g) alterar os Estatutos, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito;
- h) discutir e votar o Relatório de Actividades e Contas apresentadas pela Direcção.

Art.º 24.º — Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) representar a SPAE em todos os actos solenes que tenham lugar dentro do edifício social;
- b) convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral;
- c) assinar os termos de abertura e de encerramento dos livros de actas e escrituração, rubricando todas as folhas;
- d) dar posse aos corpos gerentes.

Art.º 25.º — Aos Secretários da Mesa da Assembleia Geral incumbe substituir o Presidente nas suas funções ou impedimentos.

§ único — Quando não comparecer nenhum dos titulares da Mesa da Assembleia Geral serão indicados pelos associados presentes aqueles que devem constituir a Mesa dessa reunião.

Art.º 26.º — Compete ao primeiro Secretário redigir as actas das Assembleias Gerais e promover todo o expediente da Mesa.

Art.º 27.º — Compete ao segundo Secretário auxiliar o primeiro Secretário e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

SECÇÃO II — Da Direcção

Art.º 28.º — A Direcção da SPAE é constituída por sete membros: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e três Vogais.

§ único — Além destes, serão eleitos dois vogais suplentes que serão chamados à efectividade de funções em caso de impedimento de qualquer dos membros da Direcção por período superior a trinta dias.

Art.º 29.º — A Direcção compete:

- a) administrar a SPAE, zelar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamentos e executar as decisões da Assembleia Geral;
- b) admitir ou rejeitar os candidatos a sócios efectivos, correspondentes e colectivos;
- c) requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, sempre que a decisão de algum assunto o exija;
- d) nomear, suspender ou demitir o pessoal assalariado;
- e) elaborar, no fim de cada ano social e até ao fim do mês de Janeiro, o Relatório de Actividades e as Contas do exercício, que apresentará à discussão e votação durante o primeiro trimestre de cada ano civil em Assembleia Geral ordinária, facultando a todos os associados a consulta dos livros de escrituração e respectivos documentos, com a antecedência de quinze dias;
- f) nomear comissões, ou grupos de trabalho, que julgue conveniente para a auxiliar na consecução dos objectivos da SPAE;
- g) autorizar a integração da SPAE em organizações e organismos congêneres, nacionais ou estrangeiros;
- h) coordenar a edição e distribuição da publicação «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»;
- i) promover os contactos e relações com quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ligadas aos objectivos da SPAE;
- j) manter a regularidade do expediente e da cobrança de quotas;
- l) representar a SPAE em quaisquer actos públicos, perante os poderes constituídos e em Juízo;
- m) elaborar os regulamentos que julgue necessários à boa execução dos serviços, desde que não contrariem os Estatutos;
- n) promover, nos termos do preceituado no artigo segundo dos Estatutos, que a SPAE realize integralmente os seus fins;
- o) propôr à Assembleia Geral a atribuição dos títulos de «Sócio Honorário» e de «Sócio Benemérito».

Art.º 30.º — A Direcção é solidariamente responsável perante a Assembleia Geral pelos actos de administração que praticar.

§ único — A responsabilidade de qualquer membro da Direcção cessa quando o mesmo, expressamente, proteste, por declaração exarada em acta, contra a deliberação tomada.

Art.º 31.º — A Direcção reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.

§ único — As sessões ordinárias efectuem-se, em princípio, quinzenalmente, em dias previamente fixados. As sessões extraordinárias efectuem-se sempre que o Presidente o entenda necessário ou quando qualquer membro o solicite com fundamento.

Art.º 32.º — A Direcção funciona sempre que esteja presente a maioria dos seus membros.

Art.º 33.º — As deliberações da Direcção são tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

§ único — O Presidente, ou quem as suas vezes fizer, em caso de empate, tem voto de qualidade.

Art.º 34.º — Ao Presidente da Direcção compete:

- a) presidir aos trabalhos das sessões da Direcção;
- b) representar a SPAE em actos públicos e perante as autoridades administrativas e judiciais;
- c) superintender em todas as actividades da SPAE;
- d) convocar os sócios para as sessões científicas, presidí-las, fixar a ordem dos trabalhos e dirigir as discussões nessas reuniões.

Art.º 35.º — Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Art.º 36.º — Ao Secretário compete a redacção das actas das sessões da Direcção e todos os serviços de secretaria.

Art.º 37.º — Ao Tesoureiro compete:

- a) receber as receitas e pagar as despesas autorizadas;
- b) assinar com o Presidente os cheques para levantamento de fundos;
- c) manter em ordem a escrituração do movimento financeiro da SPAE;
- d) depositar os valores da SPAE;
- e) preparar, no fim de cada ano social, as contas e o balancete da actividade da SPAE.

§ único — A forma de obrigar a SPAE em todos os seus actos e contratos que envolvam responsabilidade material e junto das instituições bancárias é a assinatura conjunta de dois membros da Direcção, sendo obrigatória a assinatura do Tesoureiro.

Art.º 38.º — Compete aos restantes membros da Direcção auxiliar os membros referidos nos artigos anteriores e substituí-los nas suas faltas ou impedimentos.

§ único — A suspensão temporária e a alteração de funções de um membro da Direcção, nomeadamente do Tesoureiro, desde que superior a trinta dias e por motivo devidamente justificado, é decidida em reunião ordinária da Direcção e exarada em acta.

SECÇÃO III — Do Conselho Fiscal

Art.º 39.º — O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Secretários.

Art.º 40.º — São suas atribuições:

- a) verificar as contas;
- b) formular anualmente o parecer sobre o Relatório de Contas da Direcção;
- c) prestar à Direcção todo o auxílio que esta lhe solicite em questões de ordem administrativa;
- d) requerer, sempre que o julgue necessário, a reunião da Assembleia Geral.

Art.º 41.º — O Conselho Fiscal funciona com a maioria dos seus membros.

Art.º 42.º — Das reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas actas em livro próprio, as quais deverão ser assinadas pelos membros que tiverem assistido à respectiva reunião.

Art.º 43.º — O Conselho Fiscal reúne obrigatoriamente durante o primeiro trimestre de cada ano civil para apreciar e votar o Relatório de Contas do exercício do ano findo, apresentado pela Direcção.

Art.º 44.º — Extraordinariamente, o Conselho Fiscal reúne sempre que o seu Presidente o entenda necessário e quando a Direcção o solicitar.

CAPÍTULO IV — Dos fundos

Art.º 45.º — Constituem receita da SPAE:

- a) as quotas pagas pelos membros da SPAE;
- b) o produto resultante da venda das suas publicações;
- c) donativos e subsídios que lhe venham a ser concedidos;
- d) quaisquer outros rendimentos não especificados.

Art.º 46.º — As receitas destinam-se a custear todas as despesas que sejam necessárias à execução dos objectivos da SPAE.

Art.º 47.º — Os valores das quotas dos sócios efectivos, corresponsáveis e colectivos serão fixados em Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

CAPÍTULO V — Disposições Gerais

Art.º 48.º — O Conselho Científico é um órgão consultivo constituído por sócios da SPAE e individualidades de elevado mérito que, pelas suas aptidões científicas e capacidade de trabalho, sejam para tais funções nomeados pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, caducando as suas funções com o mandato desta.

Art.º 49.º — Ao Conselho Científico compete:

- a) apreciar o conteúdo de trabalhos a inserir nas publicações da SPAE e sobre eles emitir pareceres, sempre que para tal seja solicitado pela Direcção;
- b) apreciar, discutir e propor a aprovação dos planos de trabalhos científicos a realizar dentro da orgânica da SPAE e que mereçam o patrocínio desta e, bem assim, dos relatórios deles resultantes;
- c) dar pareceres sobre quaisquer outras actividades científicas programadas pela Sociedade, sempre que a Direcção lho solicite;
- d) propor à Assembleia Geral, por intermédio da Direcção, a atribuição do título de «Sócio Honorário».

Art.º 50.º — Os Corpos gerentes da SPAE que sejam eleitos fora da época legal tomam posse no prazo de oito dias após a eleição e funcionam até ao fim do respectivo mandato.

Art.º 51.º — A SPAE só poderá ser dissolvida por acordo dos sócios.

§ único — Para este ocorde é necessária, durante a reunião da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, a aprovação de três quartos do número total de todos os associados com direito a assento na Assembleia Geral.

Art.º 52.º — Os presentes Estatutos só poderão ser alterados por proposta da Direcção ou de um terço dos sócios efectivos, em Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.

§ único — As alterações só serão válidas se aprovadas por três quartos do número total dos associados presentes. Em segunda convocação é necessária a maioria absoluta dos sócios presentes à reunião.

Art.º 53.º — Sob proposta da Direcção, a Assembleia Geral poderá constituir secções dos vários ramos científicos da Antropologia, com um Presidente, um Vice-Presidente e número ilimitado de vogais cada uma, as quais poderão ser ouvidas pela Direcção sobre qualquer assunto da especialidade.

Art.º 54.º — Nos casos omissos nestes Estatutos aplicar-se-á a legislação geral em vigor.

(Aprovados em Assembleia Geral de 26 de Dezembro de 1918 e alterados em Assembleias Gerais de 11 de Janeiro de 1924 e de 18 de Junho de 1985. Escritura pública lavrada no 1.º Cartório Notarial do Porto, em 19 de Fevereiro de 1986. Aprovados pela Procuradoria da República (Comarca do Porto) e publicados no «Diário da República» n.º 102, 3.ª série, de 5 de Maio de 1986).

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Lista de Sócios

Sócios Efectivos (*)

- 1 — Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior — Maia.
- 2 — Álvaro António Pinheiro Rodrigues — Porto.
- 3 — Alexandre Alberto Sarmiento — Lisboa.
- 4 — Orlando da Cunha Ribeiro — Lisboa.
- 5 — António Francisco Fialho Pinto — Lisboa.
- 6 — Guilherme Felgueiras — Oeiras.
- 7 — Joaquim Norberto dos Santos — Maia.
- 8 — Laura Augusta Peters de Lacerda Arriscado de Oliveira — Porto.
- 9 — Abel José Sampaio da Costa Tavares — Porto.
- 10 — António Maria Mourinho — Miranda do Douro.
- 11 — Ernesto Veiga de Oliveira — Oeiras.
- 12 — António Coelho de Sousa Machado — Porto.
- 13 — Maria Emília de Sousa Basto — Lisboa.
- 14 — Maria Helena Seródio Galhano — Porto.
- 15 — Eduardo da Cunha Serrão — Lisboa.
- 16 — João Maria Amorim Machado Cruz — Porto.
- 17 — Octávio Lixa Filgueiras — Porto.
- 18 — Manuel de Almeida Tavares — Viseu.
- 19 — Agostinho Farinha Isidoro — Matosinhos.
- 20 — Eduardo Martins Bairrada — Lisboa.
- 21 — Manuel João Lemos de Sousa — Porto.
- 22 — Domingos de Pinho Brandão — Porto.
- 23 — Joaquim Correia da Silva — Porto.
- 24 — António Joaquim da Eira e Costa — Póvoa de Varzim.
- 25 — Levi Eugénio Ribeiro Guerra — Porto.
- 26 — Nuno Lídio Pinto Rodrigues Grande — Porto.
- 27 — Eugénio Lapa Carneiro — Lisboa.
- 28 — Manuel de Paiva Boléo — Coimbra.
- 29 — José João Mateus Rigaud de Sousa — Porto.

(*) Em 31 de Dezembro de 1985.

- 30 — António Augusto Ferreira da Cruz — Porto.
- 31 — Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva — Coimbra.
- 32 — Adília Moutinho de Alarcão — Coimbra.
- 33 — António Alfaiate Marvão — Beringel.
- 34 — Laura Elisa de Faria — Porto.
- 35 — Fernando Ferrand de Almeida — Coimbra.
- 36 — Flávio Gonçalves — Porto.
- 37 — Luciano dos Santos — Braga.
- 38 — Fernando Resende da Silva Magalhães Lanhas — Porto.
- 39 — Elviro de Sousa Brito — Lisboa.
- 40 — Adélio Bernardino Marinho Macedo Correia — Lisboa.
- 41 — Gaspar Soares de Carvalho — Braga.
- 42 — Manuel Vieira Dinis — Paços de Ferreira.
- 43 — José Fernando Castro Correia — Porto.
- 44 — Georges Edouard Marchand — Porto.
- 45 — Manuel Luís Campos Sousa Real — Porto.
- 46 — António Simões Capão — Aveiro.
- 47 — Joaquim Manuel Rebelo — Moncorvo.
- 48 — Carlos Manuel Nascimento Ervedosa — Vila Real.
- 49 — Carlos Alberto Ferreira de Almeida — Vila Nova de Gaia.
- 50 — Maria Cristina Santos Neto — Lisboa.
- 51 — António Lourenço Fontes — Montalegre.
- 53 — Manuel Alfredo de Castro Marques — Sabrosa.
- 54 — António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves — Porto.
- 55 — José Carlos Bernardo — Porto.
- 56 — Virgílio de Oliveira Carneiro — V. Nova de Famalicão.
- 57 — José Guedes Rodrigues — Porto.
- 58 — Adérito Medeiros Freitas — Guimarães.
- 59 — Armando Coelho Ferreira da Silva — V. Nova de Gaia.
- 60 — José Eduardo Morais Arnaud — Lisboa.
- 61 — Joaquim Fernandes Ribeiro dos Santos — Riba de Ave.
- 62 — Rui Jorge Zacarias Parreira — Póvoa de Sta. Iria.
- 63 — Martin Höek — Lisboa.
- 64 — Philine Kalb — Lisboa.
- 65 — Armindo de Sousa — Porto.
- 66 — Rui Manuel Sobral Centeno — Porto.
- 67 — Maria Adelaide Recarey C. Frias — Porto.
- 68 — Maria Alzira de Brito Agathão Lança — Porto.
- 69 — António Samuel Mirrado Farraia — Oeiras.
- 70 — Susana Maria Soares R. Lopes de Oliveira Jorge — Porto.
- 71 — Vítor Manuel de Oliveira Jorge — Porto.

- 72 — José Augusto T. Maia Marques — Maia.
- 73 — José Luiz Meirelles Batista — Braga.
- 74 — Ana Maria Cameirão Leite da Cunha — V. Nova de Gaia.
- 75 — Joaquim Nelson Leitão de Araújo — Porto.
- 76 — Pedro Clementino Vilas Boas Tavares — Porto.
- 77 — Carlos José Correia de Azevedo — Porto.
- 78 — Nuno Costa Borges de Araújo Machado — Braga.
- 79 — Francisco J. Soares Alves — Lisboa.
- 80 — José António Viale Moutinho — Porto.
- 81 — Maria Teresa C. de Moura Soeiro — V. Nova de Gaia.
- 82 — Eduardo Jorge Lopes da Silva — Senhora da Hora.
- 83 — Carlos Alberto Brochado de Almeida — Vila do Conde.
- 84 — Anselmo Caridade Vieira — Porto.
- 85 — Manuel José Carvalho Martins — Chaves.
- 86 — Lino Augusto Tavares Dias — Porto.
- 87 — Agostinho Campos Ferreira — Santo Tirso.
- 88 — José António Nunes de Vilhena Falcão — Santiago do Cacém.
- 89 — Luís Manuel Mateus — Braga.
- 90 — Alberto Correia — Viseu.
- 91 — Manuel Leitão — Castelo Branco.
- 92 — Maria Antónia Soares da Silva — Porto.
- 93 — Manuel Ferreira Coelho — Paredes.
- 94 — António Cardoso Morais — Porto.
- 95 — Domingos de Jesus da Cruz — Porto.
- 96 — Mário Jorge Lopes Neto Barroca — Porto.
- 97 — Nelson Henrique de Campos Rebanda — Moncorvo.
- 98 — Ana Paula Pombinho Moutinho — Rio Tinto.
- 99 — Fernando Augusto Pereira da Silva — Porto.
- 100 — Arminda Pascoal Coutinho da Silva — Lisboa.
- 101 — Michel-Marie Giacometti — Cascais.
- 102 — Silvestre de Almeida Lacerda — Coimbra.
- 103 — Francisco Manuel V. Reimão Queiroga — V. Nova Famalicão.
- 104 — Avelino Miranda Júnior — Boticas.
- 105 — José Joaquim Santos Teles — Ermesinde.
- 106 — Waldemar dos Santos Roca — Mogadouro.
- 107 — João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro — Porto.
- 108 — Isabel Maria de Almeida C. da Rocha Figueiral — V. Nova de Gaia.
- 109 — José Manuel Lopes da Silva — Matosinhos.
- 110 — Maria Eduarda Mirão Alves Moreira — Porto.
- 111 — Joel Silva Ferreira Mata — Ermesinde.
- 112 — Miguel Pedro Silva Costa — S. João da Madeira.

- 113 — Maria Isabel dos Prazeres Soares de Luna — Porto.
 114 — Deolinda Natália Martins de Brito — Porto.
 115 — Francisco Vicente Teixeira Barbedo — Porto.
 116 — Joel Alves Cerqueira Cleto — Porto.
 117 — Maria Cláudia Carvalho Milhazes — Porto.
 118 — Armandino Baptista da Cunha — Porto.
 119 — Filipe Emanuel de Mira Godinho Freitas Camilo — Porto.
 120 — Augusto Duarte de Sousa Lemos — Porto.
 121 — Fernanda Maria Pires Leite Ribeiro — V. Nova de Gaia.
 122 — António da Silva Pereira — Penafiel.
 123 — Maria Susana Faro da Costa — V. Nova de Gaia.
 124 — Iolanda Maria de Fátima Mangerição Leite — Porto.
 125 — Albertina da Conceição Machado da Silva Barbosa — Braga.
 126 — Ana Paula dos Santos Sousa — Carvalhos.
 127 — Paula Cristina Alves da Rocha — Paredes.
 128 — Flávio Manuel Marques Ribeiro — Trofa.
 129 — Maria Helena Cruz de Castro — Porto.
 130 — Maria Antónia Dias da Silva — Paredes.
 131 — Eduarda Maria Martins Moreira da Silva — Póvoa de Varzim.
 132 — Mário Armando Nogueira Pereira de Brito — Porto.
 133 — Celsa Rosa Magalhães Gonzalez — Penafiel.
 134 — Maria de Jesus Sanches — V. Nova de Gaia.
 135 — Mário Mateus de Carvalho — Cantanhede.
 136 — Paula Maria Ferreira Morgado — Condeixa-a-Nova.
 137 — Ana Maria Duarte Santos Gonçalves — Condeixa-a-Nova.
 138 — Rafael António Ezequiel Alfenim — Reguengos de Monsaraz.
 139 — Paulo Alexandre de Seabra Tavares — S. João do Estoril.
 140 — Raquel Maria da Rosa Vilaça — Coimbra.
 141 — João Carlos Redol Lourenço da Silva — Coimbra.
 142 — João António Ferreira Marques — Sacavém.
 143 — Maria Isabel de Oliveira Fernandes — Figueira da Foz.
 144 — Lídia Maria Marques Fernandes — Lisboa.
 145 — Regina Célia de Carvalho Pereira da Silva — S. João da Madeira.
 146 — José da Silva Ferreira — Porto.
 147 — Fernanda Maria Pereira de Sampaio — Porto.
 148 — Maria Isabel Ribeiro de Castro — Porto.
 149 — Maria Margarida Oliveira Moreira — Lousada.
 150 — António da Cruz Afonso do Paço — Viana do Castelo.
 151 — Maria José Ribeiro da Fonseca Gaspar — Porto.
 152 — Rui Manuel Xavier Fernandes Matias — Porto.
 153 — Iolanda de Nazaré Castanho Esteves — Porto.

- 154 — Maria de Fátima Lopes Garcia de Matos Órfão — Porto.
155 — António Lourenço Teixeira Carneiro — Porto.
156 — Teresa da Cunha Lopes — Porto.
157 — Sérgio Ferreira Duarte — Ovar.
158 — Rui Fernando de Jesus Bastos Tavares — Porto.
159 — Alfredo Luís Diogo Mendes — Leça da Palmeira.
160 — Lúcia de Fátima Teresinho Ramires — Valongo.
161 — Joaquim da Conceição da Silva Machado Henriques — Porto.
162 — António Joaquim Monteiro da Cunha Leal — Penafiel.
163 — Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes Teixeira — Lamego.
164 — António Manuel de Carvalho Lima — Carvalhos.
165 — Maria Manuela dos Reis Martins — Braga.
166 — Augusto Miranda Pinho — Gondomar.
167 — Maria Salomé Vasconcelos Pina — Porto.
168 — Luís Miguel Carvalho de Sousa Pinto — Porto.
169 — Maria José da Silva Cardoso Pereira — Porto.
170 — Manuela Maria Ferreira Pedrosa Araújo — Porto.
171 — Francisco Manuel Salgueiro de Sande Lemos — Braga.
172 — Álvaro de Sousa Simões Pereira de Brito — Porto.
173 — João Carlos Martins de Oliveira Dias Costa — V. N. Famalicão.
174 — Estrela Maria Paredes Stuart-Torrie — Maia.
175 — Jorge Gonçalves Guimarães — Porto.
176 — António Martinho do Carmo Baptista — Braga.
177 — Orlando Castro Ferreira de Sousa — V. N. Famalicão.
178 — José Henrique da Silva Correia — Matosinhos.
179 — João Baptista Martins — Chaves.
180 — Firmino Aires — Chaves.
181 — António Pereira Dinis — Amarante.
182 — Maria de Fátima Matos da Silva — Rio Tinto.
183 — Joaquim Manuel da Silva Grácio — Sanfins do Douro.
184 — Alípio Martins Afonso — Chaves.
185 — Belarmino Augusto Afonso — Bragança.
186 — Maria Cristina Amorim Guimarães — Porto.
187 — Anibal Fernando Rodrigues de Almeida — Leça do Balio.
188 — Maria Margarida da Silva Alves Moreira — Porto.
190 — João Luís Teixeira Fernandes — Mirandela.
191 — José Duarte Correia Arez — Lisboa.
192 — Paula Júlio da Mota Santos — Porto.

Regulamento da Revista

1. A revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* é uma publicação anual, em fascículos ou não, editada pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Publica artigos de fundo, pequenos apontamentos, notas e outros trabalhos de Antropologia, nas suas diferentes áreas e especialidades.

2. Os artigos de fundo podem ser de carácter teórico e metodológico, sínteses temáticas, e apresentação de resultados de pesquisas recentes. Os textos curtos, de cariz noticioso, serão incluídos na rubrica *Vária*.

3. Só serão publicados artigos e ilustrações originais; os textos, de que deverão ser enviados original e cópia, poderão ser redigidos em português, francês, inglês e espanhol, acompanhados de um breve resumo (15 a 20 linhas) na língua do próprio trabalho, traduzido em duas das seguintes línguas: francês, inglês, espanhol ou alemão. Os textos destinados à rubrica *Vária* não incluirão resumos.

4. Os originais serão submetidos à *Comissão de Leitura* da revista (ou, na sua falta, ao *Conselho Científico* da SPAE), que julgará do seu interesse e oportunidade de publicação. A sua decisão é soberana.

5. Os artigos que não sejam apresentados segundo as presentes normas serão devolvidos para a necessária revisão antes de serem publicados.

6. Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo e opiniões expressas nos respectivos trabalhos.

7. Os artigos de fundo não deverão, em princípio, ultrapassar as 25 páginas, dactilografadas a dois espaços, em papel A4, com uma margem de 4 cm, no lado esquerdo; nesta margem lateral o autor indicará, aproximadamente, o local onde devem ser introduzidas as ilustrações e quadros.

8. As fotografias, desenhos e quadros deverão ser apresentados separadamente em formato passível de redução para a mancha da revista (185 x 117 mm). Recomenda-se a limitação do número de ilustrações, sobretudo fotografias, ao essencial e absolutamente necessário.

9. Os textos destinados à impressão, bem como as ilustrações, devem ser definitivos, não sendo, de modo algum, admitidas alterações profundas quando da revisão das primeiras provas.

10. As referências bibliográficas incluídas no texto resumir-se-ão ao nome do autor, em maiúsculas, seguido do ano de publicação e, eventualmente, da página, entre parêntesis (BORDES, 1973: 105).

11. No cabeçalho do artigo mencionar-se-á o nome do autor (ou autores) e o da instituição onde trabalha ou a que se encontre ligado. O nome e endereço da instituição onde foram elaborados os trabalhos, ou o endereço pessoal do autor, para possíveis contactos, será indicado no fim do texto.

12. As legendas, bem como as notas de roda-pé, numeradas sequencialmente, deverão ser remetidas em folha separada, e as ilustrações, identificadas, no verso, com

o respectivo número (numeração árabe, tratando-se de figuras a inserir no corpo do texto, e romana, sendo estampas) e o título do respectivo trabalho.

13. A lista de referências bibliográficas deve ser organizada por ordem alfabética dos nomes dos autores, e cronológica, para cada autor, segundo a *Norma Portuguesa 405*, com as alterações subsequentes:

a) *Livros*: sobrenome do autor e iniciais do nome, entre vírgulas, ano de publicação, entre parêntesis, seguido de *a, b, ...*, no caso de haver vários trabalhos publicados no mesmo ano, título da obra, número da edição, do volume e editor.

Ex.: COLES, J. M., HARDING, A. F. (1979), *The Bronze Age in Europe*, London, Methuen.

b) *Artigos em periódicos*: autor, ano de publicação, título do artigo, título do periódico, lugar de publicação, número do volume e do fascículo, primeira e última página do artigo.

Ex.: DIAS, A. J. (1959), *Ambiente natural e história*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 17 (1-4), p. 103-116.

Obs.: os nomes dos autores deverão ser apresentados em maiúsculas e o título dos livros e artigos, sublinhados. O nome dos periódicos, trabalhos colectivos, miscelâneas, etc., aparecerão entre aspas.

14. Os autores terão direito a fazer até ao máximo de duas revisões para correcção de provas.

15. Os autores dos artigos de fundo recebem gratuitamente 50 separatas e 1 exemplar da revista, podendo encomendar, a título pessoal, separatas suplementares (com ou sem capa) na altura da primeira revisão; os autores de notas e pequenos apontamentos, incluídos na rubrica *Vária*, receberão 2 exemplares da revista, podendo também, se o desejarem, encomendar separatas.

16. Toda a correspondência relativa à redacção dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* deve ser enviada para:

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
 Faculdade de Ciências do Porto
 Praça Gomes Teixeira
 4000 PORTO

ou

Apartado 4225
 4003 PORTO Codex
 (Portugal)